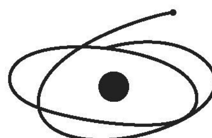
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano V nº 17 1962



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano V nº 17 Março 1962

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219
RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:

HENRIQUE VALLE

SECRETÁRIO:

PLAUTO M. DE ANDRADE

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1.219 — Tel. 42-4553

RIO DE JANEIRO

Escrevem neste número: ALCEU AMOROSO LIMA, escritor, Professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e ex-Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana; RICHARD GOODWIN, Subsecretário de Estado para Assuntos Inter-americanos dos Estados Unidos; ABGAR RENAULT, Professor na Universidade de Minas Gerais, representante do Brasil em várias Comissões da UNESCO; OLIVER ÓNODY, economista-chefe do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, diplomado pela Escola Diplomática de Paris e pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais da Sorbonne; PEDRO C. M. TEICHERT, Professor de Economia e Finanças na Universidade de Mississipi, autor de "Survival U.S.A. — The Ideological Struggle of a Capitalistic Welfare State."

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano V — Março de 1962 — Número 17

SUMARIO

DOCUMENTOS

LIVROS

A POSIÇÃO DO BRASIL EM PUNTA DEL ESTE *

Alceu Amoroso Lima

Os pequenos problemas abrem-nos sempre perspectivas para os grandes mistérios da vida. Meu pequeno problema no momento é o seguinte: Tenho, como todo mundo nesta hora, o pensamento voltado para Punta del Este. Ali começa hoje (quando escrevo estas linhas) a jogar-se o destino da instituição internacional mais antiga dos nossos tempos: a Organização dos Estados Americanos, órgão do pan-americanismo, idealizado por Bolívar em 1826 e laboriosamente edificado em quase século e meio de ingentes esforços. Como servi, por três anos quase, na União Pan-Americana, em Washington, que é a Secretaria-Geral da OEA, tenho ainda um motivo pessoal e direi experimental de me interessar vivamente pelos destinos dessa instituição e dêsse espírito. Pois a fôrça da OEA, como instituição, é precisamente encarnar um espírito: o espírito continental.

Êsse espírito até hoje só um continente conseguiu alcançá-lo: o nosso. E só um conseguiu também institucionalizá-lo: o nosso. Os outros continentes, por mais unidos que tivessem sido no passado, não conseguiram nunca chegar a essa unidade, mesmo que precária, de espírito e de instituição. A Europa já foi uma, na Idade Média, quando um teólogo podia dizer que o mundo — pois a Europa era o mundo para êles — era uno, com três centros: o espiritual em Roma; o político em Aachen e o intelectual em Paris! Mas não como continente, pois Paul Valery pôde dizer naquela sua famosa conferência de Zurique, depois da primeira Grande Guerra Mundial (em que pronunciou a famosa e inesquecível frase: *Nous autres, civilizations, nous savons maintenant que nous*

(*) Reunião de uma série de artigos publicados pelo autor em o "Jornal do Brasil".

sommes mortelles), que a Europa, como continente: *N'est qu'un petit cap de l'Asie.* E quando quiseram organizar o movimento Pan-Europa, o malôgro foi total.

A Ásia — a despeito da famosa frase com que Okakura Kakuso começou o seu livro sôbre o velho Continente asiático: "A Ásia é una" — tampouco conseguiu chegar a qualquer espécie de unidade continental. Suas contradições internas são hoje mais profundas do que nunca. E oxalá se conservem por muito tempo e que uma Índia neutra — mesmo desapontando o Universo com sua ação, em Goa, respondendo com a violência da reconquista à violência da conquista, ela a pátria da "não resistência" vitoriosa de Gandhi — uma Índia neutralista possa compensar a ameaça de uma China totalitária e belicista.

O movimento pan-africano é o mais recente. E ainda tão frouxo e num continente tão cheio de contradições políticas — como o Egito e a Argélia, a África do Sul e o núcleo das vinte e tantas novas nações ainda mal egressas, algumas da barbaria (como o demonstram os terríveis morticínios de missionários e aviadores e do próprio Dag. campeão da Paz) — que do pan-africanismo nada se pode esperar no momento.

A Oceânia nem se fala. É uma nação, a Austrália, cercada de uma pulverização de nações pequenas, totalmente diversas dela ou de territórios coloniais ou puramente abandonados.

Só a América tem uma consciência, uma tradição, um espírito e uma instituição realmente continental. E é tudo isso, é êsse fenômeno único, singular, precioso para o futuro da civilização, cujos destinos começam hoje a jogar-se. E já terá suas linhas de solução ou de dissolução... lançadas quando estas linhas forem publicadas. Ora, é êsse precisamente o meu pequeno problema pessoal... E qual o grande mistério da vida nêle implicado?

Embora a resolução aprovada pela maioria das nações americanas, em Punta del Este, não tenha concluído pela intervenção, o que seria o fim do sistema democrático intera-

mericano, concluiu pela expulsão de Cuba da OEA. Isto é, pelo isolamento.

Foi menos do que pretendiam os reacionários de todo o Continente, ou mesmo do que desejaria a opinião pública norte-americana, justamente ressentida com a histeria anti-norte-americana de Fidel Castro, — mas ainda foi o bastante para que êste saísse vitorioso da Conferência de Consulta. Pois o interêsse visível de Fidel Castro era o de ser expulso do sistema pan-americano, a fim de fazer jus a um apoio mais substancial do planêta totalitário de que se tornou satélite, depois que deixou de ser satélite dos Estados Unidos. A União Soviética vem carregando Cuba às costas, como quem carrega paradoxalmente um saco de açúcar... amargo. Começara há tempos a demonstrar sua impaciência. A invasão do ano passado, apoiada pelos Estados Unidos, veio reforçar a posição do barbudo ditador em face dos seus protetores a Leste.

Mas o fardo começou de novo a pesar de mais, e a apregoada ponta de lança comunista no Continente, a trazer ao bloco soviético conseqüências contraproducentes, isto é, um reforçamento da posição dos Estados Unidos e das fôrças anticomunistas do Ocidente. Fidel Castro precisava de um novo acicate no flanco do urso soviético. Nenhum melhor protesto do que a Reunião de Consulta, provocada pela Colômbia. Era precisamente a oportunidade de que Fidel Castro necessitava. Seu discurso belicoso, e mais histérico do que nunca, nas vésperas da abertura da Conferência, foi tomado como uma fanfarronada. Era, ao contrário, uma armadilha. E a maioria dos países americanos caiu como um patinho.

Quanto mais maltratado fôsse pelo "sistema interamericano", mais probabilidades teria Fidel Castro de ser bem tratado pelo "sistema marxista-leninista". Nada tendo a perder do lado do nosso Continente, onde já doze nações haviam rompido relações com o seu país, o ditador comunista só tinha interêsse em ser frontalmente desapoiado pelas Américas, para poder então acolher-se, mais à vontade, sob as asas do bloco sino-soviético. Foi precisamente isto que a maioria das

nações americanas fêz com o regime fidelista. Fizeram exatamente o que êle queria. Entraram, em cheio, no seu jôgo, que é um jôgo sabidamente maquiavélico, para o qual os fins é que justificam os meios.

A Fidel Castro só duas soluções não convinham: a intervenção militar, pois bem sabe que dificilmente a União Soviética, e muito menos a China, iriam à guerra "por Cuba". Limitar-se-iam a dar ao exilado ou fuzilado, todo o apoio moral e um lugar no Panteão dos "heróis soviéticos"... A intervenção militar, portanto, não servia ao plano "fidelista". Não lhe serviria tampouco uma solução de censura moral ou de preservação da segurança do continente, contra o imperialismo não apenas impertinente, mas decididamente expansionista e perigoso, do ditador das Antilhas.

A solução que serviria aos planos de manutenção e expansão do seu regime foi precisamente a que lhe ofereceram as nações americanas, embora por uma escassa maioria, de que felizmente não participaram as grandes democracias latino-americanas, nem o Brasil, nem o México, nem a Argentina, nem o Chile.

Compreendo perfeitamente a opinião pública norte-americana, no caso de Cuba, como compreendo a dificuldade insuperável do Govêrno de Kennedy em não ceder à sua pressão. O nacionalismo norte-americano é tão forte como o de qualquer outra nação moderna. Pois, como se sabe, um dos grandes paradoxos dos nossos tempos é que o universalismo crescente dos nossos dias coincide com o crescente desenvolvimento do espírito nacionalista. Nos Estados Unidos como em qualquer outra nação moderna. É de modo particular, bem o sabemos, em tôdas as nações latino-americanas.

Ora, os Estados Unidos e sua opinião pública (que num país autênticamente democrático como êles são, conta decisivamente) se acham, com carradas de razão, ressentidos e irritados com as sistemáticas e histéricas acusações totalmente infundadas do ditador cubano. De modo que a atitude do Govêrno Kennedy, em Punta del Este, só podia ser no sentido

da firmeza e mesmo dureza, sob pena de ser imediatamente repudiado pela opinião pública. E isso em um ano de eleições e quando os republicanos tudo estão fazendo para voltar ao Poder. Ora, quem decide as eleições, num país democrático, *é sempre o eleitorado independente*. E êsse, mais que qualquer outro, é extremamente sensível aos arranhões na dignidade nacional. E Fidel Castro, cônscio das costas largas dos seus novos protetores, tem excedido todos os limites.

Se lamentamos a decisão de Punta del Este, embora tivesse podido ser ainda pior, é que estamos em condições de julgar com frieza, por estarmos longe do ambiente norte-americano, e no local é difícil julgar desapaixonadamente. No entanto, já mesmo não falta quem o faça. E acima de todos a sua voz mais autorizada em matéria de política internacional (e mesmo de política nacional), Walter Lippman. Não foram, naturalmente, as agências telegráficas que nos transmitiram seu admirável e recente artigo, apoiando a tese sustentada pelo Brasil e pelo México em Punta del Este. Foi a leitura do próprio "Washington Post", e o resumo transmitido por correspondente não oficial e publicado no "Jornal do Brasil" de 26 de janeiro. O grande articulista, nesse artigo, adverte a opinião pública norte-americana "contra a atitude simplista e imediatista, em face de Punta del Este, reduzindo o resultado da Conferência a uma derrota ou a uma vitória dos Estados Unidos". Apóia a posição do México e do Brasil, que reuniu afinal sete votos, e propõe três medidas básicas: "contenção e isolamento do intervencionismo castrista no Continente; detenção do processo de satelitização cubana e reintegração de Cuba no sistema interamericano, como membro *bona fide*". E com isso condena: "resoluções de fraseologia contundente, sem efeito, ou de rompimento com Cuba ou do embargo econômico, que teria eficácia duvidosa". Mais uma vez se coloca Walter Lippman como uma das maiores figuras do pensamento político moderno. E, quando sabemos o estado de tensão em que se encontra a opinião pública norte-americana, sua posição é de uma coragem que merece a nossa mais completa admiração.

Infelizmente, não foram êsses os conselhos que prevaleceram em Punta del Este. E, como ontem acreditamos ter deixado bem claro, só Fidel Castro saiu ganhando da malograda Conferência. Obteve o que queria. Reforçou sua posição junto ao bloco sino-moscovita. Recebeu um novo balão de oxigênio, quando o da invasão já se estava esgotando, que lhe permitirá sobreviver por meses ou mesmo anos. E continuará vendendo à União Soviética o seu açúcar por preços elevados...

Alegremo-nos, apenas, com que a sombra de Rio Branco, neste ano do cinqüentenário de sua morte, tenha mais uma vez inspirado o nosso Itamarati a assumir uma atitude de independência e de bom senso, no interêsse do "sistema americano". E esperemos que a nova vitória do barbudo ditador caribeano não lhe permita sobreviver, por muito tempo, não apenas à inabilidade dos seus adversários, mas ainda mais de perto aos seus próprios maquiavelismos. E que Punta del Este não tenha vindo ainda, paradoxalmente, reforçar a ponta do Leste, que o barbudo ditador representa em face do Continente Americano...

Na luta universal contra o direitismo renascente, dois nomes de Chefes de Estado, de autênticos Chefes de autênticos Estados, devem ser hoje postos em foco: o de John Kennedy e o de Charles De Gaulle.

Ambos estão empreendendo uma das tarefas mais difíceis dos verdadeiros estadistas modernos: a de combater em duas frentes.

Quando vemos o Presidente Kennedy sustentar uma posição dura contra Cuba, mais dura do que a que desejáramos, não nos basta, para compreendê-la, ler os discursos históricos de Fidel Castro. É mister ler os ataques que lhe fazem nos próprios Estados Unidos. E acima de tudo a tremenda campanha já desencadeada para a volta do Partido Republicano ao Poder. Como porta-voz extremado dessa volta, mais que importuna, surge agora o Senador Goldwater, do Arizona, homem novo no cenário político, bom escritor, eloqüente orador

com a paixão humana dos sulistas e acima de tudo representando uma parcela considerável da opinião pública: os nacionalistas, os maccarthistas, que jamais perdoaram o descrédito em que, por algum tempo, caiu a doutrina do anticomunismo indiscriminado e a figura fanática do falecido Senador do Wisconsin. E a nova Sociedade John Birch ainda é mais fanàticamente nacionalista e direitista do que eram as falanges, ora renascentes, do maccarthismo. O que vemos no Brasil, no mesmo sentido, é apenas a extensão latino-americana de um fenômeno norte-americano. E na medida moderada, em que êsses movimentos se realizam entre nós, podemos medir a violência com que o fenômeno se está processando nos Estados Unidos. E podemos medir, acima de tudo, o mérito extraordinário da posição do Presidente Kennedy, não se deixando arrastar por êsse passionalismo violento, que deseja varrer com tudo aquilo que a vitória de Kennedy representou no cenário nacional e internacional. Devemos, por isso, apoiar Kennedy com tôda decisão. É um grande Chefe de Estado, que está seguindo e indicando ao mundo moderno o verdadeiro caminho entre os escolhos da esquerda e da direita.

Outro é De Gaulle. Sua posição ainda é mais difícil que a de Kennedy. A França voltou aos tempos do *Affaire* Dreyfus mais ainda do que os Estados Unidos aos tempos da Guerra de Secessão. Isto é, à guerra civil. Nossa grande terra da beleza, da graça, da liberdade e da inteligência, está de novo mergulhada, como na última década do século passado, numa autêntica e sangrenta guerra civil. A sociedade está dividida de alto a baixo. Estado, Igreja. Família, Partidos. Inteligência. Proletariado, homem da rua, tudo está com o Exército Secreto, isto é com o direitismo delirante ou contra êle. Com a solução imperialista na Argélia ou com a solução racional. E enquanto essa ruptura divide de novo a França contra si mesma, campeia o mais perverso, o mais enfurecido, o mais cego terrorismo.

E no meio dêsse espetáculo de "sangue e arena" só uma figura serena, heróica, intangível se destaca: a do homem

que já uma vez salvou a França da derrota. E mais uma vez tenta salvá-la lançando-se corajosamente contra seus maiores amigos e aliados de ontem, os que o ajudaram a derrubar a Terceira República.

Ésses dois insuperáveis Chefes de Estado representam hoje, no mundo inteiro, em sua luta desesperada mas serena, contra os dois extremismos a grande esperança de liberdade e da justiça. O menos que podemos fazer por êles é apoiá-los calorosamente. E procurar que em nossa própria casa sejam ouvidos e acompanhados. Aquêles que sabem ser a oração a maior arma da justiça e da liberdade, rezemos por êles e com êles.

* * *

THE BRAZILIAN POSITION IN PUNTA DEL LESTE

This is an essay made up of a series of articles published in one of the most important Brazilian newspapers *Jornal do Brasil*, by the eminent Brazilian writer and Professor Alceu Amoroso Lima. In it the author examines the position adopted by the Brazilian delegation in Punta del Este, together with five other Latin American countries, as well as the position of those American nations which preferred to move in opposite direction, though in obedience to the same ideals of penamericanism. He starts it with the frank statement that only a continent has ever attained its political unity and maintened it as an institution: the American Continent. The others, united as they might seem, have never reached such a stage of understanding and of peaceful agrement. He goes on to explain it: Europe was once united in the Middle Ages but it was some kind of union that did not mean continental unity; the same is also true of Asia in spite the phrase by Okakura Nakuso "Asia is one"; the same may be applied to Africa but, in this case, it should be recognized that the Pan-African movement is too recent for its course to be foreseen, for one thing, and very full of political contradictions like Egipt, Argelia and South Africa and it would be rather uncertain to expect much from it. And last but not least, the geographical nature of Oceania makes it remain, for its turn, a continent of small scattered nations all differing a great deal from the largest, Australia. So "only America has a conscience, a tradition and a spirit", and, in addition, a really continental institution, the Organization of American States. The author next expresses his fears for the survival of such an institution which he thinks

threatened by the adoption of radical positions, and even by inconsequent attitudes like that materialized in the resolution of Punta Del Este, which excluded Cuba from the OAS. Showing a great interest in the preservation of American continental unity, Professor Alceu Amoroso Lima regrets Punta Del Este's outcome, an outcome that he says Fidel Castro really wanted. Developing this line of thought, he states to have been Castro's own strategy to do whatever might be possible to have Cuba expelled from the Organization of American States so as to claim, accordingly, a large share of Soviet Russia's political support ,and economic aid. Paradoxally enough, he adds, the responsibility of aiding Cuba represents too much of a burden to the Russians, already tired of carrying on their shoulders "that heavy bale of... bitter sugar". So the Cuban dictator needs, from time to time, some kind of political spur to keep the Soviets interested in what is happening in the Carabbean area. The United States provided this stimulant mostly in two occasions: when it suported the invasion of Cuba by anticastrists and, quite recently, by expelling Cuba from the OAS. He finds, in this respect, that most Latin American countries, as well as the United States fell into Castro's trap: having nothing more to gain from other American nations, he made efforts to integrate Cuba more and more into the marxist-leninist system. In their anticomunist passion, most American countries forgot everything else and became good partners of Cuba's game since it started with Castro's angry speech soon before the inauguration of Punta Del Este Conference. Only two solutions might not serve the Cuban Prime Minister's plans: the military intervention, in which case he knows he could not depend on Russia or Red China neither the moral condemnation of his regime with the continental security entirely safeguarded. The only solution suiting his objectives it was that given to him in a silver plate by the majority of Americans nations and for whose outcome the great Latin American democracies like Chile, Mexico, Argentina and Brasil are not to blame. Notwithstanding, the autor makes clear he understands quite well the difficult position Kennedy administration found itself in trying to cope with the Cuban problem, principally if taken into consideration the coming elections and the well known fact that in a democratic country public opinion plays such an important role in the orientation of public affairs. Not only that; there is also an American nationalism so strong as that of any other modern nation, which would not accept, in the Cuban case, a soft handling of the situation by the United States Government. After having affirmed that, thougt the Punta Del Este decision was not the advisable one, it might have been worse, the author backs his criticism of the Conference resolution by quoting the valuable opinion of the eminent American newspaperman Walter Lippman, who in an article published by the Washington Post praised Brazil and Mexico for their position in Mon-

tale, l'Organisation des États Américains. Ensuite l'auteur exprime ses craintes quant' à la survivance de cette institution qu'il croit menacée par l'adoption de mesures radicales et même par des attitudes inconséquentes comme celle matérialisée dans la résolution de Punta del Leste qui excluait Cuba de l'Organisation des États Américains. Démontrant un grand intérêt pour la preservation de l'unité continentale de l'Amérique, le professeur Alceu Amoroso Lima regrette les résultats voulus par Fidel Castro. Développant cette pensée, il nous dit que c'était de la stratégie de Castro faire tout le possible pour mettre Cuba hors de l'Organisation des États Américains, afin de pouvoir justifier le support politique et l'assistance économique de la Russie Soviétique. Mais paradoxalement, ajoute-t-il, la responsabilité d'aider Cuba c'est une corvée pour les Russes, déjà fatigués d'avoir sur les épaules "that heavy bale of ... bitter sugar" (cette lourde balle de ... sucre amère). Ainsi les Cubains ont besoin, de temps en temps, d'encourager l'intérêt soviétique pour ce qui se passe à la région des Caraibes. Les États Unis ont déjà fourni deux fois le stimulant nécessaire: quand ils ont mis sous leur patronage l'invasion de Cuba par des anticastristes et, récemment, quand ils ont mis Cuba hors de l'Organisation des États Américains. Il croit, à ce propos, que la plupart des pays de l'Amérique Latine aussi bien que les États Unis sont tombés dans le piège de Castro; n'ayant plus rien à gagner des autres nations américaines, il s'efforce d'intégrer Cuba de plus en plus dans le système marxiste-léniniste. Dans leur passion anti-communiste, la plupart des pays de l'Amérique Latine ont tout oublié et sont devenus partisans de Cuba, puisque faisant son jeu, commencé par le discours impatient de Castro peu avant l'inauguration de la Conférence de Punta del Leste. À peine deux solutions ne serviraient-elles pas aux plans du Premier Ministre de Cuba: l'intervention militaire où il ne pourrait pas compter sur l'appui des Russes ou de la Chine Populaire et la condamnation de son régime avec la sécurité continentale bien assurée. La seule solution en accord avec ses objectifs la majorité des Américains l'a lui offert en cadeau, mais sans la coopération des grandes démocraties de l'Amérique Latine telles que le Chili, le Mexique, l'Argentine et le Brésil. Cependant l'auteur rend clair qu'il comprend très bien la position difficile de l'administration de Kennedy aux prises avec le problème cubain, principalement si l'on considère la proximité des élections et le fait bien connu de l'important rôle que l'opinion publique joue dans un pays démocratique dans l'orientation des affaires étrangères. Et ce n'est pas tout: il y a également un nationalisme américain aussi fort que celui de n'importe quelle autre nation moderne qui n'admettrait jamais une attitude faible de la part du Gouvernement Américain envers Cuba. Après avoir dit que, si la décision de Punta del Leste n'était pas convenable, elle pourrait encore être pire, il appuie

tevideo at the same time that labelled the succesful thesis as simplist and immediatist. Professor Alceu Amoroso Lima then has praiseful words towards the independent position of Brazilian diplomacy, a position otherwise he says in perfect accordance with the highest interests of panamericanism. Further on, he declares that, in the struggle against the rising rightism, two authentic statemen stand in the front line: President Charles de Gaulle and President John Kenedy and both undertake of the most formidable taks of the present times as only great men know how to do: the double battle against extremism. Again, the author makes references to Kennedy's international orientation, this time throwing light on the hard pression brought upon him by American politicians, and among these principally by a current of public opinion led by Senator Goldwater from Arizona, whose ideas are very close to those spoused by the John Birch Society and maccarthism. And here he establishes a link between that American current of opinion and a similar phenomenon, which exists in Brazil, the latter being but an extension of the former. In spite of this wave of passionalism, which threats to engulf nations and peoples, Kennedy and De Gaulle emerge as fine examples of statesmen for the free world, in the years to come, he concludes.

LA POSITION BRÉSILIENNE À PUNTA DEL LESTE

Voici un essai composé d'une série d'articles parus dans un des plus importants journaux brésiliens, le "Journal du Brésil, signés par l'écrivain et professeur Alceu Amoroso Lima. L'auteur y examine la position adoptée par la délégation brésilienne à Punta del Leste, avec cinq autres pays de l'Amérique Latine, aussi bien que la position des nations américaines qui ont défendu une attitude contraire, quoique en obéissant aux mêmes idéaux panaméricains. Il commence par dire que seul un continent a atteint son unité politique et l'a maintenue comme une institution: le continent .américain. Aucun autre a atteint un pareil dégré de compréhension et concordance pacifique. Il poursuit expliquant: l'Europe a déjà étè unie, au Moyen Âge, mais cette sorte d'union ne répresentait pas une unité continentale; de même pour l'Asie, malgré le mot d' Okakura Nakuso "L'Asie est une parfaite unité"; le même peut être dit de l'Afrique mais, dans ce cas-là, il faudrait reconnaître que le mouvement pan-africain est très récent pour en faire des prévisions et plein de contradictions politiques, ainsi que l'Egypte, l'Algérie et l'Afrique du Sud, pour en attendre beaucoup. Et "last but not least", la nature geographique de l'Océanie la rend, à son tour, un continent de petites nations parsemées, — toutes différentes de la plus grande — l'Australie. Ainsi "seule l'Amérique a une conscience, une tradition et un esprit" et, en plus, une institution vraiment continen-

sa critique sur l'opinion précieuse de l'éminent journaliste américain Walter Lippman qui, dans un article paru dans Washington Post, a fait l'éloge de la position du Brésil et celle du Mexique à Montevideo en considérant en même temps la thèse victorieuse comme simpliste et immediatiste. À son tour, le Professeur Alceu Amoroso Lima fait l'éloge de la diplomatie brésilienne dont la position indépendante est en parfait accord avec les intérêts du panaméricanisme. Ensuite il dit que dans cette entreprise contre l'extrême droite deux hommes d'État authentiques se placent au premier rang: le Président Charles de Gaulle et le Président John Kennedy et tous les deux entreprennent une des tâches des plus remarquables de ces temps ci comme seulement les grands hommes savent le faire: la double bataille contre l'extrémisme. De nouveau L'auteur se rapporte à l'orientation internationale de Kennedy, soulignant la très grande pression exercée sur lui par certains politiciens américains, parmi lesquels se trouve le Sénateur Goldwater de l'Arizone, leader d'un courant de l'opinion publique, et dont les idées se rapprochent bien de celles qui sont le fonds de la Société John Birch et du macartisme. Il établit alors un lien entre ce courant de l'opinion américaine et un phénomène semblable qui existe au Brésil, celui-ci étant un prolongement de celui-lá. Malgre ce déchaînement de passions, qui ménace d'engouffrer les nations et les peuples, Kennedy et De Gaulle resteront comme des beaux exemples d'hommes d'état pour le monde libre dans l'avenir, il conclut.

O FUTURO DA LIBERDADE E A "ALIANÇA PARA O PROGRESSO"*

Richard Goodwin

Para mim, ao contacto com o mundo oficial — embaixadores, ministros e até Presidentes — é difícil, às vêzes, entender plenamente as realidades da terra e do povo, do comércio e da cultura, que, no fim das contas, amoldam os atos e o futuro das nações. É do conhecimento dessas coisas que parte a verdadeira compreensão. E jamais a compreensão entre os nossos países teve maior importância do que neste momento.

Sim, porque juntos empreendemos uma grande aventura; a maior, talvez, desde o dia em que um navegante italiano zarpou rumo ao Oeste, em busca de nova rota para as Índias. A nós — desta geração de americanos — foi confiada a tarefa de demonstrar que os homens livres hão de vencer, pela primeira vez, seus antigos inimigos: pobreza, fome e ignorância. Cumpre-nos proteger a liberdade contra aquêles que almejam destruí-la; levar esperança àqueles que a procuram; e proporcionar liberdade àqueles que dela estão privados. A tarefa é imensa e eivada de tropeços e perigos, privações e sacrifícios. Mas poucas nações e poucas gerações têm tido tão esplêndida oportunidade de servir ao homem. E recebemos prazerosamente o desafio, confiantes em que o êxito a que certamente chegaremos nos permitirá orgulhar-nos de ter vivido e trabalhado neste momento da História da Civilização.

---

* Adaptado de um discurso proferido pelo autor, no Instituto Brasil-Estados Unidos, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1961.

O Presidente do meu país, John F. Kennedy, comprometeu-se em nome dos Estados Unidos a realizar um esfôrço conjunto com o intuito de melhorar as condições de vida na sociedade da nossa América e, ao mesmo tempo, preservar os valores sôbre que repousa essa sociedade.

Assim fêz, sabendo que só poderemos alcançar êxito se trabalharmos ao lado de tôdas as nações do Hemisfério, sobretudo ao lado de uma nação do tamanho e da importância que tem o Brasil. Sim, porque compartilhamos de um legado comum de valores inerentes à cultura ocidental, uma História comum de rebeldia contra o domínio colonial e aspirações comuns de liberdade e dignidade humana. Hoje, compartilhamos de um desejo comum, o de dar aos nossos povos uma vida mais amena. Nas palavras do grande patriota cubano José Martí, "Nós americanos somos unidos na origem, na esperança e no perigo". E a menos que todos os americanos aceitem as responsabilidades dêsse legado, a nenhum de nós será dado esperar o êxito.

Vim ao Brasil para aprender mais sôbre êste país e sua gente. Conversei com estudantes, homens de negócios, líderes trabalhistas e do comércio. Confesso que muito aprendi nesses contactos. Mas hoje, por alguns minutos, desejo falar-vos dos Estados Unidos, dos objetivos que convosco partilhamos e da política que decidimos adotar para a conquista dêsses objetivos.

O objetivo básico da nossa política exterior é assegurar um mundo onde o homem possa alcançar o seu ideal sujeito apenas às restrições de uma sociedade livre. Êste objetivo implica, sobretudo, respeito aos valores humanos. Implica, ainda, uma profunda crença na inocultável importância da dignidade individual do homem, no seu direito de escolher seu próprio Govêrno, e de modificar suas atitudes de vida dentro do processo ordeiro da lei. Implica, também, a crença de que o Estado não é o último depositário dos resultados dos esforços humanos. Portanto, isto se opõe à filosofia que tem sido a inimiga histórica da Liberdade, desde que as hordas persas

se empenharam em destruir as cidades da Grécia; uma filosofia que aparece, em todos os séculos, com novas doutrinas, novas promessas, e novos líderes — mas que, em realidade, é velha como os Faraós do Egito.

Na trilha dêste projeto os Estados Unidos elaboraram uma política de duplo aspecto. Primeiro estabelecemos uma fôrça capaz de sufocar qualquer agressão, venha de onde vier. Segundo, estamo-nos esforçando para trabalhar conjuntamente, com outras nações do mundo, ajudando-as a tornarem-se independentes, estáveis e desenvolvidas, com homens que possam dar forma aos seus destinos.

Os obstáculos ao sucesso desta política são grandes. Enfrentamos o desejo do comunismo sino-soviético de subjugar o mundo. Tocados de zêlo quase evangélico, alegando que estão na crista de correntes implacáveis da História, e nutrindo um ilimitado desejo de poder, aquelas nações procuram impor sua vontade aos nossos povos e aos outros povos do mundo. Mas, se fôsse essa a única ameaça, não teríamos por que temer o resultado final. Aquelas nações — não importa o grau de fôrça de suas armas ou o diapasão de suas fanfarras — não são, como os pretensos conquistadores do passado, rivais à altura da vontade das nações livres unidas.

Acontece que o maior perigo e o maior desafio vem de nossas próprias sociedades.

II

Nos dias sóbrios das Guerras da Independência, Bolívar escreveu: "O véu foi feito em farrapos. Vimos a luz; e não seremos lançados de volta à escuridão." Em nossos dias, o véu fêz-se em farrapos. Nossos povos viram a luz da esperança — esperança de uma vida melhor para êles e para seus filhos. Êles também não serão lançados de volta à escuridão.

Nós, do Ocidente, que primeiro acenamos com esta esperança, não temos por que temer as suas conseqüências. Precisamos demonstrar que as sociedades livres possuem a capacidade criadora de melhorar o nível de bem-estar material e social do homem e de, ao mesmo tempo, preservar a sua liberdade.

Há, contudo, aquêles que dizem ser essa tarefa impossível. Segundo êles, sòmente se os homens se submeterem à férrea disciplina estatal, poder-se-á atingir o progresso econômico. Conforme o Presidente Kennedy salientou, são êles os mesmos que, vez por outra, fazem promessas de eleições livres e de liberdade de palavra e religião, mas, uma vez no poder, suspendem as eleições, extinguem a liberdade de palavra e proíbem a de culto. Tudo isto é feito em nome do progresso material, mas a ironia final é que êste progresso — relação às suas metas pré-fixadas — não é atingido. Seus fracassos são marcados pelos dramáticos contrastes entre a livre e próspera Europa Ocidental e o ambiente deprimido e de monótona pobreza da Europa Oriental. Pode ser visto, ainda, na superfície vasta da China, onde o espírito do homem foi acorrentado, mas o seu corpo não foi alimentado — onde a fome continua a representar um problema sem solução. Seus fracassos chegaram até mesmo a êste Hemisfério, onde falsas promessas de liberdade e prosperidade se transformaram em uma realidade inflexível de falta de gêneros e baixa de rendimentos. O símbolo máximo dêsses fracassos, entretanto, são os muros de concreto e as cêrcas de arame farpado para impedirem a fuga dos que desejam escapar do campo de concentração em que está transformada metade da Europa.

Mas êstes fracassos não devem ser uma fonte de satisfação para nós — ou um pretexto para justificar contentamento, pois êles representam uma avaliação da magnitude do desafio que se nos apresenta. A grande lição do após-guerra tem sido a de que a dignidade humana e a liberdade individual sòmente podem ser baseadas em uma sociedade de progressivo bem-estar material e de justiça social. Não podemos falar

apenas em liberdade e progresso, pois ambos fazem parte de uma mesma coisa — o bem-estar do homem — e não podem existir separadamente. A liberdade é um conceito dinâmico.

E tem sido a característica da sociedade livre, que sòmente assim permanecerá se todos os seus instrumentos e poderes forem devotados ao bem-estar individual. No século XIX ela foi a nova arma da ordem legal. Hoje é o instrumento da ciência, da tecnologia e da comunicação que são, por sua vez, os instrumentos do progresso social. Sua intensiva utilização não é meramente essencial a uma sociedade livre, mas, sobretudo, é a conseqüência de uma sociedade livre.

Isto significa que devemos, juntos, lutar pelo desenvolvimento econômico das nações não industrializadas, alterando-lhes, ao mesmo tempo, a estrutura social e não permitir que apenas uns poucos favorecidos, participem dos benefícios dêsse desenvolvimento. Esta é uma tarefa de revolucionárias dimensões. Ela requer um espírito revolucionário ligado a um vigoroso programa de expansão econômica e social.

Temos êste espírito. Os Estados Unidos, Brasil e outras nações americanas, são possuidores de profunda tradição revolucionária, que tem contribuído grandemente para o aspecto do mundo moderno. É muito fácil, olhando para nossos relativos poderio e abundância, esquecer a tradição revolucionária dos Estados Unidos, e eu gostaria de discutir êste assunto, em poucas palavras, convosco.

Meu país e outros da América do Sul foram os primeiros a acabar com o colonialismo. Isto é o nacionalismo americano, não a aceitação de uma disciplina e diretriz internacional, que é a mais poderosa fôrça política do mundo de hoje. Na África, Ásia e Oriente Médio, Estados em formação ainda buscam sua independência e soberania, a liberdade contra o domínio externo, a qual fomos os primeiros a conquistar.

III

A segunda revolução dos Estados Unidos teve lugar em 1820 quando os privilégios da vida política foram concedidos a todos os cidadãos independentemente de sua origem ou *status* econômico. Esta profunda transformação política foi conseguida pacìficamente.

A seguir, na metade do século XIX, os Estados Unidos alteram radicalmente o seu sistema de posse da terra, oferecendo-a a todos os que desejassem explorá-la, terminando assim com o sistema agrícola de natureza feudal e eliminando a escravatura.

Mais tarde, no mesmo século, um novo grupo de legisladores estimularam a industrialização dos Estados Unidos, libertando-nos para sempre da dependência de produtos agrícolas essenciais.

No início do século XX, a provinciana e isolada nação norte-americana aceitou as responsabilidades de um poderio mundial, fêz a guerra na Europa e elaborou os fundamentos da Liga das Nações. Numa simples e pacífica eleição presidencial, (de Woodrow Wilson), o padrão de vida nos Estados Unidos foi definitivamente transformado.

Em 1930, quando nossa estrutura politico-econômica se mostrou inadequada para atender as novas demandas do povo, o "New Deal" de Franklin D. Roosevelt, em pouco tempo, sujeitou os negócios e regulamentos, garantiu o bem-estar de nosso povo e colocou uma importante parcela de responsabilidade nos ombros do Govêrno. Novamente, a estrutura social dos Estados Unidos modificou-se através do dinâmico processo da lei.

Nos últimos 15 anos, nossas sociedades livres propuseram a revolucionária idéia de ajuda às nações subdesenvolvidas, por parte das nações altamente industrializadas, idéia essa que deu forma a êsse pensamento do após-guerra, o qual outras se sentem compelidas a seguir, para que possam sustentar sua posição no concêrto das nações.

Menciono êstes fatos, não em tributo à minha pátria, mas em resposta àqueles que nos julgam perdidos, desorientados e incapazes de mudar os destinos da humanidade. Pois esta história, bem como a de meu país, é um tributo à capacidade dos homens livres de reformar a sociedade, de enfrentar as necessidades de uma nova época e à sua habilidade de sedimentar as reservas intelectuais e espirituais que venham atender aos novos reclamos de seus povos. Nós somos um povo jovem e forte. Se a tarefa do progresso com liberdade se nos apresenta mais complexa, sutil e difícil do que a promessa de progresso sem liberdade, então podemos responder que jamais trilhamos o caminho mais fácil e que a tradição de nosso passado faz prever um futuro bem sucedido.

A "Aliança para o Progresso" é nosso instrumento específico para êste trabalho neste Hemisfério.

Trata-se de um profundo e concreto programa de desenvolvimento econômico e social, ligado às nossas tradições históricas. Em larga escala baseado nos heróicos conceitos estabelecidos pela "Operação Pan-Americana", é um programa de dez anos para as Américas, um plano para transformar êsse período numa década de progresso democrático.

Esta política difere radicalmente das políticas anteriores. Sob os auspícios da política de Boa Vizinhança, estabelecemos o princípio da não intervenção, do respeito pela soberania de tôdas as Repúblicas Americanas e ajudamos a edificar o moderno sistema interamericano. Mas esta política já não é mais suficiente — e a "Aliança para o Progresso" é um esfôrço destinado a ir mais além para satisfazer as novas necessidades de nossos dias.

IV

De que maneira esta "Aliança" difere das políticas anteriores?

Primeiro, ela difere das políticas anteriores porque procura atacar todos os problemas sociais e econômicos do Hemis-

fério — os problemas de crescimento econômico, de justiça social e de estabilidade política — e opera em campos tão diversos como reforma agrária, estabilização de preços das mercadorias e aumento das atividades culturais. É um programa com o objetivo radical e ambicioso de alcançar um crescimento auto-sustentável — e abrange as medidas específicas necessárias à consecução dêsse objetivo. Em resumo, é um esfôrço amplo objetivando a solução dos problemas da sociedade como um todo, e que não se restringe a determinadas áreas de atividade.

Segundo, a "Aliança para o Progresso" difere das anteriores políticas porque depende do planejamento nacional. Com tal planejamento, cada nação formulará por si própria um sistema de prioridades, metas e projetos cuidadosamente selecionados a fim de alcançar o nível máximo possível de crescimento econômico e uma rápida elevação da justiça social. Talvez um planejamento assim cuidadoso não tenha sido necessário quando os países podiam levar metade de um século ou mais para se desenvolver, porém hoje não nos podemos dar ao luxo de esperar metade de um século, de modo que tal planejamento se tornou absolutamente essencial.

Terceiro, a "Aliança para o Progresso" difere das demais políticas porque ela empresta a máxima importância aos conceitos de auto-ajuda e reforma social.

Se existe uma lição que emerge claramente da experiência do mundo no pós-guerra é a de que, a não ser que as nações estejam preparadas para realizar esforços hercúleos na tarefa de seu próprio desenvolvimento; e a não ser que os benefícios dêsse desenvolvimento sejam distribuídos pela grande massa da população — então a ajuda externa será inútil, o capital estrangeiro não cumprirá sua missão e nossos esforços comuns fracassarão. Mesmo no ano culminante da vigência do Plano Marshall, a ajuda externa totalizou menos do que 3% da renda da Europa — o restante procedia das próprias nações européias. Portanto, cada país deve mobilizar seus próprios recursos e revigorar suas estruturas tributárias de modo que a riqueza pague sua cota no custo do desenvol-

vimento. Ao mesmo tempo, devemos empreender reformas básicas na estrutura social que permitam ao operário e ao fazendeiro participar integralmente dos benefícios do desenvolvimento. Na maioria dos países da América Latina, essas reformas devem incluir uma reforma agrária rápida e de longo alcance, que dê a cada homem a oportunidade de possuir a terra que êle lavra.

Todos nós sabemos que essas modificações são difíceis, perigosas mesmo. Porém elas são inevitáveis. E a não ser que estejamos decididos a realizá-las, pacífica e legalmente, elas virão mas sob as armas da revolução.

Quarto, a "Aliança para o Progresso" difere também em magnitude das demais políticas. Em Punta del Este, os Estados Unidos comprometeram-se a despender um bilhão de dólares em assistência para o primeiro ano da "Aliança para o Progresso". Mais de 800 milhões de dólares dessa importância já foram empenhados. E ao longo dos próximos 10 anos solicitamos contribuições de capital de fora da América Latina de mais de 20 bilhões de dólares. Tais cifras refletem a certeza de que o desenvolvimento econômico não pode ser conseguido sem um esfôrço total. Só um esfôrço intensivo e em profundidade pode levar os países a um estágio de crescimento auto-suficiente em que a assistência externa não seja mais necessária.

Êsses, portanto, são alguns dos vários aspectos da "Aliança para o Progresso" — um programa que não constitui um fim em si mesmo, porém um instrumento em nossa renovada procura de uma boa sociedade. Nessa procura, nossos dois países têm um papel vital a desempenhar. Apesar das dificuldades oriundas de vossa recente crise política, uma crise cuja solução pacífica representou um tributo à fôrça do Govêrno constitucional, vosso país está trabalhando para transformar em realidade as esperanças da "Aliança".

O magnífico plano da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste do Brasil é um dos programas mais significativos e esperançosos de todo o Hemisfério. Está perfeitamente claro

para os Estados Unidos que o sucesso ou fracasso da "Aliança para o Progresso" dependerá, em grande parte, de vossos esforços, pois o desenvolvimento do Brasil é vital para o desenvolvimento de tôda a América Latina; e se vós fracassardes então se tornarão sombrias as esperanças de todos o Hemisfério.

Os norte-americanos sentimo-nos profundamente felizes de estarmos em condições de oferecer ajuda às outras nações do nosso Hemisfério. Mas o verdadeiro desafio está em vossas mãos enfrentá-lo.

O vosso enorme território e sua dinâmica população encerram oportunidades de desenvolvimento e de grandes feitos que não encontram outro limite senão nas fronteiras da imaginação e da vontade do homem. Aqui, neste país, o povo do Brasil tem a oportunidade de realizar um destino que não só garantirá seu próprio desenvolvimento e preservará sua própria liberdade, mas provará a um mundo vigilante e impaciente que os grandes dias de nossa civilização ainda não despontaram. O povo dos Estados Unidos mostra-se agradecido pela oportunidade de estar associado convosco nesse esfôrço.

Todos nós estamos cônscios de que as tarefas que nos aguardam são vastas, os problemas, difíceis e os desafios, sem paralelo. Mas, levamos conosco a visão de um mundo novo e melhor e a fôrça sem limites de homens livres guiados por governos livres. Não professamos crenças místicas sôbre o curso inevitável da história ou sôbre as correntes impessoais do futuro. Acreditamos, antes, que a história do nosso tempo dependerá dos nossos próprios esforços; e confiamos em nossa capacidade de moldar o futuro como tão amplamente moldamos o passado. Foi um coestaduano meu de Massachusetts, William Bradford, quem disse, em 1630, quando lhe afirmaram que êste continente jamais poderia ser colonizado: "Tôdas as grandes e honrosas ações são acompanhadas de grandes dificuldades e devem ser empreendidas e superadas com uma dose correspondente de coragem. Concedeu-se que os perigos

foram grandes, mas não desesperadores; muitas as dificuldades, mas não invencíveis... tôdas elas, mercê de Deus, com fortaleza e paciência, devem ser ou carregadas ou vencidas."

Juntos, nós também haveremos de vencê-las.

THE FUTURE OF FREEDOM AND THE ALLIANCE FOR THE PROGRESS

This is an article adapted from a speech delivered by Richard Goodwin, deputy assistant secretary of State for Inter-American Affairs at Brazil — United States Institute in Rio de Janeiro, in December, 1961. To begin within the author explains, in general lines, the orientation and the objectives of the American foreign policy, with special reference to its long-run ultimate purpose, which is, in his own words, to propitiate "a world where men can pursue their own ends subject only to the loose restraints of a free society". And goes on to show that the attainment of this objective, necessarily, implies respect to certain moral values and principles deep-rooted in the tradition of a free society; it implies, the same way, the maintenance of the world security. So, the United States has devised a twofold policy: first, it has established a force strong enough to stay the hand of all who would impose their will by force; secondly, his country is determined to work together with other nations of the world, in order to help them develop, at a satisfactory rate, their economies and become independent. He recognises, however, that the obstacles to the success of the policy devised demand large scale intensive efforts, also of two kinds: the sino-soviet threat to dominate the world and, what he still deems to be more important, the economic challenge of the underdevelopment, materialized in the aspirations of the masses for material welfare and a better condition of living. Next, assistant secretary Goodwin alludes to the difference of democratic and autocratic conception of government and their entirely diverse approaches to economic development and proclaims the superiority of the Western system, which guarantees individual freedom and freedom of religion and of opinion over the communist system, based upon blind servitude and obedience to government, stressing the contrast between the prosperity of Western Europe and the stagnant poverty of the iron curtain countries. And there is the ironical side of the problem, he adds: even from a merely material viewpoint, it is easy to realize that the failures of the communist regimes should not represent a source of satisfaction to the western world, for in its modern dynamic concept, freedom also means

progress and freedom, therefore, would be in danger wherever progress has been checked. Continuing, the author reminds us of the revolutionary tradition of the United States and other American nations, nations which have greatly contributed to the aspect of the modern world and which were the first to destroy colonial rule in this par of the world. The American revolution of 1820 is brought by the author to our attention as an example of a peaceful, though radical, political reform, as well as the revolution that took place in the half of the XIX century, this last of an agrarian nature, which ended the feudal plantation system and elimitated slavery. Now he draws a short outline of the historical evolution of the United States since the days it was a non-industrial emerging nation to the present time, when as a world power, it faced the responsibilites of a war in Europe and became a nation capable of carrying out the reforms judged necessary to accelerate the pace of its progress, particulary with the launching of the New Deal by President Roosevelt, which "subjected business, regulation, guaranteed the social welfare of our people, and placed an important share of responsability for economic welfare on the shoulders of government". Further on, the author remarks that the free societies of the world — not the "fresh winds" from the East — first proposed the revolutionary idea that it is the responsibility of the industrialized nations to help their less developed neighbors. At this point he tries to situate the Alliance for the Progress within the general picture of the efforts made by his country to help Latin American development and establishes its differences from the previous policies. The major difference he describes, as follows: "It differs from previous policies because it seeks to attach all the social and economic problem of the hemisphere — the problem of economic growth, social justice and political stability — and it operates in fields as diverse as land reform, the stabilization of commodity prices and the increase of cultural activities. It is a program with the sweeping and ambitious goal of achieving self-sustaining goal growth — and embodies the specific measures, necessary to reach that goal. It is, in short, a comprehensive effort to meet the problems of society as a whole, not restricted to certain areas of society. "This is not, however, in spite of the most important, the only difference. Briefly, the author summarises the rest of the characteristics traits of the "Alliance for the Progress": it depends on the national planning; it has placed maximum emphasis on the concepts of self-help and social reform; it involves a large capital investment of more than twenty billion dollars over the next ten years. In concluding, Assistant Secretary Richard Goodwin stresses the importance of the participation of Brazil to the success of the "Alliance for the Progress" and the most significant role SUDENE will play

in the development of our country and affirms that to achieve the objectives programmed, Brazil and the United States no doubt will have to overcome together the big tasks ahead.

L'AVENIR DE LA LIBERTÉ ET L'ALLIANCE POUR LE PROGRES

Celui-ci est un article adapté d'une conférence prononcée par Richard Goodwin, sécretaire-délegué d'État pour les Affaires Interaméricaines à l'Institut Brésil États Unis a Rio de Janeiro, en décembre 1961. Pour commencer, l'auteur explique d'une façon générale, l'orientation et les objectifs da la politique extérieure américaine, en faisant une réference spéciale à son dernier objectif, à long délai, c'est-à-dire, pour rendre possible un monde où les hommes puissent atteindre leurs fins soumis seulement aux contraintes relâchées d'une société libre". Et il poursuit en montrant que pour atteindre ce but il est nécessaire de respecter certaines valeurs morales et principes bien enracinés dans la tradition d'une société libre; de la même façon, pour y arriver il faut maintenir la sécurité du monde. Ainsi, les Estats Unis ont planifié une double politique: d'abord ils ont établi une force assez puissante pour contenir ceux qui veulent imposer leur volonté par la force; deuxièmement, ils, sont prêts à travailler avec d'autres nations du monde pour les aider à développer, à un degré satisfaisant, leurs économies et à devenir indépendantes. Il reconnait cependant que les obstacles aux succès de la politique visée demandent de très grands efforts, ceux-là des deux catégories: la menace sino-soviétique pour dominer le monde et encore, ce qu'il juge être plus important, le défi économique du sous-développement, materialisé dans les aspirations des masses pour le bien-être social et une meilleure condition de vie. Ensuite le sécretaire-délégué Goodwin mentionne la différence entre les conceptions démocratique et autocratique du gouvernement et leur façon différente d'envisager le développement économique et proclame la supériorité du système occidental, qui garantit la liberté individuelle et la liberté de croyance et celle de l'opinion sur le système communiste, fondé sur l'aveugle servitude et sur l'obeissance au governement, en soulignant le contraste entre la prosperité de l'Europe Occidentale et la stagnante pauvreté des pays communistes. Et il y a également le côté ironique du problème, ajoute-t-il: même d'un point de vue matérialiste il est facile de comprendre que l'échec du système communiste ne doit pas représenter une source de satisfaction pour le monde occidental, car dans une conception moderne et dynamique, liberté est aussi progrès et par conséquence, la liberté serait en danger où le progrès a échoué. Continuant, l'auteur nous rappelle la tradition révolutionnaire des États-Unis et celle d'autres nations américaines, qui ont largement contribué

à l'aspect du monde moderne, les mêmes nations qui prémier ont dé*truit le colonialisme, dans cette partie du monde. La Révolution* américaine de 1820 nous est présentée par l'auteur come un exemple d'une pacifique, quoique radicale, réforme politique, de même que la révolution qui a eu lieu à la moitié du XIX ème. siècle, celle de caractère agraire, et qui a proscrit le systeme féodal de plantation et a éliminé l'esclavage. Il ébauche ensuite brièvement l'évolution historique des États-Unis depuis les jours où ils étaient une jeune nation non-industrielle jusqu'à aujourd'hui, lorsque comme une puissance mondiale ils ont eu la responsabilité d'une guerre en Europe et sont devenus une nations capable de poursuivre les réformes nécessaires à accélérer leur progrès, particulièrement avec le lancement du New Deal par le Président Roosevelt qui "a réglé les affaires, garanti le bien-être social de notre peuple, et placé une partie importante de responsabilité dans le bien-être économique sur les épaules du gouvernement". L'auteur ensuite remarque que les sociétés libres du monde — pas les "vents frais" venant de l'Est — ont proposé les premières l'idée révolutionnaire que c'est la responsabilité des nations industrialisées d'aider leurs voisins moins développés. À ce moment, il essaie de placer "l'Alliance pour le Progrès" dans le cadre général des efforts accomplis par ce pays pour aider le développement de l'Amérique Latine et établit les différences entre les efforts présents et la politique antérieure. La différence principale est décrite de la manière suivante: "Cette politique se distingue des antérieures car elle essaie d'attaquer tous les problèmes sociaux et économiques de l'hemisphère — le problème de l'expansion économique, de la justice sociale et celui de la stabilité politique — et elle opère dans les domaines les plus variés tels que celui de la réforme agraire, la stabilisation des prix des biens et l'émulation des activités culturelles. C'est un programme général et ambitieux dans le but d'accomplir un développement autonome et il contient les mesures spécifiques nécessaires pour l'atteindre. Résumant, c'est un effort compréhensif pour résoudre les problèmes de la société comme un ensemble, sans faire des restrictions à aucune couche sociale. Ce n'est cependant, malgré son importance fondamentale, la seule différence. Brièvement, l'auteur expose d'autres caracteristiques de l'Alliance pour le Progrés: elle est basée sur l'idée d'un plan national; elle a donnée une très grande emphase aux concepts de *self-help* et de réforme sociale; elle implique un très grand investissement de capital, plus de vingt milliards de dollars dans les prochains dix ans. Em conclusion, le sécretaire-délegué Richard Goodwin accentue l'importance de la participation du Brésil pour le succés de L'Alliance pour le Progrès et la signification du rôle que SUDENE jouera dans le développement de notre pays et il affirme que pour atteindre les objectifs visés le Brésil et les États-Unis devrónt afronter ensemble les lourdes tâches qui s'annoncent.

AUXÍLIOS INTERNACIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO NA AMÉRICA LATINA

Abgar Renault

A conjuntura educacional da América Latina é das mais graves e pode dizer-se que só encontra paralelo na Ásia. Longe de ser minorada, ela se agrava na medida em que o processo de industrialização se acentua e ganha ímpeto, seja, por um lado, porque recursos, que podiam e deviam ser aplicados na solução dos problemas do ensino público, são canalizados totalmente para a criação artificial de indústrias destituídas de perspectivas imediatas de assumir caráter reprodutivo, seja, por outro lado, porque os nossos operários, a que falecem elementos essenciais de natureza intelectual para a aquisição e domínio de novas técnicas de trabalho, vão-se improvisando precàriamente ao sabor das circunstâncias, mas tendem a tornar-se insuficientes, tanto em qualidade como em quantidade, para as tarefas novas criadas por aquêle processo de industrialização, prematuro no sentido de que não era o mais urgente, e não acompanhado, como deveria, por esfôrço igual e paralelo, capaz de estabelecer uma sólida infra-estrutura educacional e de criar, por seu intermédio, a massa de manobra sem a qual tudo quanto se faça ou tente fazer acima do nível do ensino elementar será ilusório e equivalerá a uma agitação fútil e fatigante. E tal situação ir-se-á agravando na exata medida em que fôr progredindo o mundo tecnológico em que vivemos. Ao contrário do que o bom senso enganosamente supõe, à proporção que se forem aperfeiçoando as técnicas de produção geral, ir-se-á acentuando e aprofundando a necessidade de mais e melhores operários, pois a máquina é incapaz de substituir o homem. Basta considerar-se êste

exemplo: ao passo que o funcionamento de uma mina de carvão exige 3% de pessoal especializado, de nível superior, uma usina atômica requer 40%.

Se isolarmos no quadro o ensino elementar, que é o ensino de todos e constitui, exatamente, o instrumento criador, por excelência, daquela indispensável massa de manobra, o que se nos depara é surpreendentemente grave.

Os índices de analfabetismo são muito elevados em si mesmos e agravam-se ano a ano em razão dos índices de crescimento demográfico, que são dos mais altos do mundo, e da elevada percentagem da população em idade escolar. Em nosso país, por exemplo, segundo revelou o recenseamento de 1950, a percentagem de população que não atingira 18 anos, isto é, que se encontrava em idade escolar própria de curso elementar ou médio ou de ingresso em curso superior, era de 50,02%. Atualmente, 54% da população da América Latina estão no grupo etário abaixo dos 20 anos.

Além disso, é inevitável considerar que grande massa das crianças que se matriculam, na escola primária não a freqüentam por completo, ao passo que alta percentagem das que lhe concluem o curso se incorpora ao grupo dos analfabetos funcionais.

Assim é que, por um ou por outro dos motivos apontados, o número de analfabetos no grupo etário de 15 anos e mais varia entre 15 e 20% em alguns países, como a Argentina, o Chile, o Uruguai e Costa Rica, e chega a atingir 80% no Haiti. Por volta do ano de 1950, mais ou menos 50% da população do Brasil e do México constituíam-se de analfabetos, ao passo que nos países da América Central a percentagem oscilava entre 60 e 70%.

Paralelamente ao agravamento da situação, criado pelos problemas de população acima apontados, há que levar em conta a existência de zonas rurais extensíssimas, de rala densidade demográfica, onde o estabelecimento de escolas é

extremamente difícil, senão impossível, por deficiência de recursos. Essa falta impede que o Estado ofereça educação de qualquer tipo a concentrações de população nas quais não se encontram, freqüentemente, mais de seis a dez crianças.

Neste momento, dos 40 milhões de crianças em idade escolar na América Latina 18 a 20 milhões não podem freqüentar escolas porque tais escolas não existem. Apenas cêrca de 20 milhões, portanto, conseguem o privilégio de freqüentar escola primária e receber ensino da parte de 600 000 professôres, o qual custa, por ano e por aluno, no conjunto das vinte nações que compõem a América Latina, 25 dólares, quantia em que se incluem possíveis contribuições generosas, de particulares ou do Poder Público local, e cujo total atinge meio bilhão de dólares por ano.

E não deve deixar de ser assinalado que menos de 10% dos alunos egressos do curso primário, ou seja, cêrca de 2 milhões de adolescentes conseguem matricular-se em escolas de grau médio e apenas 400 000 alcançam um ou outro curso de nível universitário.

É êste o quadro quando a população da América Latina conta 200 milhões de habitantes. E não é possível perder-se de vista o fato de que essa população vem crescendo com uma taxa de 2,6% por ano, o que vale dizer: mais de 1% do que a média mundial, e só tem símile em certos países da Ásia.

Ora, qual será a situação dentro de 20 anos? Alfred Sauvy, em livro que se tornou clássico e fundamental, intitulado *De Malthus a Mao Tse Tung*, estuda a evolução provável da população da América Latina no período de 1950 a 1980, e conclui que essa população, na hipótese de uma natalidade *média*, passará, em 1980, a ser de 296 milhões e 500 mil habitantes.

Consideradas as possibilidades de índices de natalidade fracos, médios e fortes, teremos o quadro a seguir, por volta de 1980:

1950		1980		
		Fracos	Médios	Fortes
Argentina	*17 188 000*	*24 638 000*	*26 250 000*	*27 885 000*
Bolívia ...	3 020 000	6 158 000	6 627 000	7 147 000
Brasil ...	51 976 000	98 311 000	105 527 000	113 402 000
Chile	5 745 000	9 092 000	9 879 000	10 235 000
Colômbia .	11 260 000	25 438 000	27 388 000	29 514 000
México ...	25 567 000	48 239 000	55 469 000	64 425 000
Paraguai .	1 397 000	2 707 000	3 212 000	3 727 000
Peru	8 294 000	18 896 000	20 370 000	21 992 000
Uruguai ..	2 424 000	3 040 000	3 212 000	3 386 000

Completemos o quadro com as previsões alcançadas por um estudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) relativamente ao aumento percentual das populações dos vários países latino-americanos: Argentina — 53%; Bolívia — 119%; Brasil — 103%; Chile — 72%; Colômbia — 143%; Costa Rica — 130%; Equador — 127%; Guatemala — 105%; Honduras — 100%; Nicarágua — 127%; México — 117%; Panamá — 112%; Paraguai — 130%; Peru — — 145%; Salvador — 106%; Uruguai — 32%; Venezuela — 130%.

Esses números são aterradores. Por muito que o preenchimento de espaços nacionais e o adensamento de suas popu-

lações representem concentrações de fôrças de vária natureza, intensidade social e poder político, por mais que, à imagem da física aristotélica, a natureza tenha horror ao vácuo também nas áreas da política nacional e da política internacional e, portanto, todos os países acolham como dádivas divinas os aumentos de população, é incerto que, na conjuntura educacional da América Latina, o desmedido crescimento do número de seus habitantes venha a corresponder a fator de utilidade social, seja qual seja o aspecto pelo qual êsse fator possa ser considerado.

Nem é possível deixar esquecido o fato de que, antes até do agravamento do problema educacional ao ponto que o tornará humanamente insolúvel, surgirá o problema da alimentação dessa massa imensa de sêres. Malthus ressurgirá, talvez, duplamente vitorioso, pois a insuficiência de alimentos dará o braço à falta de instrução popular, na qual êle não cogitara nem poderia ter cogitado.

Vale, portanto, dizer que a conjuntura que se arma para os Poderes Públicos na América Latina, por intermédio do crescimento da sua população, ainda que os índices dêsse crescimento não sejam excepcionais, mas apenas médios ou mesmo fracos, é espantosamente grave: êsses Poderes Públicos terão, dentro em vinte anos, de arrostar a fome e a ignorância das massas populares. Anote-se que, no Brasil, no último decênio, o desenvolvimento agrícola atingiu 40%, ao passo que o industrial subiu a 82%.

Assim, o que, à primeira vista, poderia e deveria ser, legitimamente, havido por uma espécie de detonador de "velocidade de escapo" para o progresso geral dos países latino-americanos constituir-se-á num travamento invencível do seu surto, num intervalo, em vez de ponte, entre a estagnação ou o subdesenvolvimento e a prosperidade econômica e a civilização, intervalo que tanto mais se alargará quanto mais crescer a população de tais países.

Deve-se acrescentar que, sob o ponto de vista dos problemas educacionais, êsses índices, no caso do Brasil, parecem

agravados, sèriamente agravados pelas peculiaridades do nosso território, da sua extensão e das suas dificuldades de transportes e comunicações. Baste lembrar que cêrca de dois têrços da nossa população vivem em zonas rurais.

De resto, êstes números são reveladores da nossa indigência educacional: apenas 36,7% das crianças de 7 anos freqüentam escola; no Nordeste, apenas 25,3% do total das que ingressam no curso primário, menos de 20% atingem o 4.º ano; de cada grupo de 100 que concluem êsse curso, apenas 10 logram matricular-se em um curso de grau médio; de 100 que conseguem entrar num curso de grau médio, apenas 7 o concluem; e sòmente 1% dos que passam pela escola primária pode inscrever-se numa escola superior, porque há apenas 30 000 matrículas ou vagas no início de cada ano letivo.

No caso brasileiro, que se repete provàvelmente nos demais países latino-americanos, não se podem perder de vista os seguintes fatôres adversos: a) as escolas que funcionam em mais de dois turnos de trabalho, o que equivale, na hipótese menos desfavorável, a reduzir a tarefa escolar diária a duas horas pelo menos e, conseguintemente, a reduzir a dois anos os quatro anos de um curso já sabidamente curto; b) o número de repetentes, que tomam espaço escolar o qual deveria ser ocupado por parte, aliás mínima, de cêrca de 4 milhões de crianças, muitas delas provàvelmente mais bem dotadas, que ficam, cada ano, fora da escola; c) aquêles que não fizeram curso primário completo e são incapazes de usar as técnicas elementares da leitura, da escrita e dos números; d) os que vão até o fim do curso e, por um motivo ou por outro, continuam analfabetos.

Importante pesquisa empreendida sob a direção do eminente Professor Lourenço Filho veio revelar: a) a diferença entre o desenvolvimento mental das crianças que sabem ler e escrever e os adultos analfabetos é representada por 10, isto é, a idade mental dos segundos corresponde a 6 anos, convindo assinalar que êsse resultado suscitou a suspeita de serem tais adultos analfabetos débeis mentais, por mais estra-

nho que isso se afigurasse; nova pesquisa foi levada a efeito e ficou provado que não o eram; b) a evolução da curva da inteligência infantil é, sem sombra de dúvida, influenciada pelo domínio, da parte da criança, da leitura, da escrita e da Aritmética.

Tudo isso vem demonstrar, mais uma vez, a tremenda importância da educação, o alargamento, dia a dia, do hiato entre as necessidades educacionais e as oportunidades educacionais, a existência, na América Latina, de meios financeiros sòmente para pequenas parcelas da população em idade escolar e, ao cabo, como conseqüência irrecusável, a necessidade absoluta da obtenção de recursos financeiros suficientes para que todos sejam atendidos.

Ainda que não levemos em consideração os efeitos tremendos do surto inflacionário que assola tôda a América Latina, muito especialmente o nosso país, as despesas que a conjuntura educacional dos países latino-americanos está a exigir é irrecusàvelmente incompossível com as suas condições econômicas e financeiras.

O montante dos gastos indispensáveis para oferecer-se ensino primário de qualidade razoável, apenas razoável, às crianças latino-americanas em idade escolar neste momento, digamos, à razão de 40 dólares por aluno, seria de três bilhões de dólares e meio, importância do investimento inicial de capital, e a manutenção de tal serviço em funcionamento exigiria um dispêndio anual de cêrca de dois bilhões de dólares. É verdade que tais quantias representariam o necessário e suficiente para construir, mobiliar e dotar de todos os implementos indispensáveis 600 000 salas de aula, para preparar igual número de professôres e o número imprescindível de orientadores e administradores e para melhorar e manter tudo quanto ora existe que possa ser considerado como a serviço do ensino elementar na América Latina.

Qual a dificuldade maior atrás dessas cifras desanimadoras? — Créditos capazes de suprir a falta de recursos orçamentários.

É evidente que cabe aos próprios países interessados arcar com o pêso tremendo de tôda essa responsabilidade. A despeito, entretanto, do reconhecimento dessa verdade e do conseqüente esfôrço por êles pôsto nessa tarefa ingente, esfôrço que aumenta de ano para ano, menos de um têrço do necessário é despendido anualmente com a educação primária.

Já na Conferência de Lima, levada a efeito em 1956, à qual o Projeto Principal da UNESCO foi submetido, os Ministros da Educação presentes lançaram em relêvo êsse ponto crucial.

Não há negar a importância da assistência bilateral concedida pela ICA e da assistência técnica por parte da OAS e da UNESCO, especialmente por intermédio do Projeto Principal n.º 1. Não há tampouco negar os resultados cada vez mais encorajadores que vêm sendo obtidos por meio dêsse Projeto na área difícil da coordenação de recursos e iniciativas nacionais com a solidariedade regional e a ação internacional. Por outro lado, porém, é inegável que os auxílios materiais, traduzidos em dólares, são muito escassos diante da enormidade do contexto geral do problema educacional de grau elementar na América Latina.

Que poderão fazer os países envolvidos nessa tremenda conjuntura?

Parece que a concessão de créditos a longo prazo é a saída única que as condições atuais da América Latina lhe permitem.

É muito curioso (e sumamente desencorajador) que exista unanimidade em tôrno da magnitude do problema da educação; que se reconheça a necessidade de acudir aos clamores populares por êle suscitados; que se consiga sempre, de um modo ou de outro, a quantidade de recursos necessária para socorrer tantas outras áreas de atividade, inclusive para propiciar o nascimento de indústrias adiáveis por não corresponderem a nenhuma necessidade atual e essencial; mas que, quando se trate de educação, se registre sempre um recuo da parte dos que deveriam logo acorrer com o seu quinhão de

socorro, a começar por muitos governos que, com freqüência, poderiam destinar maiores recursos à solução ou encaminhamento da solução de tão fundamental problema, e, todavia, não o fazem. Nenhum capítulo da história do homem e da sua aventura, nem mesmo o da política, parece oferecer bases tão sólidas a êste conceito lapidar de Adams: "O homem é um animal dotado de razão, mas não é um animal razoável".

Eis, portanto, o ponto crucial da conjuntura educacional latino-americana: a concessão de créditos aos países que revelem desejo de associar aos seus próprios recursos atuais outros recursos em quantidade que assegure a solução do tremendo problema em que se debatem, solução da qual depende, em parte máxima, tornarem-se capazes de emergir da condição de subdesenvolvimento em que se acham mergulhados.

O esfôrço que para tal efeito deve ser despendido tem de ser excepcional, para que possa ao menos ser dotado de alguma eficácia.

O período de contemporizações já deveria estar extinto. Cada dia de complacência significa um novo acréscimo de dificuldade.

Se formos incapazes agora, quando a população geral da América Latina é ainda de cêrca de 200 milhões de habitantes, que acontecerá quando essa população atingir 296 milhões e meio? — A solução há de ter início agora ou não haverá solução jamais.

É evidente que os gastos são imensos, mas não serão menores, senão maiores, amanhã. Além disso, é preciso ter em mente esta sentença irrecusável de Anísio Teixeira: "Não há educação barata, como não há guerras baratas".

Em Conferência da UNESCO realizada no México em março do corrente ano foi aprovada unânimemente proposta brasileira que visava a criação de um fundo internacional para a concessão de empréstimos a longo prazo aos países latino-*americanos desejosos de imprimir maior velocidade nova* ao seu processo educacional.

A reunião técnica preparatória da OPA, em Washington, em junho também dêste ano, tomou êsse ponto de partida e conseguiu firmar as seguintes recomendações sôbre a política de financiamento:

I) Que os investimentos para as ampliações e melhoramento das oportunidades educacionais sejam considerados entre as finalidades do *Development Loan Fund* e do Fundo Especial do Banco Interamericano, para o efeito de obtenção de empréstimos suaves (*soft loans*);

II) Que, no caso de vir a ser criada a *International Development Association*, apóiem os países americanos o princípio de que o financiamento de programas educacionais figurará entre os objetivos da entidade;

III) Que aos países que, nos têrmos da *Public Law* n.º 480, nos E.U.A., e obedecido sempre o requisito de não interferência nos canais normais do comércio, concluírem transações de compra de excedentes agrícolas, seja facultado aplicar os recursos em moeda local, obtidos quer por via de empréstimo, quer de *grants-in-aid*, em programas educacionais;

IV) Que as somas anuais devidas a título de amortização de empréstimos feitos com fundos resultantes de compras, pelos países latino-americanos, de excedentes agrícolas, sejam reemprestadas ou doadas aos governos que formularem programas especiais de investimento para fins educacionais e se dispuserem a aplicar, nesses programas, recursos próprios equivalentes pelo menos ao valor das amortizações reemprestadas;

V) Que aos países latino-americanos que voluntàriamente decidirem reduzir suas despesas de armamento, destinando os recursos, assim poupados, ao financiamento de programas especiais de educação, seja assegurado financiamento em montante equivalente ao da redução das despesas armamentistas, mediante recursos fornecidos quer pelo *Development Loan Fund*, quer pelo Fundo Especial do Banco Interamericano de Desenvolvimento, quer pela *International*

Development Association (quando constituída) ou por essas entidades em conjunto, observadas as seguintes ressalvas: a) que êsses programas de investimento sejam conjuntamente aprovados pelo Govêrno interessado e pela entidade ou entidades financiadoras; b) que êsses programas representem um novo investimento em educação, sem prejuízo do esfôrço educacional comumente feito por êsses Governos.

* * *

INTERNATIONAL AID TO FINANCE THE PRIMARY SCHOOL SYSTEM IN LATIN AMERICA

Professor Abgar Renault examines in this article the educational situation of Latin America. He starts it by stating that this situation is a very serious one and only comparable to that existing in Asia. In addition, he goes on to explain that the picture becomes darker and darker every day because of the high birth rate prevailing in the region. Besides, the inexistence of adequate financial resources to meet the demand of the industrialization process for skilled personnel contributes to emphasize the dramatic tone of the educational landscape. In quite accordance with this previous thinking, the author considers the Brazilian drive for economic development entirely premature and affirms that, to move in the right direction it should have been followed *by a correspondent effort on the educational field. Having* declared that machines are incapable of replacing men, he backs his point of view by calling our attention to the fact that, while the operation of a coal mine can take place with just 3% of skilled college graduated personnel, an atomic plant requires 40%. Confronted with this progressive technical demand, Latin America presents a rather dark pessimistic scenery as far as education is concerned; according to the 1950 census, its percentage of illeraticy was-: 15 to 20% in Argentina, Chile, Uruguay and Costa Rica; 20% in Brazil and Mexico; from 60% to 70% in the Central America countries. In connection with it, the author admits, however, the existence in Latin America of a great number of scarcely populated areas where the Governments can hardly provide any kind of educational facilities. This, coupled *with the increasing cost of education and the lack of means of communication*, overburdens the administrations; and, to prove that, he presents figures regarding the maintenance and installation of elementary schools, in the region, including the per capita cost of every pupil, all amounting to more than 3 billions of dollars a year. Taking these data as a basis, he now poses the question: What will happen in these

next twenty years? In trying to answer this important interrogation, he cites Alfred Sauvy whose book "From Malthus to Mao Tse Tung" studies the probable trend of population growth in the period 1950-1980, and concludes that if this trend does not change, Latin America will have 296 millions and 500 thousand inhabitants, in the space of these thirty years, what will mean, in the long run, immense new difficulties to cope with. Considered the prevailing regional economic conditions, the author wonders whether this tremendous population growth will have any advantageous effect on the social progress, although he feels inclined to think himself that this effect will manifest itself the other way around, thus representing large scale famine and illeteracy in Latin America. In the particular case of Brazil Professor Abgar Renault reminds us that to these already mentioned factors, others may be added such as territorial immensity, defficiency in the means of communication and high percentage of inhabitants in the rural areas. Continuing to develop this line of thought, the author presents valuable data on the Brazilian educational situation and refers to the similarities presented by the problem in Brazil, and other Latin American countries, and tracks down the factors that have contributed to slow down its satisfactory solution. Still concentrated on this specific area, he mentions a research carried out by a colege team headed by professor Lourenço Filho, research that has demonstrated the astonishing gap between the mental development of school children and illerate adults and whose outcome was in favor of the first. This fact, he goes on to say, stresses the importance of education to Latin America, in a time when limited resources prevent governments to meet the ever increasing educational needs, particularly because inflationary spirals absorb budgets. On the other hand, he underlines the fact that, under the prevailing conditions it is of very little financial significance the percentage allocated to attend expansion of the elementary school system: less than one third of the total investments in education. Professor Abgar Renault then alludes to the Conference of Lima, Peru, in 1956, under the auspices of UNESCO, where the delegates assembled pointed out the relative irrelevance of that allocation as a subject that should deserve governments' best attention. Though not minimizing the beneficial effects of the existing bilateral and multilateral aid on the educational field, he advances that this external flow is still far from enough to face the big task of education in Latin America. So, he advocates the concession of long term credits to those Latin American countries desiring to accelerate the pace of its educational process. This suggestion otherwise corresponds to the point of view of the Brazilian Delegation to the UNESCO conference in Mexico, in 1960, materialized in the proposal te create an international fund to finance regional school development, thereby avoiding mass misery and ignorance South of Rio Grande.

ASSISTANCE INTERNATIONALE POUR FINANCER L'ÉCOLE PRIMAIRE EN AMÉRIQUE LATINE

Dans cet article, le professeur Abgar Renault examine la situation de l'éducation en Amérique Latine. Il commence par dire que la situation est très sérieuse et qu'on ne peut la comparer qu'à celle de l'Asie. Il continue par expliquer que le cadre devient de plus en plus sombre à cause du haut taux de natalité de la région. En outre, le manque de ressource financière necessaire à la satisfaction de la demande de la main d'oeuvre specialisée exigée par le procès d'industrialisation accentue le drame éducatif. Selon ces reflexions préliminaires, l'auteur considère le mouvement brésilien vers le développement économique entièrement prématuré et il affirme que pour avancer dans la bonne direction il faudrait un effort correspondant dans le secteur éducatif. Après avoir déclaré que les machines ne parviennent pas à remplacer les hommes, il base son assertion sur le fait que l'opération d'une mine de charbon peut se faire avec seulement 3% de techniciens universitaires, tandis qu'une usine atomique en exige 40%. Comparant cette progressive demande technique, l'Amérique Latine ne présente qu'un décor pessimiste en ce qui concerne l'éducation, et d'aprés le recensement de 1950 le pourcentage d'illettrés était: 15 à 20% en Argentine, au Chili, en Uruguay et Costa Rica; 20% au Brésil et au Mexique; entre 60 et 70 aux pays de l'Amérique Centrale. Il est bien vrai cependant et l'auteur le reconnait, qu'il y a un grand nombre de régions en Amérique Latine ayant une faible population où les Gouvernements peuvent difficilement offrir des moyens d'éducation. Ceci, joint au coût de l'éducation qui augmente tous les jours et l'absence des moyens de transport, surcharge les administrations. Comme preuve, il présente des chiffres sur la manutention et l'installation des écoles primaires dans la région, y compris le coût per capita de chaque élève, le total surpassant 3 milliards de dollars par an. Basé sur ces faits, il nous pose maintenant la question: Qu'arrivera-t-il dans les vingt prochaines années? Essayant de répondre à cette importante interrogation, il cite Alfred Sauvey dont le livre "De Malthus à Mao Tse Tung" étudie la tendance probable de la croissance de la population dans la période 1950-1980 et conclut que si cette tendance se maintient, l'Amérique Latine atteindra 296.500 mille habitants dans ces trente ans, ce qui signifiera, à long délai, de nouvelles et immenses difficultés à surmonter. Considérant les conditions économiques de la région, l'auteur se demande si cette énorme croissance de population amenera des avantage au progrès social; il croit cependant que cela stimulera seulement la famine et augmentera le nombre des illettrés en Amérique Latine. Dans le cas particulier du Brésil, le professeur Abgar Renault nous rappelle qu'il faudrait ajouter aux facteurs mentionnés d'autres tels que l'immensité

du territoire, le manque des moyens de transport et le haut percentage d'habitants dans les zones rurales. Poursuivant son analyse, l'auteur presente des données précieuses sur la situation éducative au Brésil, situation d'ailleurs semblable dans toute Amérique Latine et cite les différents facteurs qui ont contribué à en retarder la solution. Parlant encore du Brésil, il fait mention à l'investigation menée par un groupe de professeurs sous l'orientation du professeur Lourenço Filho, qui a démontré un surprenant décalage entre le développement mental des écoliers et celui des adultes illettrés, investigation qui a prouvé la supériorité des premiers. Ce fait, poursuit-il, accentue l'importance de l'éducation pour l'Amérique Latine dans un moment où les ressources limitées empêchent le gouvernement de satisfaire au besoin toujours croissant de l'éducation, particulièrement à cause des spirales inflactionnaires qui absorbent les budgets. D'autre part, il souligne le fait que, dans de telles conditions, le pourcentage destiné à l'expansion des écoles primaires est insignifiant, car il répresente moins d'un tiers des investissements pour l'éducation. Le professeur Abgar Renault cite alors le Conférence de Lima, Perou, en 1956, sous les auspices de l'UNESCO, où les délegués réunis ont souligné la relative insignifiance de cette subvention, sujet qui mériderait une plus grande attention de la part des gouvernements. Tout en ne diminuant pas les effets avantageux de la coopération bilatérale et multilaterale dans le secteur éducation, il avance qu'elle est très loin d'accomplir la lourde tâche de l'éducation en Amérique Latine. Ainsi, soutient-il l'idée d'une concession des crédits à long délai pour ces pays de l'Amérique Latine qui veulent accélerer le rythme de leur progrès éducatif. Cette suggestion, d'ailleurs, correspond au point de vue de la Délégation Brésilienne à la Conférence de l'UNESCO au Mexique en 1960, suggestion qui a pris corps dans une proposition ayant en vue la création d'un fonds international, destiné à financer le développement scolaire régional, combattant ainsi la misère et l'ignorance au sud du Rio Grande.

O CONVÊNIO COMERCIAL BRASIL—ALEMANHA ORIENTAL E O PROBLEMA GERMÂNICO

Oliver Ónody

Talvez a maior crise pela qual passou a diplomacia brasileira nos últimos anos — considerada como uma das mais maduras, equilibradas e discretas do mundo — foi a provocada pela assinatura do "Protocolo de conversações" com a Alemanha Soviética e que conduziu à renúncia do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, autêntico e clássico representante da mais tradicional diplomacia ocidental. Parece-nos útil esclarecer o caso, sob o aspecto neutro que não seja nem o ponto de vista oficial das autoridades brasileiras, nem o da Alemanha Ocidental ou Oriental. Desejamos, entretanto, antecipar que, em princípio, consideramos justificável a atitude assumida pelos meios oficiais brasileiros nesta questão — com certas reservas.

Dividiremos nosso estudo em três partes que analisarão três diferentes aspectos do problema: jurídico-diplomático, econômico e político.

I

Na parte que trata da análise do aspecto jurídico-diplomático, temos que responder a cinco perguntas. Primeiro, enquadra-se o ajuste em questão nos protótipos dos acordos comerciais?

Friedrich von Martens incluiu os acordos comerciais no grupo de tratados sociais. Na divisão de Holtzendorf êles

pertencem à 2.ª categoria, i. e., às que têm por objeto um princípio de comércio internacional. Na enumeração de Heffter, se encontram incluídos nos tratados chamados "reguladores". Para os acordos comerciais Fauchille, por sua vez, estabeleceu uma tríplice subdivisão: III — Tratados que protegem os interêsses sociais e econômicos do Estado. B. — Tratados pròpriamente ditos. 2. — Tratados de comércio. Como vemos, não há unanimidade na classificação dos acordos comerciais. Por isso, pretendemos utilizar no presente estudo nossa própria classificação que seria a seguinte:

I. a) Perpétuos; b) provisórios; c) usuais;

II. a) Interestatais; b) semi-oficiais; c) privados;

III. a) Universais; b) interamericanos; c) regionais; d) multilaterais; e) bilaterais;

IV. a) Acordos feitos mediante um único texto escrito; b) acordos realizados por vários textos idênticos ou complementares; c) acordos celebrados sem qualquer forma rígida;

V. a) Instrumentos internacionais não-comerciais que contêm, também, cláusulas de caráter comercial; b) acordos não-comerciais nos quais prevalece a feição comercial; c) reafirmação simples de um acôrdo anterior; d) prorrogação de um acôrdo existente; e) alteração do texto de um acôrdo vigente; f) acôrdo de conteúdo restrito, referindo-se apenas a um único produto, a um grupo de produtos ou a um certo assunto comercial específico; g) acôrdo de caráter geral.

O ajuste concluído pela Missão Dantas se enquadra perfeitamente nesta classificação da maneira seguinte: I-b, II-a, III-e, IV-a, V-g.

Segundo sua denominação escolhida propositadamente não o exclui do conceito "ato internacional regular"? Na terminologia portuguêsa existe uma grande variedade de denominações para os acordos de caráter econômico-comercial:

Tratado (tractatus, traité, treaty) — Dado aos acordos mais importantes. Como exemplo podemos citar o Tratado de Paz e Comércio entre El-Rei D. João IV, de Portugal e Carlos I, Rei da Grã-Bretanha, de 29 de janeiro de 1642.

Tratado de Ajuste (traité d'accommodement) — É uma das denominações mais antigas. "Tratado de Ajuste sôbre as diferenças e desinteligências acontecidas no Brasil e em outros lugares do distrito de fiscalização da Companhia das Índias Ocidentais das Províncias Unidas dos Países Baixos", de 20 de outubro de 1648.

Convenção (convention) — Inclui, em geral, compromissos de menor importância que versam sôbre assuntos delimitados. Convenção entre Portugal e os Países Baixos, de 1 de junho de 1677, sôbre a saca do sal de Setúbal;

Assento (asiento) — A denominação é de origem espanhola. "Assento para a introdução dos negros nas Índias Espanholas", de 12 de julho de 1696;

Notas reversais (lettre réversale) — Notas reversais de 29 de setembro de 1835, entre o Brasil e a Bélgica;

Ajuste (settlement, arrangement) — "Ajuste feito entre os comissários portuguêses e britânicos conexo com a execução do Tratado de Comércio e Navegação, de 19 de fevereiro de 1810", assinado em Londres a 18 de dezembro de 1812;

Troca de Notas (échange de notes) — Troca de Notas, de 13 e 18 de setembro de 1836, entre o Brasil e a Áustria sôbre o tratamento da nação mais favorecida;

Protocolo (acte, procès-verbal) — Brasil—Chile, de 10 de janeiro de 1896, estabelecendo bases para a negociação de um Tratado de Comércio e Navegação;

Protocolo Adicional — Brasil—Portugal, ao Tratado de Comércio e Navegação, de 26 de agôsto de 1933, assinado a 21 de julho de 1941;

Modus vivendi — Tem, em geral, caráter provisório. Brasil—Itália, de 5 de julho de 1900;

Legislação recíproca simultânea — Decisão do Govêrno brasileiro, de 30 de julho de 1936, tomada em reciprocidade, em vista das disposições quanto ao Brasil, em face do Decreto Executivo n.º 1778, de 1936 da Colômbia e de acôrdo com o Decreto n.º 552, de 1935, que regulou a revisão dos entendimentos comerciais do Brasil;

Declaração conjunta (reciprocal executive proclamation) — Brasil—Argentina, de 6 de outubro de 1940;

Resolução simultânea — Brasil—Estados Unidos da América, de 22 de janeiro de 1938;

Acôrdo comercial (accord, agreement) — É menos formal do que os tratados. Brasil—Iugoslávia, de 24 de fevereiro de 1950;

Acôrdo Administrativo — "Acôrdo administrativo para o fim de facilitar o intercâmbio de matérias de pedra", celebrado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 17 e 22 de novembro de 1944;

Ajuste Administrativo de Comércio — Brasil—Japão, de 12 de setembro de 1952.

No documento assinado pela Missão Dantas figura a denominação *protocolo* e na sua introdução a expressão *entendimento.* Provàvelmente por causa da apreensão que a assinatura do documento provocou na Alemanha Ocidental e em face dos protestos que surgiram numa parte da imprensa no Brasil, na tentativa de atenuar os efeitos psicológicos da conclusão do acôrdo, foi-lhe dado oficialmente a denominação *protocolo de conversações.* Como vimos, o nome protocolo já existe há muito tempo no vocabulário português para a denominação de acordos comerciais menos formais. A especificação "de conversações" que é uma inovação, não influi, entretanto, na consideração do caso e ela significa apenas um pleonasmo. Sendo assim, o documento assinado deve ser considerado como acôrdo comercial regular, porém de menor importância. As declarações do antigo Chanceler feitas no Senado, em 7 de junho de 1961, de que o "Protocolo de conversações" não é, de forma nenhuma um tratado internacional, não é um convênio, não é um acôrdo, nem qualquer documento que implique qualquer responsabilidade jurídica, de uma ou outra parte, não tendo caráter de ato internacional ou de um compromisso jurídico, devem ser consideradas, de um lado, como uma tentativa política de diminuir a importância da conclusão do ajuste, de outro lado, um esfôrço de ressaltar a discriminação entre um ajuste (provisório, de caráter comercial) e um acôrdo que implica numa obrigação jurídica. Estas explicações, entretanto, não tiram do Protocolo o caráter de ato interestatal, tampouco o de um instrumento internacional de tipo comercial, e êle terá, sem dúvida, também, certas conseqüências jurídicas, secundárias ou indiretas.

Terceiro, teria o Embaixador Extraordinário do Brasil poderes para concluir um acôrdo comercial com a Alemanha Soviética?

Na jurisprudência internacional encontramos inúmeras definições da noção "acôrdo internacional", que, no fundo, se referem às mesmas condições básicas, alterando-se apenas os

requisitos secundários. Lorimer acentua o reconhecimento expresso de uma relação jurídica e a *transformação* desta relação em verdadeiro direito positivo. Calvo ressalta as *obrigações resultantes* e Fiore a *criação* de *novos* compromissos. Todos, porém, admitem o pressuposto de que os atos internacionais devem ser concluídos por países soberanos. De fato, no passado, salvo pouquíssimas exceções — como por exemplo o Egito antes da abertura do Canal de Suez — todos os acordos internacionais foram concluídos por Estados considerados em sentido jurídico, como soberanos. Assim, na literatura especializada foram, em geral, aceitas para a validade dos acordos internacionais os três principais requisitos de Fauchille: a) consentimento recíproco, regularmente expresso; b) capacidade dos contratantes; c) objeto lícito e possível, sob o ponto de vista internacional. Não há a menor dúvida quanto ao consentimento regularmente expresso. O referido documento serve de melhor prova. A segunda questão já é mais delicada, conforme o jornal "O Estado de São Paulo", durante a sessão extraordinária realizada em 25 de julho de 1961, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o enviado especial do Presidente Jânio Quadros reconheceu ter-lhe sido comunicado que deveria ir à Alemanha Oriental apenas em caráter particular. Ao que parece houve, de fato, recuo da decisão presidencial anterior de enviar oficialmente a missão a Berlim Oriental. Êste recuo durante a viagem se deve muito provàvelmente à interferência independente do próprio Itamaraty. A nosso ver, entretanto, a amplitude da autorização que o chefe da missão recebeu, inicialmente, para tratar com a Alemanha Soviética não influi no fundo do problema, por ter sido sua atuação posteriormente aprovada pelos órgãos competentes. Por isso, as eventuais lacunas existentes na sua competência de contratação antes da assinatura do "Protocolo de conversações" não ameaçam a validade do documento, por terem sido as eventuais imperfeições desta autorização posteriormente remediadas, notadamente, pela declaração do então Ministro das Relações Exteriores, feita

em 6 de junho de 1961 no Senado, no sentido de que "o Embaixador Especial não excedeu as atribuições que lhe foram outorgadas pelo Govêrno brasileiro". De outro lado, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados aplaudiu, na sua reunião em 25 de julho de 1961, o relato do Embaixador Dantas sôbre a sua missão, inclusive a viagem que fêz a Berlim Oriental, concedendo-lhe, destarte, beneplácito.

Devemos ainda responder à questão se o ajuste assinado, para entrar em vigor deverá ter aprovação *formal* da parte do Legislativo — em forma de lei — ou se a sua vigência não depende de tal ato. Quanto ao procedimento constitucional da conclusão de acordos comerciais e de convênios econômico-financeiros, conhecemos, em geral, três sistemas: 1. Europa Ocidental, 2. Bloco Soviético e 3. Américas. Na maior parte das Constituições da Europa Ocidental se encontram enumerados os casos nos quais os tratados internacionais e, principalmente, os acordos econômicos-financeiros devem ser sujeitos à aprovação pelos respectivos parlamentos, como órgãos centrais. Varia ùnicamente a forma da disposição que prescreve tal obrigação e a data fixada para a apresentação dos projetos dêstes acordos ao Corpo Legislativo. Na fase preparatória: Dinamarca, Espanha, etc. ou posteriormente: Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Grécia, Itália, etc. A denominação da colaboração do Parlamento na conclusão dos acordos comerciais tampouco demonstra uniformidade: aprovação (Finlândia), consentimento (Dinamarca), conclusão (Turquia), concurso (Alemanha Ocidental), ratificação (Áustria). Na órbita soviética são, em geral, os *Presidiums* que aprovam os acordos. As constituições dos países latino-americanos sofreram, de um lado, a influência do sistema francês, de outro, a dos Estados Unidos. O tipo francês corresponde mais ao individualismo e à mentalidade das nações da América Latina, enquanto foram as circunstâncias difíceis que obrigaram a adoção do regime norte-americano. Por isso, atualmente, nas Constituições da América Latina o Poder Deliberativo predomina menos do que o regime presidencialista. Em tôdas as Repúblicas latino-americanas

há certa uniformidade que decorre desta evolução histórica. É o Legislativo Federal que aprova todos os acordos internacionais, inclusive os comerciais ou os de caráter econômico-financeiro. No Brasil, a forma e o modo da participação dos Poderes Legislativo e Executivo na conclusão de acordos internacionais sofreram certa transformação durante sua evolução histórica. Parece-nos, portanto, útil recapitular, as respectivas disposições das Constituições brasileiras:

Constituição Política do Brasil, de 25 de março de 1824:

> Art. 102 — O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus ministros de Estado. São suas principais atribuições: VIII. Fazer tratados de .... comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembléia Geral, quando o interêsse e segurança do Estado o permitirem.
>
> Art. 142 — Os Conselheiros serão ouvidos em todos os negócios graves .... principalmente sôbre .... negociações com as nações estrangeiras.

A Lei da Regência, de 14 de junho de 1831, determinou, no art. 20, § 1.º, que, quaisquer tratados e ajustes internacionais feitos pelo Govêrno, não fôssem ratificados sem aprovação da Assembléia Geral. As Constituições dos anos de 1890, 1934 e 1946 declaram, claramente, que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sôbre os tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República com os Estados estrangeiros. As Constituições de 1937 e 1945, entretanto, ressaltam, apenas, a necessidade de apresentar *ad referendum* ao Poder Legislativo tais instrumentos internacionais. Estas duas Constituições atribuem ao Poder Executivo os seguintes atos: a) entabular negociações, e b) celebrar ajustes, convenções e tratados internacionais. Na prática, a conclusão, aprovação, ratificação e publicação dos acordos comerciais, no Brasil, não se deram de maneira uni-

forme e demonstraram muita irregularidade. Normalmente, o processo deveria seguir a seguinte rotina: assinatura, aprovação, publicação da aprovação, ratificação, promulgação da ratificação e publicação da ratificação. Muitas vêzes, os ajustes comerciais foram simplesmente publicados sem aprovação do Legislativo (Troca de Notas, de 16 de maio de 1932, Brasil—Iugoslávia). Outras vêzes a falta da aprovação formal provocou severa reação por parte do Senado, como, por exemplo, no caso do acôrdo com a Tcheco-Eslováquia, na sessão de 27 de junho de 1952. Apesar dêstes protestos, os acordos sempre entraram em vigor. Há inúmeros casos nos quais os acordos comerciais deixaram de ser publicados. Já a Decisão n.º 1, de 2 de janeiro de 1823, mandou publicar no Diário do Govêrno todo o expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, "cuja publicação pudesse interessar, por qualquer princípio, o conhecimento público". A maior parte dos acordos comerciais era publicada no Diário Oficial ou num outro periódico oficioso (*). É de se constatar, entretanto, que inúmeros acordos comerciais nunca foram publicados no Brasil apesar de terem entrado em vigor e apesar de a Convenção sôbre Tratados. celebrada na Sexta Conferência Internacional Americana, em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, ter prescrito no seu 4.º artigo a publicação dos acordos ratificados, como o fazia, também, a Sociedade das Nações no Artigo 18 dos seus Estatutos. A falta da apresentação para aprovação ao Corpo Legislativo dos acordos celebrados, pode ser explicada no Brasil talvez por razões técnicas que guiaram o Govêrno na sua atitude de tentar evitar prolongados debates e o adiamento da entrada em vigor dos entendimentos. O Govêrno tenta justificar o contôrno do Corpo Legislativo com dois argumentos:

(*) Boletim Comercial (1918-1927), Boletim Comercial do Brasil (1921-1928), Boletim dos Serviços Econômicos e Comerciais (1929-1930), Boletim Comercial (1934-1936), Boletim Econômico (1938-1939), Boletim do Ministério das Relações Exteriores (1940-1945), Boletim Econômico (1945-1949), etc.

a) A Constituição só prescreve a apresentação ao Poder Legislativo dos *tratados* e *convenções*. A maior parte dos instrumentos internacionais recebe, entretanto, outras denominações;

b) A Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948 autorizou o Poder Executivo a subordinar ao regime de licença prévia o intercâmbio de mercadorias com o Exterior. Mediante uma interpretação extensiva, há possibilidade de evitar, à base da referida lei, a colaboração do Poder Legislativo. É esta a razão do fato de se encontrar incluído — por motivos de precaução — em vários ajustes comerciais a cláusula: "O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, legalmente autorizado a regular as importações através da Carteira de Exportação do Banco do Brasil, etc. ...." Devemos, porém, confessar que se trata neste caso de delegação de poderes, expressamente proibida pela Constituição (Art. 36, § 2.º).

Convém, ainda, fazer algumas observações sôbre o ato de ratificação. Esta palavra na sua ampla significação representa um conjunto de atos de vários órgãos competentes. A interpretação restritiva entende sob "ratificação" ùnicamente uma parte dêstes atos, em geral a aceitação pelo Poder Executivo, do acôrdo feito à base da prévia autorização. Grotius exigiu a ratificação apenas no caso em que os plenipotenciários excederem seu poder ou quando fôr a ratificação no tratado expressamente estipulada. Nos tempos atuais a ratificação não é exigida nos casos seguintes:

1) Quando os tratados são celebrados diretamente pelos Chefes de Estado, inteiramente dentro do seu poder;

2) Quando os acordos são concluídos em países longínquos por representantes de Chefes de Estado, dentro dos limites de suas atribuições;

3) Quando o próprio tratado estipula, expressamente, nesse sentido, por motivos de urgência;

4) Quando o novo acôrdo sòmente reafirma um anterior já devidamente ratificado;

5) Quando se dá uma interpretação restritiva ao valor do tratado, considerando-o menos formal (no caso brasileiro os ajustes, protocolos, etc.).

Segundo a imprensa, a mensagem sôbre os resultados da missão Dantas preparada pelo Ministro das Relações Exteriores e aprovada pelo Presidente do Conselho dos Ministros a fim de ser entregue ao Congresso para ratificação, não incluiu o Protocolo assinado com a Alemanha Oriental. Suponha-se que se pretendeu evitar a reabertura dos debates suscitados no Govêrno anterior pelo anúncio da assinatura do referido documento. Convém, entretanto, ressaltar que para a validade do "Protocolo de conversações" não consideramos indispensável uma outra ratificação formal pelo Congresso.

Finalmente, quanto ao objeto do Protocolo assinado em 28 de maio de 1961, devemos notar que êle é, *sob o ponto de vista internacional*, perfeitamente *possível* e *lícito*, pois inclui apenas as seguintes disposições: a) Acôrdo de que as relações comerciais entre os dois países no futuro podem ser expandidas consideràvelmente; b) Reiteração da inclinação para apoiar o desenvolvimento destas relações; c) Convicção de que a realização do pretendido intercâmbio de mercadorias exige a conclusão de um acôrdo comercial e para êsse fim foi entregue pela Alemanha Oriental um esbôço de acôrdo a longo prazo; d) Recomendação para que as principais disposições do acôrdo entre a *Deutsche Notenbank* e o Banco do Brasil sejam mantidas em vigor; e) Compromisso no sentido de recomendar ao Govêrno brasileiro o estudo da regulamentação das questões de navegação em bases propostas pelo representante alemão; f) Manifestação de desejo brasileiro para o estabelecimento de um pôrto livre em Rostock; g) Aumento das possibilidades do intercâmbio mútuo de mercadorias nos anos de 1962 a

1966 para US$ 200.000.000, de cada parte; h) Manifestação de opinião de que as negociações finais deveriam ser feitas no Brasil no sentido de elevar, eventualmente, êste intercâmbio até o valor de 300 milhões de dólares.

Quarto, se a assinatura do "Protocolo de Conversações" significa reconhecimento da Alemanha Soviética, como Estado Soberano?

O organismo de Estado existe, de fato, quando são reunidos quatro elementos constitutivos: 1. Associação humana bastante numerosa para poder subsistir de seus próprios recursos; 2. Associação independente de qualquer outra; 3. Dirigida por uma autoridade organizada; 4. Possessão territorial suficiente. Se êstes quatro elementos existem, o novo organismo possui uma soberania *interna*. A República Democrática Alemã tem 17 milhões de habitantes, é hoje o oitavo país industrial no mundo, dirigido por um Govêrno e sua superfície é de 107 549 km^2. Portanto, não há dúvida quanto ao preenchimento dos requisitos 1,3 e 4. No que concerne à sua independência, ela pode ser enquadrada no grupo de Estados denominados "satélites" ou "quase protetorados". Para evitar dificuldades na admissão de novos membros nas Nações Unidas, a jurisprudência internacional fecha, entretanto, discretamente os olhos à exigência de independência política. O Direito Internacional, porém, só conhece a soberania *externa*. Um Estado pode ser investido desta soberania externa só se é reconhecido por outros países soberanos. O reconhecimento implica a obrigação formal de respeitar, na nova pessoa de Direito Internacional, as atribuições da soberania. O reconhecimento, entretanto, é um ato declarativo e não constitutivo. Não há obrigação positiva no Direito Internacional para reconhecer um novo Estado. Cada país tem plena liberdade de reconhecer os novos membros da comunidade internacional ou submeter o reconhecimento a certas condições. O reconhecimento não depende de uma forma obrigatória externa e absoluta de manifestação. Êle pode ser expresso ou tácito. O expresso se realiza em geral por uma declaração especial,

enunciada em qualquer ato diplomático. O reconhecimento tácito ou implícito, por sua vez, resulta do fato de entabular negociações ou relações com um Estado, enviar ou receber seus agentes diplomáticos, etc. A assinatura do "Protocolo de Conversações" significa sem dúvida, o reconhecimento tácito da Alemanha Soviética. Convém, entretanto, ressaltar que já foram anteriormente concluídos outros ajustes oficiais com a República Democrática Alemã, por exemplo, em 23 de setembro de 1958, entre o Banco do Brasil e a Deutsche Notenbank ou em 15 de dezembro de 1959, entre o BNDE e o mesmo *banco alemão. Por isso sob o ponto de vista temporal* não se justifica a reação provocada pela assinatura do referido documento nos círculos germânicos ocidentais. (*) Ademais, existem acordos de caráter econômico-financeiro, também, entre várias instituições oficiais das próprias duas Alemanhas.

Sob o espectro humano e psicológico, do ponto de vista alemão, é, porém, perfeitamente compreensível esta sensibilidade. O problema que surge é, entretanto, o seguinte: Os Estados Unidos nas conferências de Yalta, Teerã e Potsdam criaram, na Europa Central uma situação de "fato consumado" que fêz desmoronar o resultado da evolução de vários séculos verificada no Direito Internacional. Apesar desta situação, absurda e imoral, que contraria todos os princípios que deveriam reger as relações entre Estados civilizados, surgem problemas comerciais nas relações com esta parte da Europa, que fatalmente deverão ser resolvidos. Por isso, consideramos que, com a assinatura do referido "Protocolo", não foram novamente feridos princípios de Direito Internacional — apenas os já violados pela política de Roosevelt — nem os legítimos interêsses diplomáticos da Alemanha Ocidental, que, ao que

---

(*) Provàvelmente, os alemães ocidentais distinguem entre os acordos concluídos diretamente pelos Governos, como no caso da missão Dantas e os celebrados por órgãos governamentais, como por exemplo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que êles consideram como apenas órgão técnico e não político.

nos parece, advoga apenas a doutrina de Hallstein que tenta evitar o reconhecimento *de jure* da Alemanha Soviética. Segundo a declaração do titular da Pasta das Relações Exteriores do Brasil não houve tal ato de reconhecimento jurídico. Aliás, o reconhecimento *de jure* da Alemanha Soviética por nós, de um lado, obrigaria a República Federal Alemã — que se considera como único legítimo representante da nação germânica — a rever as suas relações com o Brasil, (*) de outro, o nosso país, pelo reconhecimento oficial da RDA, se colocaria ao lado do Bloco Soviético, porque até agora a Alemanha Oriental só foi reconhecida por países comunistas.

Quinto, a assinatura do "Protocolo de Conversações" feriu um princípio de moralidade internacional?

Certamente, sob o ponto de vista teórico, considerar como soberano um país totalmente ocupado por poderoso exército estrangeiro, é pura hipocrisia. Tampouco é decente sentar-se à mesa com representantes de um regime que se baseia sôbre cêrcas de arame farpado e que abate como môscas seus próprios cidadãos que tentam fugir para outra parte do país, para se juntarem às suas famílias.

A realidade, entretanto, é outra. A principal tarefa da diplomacia, confirmada pela praxe multissecular, é a de apresentar as maiores imoralidades em formas aparentemente delicadas e disfarçadas e conseqüentemente, torná-las aceitáveis à comunidade internacional. As noções como "traição", "imoralidade", etc., dependem da época, regime político em vigor e equilíbrio das fôrças mundiais. Não cabe ao Brasil a missão de reformar o Mundo e salvar a moral internacional.

(*) Não devemos esquecer que, quanto aos investimentos privados no período 1952-1960, a Alemanha Ocidental com 18% (US$ 126,5 milhões) se colocou em segundo lugar entre os países que investiram no Brasil. Até hoje êstes investimentos já alcançaram a soma de 150 milhões de dólares. Dos *stand by* créditos privados (110 milhões de dólares) obtidos pelo Brasil neste ano na Europa, 29,1% provém da Alemanha Ocidental.

No fundo, a moral do Mundo Ocidental não é superior à do bloco soviético. A atitude das Nações Unidas e a política do Ocidente em relação à pendência Leste — Oeste é, também, caracterizada por um altíssimo teor de imoralidade. Convém citar a êsse respeito alguns exemplos. Os Estados Unidos em Yalta, Teerã e Potsdam entregaram à União Soviética dez países na Europa Central — na maior parte milenários —, estabelecendo com os regimes, impostos nestes territórios pelo exército russo, relações diplomáticas regulares. Ao mesmo tempo, quando o Brasil, curvando-se perante a realidade criada por Roosevelt, tenta regularizar seu intercâmbio comercial com êstes países, a opinião pública norte-americana se sente chocada. Em 1956, houve duas intervenções armadas: uma na Hungria e outra no canal de Suez. As Nações Unidas, e, principalmente os Estados Unidos só obrigaram as potências ocidentais a recuar, fechando os olhos à intervenção soviética. (*) O Mundo Ocidental concorda em conceder — aliás muito louvàvelmente — independência a inúmeros territórios com algumas centenas de milhares de habitantes, em 99% analfabetos, que ainda hoje andam nus (por exemplo a República de Mauritânia com 620 000 habitantes ou a República de Gabão com 500 000 habitantes). Concomitantemente aceita, sem o menor protesto, o desaparecimento do cenário de Estados soberanos, de inteiras nações européias, que já há séculos possuíam universidades mundialmente conhecidas. É o caso da Estônia, Lituânia e Letônia.

Em virtude destas discriminações flagrantes existentes nos critérios morais do Mundo Ocidental, não nos parece que

(*) Memórias de Eden — "Passaram-se cinco dias sem que se realizasse outra reunião do Conselho da ONU para tratar do caso da Hungria, a despeito das repetidas tentativas feitas por nós e por outros nesse sentido. O representante dos Estados Unidos mostrava-se relutante, e expressou sua desconfiança de que estamos insistindo sôbre o caso da situação húngara a fim de desviar a atenção do problema de Suez. Parecia que o Govêrno dos Estados Unidos não tinha pressa de agir. Sua atitude constituiu um contraste prejudicial à diligência que estava demonstrando em acusar os franceses e os britânicos."

o Brasil tenha cometido algum atentado contra a moral internacional pela assinatura do referido Protocolo. Na diplomacia, só os atos de mau gôsto deveriam ser evitados. Somos de opinião que a assinatura do "Protocolo de Conversações" pelo Brasil, como ato bastante neutro, não reflete tal mau gôsto e não fere a moralidade internacional.

II. ASPECTO ECONÔMICO

Os primórdios das relações econômico-comerciais de Portugal com a Alemanha remontam a tempos muito antigos. Em 1440 o comerciante alemão Martin Lems se estabeleceu em Lisboa e tornou-se fundador da família Leme. Em 1452 o Rei D. Afonso V concedeu privilégios a vários membros da Hansa. Staden na descrição de suas duas viagens que fêz ao Brasil, em 1547-1548 e 1550, mencionou ter encontrado um alemão de nome Heliodorus Hessus que trabalhava no engenho de açúcar de São Vicente (*). O intercâmbio comercial entre os dois países se intensificou mais tarde extraordinàriamente. Em 1796, o Brasil exportou para a Alemanha mercadorias no valor de 5.202:878$750 (**) que correspondia a 92,1% de tôdas as exportações portuguêsas àquela parte da Europa. Em 1806, Hamburgo recebeu mercadorias brasileiras no valor de 2.481:645$622 e a Prússia no de 6:381$150, representando estas quantias 95,1% e 84,7% respectivamente, nas exportações portuguêsas destinadas àqueles territórios. Em 1819, as exportações brasileiras para Hamburgo montaram a 1.106:298$190 (85,9%) e as para a Prússia a .... 35:232$165 (76,3%). Nos referidos anos das exportações brasileiras 52,6%, 17,2% e 25,5% se destinaram a territórios germânicos. Em 1839-40, das cidades hanseáticas chega-

(*) Em 1567 a usina produziu 1 000 arrôbas anuais, tendo nela empregados 70 escravos.

(**) Adrien Balbi. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, 1822.*

ram à Capital brasileira mercadorias no valor de .... 1.596:316$000. Em 1842-43 as exportações das cidades hanseáticas pelo pôrto do Rio de Janeiro alcançaram o valor de 3.360:956$000, e as importações 1.403:875$000, sendo que a participação germânica naquele ano era de 4,9% nas importações e de 11,7% nas exportações brasileiras. Em 1843 exportamos para a Alemanha: aguardente, algodão, arroz, açúcar, cacau, café, couros, fumo e borracha. A Alemanha unificada participou do comércio exterior do Brasil com as seguintes parcelas:

	Importações brasileiras provenientes da Alemanha	Exportações brasileiras destinadas à Alemanha
	%	%
1872/73	6,84	7,63
1901	9,42	14,81
1910	15,89	11,83
1921	8,04	9,51
1930	11,38	9,11
1938	24,99	19,06
1951	5,57	4,78
1960	9,3 + 0,7 (*) = 10,0	7,1 + 1,0 (*) = 8,1

O primeiro acôrdo comercial concluído pelo Brasil com a Alemanha foi o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre D. Pedro I e Frederico Guilherme III da Prússia, assinado em 9 de julho de 1827, no Rio de Janeiro, da parte brasileira por Marquês de Queluz, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de São Leopoldo, Ministro dos Negócios do Império e Marquês de Maceió, Ministro dos Negócios da Marinha e, do lado prussiano, pelo Encarregado dos Negócios junto à Côrte do Brasil, D'Olfers. Recapitulamos ràpidamente os seus principais tópicos: Art. 1 — Paz constante e amizade; Art. 2, 5, 7 — Tratamento de nação mais favorecida às pessoas, bens dos súditos, agentes diplomáticos e navios; Art. 3 — Situação dos súditos no caso de rompimento; Art. 4

(*) Alemanha Oriental (em dólares).

— Crimes de alta traição, felonia, fabricação de moeda falsa e deserção; Art. 6 — Liberdade de navegação e de comércio; Art. 8 — Direitos aduaneiros; Art. 9 — Reexportação, baldeação e naufrágio; Art. 10 — Certificados de origem; Art. 11 — Comércio no estado de guerra; Art. 12 — Vigência de 10 anos. Em 18 de abril de 1828 foi assinado um artigo adicional a êste Tratado que garantiu o tratamento de nação mais favorecida a tôdas as vantagens de navegação e comércio. O segundo acôrdo comercial concluído com um território germânico foi o Tratado de Comércio e Navegação entre Dom Pedro I e os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de Lubeck, Bremen e Hamburgo, assinado em 17 de novembro de 1827, da parte brasileira pelo Marquês de Queluz, Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Conde de Lajes, Ministro dos Negócios da Guerra e da parte alemã por Dr. João Gildemeister e Ds. Carlos Sieking, Enviados Extraordinários. Os principais pontos dêste Tratado eram: Art. 1 — Abertura dos portos e ancoradouros; Art. 2 — Nacionalidade dos navios; Art. 3 — Taxas pagas pelos navios; Art. 4 — Facilidade ao intercâmbio comercial; Art. 5 — Transporte de mercadorias; Art. 6 — Direitos alfandegários; Art. 7, 8, 9, 11 — Tratamento de nação mais favorecida às alfândegas, vantagens de comércio e navegação, pessoas e bens dos súditos, assim como aos agentes diplomáticos; Art. 10 — Contrabando de guerra; Art. 14 — Vigência de 10 anos. Com a República de Weimar concluímos três convênios, a 22 de outubro de 1931 e 8 de junho de 1936, que versavam sôbre o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida na matéria alfandegária, e por troca de notas de 21 a 31 de dezembro de 1938, um convênio sôbre algodão.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a República Federal da Alemanha (Ocidental) foi concluído, em 17 de agôsto de 1950, na cidade de Bonn, um Ajuste Comercial com o seguinte conteúdo: Art. 1 e 2 — Admissão e autorização das exportações e importações das mercadorias constantes das listas A e B (US$ 115.000.000 cada uma); Artigo 3 — Autorização do movimento comercial *pro rata temporis* — 25% por

trimestre; Art. 4 — Possibilidade de modificar as listas de mercadorias; Art. 5 — Certificado de origem; Art. 6 — Equilíbrio razoável de pagamentos; Art. 7 — Validez das licenças de exportação e importação após o término do Ajuste; Art. 8 — Contratos a longo prazo; Art. 9 — Destino exclusivo das mercadorias ao consumo interno ou à transformação pelas manufaturas do país importador; Art. 10 — Vinculação ao Acôrdo de Pagamentos, concluído entre o Banco do Brasil e o Bank Deutscher Lander; Art. 11 — Viagens de negócio; Art. 12 — Constituição de Comissões mistas; Art. 13 — Data da entrada em vigor do Ajuste; Art. 14 — Prazo de vigência por um ano, prorrogável tàcitamente. Na mesma ocasião foi assinado, também, um Protocolo que estendeu as disposições do Ajuste Comercial e do Acôrdo de Pagamentos, naquele tempo em vigor, aos setores ocidentais de Berlim. Concedeu-se da mesma maneira, recìprocamente, o tratamento incondicional de nação mais favorecida aos direitos aduaneiros e à navegação, com três exceções: a) tráfego fronteiriço, b) uniões aduaneiras, e c) convenções multilaterais de que não participe a outra Parte Contratante. Finalmente, eximiram-se da tributação os ingressos provenientes do exercício de navegação marítima entre os territórios das Partes Contratantes. Em 29 de agôsto de 1952 houve outro acôrdo em forma de troca de correspondência confidencial. Em 25 de junho de 1953, firmou-se em Bonn um Protocolo Adicional ao Acôrdo Comercial de 17-8-1950 e como decorrência de uma das suas disposições, os contingentes de exportação e importação entre os dois países foram aumentados de US$ 115.000.000 para US$ 142.000.000.

Em 4 de setembro de 1953, foram assinados no Rio de Janeiro os seguintes documentos entre a República Federal da Alemanha e o Brasil: a) *Declaração conjunta* sôbre a necessidade de abolir a legislação imposta pela guerra que restringiu o intercâmbio comercial entre os dois países e sôbre o desenvolvimento da troca de mercadorias entre o Brasil e a Alemanha Ocidental; b) *Acôrdo* sôbre restauração dos direitos de propriedade industrial e direitos autorais atingidos pela

Segunda Guerra Mundial; c) *Troca de notas* sôbre transferência e capitais alemães para o Brasil, para fins de investimentos (*), prevendo financiamentos até o prazo de cinco anos e estabelecendo que 30% das exportações alemãs para o Brasil se destinassem a bens de equipamento. Na mesma ocasião foi determinada, igualmente, a constituição para as mesmas finalidades de uma Comissão Mista de Desenvolvimento Econômico; d) *2.º Protocolo Adicional* ao Ajuste Comercial de 17-8-1950 e à troca de correspondência confidencial de 29-8-1952. Em 1 de julho de 1955, foram feitas trocas de notas relativas aos seguintes assuntos: a) pagamentos; b) expiração do Ajuste Comercial de 17 de agôsto de 1950; c) interpretação do Art. IV do Protocolo de 17-8-1950; d) Acôrdo de Investimentos e Financiamentos de 4-9-1953; e) Utilização pelo Brasil de recursos em DM na área do dólar; f) entrada em vigor, para a República Federal da Alemanha, do item 2 do Protocolo sôbre comércio; g) operações de trânsito com mercadorias brasileiras; h) financiamentos alemães.

Em 23 de setembro de 1958, foi concluído um Ajuste entre a Deutsche Notenbank da República Democrática Alemã e o Banco do Brasil, cujas principais disposições eram: a) As Partes Contratantes abrirão contas necessárias ao pagamento de exportações e importações de mercadorias, despesas comerciais e bancárias e outras operações; b) As transações serão feitas em dólares; c) Conceder-se-á um crédito recíproco rotativo (*swing*) de dois milhões de dólares, computando-se juros de 3% sôbre o saldo das contas; d) As exportações reguladas por êste Ajuste receberão um tratamento igual ao concedido ao intercâmbio comercial pago em moeda de conversibilidade limitada; e) Após a execução do Ajuste, as contas permanecerão abertas pelo prazo suplementar de 180 dias para a liquidação das operações pendentes; f) As mercadorias importadas serão destinadas exclusivamente ao consumo interno ou à transformação pelas indústrias nacionais; g) As Partes Contratantes reservam-se o direito de exigir certificados de

---

(*) Acôrdo de Investimentos e Financiamentos.

origem; h) Repressão da circulação e venda de produtos com falsas declarações de origem, qualidade e tipo; i) Será permitida excepcionalmente a reexportação de mercadorias adquiridas. Concomitantemente foram feitas trocas de notas sôbre as modalidades de pagamento, conversibilidade limitada, e foram apresentadas, a título exemplificativo, listas de produtos de exportação. O Ajuste de Pagamentos para cooperação econômica e financeira entre a Deutsche Notenbank e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de 15 de dezembro de 1959, foi o segundo instrumento internacional de caráter oficial, assinado com a Alemanha Soviética. Êste previu o financiamento dos fornecimentos de bens de produção aos importadores brasileiros mediante garantia concedida pelo BNDE sôbre os valores computados em dólares norte-americanos a serem liquidados com base no Ajuste de Comércio e Pagamento, firmado em 23 de setembro de 1958.

Finalmente, em 21 de setembro de 1961, foi assinado no Rio de Janeiro um acôrdo com a Alemanha Ocidental sôbre a consolidação de compromissos comerciais brasileiros a prazo *médio, no montante* de *368 milhões de marcos* (*US$* 92 *milhões*).

Sob o ponto de vista *econômico* é compreensível a tentativa do Brasil de fortalecer os laços comerciais com a Alemanha Soviética — sob a condição de poder manter com êste país um saldo ativo, o que parece pouco provável —. Os principais motivos econômicos que justificariam o intercâmbio comercial com a República Democrática Alemã, seriam os seguintes :

a) O nosso comércio exterior manifesta recentemente uma tendência passiva a longo prazo.

Épocas	*Balança comercial brasileira*
1796 — 1815 (20 anos)	Preponderantemente ativa
1816 — 1861 (46 anos)	" passiva
1862 — 1950 (88 anos)	" ativa
1951 — 1960 (10 anos)	" passiva

b) O nosso saldo comercial com os países de moeda forte, tradicionais fornecedores de bens de capital nos últimos anos, era, na maioria dos casos, também, passivo.

	U.S.A.	*Grã-Bretanha*	*Suiça*	*Suécia*	*Benelux*
1955	+	+	+	—	—
1956	+	—	—	—	—
1957	—	+	—	—	—
1958	—	—	—	—	—
1959	—	+	—	—	+
1960	+	+	—	—	—

c) A Alemanha não reassumiu ainda a posição tradicional que lhe cabe no comércio exterior do Brasil, pois sua participação máxima do ano de 1938 (25%-20%) se encontra muito acima do nível atual (10%-8%). Há portanto possibilidade potencial para aumentar êste intercâmbio;

d) Com a Alemanha Ocidental a nossa troca de mercadorias nos anos 1951-1960 evidenciou um *deficit* da ordem de US$ 180.134.000. (*) A manutenção das importações durante êste período só foi possível através dos vultosos financiamentos concedidos pela R.F.A. ao Brasil, que eram as seguintes:

1956	24,2%
1957	10,2%
1958	23,4%
1959	27,4%
1960	44,8%

e) O G.T. encarregado do estudo do intercâmbio comercial Brasil—R.F.A. para o futuro prevê as seguintes alterações: (**)

(*) Enquanto a balança comercial é considerada como negativa, o balanço de pagamentos é na realidade positivo, uma vez que a R.F.A. concedeu-nos créditos de financiamento e realizou vultosas inversões.

(**) Convém notar que as previsões do referido G.T. se basearam provàvelmente, sôbre a suposição de que as tarifas aduaneiras atuais do Mercado Comum Europeu serão mantidas. Considerando, entretanto, os esforços emitidos neste sentido pelos Estados Unidos e as tendências de liberalização da R.F.A., é de se admitir que os direitos sôbre as mercadorias tropicais serão na Europa reduzidos, no futuro.

— elevar-se-á o *déficit* do nosso balanço comercial;
— reduzir-se-á, gradualmente, a participação de produtos brasileiros nas importações globais de alimentos, bebidas e fumo, que serão efetuadas pela R.F.A.;
— desaparecerá, em 1965, a participação brasileira no mercado alemão ocidental, quanto aos itens constantes da classe "matérias-primas não comestíveis", óleos e gorduras animais;
— reduzir-se-á a participação percentual do Brasil no comércio exterior da R.F.A.

III. ASPECTO POLÍTICO

A divisão atual da Alemanha com tôdas as dificuldades e perigos internacionais decorrentes e o problema sem saída da existência de uma Alemanha Soviétizada não é tanto um problema russo, mas infinitamente muito mais uma questão ocidental. A situação atual do mundo e a quebra fatal do seu equilíbrio político, econômico e social foram provocadas mais pela decadência do Ocidente e pelos erros por êle cometidos do que pela alegada superioridade do regime soviético que comete, igualmente, tremendos erros, entre os quais é de se mencionar, em primeiro lugar, a equiparação na planificação socializante de tribos seminômades nas partes oriental e meridional do seu império ou da sua população de raça eslava — que se encontrava ainda no início da Segunda Guerra Mundial pràticamente em estado medieval —, às populações altamente civilizadas e industrializadas, vivendo uma vida social e cultural evoluída, como, por exemplo, no caso da Tcheco-Eslováquia. Também, não se podem nivelar nações com diferentes comportamentos raciais. A vida de um povo independente é sempre determinada pelo comportamento social da raça à qual pertence. Esta atitude só pode mudar sob a influência multissecular de diversos fatôres ecológicos e outros. Ao contrário, a mudança forçada da mentalidade humana, por utilização de

métodos violentos e processos sumários, só tem efeito a curto prazo, embora os resultados possam ser positivos tanto no campo interno (por exemplo o regime fascista na Itália) como externo (por exemplo os satélites da União Soviética). Mais cedo ou mais tarde, entretanto, a própria natureza do elemento humano autóctone vence as formas de vida estranhas, introduzidas pela fôrça. *Naturam furca expellas, tamen usque recurret*... No passado, também, na Rússia os czares tentaram ocidentalizar seu povo, cortando as cabeças dos que recusaram deixar cortar suas barbas demasiado ortodoxas, não conseguindo porém mudar a mentalidade básica da raça que continua a oscilar em tôrno da zona fronteiriça da Eurásia.

A União Soviética teve campo pràticamente livre para sua expansão durante e depois da Segunda Guerra Mundial, em virtude da inércia do mundo ocidental causada por inúmeros fatôres — que deixamos de analisar minuciosamente — entre os quais, todavia, convém mencionar os que possibilitaram a instalação do regime nacional-socialista na Alemanha, a falta de idéias justas ou erradas mas que trariam incentivos à vitalidade das sociedades ocidentais, seu materialismo, etc. A maior responsabilidade nesta decadência cabe, entretanto, aos Estados Unidos por se terem encontrado, em 1945, como únicos na liderança do mundo livre — em conseqüência de um desenvolvimento técnico rápido e enfraquecimento material e concomitante de outras nações ocidentais — com deveres históricos e morais que não conseguiram compreender. A atual trágica situação do mundo ocidental pode ser explicada perfeitamente pelos traços característicos da mentalidade do povo norte-americano que demonstra tão pouca coesão estrutural e uniformidade e que não se encontra na altura da tarefa que lhe foi atribuída por um jôgo fortuito e pelo capricho do destino: a) mediocridade intelectual e cultural, b) imaturidade política, c) subconsciente messianismo moral aparente, originado numa cisão patológica de consciência, d) materialismo realístico.

A explicação básica do aspecto político dêste problema se encontra na entrevista do Presidente dos Estados Unidos concedida à imprensa, em 11 de outubro de 1961. O texto da referida declaração em tôda a imprensa mundial publicada é o seguinte: "Depois de afirmar que os Estados Unidos não podiam mais adiar a execução de uma investigação de envergadura com o objetivo de encontrar os meios de curar ou prevenir o *retardamento mental que afeta cinco milhões de norte-americanos*, o Presidente Kenedy anunciou que convocará um grupo de especialistas — formado por médicos, cientistas, educadores, advogados, sociólogos etc. — que ficará encarregado de apresentar um plano relativo ao problema". Antes de entrar no mérito do problema, temos que fazer uma ligeira observação. Não sabemos se se trata de êrro de impressão ou de um otimismo exagerado do entrevistado, mas parece-nos mais realista a cifra de cento e cinqüenta milhões.

Na análise das características da mentalidade norte-americana, convém descer até às raízes, da situação política atual. Na Carta do Atlântico de 14 de agôsto de 1941, Roosevelt e Churchill se comprometeram a não realizar modificações territoriais que não estejam de acôrdo com os desejos livremente exprimidos pelos povos atingidos e respeitar o direito que assiste a todos os povos de escolher a forma de govêrno sob a qual querem viver. Na Conferência de Moscou, a 1 de novembro de 1943 Molotov, Eden Hull e Foo Ping-Sheung, em nome dos seus Governos, se obrigaram que depois da terminação das hostilidades não empregarão suas fôrças militares nos territórios de outros países. Seguiu-se a Conferência de Teerã com as românticas declarações de Roosevelt, Churchill e Stalin, de 1 de dezembro de 1943 — "Emergimos destas conferências cheios de cordialidade, olhando com confiança para o dia em que todos os povos do mundo possam ter uma vida livre, sem serem perseguidos pela tirania, mas sim segundo os seus variados desejos e a sua própria consciência" — e na sua mensagem ao Congresso em 6 de janeiro de 1945, Roosevelt acrescenta: — "Declaramos ser nosso propósito e dos nossos aliados respeitar o direito que têm todos os povos de

escolher a forma de govêrno sob que desejem viver, e restaurar os direitos soberanos e govêrno autônomo aos que dêles forem privados".

Atrás dessas declarações teatrais que num estado de cisão mental permanente satisfizerem plenamente as tendências inatas norte-americanas de moralização universal, começaram as secretas negociações entre os Estados Unidos e a Rússia sôbre o futuro do povo alemão ao qual foi garantido o direito de autodeterminação pelas declarações supracitadas. Eis, o outro aspecto da referida cisão. É difícil reconstituir com precisão o que aconteceu atrás dos bastidores e quão longe foram as propostas e concessões norte-americanas, porque só agora começam a ser publicados os respectivos documentos secretos que tantas apreensões causaram nos últimos meses, como por exemplo a proposta dos Estados Unidos feita à Rússia, durante a Segunda Guerra Mundial, no sentido de entregar à influência soviética a Índia, que nem era colônia americana. À base dos documentos entregues ao público, é de se verificar, entretanto, o seguinte:

1) Da parte final da declaração de Moscou, de 1 de novembro de 1943, consta: — "Na atmosfera de mútua confiança e entendimento que caracterizou todo o trabalho da Conferência, ocupou-se esta de muitas outras questões tão importantes não só de natureza corrente mas também, sôbre o tratamento a dar à Alemanha hitlerista". Já nesta época foram provàvelmente feitas grandes concessões à Rússia, que Roosevelt considerou aconselhável não publicar;

2) Quando no fim da guerra, na imprensa aliada, começaram a aparecer notícias sôbre as atrocidades russas cometidas, por exemplo, contra polonêses em Katyn ou contra as mulheres em todos os territórios ocupados pelas tropas vermelhas e a circular boatos sôbre os resultados trágicos do desvio da política rooseveltiana, o Presidente, para dissipar as inquietudes, achou necessário declarar na sua mensagem ao Congresso, em 6 de janeiro de 1945, o seguinte: — "Circulam aqui e acolá boatos perniciosos e infundados contra os russos. Se examinardes atentamente êsses rumores percebereis que to-

dos, sem exceção, estão estampados com a mesma marca — indústria alemã —. Temos de destruir esta propaganda dirigida contra os russos".

3) Na Conferência da Criméia, em 11 de fevereiro de 1945, decidiu-se dividir a Alemanha em zonas e ocupá-las por fôrças aliadas separadamente, prevendo-se para coordenação a instalação de uma comissão central de contrôle, formada pelos comandantes supremos das três potências, com quartel-general em Berlim. De outro lado, reconheceu-se que para compensar e indenizar a Polônia pelos territórios que a Rússia anexou, *a República Polaca deveria receber aumentos substanciais* de territórios no Norte e no Oeste da Alemanha, habitados por população germânica, devendo a delimitação final da fronteira ocidental da Polônia ser feita pela Conferência de Paz;

4) Na Conferência de Potsdam, em 2 de agôsto de 1945, os aliados entregaram à União Soviética a maior parte da Prússia Oriental com a Capital de Königsberg. Tôda a parte oriental da Alemanha, até a linha Oder—Neisse, foi colocada sob administração polaca e determinou-se a remoção da Europa Central e Oriental da população de raça germânica cujos antepassados se radicaram naquelas regiões há vários séculos (*). O número destas pessoas deportadas é estimado em 15-20 milhões;

5) Quanto a Berlim, o Protocolo de Londres, de 12 de setembro de 1944, considerou-a como território distinto das outras zonas de ocupação da Alemanha a ser administrado conjuntamente pelas potências ocupantes até que se firmasse um tratado de paz permitindo aos alemães decidir livremente sôbre a forma de seu próprio govêrno. O art. 2.º do Tratado de Estado retira as questões relativas ao *status* de Berlim da competência da R.F.A., atribuindo-as às três potências aliadas.

(*) A colonização germânica na Hungria iniciou-se, por exemplo, nos anos de 1141 — 1162.

Uma vez instalados os russos no coração da Europa, declararam que só concordariam com a unificação da Alemanha caso a sua parte ocidental, também, adotasse o regime comunista e retiraram em junho de 1948, seu representante do conselho militar de comandantes em Berlim. (*) Os Estados Unidos, que naquele tempo ainda possuíam supremacia absoluta no campo militar, aceitaram, sem protesto, o fato consumado, tratando de organizar a parte ocidental do país em um Estado independente e americanizar sua vida econômica e social. Os esforços deram resultados surpreendentes que significaram grande sucesso para os americanos e se podem resumir em três pontos:

a) *O novo Estado surgiu com bastante rapidez.* Em 16 de fevereiro de 1949 criou-se uma União aduaneira entre as três zonas de ocupação ocidental. Em Washington, a 8 de abril, e em Londres, a 28 do mesmo mês, foram assinados vários acordos que completaram a unificação da Trizona. A nova Constituição alemã elaborada sob a influência americana foi promulgada em 23 de maio de 1949. Com a abertura do Parlamento, em 7 de setembro do mesmo ano, foi a República Federal formalmente constituída com a Capital em Bonn. Numa declaração multilateral publicada em Londres, no dia 13 de maio de 1950, foi prometida à R.F.A. a mais ampla soberania compatível com o estado de ocupação. O Tratado de 26 de maio de 1952 restituiu a plena autoridade do Estado e o acôrdo de Paris, de 23 de outubro de 1954, ratificado a 5 de maio de 1955, concedeu-lhe, de fato, plena soberania.

b) *A americanização alcançou igualmente pleno êxito.* É uma fatalidade trágica que enquanto o Oriente se russifica o Ocidente se americaniza, perdendo a sua alma européia. Devemos, porém, admitir um fenômeno bem conhecido na história: nas primeiras décadas o país vencido adota superficialmente as maneiras do vencedor ocupante. Se esta ocupação, entretanto, dura séculos, o vencedor se assimila ao vencido, como aconteceu, por exemplo, com os mongóis na China. Tam-

(*) Komendatura.

pouco poderiam fugir desta lei na Europa as partes ocupadas pelos americanos. As três primeiras vias de penetração *yankee* eram a população do sexo feminino, a vida econômica, principalmente a produção industrial e os meios intelectuais da juventude. Algumas nações se recuperaram ràpidamente desta influência estrangeira, como era o caso da França, onde hoje quase não mais percebemos traços desta penetração americana, que era tão preponderante nos primeiros anos que se seguiram após a libertação. Ao contrário, a Alemanha Ocidental, sob a influência norte-americana transformou-se completamente. Na psicose atual, o padrão americano é considerado naquele país como o mais perfeito a ser imitado servilmente. A língua mais procurada nos estabelecimentos de ensino não é o inglês de Oxford, mas o americano de Brooklyn. Usam-se gravatas de côres berrantes com desenhos de animais ou *pin-up girls,* colocam-se os pés sôbre as mesas e cortam-se os cabelos como nos Estados Unidos. A produção e o comércio adotaram a forma e o ritmo americanos. A estrutura administrativa foi descentralizada em *Länder,* conforme os desejos de Washington. O alemão se tornou o epicurista que se interessa apenas pelo carro, geladeira, televisão e outras maravilhas do bem-estar físico, como se vê em qualquer pequena cidade na América do Norte. Medita pouco e lê ainda menos, mas produz uma enorme quantidade de equipamento e bens de consumo. Vive para hoje e não pensa no futuro, exatamente como fêz a diplomacia de Roosevelt quando firmou os acordos de Yalta, Teerã e Potsdam. O nível intelectual de hoje desta nova Alemanha se reflete melhor nas suas revistas de tipo americano. A americanização, deformando a alma germânica pode-se orgulhar pelos resultados espetaculares obtidos, que superam os alcançados por Mac Arthur no Japão.

c) *Wirtschaftswunder — O milagre econômico alemão,* na realidade, não significa a realização integral do sonho original de Roosevelt que pretendeu reduzir à metade a superfície da Alemanha, dividindo a restante parte em sete

Estados independentes, desindustrializando-os completamente e transformando-os em pastagens, conforme a sugestão do seu conselheiro Morgenthau. A recuperação econômica inesperada da R.F.A., entretanto, é excelentemente utilizada pelos Estados Unidos como arma psicológica na guerra fria. Convém, porém, ressaltar que o milagre alemão só surpreendeu os políticos. Para os economistas, o caso é perfeitamente explicável e deve-se aos seguintes motivos:

aa) Excelentes qualidades da raça germânica: senso de organização, disciplina, assiduidade, pontualidade, precisão, etc.;

bb) Os americanos, exagerando, gostam de atribuir ao Plano Marshal efeitos exclusivos. É de se ressaltar que êle só em parte contribuiu para a recuperação do país. Outras nações, também, foram beneficiadas pelo Plano e apesar disso se encontram longe do padrão alcançado pelos alemães;

cc) A estabilização da moeda — operação realizada com extrema brutalidade num país vencido, no qual não era necessário tomar em consideração o custo social desta medida — eliminou a inflação, tornando possível a reorganização econômica do país;

dd) Da grande crise de 1929-1933 os alemães ocidentais aprenderam a tomar, em tempo, as necessárias medidas anti-cíclicas para evitar as oscilações perigosas;

ee) Não se sabe com certeza qual é o número exato de alemães banidos da Europa Central e de outros refugiados radicados na R.F.A. Seu número, em geral, é estimado em 20-25 milhões. Grande parte dêstes elementos consiste de mão-de-obra altamente especializada, possibilitando no mercado nacional uma ampla oferta de ótimos técnicos;

ff) Rejuvenescimento da população. Na guerra e nos anos que se seguiram, uma grande parte da geração idosa pereceu. Durante o regime nacional-socialista o aumento da taxa de natalidade foi incluído no programa de propaganda

oficial, o que conduziu, atualmente, a uma predominância de classes novas na população, com bastante alta vitalidade;

gg) A Alemanha Ocidental foi quase completamente devastada pelos bombardeios americanos. A reconstrução do país de estaca zero contribuiu para a criação de enorme número de empregos e para o aumento da Renda Nacional, principalmente, através do fator salário e, em menor proporção, pelo lucro.

hh) Para fins de reparações de guerra, tôda a indústria alemã que ainda restou foi desmantelada e retirada pelos aliados. Segundo o relatório de 1949 do *Inter Allied Reparation Agency*, foram entregues, a título de reparação, bens alemães no valor de 515 milhões de dólares. Os russos retiraram, no mesmo espaço de tempo, da Alemanha Oriental valores no montante de 18 bilhões de dólares, além de terem recebido 25% dos bens retirados pelos aliados ocidentais e 33% da frota mercante alemã. Êstes equipamentos foram substituídos forçosamente por novos fabricados pelos próprios alemães o que resultou em aumento sensível da produtividade;

ii) A procura retida durante a guerra e a ocupação ofereceu mais tarde um enorme mercado para a produção industrial;

jj) Em conseqüência dos sofrimentos pelos quais passou, o alemão de hoje economiza pouco e seu coeficiente de propensão a consumir é grande, incentivando a produção de bens de consumo;

kk) O desenvolvimento rápido dos países subdesenvolvidos da América Latina e da Ásia, a concessão de independência às nações da África e o rearmamento da NATO contribuíram, também, para a espetacular expansão do comércio exterior alemão, possibilitando uma fabulosa acumulação de divisas e grande capitalização interna.

IV

I) Da Alemanha Oriental, desde 1945, fugiram para o Ocidente cêrca de cinco milhões de pessoas o que representa um número enorme para um país que tinha, em 1959, apenas 17 milhões de habitantes. Com 31 mil pessoas, o êxodo alcançou, no mês de julho de 1961, seu clímax. Em face desta fuga em massa, restaram à Rússia duas alternativas: não impedir estas fugas e colonizar por russos a parte oriental da Alemanha despovoada, solução essa que corresponderia aos planos soviéticos a longo prazo, mas que teria repercussões psicológicas desfavoráveis no campo ideológico. Por isso a União Soviética optou pelo fechamento hermético da R.F.A. e intensificação da reeducação política dos germanos orientais. Êstes esforços já tiveram certos resultados: as possibilidades de fuga decresceram a um mínimo e um crescente número de policiais da zona oriental se prontificou a abater seus próprios irmãos quando êstes tentarem passar para a zona ocidental. Não é excluída, também, a possibilidade de se virem no futuro os alemães, obrigados a entrarem em serviço da União Soviética, sentindo-se traídos pelo Ocidente, em virtude da decepção causada naqueles territórios pela passividade das potências ocidentais que não reagiram às recentes medidas russas.

II) Durante a vida da presente geração dos alemães, não há perigo de que se tentará a unificação da Alemanha pela fôrça. Esta geração sofreu de mais para poder esquecer. Já antes da guerra houve privações de tôda a sorte no país. Pràticamente, tôda a juventude pereceu na guerra ou voltou inválida. Uma grande parte da população ficou fìsicamente arruinada nos campos alemães de concentração ou nos campos russos de prisioneiros de guerra. Na zona de ocupação russa, nos primeiros meses, quase tôdas as mulheres entre 7 e 70 anos de idade foram violadas. Nas zonas ocidentais as mulheres tiveram a mesma sorte nos lugares ocupados por tropas coloniais africanas. Quanto às outras partes, era a

fome e a "reeducação psicológica pacífica" que contribuiu para a criação de uma prostituição de subsistência sem par, cujas testemunhas remanescentes são os milhares de crianças de côr, deixadas pelas tropas americanas. Além da desnazificação — necessária —, os americanos conseguiram extirpar desta nação, também, tudo que até agora significava para ela virtudes militares nacionais, abalando as mais antigas bases de sua tradição. Como no Japão os navios norte-americanos jogaram ao mar centenas de milhares de sabres *samurai* — inocentes e velhos de alguns séculos —, da mesma maneira se destruíram na Alemanha, por exemplo as condecorações militares dos anos de 1871 e de 1914-1918, encontradas pelas fôrças ocupantes. Essa geração dos alemães ocidentais sacrificaria definitivamente e sem hesitação a parte oriental da sua pátria em troca de uma curta vida sossegada. A maior dificuldade que encontra atualmente o Chanceler Adenauer é justamente a de não deixar apagar na opinião pública a idéia de unificação e o Ministro da Defesa tem de lutar contra a resistência da juventude *ohne mich* ao rearmamento e ao serviço militar obrigatório. O problema da reunificação surgirá em forma fatal só quando uma nova geração tiver o destino do país nas mãos de quem já esqueceu os acontecimentos do passado e que certamente tentará reunificar o país, se fôr necessário, pela fôrça, ação esta perfeitamente compreensível sob o ponto de vista humano, histórico, étnico, cultural e sentimental.

III) O Ocidente não é ainda maduro para uma verdadeira solidariedade indispensável à solução do problema alemão. Ainda pouco tempo decorreu após a Segunda Guerra Mundial e, por isso, existem ainda ressentimentos e suspeitas contra os alemães sob a superfície ou mesmo manifestadamente. Convém lembrar a recepção extremamente fria do Presidente da R.F.A. na Inglaterra, quando êste país ofereceu uma acolhida calorosa aos dirigentes russos. A Noruega manifesta-se contra a visita de ministros alemães e alguns outros países ocidentais protestam contra a presença de tropas germânicas na

NATO, etc. É verdade que se necessita ainda de séculos para esquecer os crimes cometidos contra a humanidade pelo regime nacional-socialista. O mais grave é, na responsabilidade alemã, o fato de ter sido o povo de Göethe e Schiller o autor destas atrocidades numa Europa onde já há séculos não se verificaram tais genocídios (*). As nações ocidentais atualmente preferem especializar-se na forma mais legal e civilizada de grandes massacres — a guerra. O planejamento político, entretanto, não se pode basear sôbre reações emocionais, mas exclusivamente sôbre argumentos racionais. Por isso, convém ressaltar que na consideração da responsabilidade dos alemães se esqueceu, completamente, tomar em consideração, várias circunstâncias, tais como:

a) Só os fatôres como cultura, religião, educação, vida social, autoridade familiar etc., impedem que o homem voltasse às manifestações mais bárbaras dos seus instintos naturais. Nos momentos em que o efeito dêsses fatôres refreantes enfraquece por qualquer motivo — isolamento, propaganda etc. — ou se neutraliza, acontece um retôrno atávico às formas mais primitivas e selvagens. Lery, no seu livro sôbre a viagem feita ao Brasil no ano de 1557, descreve a cerimônia com que os índios despedaçaram seus prisioneiros, antes de comê-los. Nessa ocasião o autor suíço fêz a observação de que na sua pátria os franceses às vêzes não se comportaram melhor, arrancando os corações de suas vítimas e carregando-os pelas ruas. Isto teria acontecido na França que naquele tempo era o centro da cultura européia. É, porém, verdade que se tratava, provàvelmente, de episódios de guerras religiosas. Os campos de concentração foram, também, inventados em 1900-1902, durante a campanha contra os bôers, pela nação que hoje é considerada como a mais democrática no mundo, a inglêsa. Adrien Balbi (**) descreve

---

(*) Os acontecimentos que vitimaram, centenas de milhares de gregos, paquistanenses etc., todos se desenrolaram na Ásia, pátria dos verdadeiros grandes genocídios.

(**) *Essai statisque sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, 1822.*

o massacre de 2 000 judeus em Lisboa no ano de 1506, cidade habitada por portuguêses conhecidos como os mais tolerantes nas questões raciais. Considerando que Portugal, naquele tempo, tinha apenas cêrca de 1 500 000 habitantes, a cifra de 2 000 corresponderia hoje, por exemplo, no Brasil, a 90 000 vítimas. Roberto Simonsen (*) menciona a expulsão de 100 000 judeus no século XVI da Espanha que tinha naquela época sete milhões de habitantes. Se uma medida idêntica fôsse tomada hoje, por exemplo, no Brasil, atingiria um milhão de pessoas. Como vemos, poucas nações conseguiram evitar o retôrno atávico a um estado mais primário e selvagem da evolução humana;

b) Descuidou-se de estudar o "efeito de demonstração". As atrocidades do regime nacional-socialista só alcançaram seus extremos, quando as tropas germânicas entraram em contacto duradouro com o ambiente soviético, onde tiveram a oportunidade de conhecer a história e os métodos da eliminação de muitos milhões de russos pelo regime comunista. É impossível não descobrir certa vinculação demonstrativa entre os dois fenômenos;

c) Não se tomaram em consideração outros fatôres: o efeito humilhante do Tratado de Versailles, a separação de vários milhões de alemães da mãe pátria, etc.

d) Não analisaram os historiadores as repercussões da hiperinflação alemã de 1923, — parcialmente causada pelos aliados vencedores — que, pràticamente, eliminou a classe média, única que tinha poderes para oferecer séria resistência aos desvios políticos. Robbins afirma simplesmente, que Hitler era o filho adotivo da inflação;

e) Poucos ponderaram o fato de que a população germânica consiste de três tipos diferentes. O renano que é o mais europeu e mais humanizado, o dinárico ou alpino que é o mais manso e o menos agressivo e o prussiano, tipo êsse criado durante séculos sob influência nórdica e eslava por necessidades

---

(*) História econômica do Brasil, 1937.

históricas, para poder resistir às invasões constantes provenientes do Leste. O nascimento do prussiano para o Ocidente era uma necessidade defensiva, que, em virtude da enorme potencialidade do Império se tornou, mais tarde, expansivo e agressivo. A sua rudeza foi resultado de fatôres ecológicos e históricos. Quando o prussiano predominou na Alemanha, a política externa e interna se tornaram, também, mais rudes. Mas esta rudeza foi sempre, em parte, provocada por influências originadas na esfera russa. Quando o bávaro liderou entre os alemães, predominou, também, a *Gemütlichkeit* austríaca. Hoje, quando o renano prevalece na Alemanha, o país tornou-se o mais europeu no Continente, humanizado e latinizado, com a melhor e mais sutil diplomacia do século.

f) Finalmente, a principal preocupação das potências ocidentais é ainda hoje o perigo da reunificação da Alemanha que ela representa na competição industrial e no campo da expansão militarista. O Ocidente não se compenetrou do fato, que o próprio Lênine já reconheceu quando afirmou que a Alemanha possui a chave do acesso à Europa e que no passado a existência de um grande número de Estados germânicos independentes criou muito mais conflitos armados do que a Alemanha reunificada.

Corremos o risco de que os mesmos fenômenos pouco analisados e incompreendidos conduzirão dentro de algumas décadas aos mesmos efeitos. Não se sabe porém qual será, na próxima vez, a nação que sucumbirá a êstes efeitos no fundo sempre provenientes da Ásia.

IV) Em geral, a recuperação de um país após uma guerra se processa com extrema rapidez, como aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial. Há, entretanto, sempre exceções como, por exemplo, a França após as guerras napoleônicas ou a Alemanha após a última conflagração mundial. A nosso ver, ela hoje ainda não apresenta uma solidez estrutural suficientemente resistente. A potência econômica atual da R.F.A. é, também, muito superestimada, principalmente, pelos países

subdesenvolvidos que lhe solicitam empréstimos (*). Há alguma coisa artificial, traiçoeira e superficial nesta aparente recuperação material fantástica daquele país. A Alemanha perdeu sua verdadeira alma e vive sem idéias. Sua ascensão econômica é essencialmente conjuntural. Se o momento de novas grandes provações chegar, suas fraquezas atuais se manifestarão, sem dúvida. Claro, que apenas com idéias não se pode vencer contra superioridade material. Não devemos, esquecer, também, que os Estados Unidos apenas com superioridade material só conseguiram forçar decisões em seu favor, por terem entrado em ambas as guerras na fase adiantada das operações militares, quando as partes litigantes de dois lados já estavam muito enfraquecidas.

V) Não se sabe quais serão os métodos aplicados pela União Soviética para alcançar seus objetivos declarados e confessados: bolchevização do mundo através da coexistência pacífica. Não se sabe, igualmente, se Kruchev pretenderia suavizar mais o regime comunista dentro da Rússia. Esta suposição não nos parece muito provável, de um lado, por ser o chefe do Govêrno russo obrigado a contar com uma forte oposição educada durante décadas em fanatismo ideológico, de outro, por não poder ir demasiado longe na destalinização uma vez que êle foi, também, um dos colaboradores íntimos de Stalin e, destarte, coautor dos crimes denunciados. Por isso não é tanto o comunismo que representa um problema para o Ocidente. O desvio para a esquerda dos países subdesenvolvidos é causado quase ùnicamente pela atitude de incompreensão das classes que têm o poder nas mãos naqueles países: O verdadeiro perigo é a napoleonização da revolução russa, como demonstram as recentes *demarches* feitas junto ao Govêrno finlandês. No terreno de conquistas exteriores, o estalinismo não foi tocado e encontra-se em pleno vigor,

---

(*) A Alemanha Ocidental utiliza atualmente 1,5% do seu Produto Nacional para fins de ajuda aos países subdesenvolvidos, enquanto os Estados Unidos apenas 0,7%. O número de possuidores de carro, entre 1000 habitantes, é atualmente: R.F.A. — 70; França — 95; Suécia — 150; Canadá — 215; U.S.A. — 334.

por corresponder ao nacionalismo russo. Como melhor prova disso é o apoio moral que o Govêrno soviético recebeu da emigração russa chamada "branca" (na maior parte aristocrática, vivendo no exterior), na ocasião da revolução húngara, contra cuja repressão os próprios partidos comunistas estrangeiros protestaram.

VI) A trágica situação da Alemanha foi criada de um lado, pela política de Roosevelt que entregou à União Soviética em Teerã e Yalta a metade da Europa com enorme potencial humano, técnico e material, de outro, pela passividade dos norte-americanos manifestada em Potsdam e nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. A última oportunidade para forçar a recuar a Rússia ofereceu-se em 1956, quando o mundo inteiro se prontificou a apoiar as medidas propostas pelas Nações Unidas. Os Estados Unidos não tiveram coragem de assumir uma atitude enérgica quando esta coragem não faltava nem às mulheres, nem às crianças húngaras que morreram nas ruas de Budapest.

Hoje a situação já é diferente. Os satélites da Rússia aprenderam muito da lição húngara e não confiam mais no Ocidente. A União Soviética conseguiu, entrementes, alcançar superioridade no campo militar. O grupo de países "neutros", que se formou nos últimos anos, consistindo de antiocidentais ou ocidentais (árabes), comunistas independentes (Iugoslávia), anticolonialistas (asiáticos) e imaturos (africanos), tem pràticamente a voz decisiva na política mundial e, certamente, não intervirá no conflito entre o Leste e o Oeste, a não ser ao lado da Rússia. É por isso que os americanos estão procurando uma saída honrosa do delicado problema de Berlim, mediante entrega escalonada e disfarçada da antiga Capital do Reich à União Soviética (*).

VII) Finalmente, é difícil fazer previsões a curto prazo. A longo prazo, tudo indica, que o mundo ocidental tem con-

---

(*) No dia 22 de setembro de 1961 o general Clay sugeriu aos alemães ocidentais que deveriam "aceitar a realidade" em sua atitude com relação à Alemanha Oriental.

tados os seus dias, por causa das suas próprias fraquezas e erros cometidos. O atual Presidente dos Estados Unidos é incomparàvelmente mais culto do que era, por exemplo, o general Eisenhower que na mais crítica época para o Mundo Ocidental encontrou sempre oportunidade de passar a maior parte do tempo jogando *golf* e lendo romances policiais. É entretanto, pouco provável que o Presidente Kennedy possa realmente mudar a política externa norte-americana pelas seguintes razões:

a) A herança da política de Roosevelt não permite ao Partido Democrata confessar pùblicamente os tremendos erros cometidos no passado. Por isso, o partido majoritário e governamental é hoje, virtualmente, obrigado a defender a política externa de Stalin, inclusive a conquista mundial pela Rússia (*);

b) Embora tenha o Presidente Kennedy um nível cultural muito superior ao dos outros seus predecessores dos últimos tempos, as grandes deficiências no conhecimento dos problemas mundiais em Washington ainda persistem. Com isso podemos explicar, também, a declaração de Kenedy do mês de novembro de 1961 que dizia o seguinte: — "Admitimos que depois de uma série de invasões devastadoras, a U.R.S.S. tem prèocupações históricas acêrca de sua segurança na Europa Central e Oriental". O Presidente, provàvelmente, não conhece bastante a história para saber que todos os territórios fronteiriços da Rússia foram por ela conquistados nas últimas décadas e que foi a própria Rússia que sempre invadiu territórios estrangeiros e as penetrações vindas do exterior no seu território se seguiram, como reflexo, ao ataque russo, como aconteceu, também, durante a última guerra, quando foi a União Soviética que atacou primeiro a Polônia. Um outro exemplo: na ocasião em que se decidiu a sorte dos países bálticos não existia em tôda a diplomacia americana uma única pessoa que conhecesse, por exemplo, a origem étnica dos letões;

(*) A demissão do general Walker prova que o Partido Democrata está ainda hoje mais preocupado com a eventual ressurreição de Hitler do que com o avanço soviético.

c) A equipe de assessores do Presidente Kennedy é sem dúvida uma elite intelectual americana. Tem, entretanto, suas fraquezas que se podem reduzir a dois pontos: 1. sendo *de formação teórica e essencialmente intelectual, é pouco resistente*, inclinada a recuos e apaziguamento; 2. sua educação é unilateral. Os assessores presidenciais, na maior parte, pertencem à geração que foi educada nas universidades americanas durante os anos 1933-1945. Em virtude do baixo nível destas universidades, naquele tempo era muito fácil aos europeus obter cadeiras nestes estabelecimentos de ensino superior. Por isso a maior parte das cátedras de Ciências Políticas e de Economia tornaram a ser ocupadas por recém-imigrantes europeus. Nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, pelo aparelho nacional-socialista os mais ameaçados eram os perseguidos por motivos raciais ou ideológicos. É natural que os que conseguiram chegar aos Estados Unidos nestes anos, também, pertenceram quase exclusivamente a êstes dois grupos. Sob o ponto de vista humano é, também, compreensível que nas suas cadeiras, tentaram conquistar a juventude americana para as suas idéias ou se mostraram preocupados exclusivamente com o seu problema racial, por terem sido ameaçados com aniquilamento total. Por isso todos os problemas políticos nas universidades americanas naquele período foram encarados quase exclusivamente sob o aspecto ideológico e racial, deixando de tomar em consideração outros aspectos, também importantes para a humanidade, como por exemplo: equilíbrio das fôrças mundiais, efeitos a longo prazo dos tratados de paz, etc. É pouco provável que os assessores do Presidente Kennedy consigam recuperar as falhas da sua formação e acompanhar a evolução política dos seus antigos professôres na metamorfose verificada nos últimos anos.

d) A diplomacia soviética tem levado o Departamento de Estado pràticamente pelo nariz, deixando-o sempre desnorteado ante a própria mobilidade, forçando-o a acatar a luta no terreno que ela escolhe. Pela falta de iniciativa, os

Estados Unidos sempre se encontrarão em estado de revide, empenhados numa corrida de recuperação, mas sempre atrasados e ultrapassados pela União Soviética.

* * *

THE BRAZILIAN-EAST-GERMAN — PROTOCOL AND THE GERMAN PROBLEM

This article by Oliver Onody a Brazilian economist is a comprehensive analysis of the commercial relations between Brazil and East Germany, and of the German problem. The author divides it into four main parts, each one corresponding to a different aspect of the proposed questions: in the first part, the deals with the juridical-diplomatic aspect and, in connection with it, cites eminent internationalists of different countries to conclude, according to the opinion of Fauchille, that the agreement signed by Brazil with East Germany was non-permanent, semi-official and of a general character; besides, he reminds us of the existence in the Portuguese terminology of a great variety of denominations to name agreements of an economic commercial character, including that used in the case, that is, Protocol. Its official denomination as Protocol of Conversation he explains as an attempt to minimize the psychological effects and repercussions of the Protocol at the time it was celebrated. On the other hand he sees as having a more political nature the declarations made in the Brazilian Senate, in June 7 1961 by our minister of Foreign Relations, when he said the Protocol was by no means an international treaty, nor even any document implying juridical responsibility. The author understands that these explainations do not contribute to efface the international character of a commercial nature of the Protocol and firmly believes that it will carry with it some juridical implications, no matter how secondary or indirect they may be. As for the authority or not of the Brazilian Special Ambassador to conclude that agreement, a very hot issue at the time, in Mr. Onody's opinion, it is of little significance, mainly because his action was after his return from East Germany approved including by the Brazilian Government and it is enough, in this respect, to remember the opinion of the Commision of Foreign Relations of the Senate establising that the Especial Ambassador did not outpass the limits of his authority. And, what is more conclusive, he adequately refers to the June 25 1961 session of the Brazilian House of Representatives, which applauded the report of the Extraordinary Ambassador, including the results of his trip to East Berlin. Now, he raises this question: should the agreement have had the approval of

the Brazilian Congress? In trying to answer this, it is his point of view, after having made allusions to other countries' legislations and to the Brazilian law, that, in this country the tradition and the legal structure demands approval by the Congress of all international agreements, not excluded those of a financial or commercial nature. In favor of his arguments, he traces back our national juridical evolution and goes to the second question: did the Protocol imply the recognition by Brazil of the East Germany regime? His answer is also here affirmative. However, Oliver Onody explains that long before the signature of the Protocol, Brazil had signed, back in 1958, a commercial agreement with the East Germany regime. And although he considers the East Germany regime a puppet government, he sustains that trade relations between Brazil and every country of Central Europe is unavoidable, as we have to cope after all with a *fait accompli,* resulting otherwise from the Yalta, Teeheran and Postdam conferences, for whose outcome the United States are much to blame. Apart from it, Brazil should not be expected to save international moral so little taken into account by the West itself and even the United Nations. To prove this last statement, he shows how amazing it is the fact that, while the West anxiously recognises the new independent countries of Africa, for instance, and supports their independence, it entirely forgets those nations like Esthonia, Lithuania and Letonia, which have disappeared as free countries behind the Iron Curtain. In the second part of his article, the author examines the historical economic side of the Protocol affair and goes back to the days when Brazil was part of the Portuguese Crown, and of the Brazilian Empire, here mentioning the first Treaty signed between Brazil and Germany namely the Friendship, Navigation and Comerce Treaty in June 9 1827. Next he looks into all the other German-Brazilian treaties from the time of the Empire until the treaties we have signed with West Germany after the second world war. From the economic angle, the author accepts the establishment of contacts of Brazil with East Germany and this because, he ascertains, our commerce manifests a passive trend, in the long run, particulary with the countries of hard currency and specifically with West Germany. In the third part, he comments the problem of the divided Germany which the author advances it is rather an issue associated with the way of living of the West civilization than a Russian problem. Finally, the author ends his article by ascribing the world crisis of today to the decadence of the West, decadence which has permitted the territorial expansion of the Soviet Union.

LE PROTOCOLE ENTRE LE BRÉSIL ET L'ALLEMAGNE ORIENTALE ET LE PROBLÈME ALLEMAND

Cet article de Oliver Onody, économiste brésilien, est une analyse clairvoyant des relations commerciales entre le Brésil et l'Allemagne

Orientale et du problème allemand. L'auteur le divise en 4 parties principales, *chacune correspondant à un différent aspect des sujets posés:* d'abord l'aspect juridique et diplomatique, et par rapport à cela, il cite d'éminents internationalistes de différents pays et conclut suivant Fauchille que le traité signé par le Brésil avec l'Allemagne Orientale était non-permanent, demi-officiel et de caractère général; en outre, il nous rappelle l'existence d'une terminologie portugaise très variée quant aux denominations des traités économiques et commercials, y compris celle utilisée dans le cas, c'est-à-dire: Protocole. La denomination officielle Protocole de Conversation il l'explique comme une tentative pour diminuer les effets et les répercussions psychologiques du Protocole au moment de sa signature. D'autre part, il confère un caractère politique aux déclarations de notre Ministre des Affaires Etrangères au Sénat brésilien, le 7 juin, 1961, lorsqu'il disait que le Protocole n'était sans doute un traité international et qu'il n'imposait aucune responsabilité juridique. L'auteur pense que ces explications ne contribuent pas à éffacer le caractère international de nature commerciale du Protocole et il croit fermement qu'il contient des implications juridiques, quoique secondaires ou indirectes. Quant au fait de l'Ambassadeur Spécial Brésilien être ou non autorisé à conclure ce traité, de l'avis de M. Onody c'est sans importance, surtout car si l'on tient compte qu'après son retour de l'Allemagne Orientale son acte a étè aprouvé par le Gouvernement Brésilien et à ce sujet il suffit de nous rappeler que la Comission des Affaires Etrangères au Sénat a établi que l'Ambassadeur Spécial s'est tenu dans les limites de son autorité. En plus, il fait mention à la session de la Chambre des Députés, le 25 Juin 1961, où l'on a applaudi le rapport de l'Ambassadeur Extraordinaire, ainsi que les résultats de son voyage à Berlin Oriental. Alors il pose la question: le Congrès Brésilien devait-il approuver ce traité? En essayant de répondre à cela, c'est son avis, après avoir fait mention aux lois d'autres pays et à celles du Brésil, que la tradition et la structure légales au Brésil demandent l'approvation du Congrès pour tous les traités internationals, même quand ils sont de nature financière ou commerciale. Pour bien appuyer ses arguments, il ébauche notre évolution juridique nationale et pose la deuxième question: le Protocole impliquait-il dans la reconnaissance du régime de l'Allemagne Orientale par le Brésil? Encore une fois sa réponse est affirmative. Cependant Oliver Onody explique qu'avant la signature du Protocole, le Brésil avait signé, en 1958, un traité commercial avec le régime de l'Allemagne Orientale. Et bien qu'il considère le régime de l'Allemagne Orientale comme gouvernement de marionnettes, il soutient que les relations de commerce entre le Brésil et chacun des pays de l'Europe Centrale est inévitable, car, après tout, il faut envisager le *fait accompli,* résultat des conférences de Yalta, Teheran et Potsdam, où seul les États-Unis peuvent être blâmes. En dehors de cela, on ne pourrait espérer que le Brésil soit le sauveur de la morale

internationale pas plus que l'Occident et les Nations Unies ne le sont. Pour prouver cette dernière affirmative, il signale le comportement étonnant de l'Occident qui reconnait anxieusement les nouveaux pays indépendants de l'Afrique, par exemple, et soutient leur indépendance tandis qu'on oublie entièrement des nations telles que l'Estonie, la Lituanie et la Lettonie, il y a longtemps disparues derrière le Rideau de Fer. Dans la seconde partie de son article, l'auteur examine historiquement le côté économique de l'affaire du Protocole et revient aux jours où le Brésil était partie de la Couronne Portugaise et à ceux de l'Empire Brésilien, citant alors le premier Traité signé entre le Brésil et l'Allemagne, le 9 Juin 1827, à savoir Traité d'Amitié, Navigation et Commerce. Ensuit, il considère les autres traités entre les deux pays depuis le temps de l'Empire jusqu'aux traités signés avec l'Allemagne Occidentale, après la Seconde Guerre Mondiale. Sous l'aspect économique, l'auteur accepte l'établissement de relations du Brésil avec l'Allemagne Orientale, car, dit-il, notre commerce démontre une tendance passive à long délai, particulièrement, avec les pays de monnaie stabilisée et spécifiquement avec l'actuelle Allemagne Occidentale. Dans la troisième partie, il commente le problème de l'Allemagne divisée qu'il considère être plus en rapport avec la manière de vivre de la civilisation occidentale qu'un problème russe. Finalement, l'auteur parle de la crise mondiale d'aujourd'hui due à la décadence de l'Occident, décadence qui a rendu possible l'expansion territoriale de l'Union Soviétique.

A AMÉRICA LATINA E O IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REVOLUÇÃO CUBANA

Pedro C. M. Teichert

A revolução cubana abalou, profundamente, os fundamentos tradicionais, políticos e econômicos, da maioria das 20 Repúblicas latino-americanas. A reivindicação do resto da América Latina por reformas como a cubana exigiu também a reformulação das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, que com o rompimento diplomático Cuba—Estados Unidos a 4 de janeiro de 1961, alcançou o seu ponto mais crítico, desde que teve início, em meados de 1930, a política da Boa Vizinhança do Presidente Roosevelt. Além disso, a propagação do movimento revolucionário cubano, com seus ideais e suas aspirações de concretização das aspirações das massas subjugadas, constitui agora uma ameaça iminente para os restantes Governos antidemocráticos latino-americanos. Não há dúvida de que a maioria dos países latino-americanos são ainda governados por uma oligarquia de grandes proprietários e de militares. É também interessante observar que alguns dos Governos mais liberais, considerados ainda recentemente como esquerdistas pela maioria dos observadores norte-americanos — tais como o Govêrno Betancourt na Venezuela, por exemplo — já não são considerados bastante radicais pelos próprios latino-americanos. Defrontando-se com as aspirações e ambições recentemente despertas dêsses povos, sòmente os Governos de tendência mais revolucionária terão dificuldades em seus esforços de manter sob contrôle a nau do Estado.

Enquanto nos últimos dez anos, a política dos Estados Unidos, ou a ausência dela, foi caracterizada pela negligência

dos seus vizinhos ao Sul do Rio Grande — os interêsses americanos residiam, de modo mais acentuado, na Europa e na Ásia, a revolução de Castro mudou tudo isso de uma maneira um tanto súbita. Ademais, como demonstraremos agora, é errôneo afirmar que a revolução cubana represente algo fundamentalmente novo em têrmos de objetivos de política latino-americana. (1) Muito ao contrário, observadores bem informados e estudiosos do cenário latino-americano sempre esperaram uma revolução do tipo cubano e estiveram conscientes dos problemas econômicos e sociais que afetam a América Latina. (2) Uma atmosfera explosiva sempre existiu nessa área desde a grande depressão de 1930. O que foi um tanto surpreendente sôbre a revolução cubana e o curso final que ela tomou — ou assumiu ao ser escrito êste artigo — foi a rapidez e a violência com que o descontentamento latente explodiu, a ponto de criar a presente crise que envolve tôda a América Latina.

O caráter inesperado da revolta cubana constituiu um choque, ou pelo menos, uma surprêsa para muitos, inclusive alguns iniciados na área dos estudos latino-americanos. Certamente não se esperava que Cuba, a sòmente 90 milhas do território dos Estados Unidos e que se acreditava sob contrôle e tutela política estadunidense, viria a ser a primeira nação latino-americana a tomar medidas drásticas e levar a efeito as reformas de longo alcance que Cuba acaba de adotar. Bàsicamente, é claro, que o que ocorreu em Cuba foi uma reação violenta às injustiças sociais e econômicas que predominam na América Latina. Portanto, o problema de Cuba é nada mais, nada menos do que um reflexo dos problemas gerais da América Latina. Por conseqüência, compreender as causas

---

(1) Pedro C. M. Teichert, *La revolución económica en la América Latina* Revista estudios americanos, Vol. XIII, Sevilla, Junio-Julio 1957.

(2) Pedro C. M. Teichert, *Economic Policy Revolution and Industrialization in Latin America*, Bureau of Business Research, University of Mississippi, 1959.

que provocaram a revolução cubana é compreender os problemas sociais e econômicos que, por muito tempo, afligiram e ainda atormentam a maioria, senão tôdas, as repúblicas latino-americanas e talvez muitas das outras áreas subdesenvolvidas do mundo. (3)

Enquanto o México e o Uruguai mudavam, sòzinhos, de maneira perceptível, suas respectivas instituições sociais ainda em 1910 — reagindo o primeiro contra o passado feudal com nova legislação social e o segundo dando particular relêvo à reforma agrária — algumas das repúblicas restantes iniciaram a maioria de suas reformas econômicas e sociais sob a pressão da grande depressão de 1930. Por essa época, uma política econômica revolucionária varreu a maioria da América Latina, com o objetivo principalmente de destruir o sistema feudal e tradicional de produção então existente e com a intenção de industrializar e diversificar as economias de monocultura do tipo colonial que haviam sobrevivido à modernização dos tempos atuais. Foi introduzida também legislação do tipo social e muitos Governos começaram a intervir na vida econômica dos seus países visando a beneficiar as massas. Infelizmente, esta política econômica revolucionária não foi levada a efeito com êxito por algumas repúblicas, nem sequer começadas por outras e nunca foi entusiàsticamente apoiada e compreendida pelos Estados Unidos, o maior e mais influente cliente comercial da América Latina.

Talvez como resultado de exigências da Segunda Guerra Mundial, a ameaça do conflito coreano, e então, em 1950, sem outro motivo senão o de perpetuar a orientação precedente adotada para com a América Latina, os Estados Unidos seguiram uma política de apoio ao *status* econômico e social vigente. Econômicamente, esta ausência de uma orientação positiva para com a América Latina manifestou-se pela oposição, ou pelo menos desencorajamento, industrialização e, polìticamente, pela côrte feita e o apoio dado a antigos ditadores e oli-

---

(3) Pedro C. M. Teichert, *The Main Experience and Policies of the Industrial Revolution in Latin American*, Weltwirtschafliches Archiv, Vol. 85, N.º 2, 1960, págs. 279-301.

garquias políticas, constituídas de grandes proprietários e senhores de terra. Sem dúvida êstes grupos asseguraram aos seus respectivos países paz interna durante a Segunda Guerra Mundial e igualmente colaboraram com os Estados Unidos durante os dias aflitivos dessa guerra, como também durante o conflito coreano que se seguiu.

II

Considerada a orientação da política dos Estados Unidos— América Latina, como se encontra cristalizada na década de 1950, não resta dúvida de que uma mudança na infra-estrutura institucional das economias latino-americanas, uma alteração em sua organização econômica e social, implicaria, necessàriamente, agora — como Cuba tão claramente demonstrou — um rompimento drástico com os Estados Unidos e sua tradicional política para com seus vizinhos do Sul. A não ser que os Estados Unidos mudem ràpidamente, em sentido contrário, sua atitude para com a América Latina, as relações entre as duas áreas se deteriorarão cada vez mais. (4) Isto é particularmente exato, quando se considera que os próprios latino-americanos estão determinados a mudar seu sistema sócio-econômico. É também óbvio que uma deterioração das relações entre os Estados Unidos e a América Latina criará, por sua vez, perturbações adicionais, principalmente para as economias latino-americanas, por se encontrarem estas últimas estreitamente vinculadas à dos Estados Unidos. Algumas Repúblicas embarcam quase tôdas as exportações produzidas pela sua agricultura. monocultura, para êste último país, enquanto um grande número de outras depende pelo menos dos Estados Unidos para a venda de metade de suas exportações. Os Estados Unidos são também um dos principais fornecedores de matérias-primas industriais à América Latina, produtos semimanufaturados, maquinaria e freqüentemente mesmo de gêneros alimentícios que, de modo muito

---

(4) *Brazil — Insult to Injury*, Time, 17 de março de 1961, p. 32.

paradoxal algumas das Repúblicas agrárias da América Latina não produzem em quantidade suficiente para satisfazer a demanda local. O grau de monocultura e concentração exportadora-importadora em relação aos Estados Unidos merece especial destaque no Quadro I.

QUADRO I

Concentração de exportações e importações nas Repúblicas latino-americanas. *

As três principais exportações

País	*Produto*	*% do total*	*% das exportações totais para os E.U.A.*	*% das importações dos E.U.A.*
México	Algodão	25,03	70,69	79,12
	Café	10,59		
	Chumbo	4,43		
Costa Rica ..	Café	25,6	58,70	55,14
	Bananas	32,52		
	Cacau	6,09		
El Salvador .	Café	75,29	40,52	51,88
	Algodão	15,59		
	Gado	1,20		
Guatemala ..	Café	72,24		
	Bananas	12,24		
Honduras ..	Bananas	52,37	67,7	62,6
	Café	15,18		
	Pinho	9,12		
Nicaragua ..	Algodão	35,01	40,2	58,3
	Café	34,09		
	Ouro	10,30		
Panamá ...	Bananas	48,02	97,7	52,2
	Camarão	27,49		
	Café	3,58		
Cuba	Açúcar	82,9	69,2	72,9
	Fumo	6,8		

* Fonte: Statistical Abstract of Latin America, 1960 (Los Angeles: Center of Latin American Studies, University of California) pág. 38. A maior parte da estatística é de 1958. As percentagens da Argentina e do Uruguai referem-se ao comércio com a Europa.

País	*Produto*	*% do total*	*% das exportações totais para os E.U.A.*	*% das importações dos E.U.A.*
República Dominicana .	Açúcar	46,50	51,21	64,25
	Cacau	20,96		
	Café	17,41		
Haiti	Café	73,8	49,8	68,6
	Sisal	13,5		
	Açúcar	2,0		
Argentina ..	Carne	29,72	12,92	17,13
	Cereais	26,90		
	Lã	9,97		
Bolívia	Estanho	65,14	33,8	46,7
	Chumbo	10,66		
	Prata	9,53		
Brasil	Café	55,01	44,10	37,15
	Cacau	7,18		
	Açúcar	5,34		
Chile	Minerais e Metais	80,82	40,70	52,37
	Produtos metálicos	6,69		
	Produtos agrícolas	4,20		
Colômbia ...	Café	78,09	71,18	62,19
	Oleo cru	14,66		
	Bananas	1,71		
Equador	Bananas	36,57	56,65	52,57
	Café	27,31		
	Cacau	21,44		
Paraguai ...	Madeiras	22,42	25,33	
	Carne enlatada	16,38		
	Algodão	11,24		
Peru	Algodão	26,8	38,7	51,5
	Açúcar	12,2		
	Chumbo	7,7		
Uruguai ...	Lã não trabalhada	45,78	8,3	13,4
	Outras lãs	15,54		
	Trigo	10,73		
Venezuela ..	Produtos petrolíferos	91,16		60,53
	Minério de ferro	5,03		
	Café	1,55		

Se, por outro lado, os Estados Unidos mudarem sua orientação para com a América Latina, como talvez sejam forçados a fazer, e se os Estados Unidos ajudarem essa região a resolver alguns dos seus problemas agrícolas, a diversificar a sua produção e a industrializar-se, a fim de que se capacite a absorver um elevado índice de mão-de-obra sem emprêgo, que existe na maioria das Repúblicas e apresenta um problema econômico definido, então existe esperança de que o progresso futuro estará assegurado e de que isto ocorrerá com muito menos violência do que se pode esperar. Com a assistência positiva dos Estados Unidos é também possível que tôdas as transformações necessárias do tipo estrutural se dêem de maneira menos súbita e menos dramática do que as que se verificaram em Cuba. A intensificação de ajuda européia, sobretudo sob a forma de investimentos de capitais e o aumento das compras de produtos latino-americanos, seriam, naturalmente, muito proveitoso para a América Latina.

Aparentemente, no processo histórico do desenvolvimento econômico, os Estados Unidos falharam completamente na observação de que, após um período relativamente tranqüilo para a maioria da América Latina, durante os séculos XIX e XX, a área despertou para uma vida nova e vigorosa de economia, política e cultura nacionalmente orientadas. Enquanto antes da Segunda Guerra Mundial, em algumas Repúblicas uma sociedade industrial começou a ser modelada, desvencilhando-se dos resíduos de um passado feudal e da tutela estrangeira que por tanto tempo havia impedido o progresso, os Estados Unidos começaram, atualmente, a negligenciar a área latino-americana, quando menos deveriam tê-lo feito. Os formuladores da política norte-americana pensaram aparentemente ser inconcebível a vitória da industrialização e que o comunismo jamais se pudesse tornar uma ameaça na América Latina.

Sem dúvida esta tremenda reviravolta que se estava verificando na América Latina merecia uma cuidadosa análise e era perigoso para os Estados Unidos o não terem reconhecido

as alterações, de longo alcance, que estavam ocorrendo. Agora que a revolução cubana literalmente pôs o problema latino-americano, no quintal dos Estados Unidos, os políticos, homens de negócio e intelectuais norte-americanos acharão imperativo manterem-se informados sôbre os desenvolvimentos ao Sul do Rio Grande e a não ser que êles ràpidamente tomem consciência das fôrças que determinam a revolução latino-americana, as duas áreas poderiam compreensìvelmente, dividir-se em dois campos permanentemente opostos, como aconteceu atualmente com relação aos Estados Unidos e Cuba.

Se bem que a América Latina pudesse, inegàvelmente, sobreviver sem a amizade e a ajuda dos Estados Unidos, o desenvolvimento do Hemisfério Ocidental jamais poderia ser intensificado por um rompimento súbito e completo das duas áreas. As vinculações econômicas entre as duas áreas são demasiado profundas para que não ocorresse considerável prejuízo para a América Latina se o seu comércio com os Estados Unidos fôsse interrompido. Daí a necessidade de compreender o problema desenvolvimentista latino-americano, visto que no passado o ritmo de crescimento da maioria dessas economias guarda estreita relação com as condições predominantes nos Estados Unidos. Ademais, as relações cubano-americanas, constituindo uma situação que presentemente indica a possibilidade de animosidade entre os Estados Unidos e a América Latina de uma duração um tanto indefinida, indica também que passou para os Estados Unidos a época de conversar, de se limitarem a discursos e fazerem promessas sôbre as medidas que tomarão para ajudar a América Latina. Enquanto, por exemplo, os Estados Unidos têm proclamado sua aversão aos ditadores e sua compreensão das aspirações das massas latino-americanas, sua completa rejeição da revolução cubana é uma negação absoluta de tais pronunciamentos. (5) Natu-

---

(5) *The Americas — Two Views South*, Time, 17 de março de *1961*, p. *30*.

ralmente, a atitude dos Estados Unidos não impede os latino-americanos de perseguirem os seus objetivos. Cuba particularmente constitui indicação de, até que ponto, os latino-aemricanos estão dispostos a ir para concretizar sua política econômica revolucionária e sua independência econômica, pela qual a maioria das Repúblicas vêm lutando desde que sacudiram o jugo espanhol.

Que a pior reação para com a orientação da política Estados Unidos — América Latina tivesse ocorrido a sòmente 90 milhas do território americano constitui indicação tão-sòmente de quão pouco os Estados Unidos sabiam e provàvelmente se preocupavam com os vizinhos imediatos, sôbre o crescimento latino-americano e o processo do desenvolvimento em geral. O fato de que, no último verão de 1960, a Organização dos Estados Americanos e a República do México, de modo especial, não hajam cerrado fileiras com os Estados Unidos na condenação dos princípios básicos da Revolução Cubana, constitui mais uma prova da determinação latino-americana de mudar sua estrutura institucional, a despeito da oposição norte-americana. Infelizmente, esta oposição dos Estados Unidos às reformas de base na América Latina, se não alterada ràpidamente, em sentido contrário, forçará esta última a tentar tornar-se ainda mais independente da tutela política e econômica dos Estados Unidos do que, talvez, originàriamente tencionasse ou desejasse. O isolamento excessivo, por sua vez, criaria fricção adicional e abalo econômico em muitas das nações latino-americanas como ocorreu em Cuba. quando devido à oposição americana às bases da reforma agrária, Cuba teve de procurar apoio para as medidas adotadas no bloco soviético. Que, por sua vez, o estreitamento de laços de amizade com a área soviética poderá gerar problemas adicionais típicos, é fato que os próprios revolucionários cubanos ignoram menos do que ninguém. Sem dúvida, as recentes vinculações com a Rússia já levaram Cuba a adotar medi-

das mais drásticas na reorganização econômica do que as originàriamente consideradas e são, talvez, necessárias.

É de lamentar muito, portanto, que o tipo de ajuda exterior e intervenção que os Estados Unidos, tradicionalmente, dispensam e seguem com relação ao processo de crescimento das nações latino-americanas geralmente resulte em subseqüente retrocesso: contribui para manter o velho sistema social e econômico da América Latina, como também a estrutura política tradicional dessas Repúblicas, e o que equivale ao mesmo, a ajuda externa do tipo supramencionado impede a revolução social necessária para lançar as bases em que será construído um novo sistema econômico de produção e orientação nacional, a serviço exclusivo da população local. A Cuba de antes de Castro é um exemplo particularmente vivo dos resultados e efeitos do tipo errôneo de assistência externa oferecida pelos Estados Unidos. Se bem que êste último país estivesse aparentemente tentando ajudar Cuba com um prêmio de 2% sôbre o açúcar cubano, foi êste próprio subsídio que tornou quase impossível para Cuba reestruturar sua economia e adaptá-la às exigências modernas. Com o prêmio artificial do açúcar, era vantajoso para os plantadores de cana-de-açúcar (algumas centenas de pessoas que possuíam quase tôda a terra cultivável de Cuba, metade dêles de nacionalidade americana) continuar a plantá-la. Em troca por esta consideração especial às exportações de açúcar cubano para os Estados Unidos, tôdas as exportações americanas para Cuba (uma grande proporção da qual constituída de gêneros alimentícios) recebeu tratamento preferencial, uma sobrecarga que recaiu sôbre o povo cubano em geral, principalmente sôbre as classes menos favorecidas. (Sôbre a estatística da concentração da propriedade fundiária na América Latina. ver o Quadro II).

QUADRO II

País	*Número de propriedades*	*% de propriedades com 1000 ou mais hectares*	*% de propriedades de 1000 hectares ou mais sôbre o total de terra das propriedades existentes*
Argentina	564 891	5,1	74,8
Brasil	2 064 842	1,6	50,8
Bolívia	86 377	6,3	61,4
Chile	147 652	2,2	73,2
Cuba	159 958	0,5	36,1
Colômbia	820 842	0,54	31,02
Costa Rica	47 286	0,3	29,6
R. Dominicana	276 848	1,9	53,3
Equador	344 234	0,4	45,1
Salvador	174 204	0,08	19,9
Guatemala	348 687	0,14	40,8
Honduras	156 135	0,1	20,6
México	1 383 212	0,8	55,6
Nicarágua	51 581	0,7	32,8
Panamá	85 473	0,1	12,6
Paraguai	149 489	5,2	93,8
Peru	82 122	4,6	66,5
Uruguai	89 130	4,05	55,8

* Fonte: Harry Kantor, *Agrarismo y Tierra en Latinoamerica*, Combate, San José, Costa Rica, Vol. III, n.º 14, Janeiro e Fevereiro de 1961, págs. 10-11.

O subsídio dos Estados Unidos a Cuba nunca constituiu mais que uma dádiva grandiosa aos cidadãos americanos residentes naquele país, bem como aos exportadores americanos em geral. De forma nenhuma chegou a beneficiar o povo cubano. Além disso, representou, igualmente um subsídio aos plantadores de cana da Lousiana que jamais teriam produzido açúcar em regime competitivo, se não existisse uma tarifa e uma quota sôbre as importações de açúcar pelos Estados Unidos. Para as massas cubanas, o subsídio açucareiro norte-americano significou a impossibilidade de alimentar a espe-

rança de possuir terra um dia ou de conseguir algo mais do que um emprêgo periódico (por três meses ou mais por ano) quando se realiza o corte e a colheita da cana.

Dever-se-ia ter sempre em mente que, devido à sua vantajosa economia açucareira — vantajosa para alguns proprietários de terras açucareiras — Cuba, como nação, jamais pôde diversificar sua produção agrícola e industrializar sua economia pelo insuficiente parcelamento das terras e pela inexistência de um sistema de culturas agrícolas diversificadas. Também havia carência de fundos destinados à industrialização, pois Cuba tinha de gastar os dólares obtidos com as exportações de açúcar para a importação de gêneros alimentícios básicos, que vinha adquirindo antes principalmente dos Estados Unidos. Uma situação econômica semelhante à de Cuba é a existente em muitas outras Repúblicas latino-americanas que dependem para a sua subsistência da exportação de um só produto, como banana, café, cacau, algodão, lã, carne ou trigo, por exemplo, ou que dependem de um mineral como cobre, estanho e petróleo, para mencionar alguns. Além do mais, a maioria dessas economias, que se baseiam na nomenclatura e na exportação, são obrigadas a importar gêneros alimentícios, não obstante serem economias agrárias com 50 e 80% de sua fôrça de trabalho total empregada na agricultura.

Enquanto as exportações da monocultura agrícola produzem grandes lucros, a distribuição desigual dêsses mesmos lucros pode ser melhor demonstrada pela análise da distribuição de renda no Panamá e na Venezuela, ambos os países aparentemente entre as nações latino-americanas mais ricas, do ponto de vista da renda *per capita*. (6) Além disso, também fazemos comparações de distribuição de riqueza e renda entre a Venezuela e outras Repúblicas latino-americanas.

---

(6) *Comparative Statistics on the Latin American Republics*, World Trade Information Service, Part 3: Statistical Reports, n.os 55 — 47, 58 — 3.

O Quadro III indica o desenvolvimento da Venezuela em 1936, pouco antes de sua entrada no cenário do setor petrolífero. Não deve ser difícil concluir dêsses quadros que a renda *per capita* e o desenvolvimento interno real não coincidem na Venezuela. É fato naturalmente que a renda petrolífera venezuelana é canalizada para estrangeiros que a transferem do país, deixando-o sem quaisquer benefícios físicos visíveis. Quanto ao problema específico da distribuição de renda entre os vários grupos sociais na Venezuela, não há dados estatísticos disponíveis, mas existe lá uma situação análoga à do Panamá, no que se refere à interpretação de elementos estatísticos.

QUADRO III

Indústrias manufatureiras em 8 países latino-americanos *

República	*ano*	*estabelecimentos*	*salários*	*valor total da produção*	*valor total da produção* (per capita)
Argentina	1941	57 900	733,963	1 700	122
Brasil	1940	70 000	14,412,432	1 500	34
México	1940	11 974	240,762	300	14
Uruguai	1937	11 470	79,725	216	108
Chile	1940	4 196	104,771	200	40
Colômbia	1942	1 415	45,448	135	13,5
Venezuela	1936	8 025	41,230	70	17
Bolívia	1939	681	10,000	10	2,8

* Fonte: Paul V. Horn and Hubert E. Bice, *Latin American Trade and Economics*, New York, 1949, p. 294.

No período 1952-53, a renda *per capita* no Panamá alcançava US$ 343, em comparação com os $358 da Argentina, no mesmo ano. A Argentina sempre foi considerada o país latino-americano mais desenvolvido, a despeito de que os investimentos estrangeiros nunca desempenharam, percentualmente, o papel importante que tiveram na Venezuela, por exem-

plo. Considerada a renda *per capita* do Panamá, somos obrigados a crer que o Panamá é tão desenvolvido quanto a Argentina? Naturalmente, não. Grande parte das rendas do Panamá deriva dos negócios altamente concentrados da Zona do Canal. Ademais, há um grande contraste entre a pequena minoria rica — como na Venezuela — e o grande número de pobres e os quase auto-suficientes camponeses rurais cuja renda anual atinge US$ 15 por pessoa e não US$ 342 *per capita* como registraria a estatística da renda do Panamá.

Além disso, 64% da população panamenha é classificada como rural. (7) Isto significa que, para 64% da população panamenha, a renda *per capita* se aproxima antes daqueles US$ 14 do que de US$ 342. A conclusão semelhante poderá chegar-se mediante análise acurada das estatísticas venezuelanas, excluindo-se o desenvolvimento petrolífero. (8) Sustenta ainda a maioria dos homens de Estado latino-americanos que uma nação, como a Venezuela, é pOlìticamente dependente, visto que sua economia é necessàriamente, dominada por grandes emprêsas de petróleo, que não são senão caudatárias de economias estrangeiras. É a constatação dessa situação que, naturalmente, explica também a relutância geral dos latino-americanos em aceitar investimentos estrangeiros no campo petrolífero.

No tocante à situação cubana e seu impacto sôbre a América Latina, é importante, portanto, à luz da análise precedente, conservar em mente os resultados econômicos dos investimentos estrangeiros, que levam, geralmente, à monocultura. Além do que, não importa quão bem intencionados estejam os Estados Unidos, a América Latina em geral terá de agir com muita cautela para não cair, coletivamente, em

---

(7) C. A. Hauberg, *Panama: Pro Mundi Beneficio*, *Current History*, Vol. XXXII New York, abril de 1957, p. 232.

(8) Pedro C. M. Teichert, *Analysis of Real Growth and Wealth in the Latin American Republics*, *Journal of Inter-American Studies*, Bureau of Business Research, University of Mississippi, 1961. 4.ª edição.

uma cilada econômica, na época mesmo em que clama pela estabilização e sustentação dos preços das matérias-primas (*também minerais*) *e dos gêneros alimentícios.* Isto poderia resultar apenas na eternização do sistema monocultor de produção que é o principal flagelo das economias da região. Constitui também uma política contraditória para a América Latina lançar a sugestão, como fazem a maioria dos políticos e economistas latino-americanos, do aumento de suas exportações e sua produção de minérios e matérias-primas em geral, enquanto, ao mesmo tempo pede acordos de estabilização internacional ou hemisférica de preços para estas exportações de matérias-primas. Dever-se-ia ter sempre em mente que os esquemas de estabilização dos preços só podem produzir alívio temporário.

III

Uma experiência mais positiva e melhor com relação ao desenvolvimento de futuras possibilidades na América Latina reside no estabelecimento de Mercado Comum Latino-Americano, agora em fase incipiente. Esta é uma instituição que, a longo prazo, poderia ser a resposta para a solução de muitos, se bem que não certamente de todos, os problemas latino-americanos de industrialização e de criação de economias de produção em massa e distribuição. Contudo, já está claro que, como conseqüência do Mercado Comum, as dificuldades surgirão, a curto prazo, tanto entre a América Latina e os Estados Unidos, como entre os próprios países latino-americanos. As discussões preliminares já indicaram as tremendas dificuldades e os problemas que teriam de ser vencidos para concretizar tal mercado para tôda a região latino-americana. Com mais probabilidade o estabelecimento de mercados parciais entre grupos de nações latino-americanas constituirá o primeiro passo. Êste poderia constituir um desenvolvimento similar para o Mercado Comum Europeu, incluindo seis nações, e o mais recente estabelecimento da Associa-

ção Européia de Comércio Livre, duas áreas de mercado que poderiam ser fundidas num futuro próximo. Há sempre a possibilidade de uma fusão proveitosa dos mercados menores em uma grande organização e esta poderá vir a ser também a tendência da América Latina.

Dados os fatos da política interna dos Estados Unidos e, particularmente, de sua política exterior, parece não haver dúvida de que, no futuro, a própria América Latina teria de suportar a principal sobrecarga de sua política econômica revolucionária e dos seus esforços de desenvolvimento, exatamente como o México fêz nos anos críticos de sua reforma agrária e durante o processo de industrialização posterior à Segunda Guerra Mundial. Que o México — que, sòzinho passou por essa transformação — está agora em muito melhor situação, por motivo das reformas econômicas e sociais levadas a efeito, é questão que dificilmente se pode pôr em dúvida. Contudo, isto não implica que se uma ajuda desinteressada e livre de vinculações econômicas e polítcas — foi oferecida pelo novo Govêrno dos Estados Unidos, deva ser rejeitada e não utilizada para melhorar as condições de vida das populações latino-americanas.

Naturalmente, se a ajuda sem vinculações políticas fôr disponível de outras fontes além dos Estados Unidos, não há razão para que a América Latina não aceite ambas. Depois de tudo, os Estados Unidos já contribuíram, até agora, com alguns bilhões de dólares para nações comunistas, como a Iugoslávia e a Polônia, por exemplo — com mais ajuda do que tôda a América Latina jamais recebeu em tôda a sua história. Por conseqüência, não havia mal nenhum em que a América Latina aceitasse ajuda do mundo não ocidental. Se existem vinculações políticas na ajuda externa, então existe ainda menos razão para que a América Latina a receba exclusivamente dos Estados Unidos e não de outras nações. Deve depender dos próprios latino-americanos decidir sob qual influência querem viver.

Mas, com tôda probabilidade, num futuro próximo, os Estados Unidos farão alguma coisa sôbre a América Latina,

se não por outra razão, pelo menos pelo temor de que a revolução cubana se propague ao resto da região. Êste novo programa, ao qual os latino-americanos se referem, cìnicamente, como o Plano Castro, será seguido por outros acordos em que se tenta estabilizar os preços das matérias-primas latino-americanas e exportações de gêneros alimentícios, como o Presidente Kennedy já prometeu.

IV

Os latino-americanos e os formuladores da política estadunidense nunca deveriam esquecer que a reestruturação das economias latino-americanas exige profunda transformação econômica e reforma social completa e que esta, na maioria dos casos, não pode ser realizada sem sacrifícios internos e deslocamentos, assim como sem total reorganização das economias existentes, que se baseiam na monocultura e na exportação. A respeito desta última, dever-se-ia acrescentar, que, sem dúvida alguma, a revolução que teve mais êxoto na diversificação da economia — e é um fato consumado — goi a revolução mexicana. E' demasiado cedo ainda para que se possa tirar as conclusões finais sôbre o resultado econômico da revolução cubana. A revolução mexicana teve êxito — como terão, a longo prazo, os aspectos econômicos da revolução cubana — porque os próprios mexicanos a fizeram e não havia lá nenhuma nação estrangeira para suavizar a pílula amarga das necessárias adaptações de crescimento. Talvez o exemplo mexicano sirva para o resto da América Latina como uma lição de como abolir uma sociedade feudal e entrar no século XX, sem se tornar dependente para a ajuda externa de alguma nação estrangeira ou entidade política. O Quadro II indica claramente até que ponto a propriedade ainda está concentrada na América Latina de hoje — daí as dificulades encontradas para diversificar estas economias e a oposição à redistribuição das grandes propriedades pelos seus proprietários.

A introdução de um eficiente sistema tributário será de particular importância nesta reestruturação e no futuro desenvolvimento das economias latino-americanas. Atualmente, as taxas de impôsto e de arrecadação são muito insignificantes e os impostos, a despeito dessas taxas baixas, são freqüentemente sonegados por aquêles que estariam mais aptos a pagá-los. Algumas Repúblicas não cobram impostos de qualquer espécie e poucas se arriscam a lançar impostos sôbre a propriedade rural. É óbvio que as economias que se não beneficiam com uma arrecadação suficiente são ainda mais vulneráveis, pois os impostos cobrados procedem sòmente da importação e exportação de alguns produtos pelo comércio. Para que a sua revolução pudesse ter êxito numa época em que a ajuda externa constituía uma prática desconhecida, teve o México, além do mais, de diversificar sua economia, a fim de atenuar o impacto causado pela queda dos preços na exportação de um só produto. Procurou, assim, êste país tirar partido do aumento dos preços em outras exportações, num recurso compensatório. A diversificação da produção e da exportação é, portanto, pré-condição para o sucesso de qualquer revolução que inclua entre os seus objetivos o da verdadeira independência econômica. É evidente que, enquanto os têrmos de comércio, a longo prazo, se estão deteriorando para as exportações de matéria-prima e de gêneros alimentícios em geral e a Comissão Econômica para a América Latina acredita firmemente que se deterioraram a partir de 1955 — os preços de determinados produtos não caem e sobem todos ao mesmo tempo e, até certo ponto, num determinado ano. Enquanto alguns preços caíram, outros podem na realidade subir num comportamento determinado — daí, a necessidade de diversificar a fim de tirar partido dos movimentos compensadores dos preços nos mercados mundiais.

A análise precedente torna bastante clara que a América Latina tem de solucionar os três problemas seguintes: 1) A curto prazo, a América Latina pode tentar estabelecer esquemas de estabilização a fim de evitar perdas resultantes das flutuações imediatas do mercado de matérias-primas e gêne-

ros alimentícios; 2) A longoprazo, a América Latina deve procurar diversificar sua prdução e as exportações de gêneros alimentícios e matériasprimas a fim de evitar as flutuações anuais extremas, parlcularmente se os acordos sôbre preços de produtos não funconarem muito bem ou desmoronarem, como tem acontecio, no passado; e 3) A longo prazo, a América Latina ten de se industrializar mais do que já o fêz, visando a evitar que os têrmos de comércio lhe sejam desvantajosos, se permnecer uma exportadora importante de matérias-primas e ;êneros alimentícios. Como já foi mencionado, o mercado omum latino-americano, agora em estado incipiente de fornação pode-se tornar o mecanismo através do qual será lcançada a diversificação e a industrialização, dado o peqeno poder aquisitivo do povo latino-americano para produtis industriais, que sòmente podem ser produzidos, econômicmente, em larga escala.

7

O futuro caminho da trasformação da economia latino-americana será bastante espihoso e cheio de dificuldades. E permanecerá assim, sobretud enquanto os Estados Unidos continuarem a crer que, na América Latina, o parcelamento das grandes propriedades é cmunismo. Mas sem a reforma agrária básica, na maioria da América Latina, o progresso é quase impossível, e quanto mis forem adiadas as transformações estruturais das econmias latino-americanas, mais violentas serão as revoluções ievitáveis do futuro. A violência dessas revoluções aumentará, portanto, na medida em que os Estados Unidos lhes façan oposição. Ademais, como no caso de Cuba, a oposição americana poderia forçar as nações latino-americanas a aliarem-se abertamente, à Rússia e à China Vermelha, o que talvez para agumas Repúblicas mais fracas, pudesse significar apenas a troca de um mestre por outro de diferente côr política. Se êste será,na realidade, o resultado final em Cuba não é previsível neste momento. Depois de

tudo, a Iugoslávia ainda é um país muito independente e senhor dos seus próprios negócios e do seu próprio destino, enquanto não aceitar ajuda dos comunistas ou de quem quer que lha ofereça. O desfecho da situação cubana podia ser similar ao iugoslavo, pelo menos no que se refere à sua independência política, mas no que se relaciona com a estrutura final do sistema econômico cubano, a longo prazo, bem poderia êste aproximar-se do modêlo mexicano. Presentemente, a revolução cubana é ainda muito recente para que seu desfecho final, e futuro, possa ser previsto com qualquer pretensão de ordem científica.

Sem dúvida, muitos países latino-americanos tomarão a revolução do México de 1910 como um exemplo do que devem fazer para romper com uma estrutura econômica superada, a fim de poderem progredir. A propósito, não é mero acidente o novo interêsse que a revolução cubana acaba de despertar. Agora existe a possibilidade de comparar as políticas e os resultados de dois importantes movimentos revolucionários, o mexicano e o cubano, êste tendo revivido o interêsse na orientação mexicana. Também, de particular interêsse, no que se refere às revoluções cubanas e mexicanas e no que se relaciona com a antipatia em geral dos Estados Unidos por revoluções populares na América Latina, poderia ser conveniente mencionar que, se o comunismo russo tivesse existido, antes do advento da revolução cubana em 1910, o México teria sido acusado dos mesmos crimes e do mesmo modo que Cuba. Portanto, é também razoável concluir que muitas revoluções latino-americanas que não falharão em sobrevir num futuro próximo, criarão grandes distúrbios na América Latina e, a partir daí, perturbarão as relações Brasil—Estados Unidos e se forem semelhantes à original revolução mexicana, serão classificadas de comunistas.

Entretanto, e aqui reside a significação da experiência mexicana para uma compreensão dos futuros desenvolvimentos latino-americanos: Presentemente, o México não é nem comunista nem russo, mas exclusivamente mexicano. Ade-

mais, a revolução mexicana de 1910, a orientação da revolução uruguaia do comêço do século XX, a presente reforma agrária tranqüilamente levada a efeito na Venezuela (da qual ouvimos muito pouco, mas que é realmente espetacular em têrmos de mudança na tradicional política agrícola e econômica) e talvez, mesmo, até certo ponto a malograda tentativa dos descamisados ou peronistas (os partidários do ex-presidente Peron da Argentina) de fazer alguma coisa pelo camponês — fundamentalmente todos êsses movimentos constituem sòmente uma parte do grande movimento latino-americano de autodeterminação e independência econômica, o problema crucial da América Latina.

VI

Para os Estados Unidos, talvez, mesmo para todo o bloco ocidental de nações, os presentes desenvolvimentos na América Latina, que possuem profundas raízes e experiências no passado, deveriam ser uma advertência final, caso não se queira encarar o problema latino-americano, tão superficialmente quanto antes. É significativo, a êste respeito, que todos os ditadores latino-americanos impopulares do passado, a começar com Peron, Rojas Pinilla, Perez Gimenez, encabeçada a lista por Batista, de Cuba, foram derrubados com a ajuda da Igreja Católica. Mas os líderes das revoluções verdadeiras ou básicas, aquêles que, de modo significativo, mudam a estrutura política e econômica de uma nação, tais como a revolução mexicana, a revolução boliviana de princípios de 1950, e até certo ponto, a recente revolução guatemalteca, e, naturalmente, a atual revolução cubana — tôdas essas revoluções (que deviam ser escritas com R maiúsculo) se extinguirão com os seus respectivos líderes porque as massas camponesas seguem os postulados conservadores da Igreja, antes do que as doutrinas dos revolucionários. Constitui um dos aspectos mais significativos das novas revoluções latino-americanas, que as populações as desejam e que o próprio povo colocou as aspi-

rações e objetivos dessas novas revoluções mais altos, em sua escala de valores, do que sua tradicional fé religiosa e lealdade à Igreja Católica, mais conservadora. Enquanto, sem dúvida, os revolucionários das verdadeiras revoluções estiverem afastados do Poder, outros com as mesmas convicções os substituirão e as revoluções continuarão constantes. Talvez os programas e as plataformas das revoluções populares se tenham tornado a última esperança das massas na América Latina de hoje.

Finalmente, na previsão do futuro da América Latina, três conclusões resultam óbvias da análise prévia do cenário latino-americano e merecem reformulação: 1) que muitas Repúblicas latino-americanas encontram-se exatamente no limiar de sua própria revolução básica; 2) que estas revoluções não serão meramente quarteladas do tipo político e 3) que, conquanto a revolução cubana deva ser interpretada como parte integral do fenômeno fundamental da política econômica revolucionária na América Latina, não se deve esquecer que cada República latino-americana terá de formular suas próprias políticas particulares adaptadas ao seu meio, como também ao seu estágio econômico e histórico de crescimento, a fim de levar a efeito a transformação das sociedades agrário-coloniais em nações industrializadas do século XX.

* * *

LATIN AMERICA AND THE SOCIO-ECONOMIC IMPACT OF THE CUBAN REVOLUTION

As it is implied from the title, this article by Pedro C.M. Teichert, an economist and professor of Economics at the University of Mississippi, deals with the Cuban revolution and the problems resulting from it to the United States — Latin America relations. Initially, the author recognises, first, that this revolution brought about the reformulation of the American foreign policy and, secondly, that it means an impeding political threat to our continent. The author then throws light on the background of the revolutionary scenery, where the poverty of the masses contrasts with the luxury of a small minority in countries still run, most of them, by an oligarchy of landlords and the mi-

litary. Granted its radicalism, it is his opinion, however, that the Cuban revolution does not represent something new in terms of Latin American policy objectives. He observes, in this respect, that the existence of an explosive atmosphere in the region can be traced back to the depression of the 1930's. In his mind, what represented something new in the case of Cuba would has been the suddeness characterizing it and the proximity of that country to the United States, thus making unbelievable to the Americans that it could happen. Apart from it, he thinks that, by and large, the social economic upheaval that has taken place in that nation of Central America was but a violent reaction to the social and economic wrongs which generally prevail in Latin America. So he establishes no "that to understand the causes leading to the Cuban revolution is to understand the economic and social problems that, for a long time, have beset and still bother most, if not all, of the Latin American republics and perhaps many of the other underdeveloped areas in the world." He goes on to explain that, prior to the Cuban revolution, only two Latin American countries — Mexico and Uruguay — had previously carried out necessary transformation of a structural type. On the other hand, it was one of the main objectives of the U.S.A. foreign policy during the days of World War II, he adds, to oppose or at least disencourage industrialization, and, politically, to court or back many the area's long established dictators and political oligarchies. Advancing that this kind of policy will have to be changed by the United States in these next years he states that, if not, USA relations with its Southern neighbors will deteriorate further. Next, he stresses the importance of the economic ties linking American export-import markets to the markets South of Rio Grande and based on extensive date and statistical elements asserts that, while Larin America could, no doubt, survive without the friendship and help of the United States, growth in the Western hemisphere will never be furthered by a sudden and complete rupture, of economic relations between the two areas. The situation brought about by the Cuban revolution also indicates that the time has past for the United States just to talk and make promises in regard to measures it will implement to stimulate progress in Latin America. Besides, he proceeds, American policy makers should pay no less attention to the kind of foreing aid provided, so as to avoid that type which prevents the social revolution necessary to lay the foundation on which to build a new economic system of national orientation and production. In the light of these considerations, he brings to our attention the fact that foreign investments in Cuba generally led to monoculture. In close connection with this thinking, a reference is made to the Latin American clamor for the stabilization and support of raw materials prices and food exports, what might mean, in the long run, the perpetuation of

the monocultural system of production. In addition, Latin American economists and politicians suggest an increase in exports and production of raw materials as a means to solve the economic troubles of their countries and, this last claim the author considers a contradiction to the first, since if converted into reality, it will make impossible price stabilization agreements. Further on, the author compares the per capita income of some apparently flourishing Latin American economies with the buying power of their poor population to prove how false it is to consider regional reality in terms of *per capita* incomes. Interesting enough are also the figures he presents about the concentration of land ownership in Latin America; this he asserts to be a situation closely related to the monocultural system, a system beneficiary only to a few landlords. Concentrating his attention on this economic panorama, he again shows the dark side of one-product economies taking its profit from the exportation of raw materials: he confronts the big profits of trade with the uneven distribution of these same profits along the social structure; he, notably, focusses the cases of Argentina, Uruguay and Venezuela and makes plain that, in this last country, *per capita* income and economic development do not coincide. Moreover, the oil development income in Venezuela is frequently transfered from the country, with visible damage to its internal progress. Another illustration of the per capita income takes place with mention made to the period 1952-1953, in which the per capita income in Panama Was of US$ 343 dollars, in comparison with the US$ 358 of Argentina; would it mean that Panama is as developed as Argentina? At this stage, the author affirms that, although Latin America should not reject American plans of economic aid, it should be prepared to take on the responsibility of promoting its own progress, like Mexico did in the old inquiet days of its agrarian reform. Alias, he understands that the foreign economic aid from other sources, besides the United States, if available, without political strings, should be accepted by Latin America as well, for, after all, the United States have contributed to communist nations like Polland and Iugoslavia in an extension it never did to Latin America: American opposition to this natural development might lead, on the other hand, Latin American countries to side with Soviet Russia and Red China. In concluding, Pedro Teichert sums up his interpretations as follows: 1) many Latin American republics live a pro-revolucionary historical stage; 2) these revolutions are not going to be just barracks uprisings of the political type; 3) although the Cuban revolution should be interpreted as an integral part of the Latin American political phenomenon, each country will have to adapt it to its own social setting.

L'AMÉRIQUE LATINE ET L'IMPACT SOCIAL ET ÉCONOMIQUE DE LA RÉVOLUTION CUBAINE

Comme on le voit, d'après le titre, cet article de Pedro C. M. Teichert, un économiste argentin, professeur d'Économie à l'Université de Mississippi, discute la révolution cubaine et les problèmes qu'elle a créés pour les relations entre les États-Unis et l'Amérique Latine. D'abord, l'auteur reconnait premièrement que cette révolution a donné lieu à la réforme de la politique extérieure américaine, deuxièmement qu'elle signifie une menace politique pour le continent. L'auteur alors met au jour le décor du *background* révolutionnaire où la pauvreté des masses est en contraste avec l'aisance d'une minorité dans des pays dirigés, pour la plupart, par une oligarchie de gros-propriétaires et militaires. À l'exception de son radicalisme, d'après son avis, la révolution cubaine ne représente rien de nouveau si l'on considère les objectifs de la politique de l'Amérique Latine. Il remarque, à ce propos, que la présence d'une atmosphère explosive dans la région est une évidence avant même la depression de 1930. Pour lui, ce qu'il y a eu de nouveau dans le cas de Cuba a été la soudaineté qui l'a caracterisé et sa proximité des États-Unis, en la rendant pour les Américans entièrement invraisemblable. En mettant cela de côté, il pense que l'améliorement du niveau social et économique qui s'est vérifié dans ce pays de l'Amérique Centrale n'est qu'une réaction violente aux erreurs sociales et économiques qui constituent la règle en Amérique Latine. Ainsi, dit-il, "pour comprendre les causes qui ont amené à la révolution cubaine, il faut comprendre les problèmes sociaux et economiques qui ont, depuis si longtemps, étouffé tous sinon la plupart des républiques de l'Amérique Latine et probablement un très grand nombre d'autres zones sous-developpées du monde. Il poursuit en expliquant qu'avant Cuba, seuls deux pays de l'Amérique Latine — le Méxique et l'Uruguay — avaient réussi à faire des modifications de structure. D'autre part, un des principaux objectifs de la politique extérieure des États-Unis pendant la Seconde Guerre Mondiale, ajoute-t-il, était celui de s'opposer ou, du moins, de décourager l'industrialisation et, politiquement, courtiser ou appuyer dans la région les dictateurs et les oligarchies politiques déjà établies. Avançant que cette politique devra être changée par les États-Unis dans les prochaines années, il déclare que, si l'on ne la modifie pas, les relations entre les États-Unis et leurs voisins du sud seront de plus en plus mauvaises. Ensuite, il souligne l'importance des liens économiques rattachant les marchés américains d'exportation et d'importation aux marchés du sud de Rio Grande, et fondé sur des données étendues et des élements statistiques, il affirme que, tandis que l'Amérique Latine, pourrait, sans aucun doute, survivre sans l'amitié et le secours des États-Unis, le dé-

veloppement de l'hemisphère Occidental ne serait jamais favorisé par une soudaine et complète rupture des relations économiques entre les deux zones. La situation mise en relief par la révolution cubaine montre aussi que le temps est dévolu où les États-Unis pouvaient parler et faire des promesses en ce qui concerne les mesures qui pourraient stimuler le progrès en Amérique Latine. En outre, poursuit-il, les meneurs de la politique américaine dévaient également faire attention au genre d'assistance fournie, de façon à éviter ce qui empêcherait la révolution sociale necessaire à établir les bases d'un nouveau système economique d'orientation et de production nationales. Devant ces considérations, il fait appel à l'exemple de Cuba où les investissements étrangers ont amené, généralement, à la monoculture. Par rapport à cela, il fait une référence à la clameur de l'Amérique Latine pour la stabilisation et la fixation des prix des matières premières et d'exportation des denrées, ce qui, à long délai, peut signifier la perpétuation du système monoculturel de production. En plus, les économistes et les politiciens de l'Amérique Latine suggèrent une augmentation dans l'exportation et la production des matières *premières comme un moyen pour réssoudre les problèmes économi*ques de leurs nations, cette dernière revendication considérée par l'auteur en contradiction ave la première, et si cela devient une réalité, les accords pour la stabilisation des prix deviendront impossibles. Ensuite, l'auteur compare la rente *per capita* de quelques économies apparemments florissantes de l'Amérique Latine avec le pouvoir acquisitif des populations pauvres pour démontrer combien il est faux de considérer la réalité régionale en fonction des rentes *per capita.* Assez élucidatifs sont aussi les données qu'il nous offre sur la concentration de la propriété des terres en Amérique Latine, ce qu'il explique comme une situation étroitement liée au système de monoculture, un système qui bénéficie seulement quelques propriétaires. Concentrant son attention sur ce panorama économique, il nous montre, encore une fois, l'aspect sombre d'une économie basée sur un seul produit, dont les bénéfices proviennent de l'exportation de matières premières; il compare les grands revenus du commerce avec l'inégale distribution de ces revenus par les diverses couches sociales; il envisage surtout les cas de l'Argentine, de l'Uruguay et du Venezuela, tout en rendant bien clair que dans ce dernier pays la rente *per capita* et le développement économique ne coïncident pas. En plus, le développement de la rente du pétrole au Venezuela est souvent rétirée du pays au grand dommage de son progrès. On pourrait donner encore un exemple: dans la période 1952-3 la rente per capita au Panama a été de US$ 343 dollars, tandis qu'en Argentine elle a été de US$ 358: ces chiffres révéleraient-ils que le Panama est aussi développé que l'Argentine? A ce moment-là, l'auteur déclare que, quoique l'Amérique Latine ne doive pas refuser les plans américains d'aide économique, doit être préparée à prendre la responsabilité de son progrès, comme le Méxique l'a fait aux jours lointains et inquiets de sa réforme agraire. Autrement, il croit

qu'une assistance économique étrangère d'autre source que les États-Unis devait aussi être acceptée, tant qu'elle n'impose pas de compromis politiques, car les États-Unis ont donné leur contribution aux nations communistes, comme la Pologne et la Yougoslavie, dans une mesure jamais égalée dans leurs rapports avec l'Amérique Latine. L'opposition américaine à ce développement naturel peut d'autre part entraîner les pays de l'Amérique Latine vers la Russie Soviétique et la Chine Communiste. Pour conclure, Pedro Teichert résume ses considérations de la façon suivante: 1) plusieurs républiques de l'Amérique Latine sont historiquement dans une phase pré-révolutionnaire; 2) ces révolutions ne seront pas seulement des rébellions militaires de caractère politique; 3) quoique la révolution cubaine puisse être interpretée comme une partie du phénomène politique de l'Amérique Latine, chaque pays devra l'adapter à sa réalité sociale.

RESENHA

POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL *

Reafirmando as linhas gerais da política exterior brasileira, de conformidade com as diretrizes básicas definidas pelo Govêrno da República, a 11 de setembro de 1961, o Presidente João Goulart, em Mensagem de Ano Novo, ao país, caracterizou, com estas palavras a orientação internacional seguida pelo Brasil no ano anterior, bem como define os pressupostos dessa orientação, ante a atual conjuntura mundial, na qual a Nação brasileira passou a desempenhar importante papel. O Presidente da República proferiu, nessa ocasião, as seguintes palavras:

"Não teríamos a visão exata da nossa realidade, se a considerássemos exclusivamente no seu panorama interno, destacando-a do contôrno internacional. Também neste cenário o ano que se extingue foi cheio de acontecimentos significativos, auspiciosos uns, inquietantes outros, que podem trazer, em futuro próximo, a situações delicadas, a que o nosso país terá de fazer frente.

O Brasil não fugirá aos seus compromissos de Nação pacífica, desejosa de manter universais relações de amizade. Ampliamos nossa área de convivência internacional, restabelecendo comunicações com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira e da qual pessoalmente discordo.

A política exterior do Govêrno tem obedecido ao princípio inalterável de respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda de nossa própria independência".

Esta política encontra-se, igualmente, consubstanciada, em sua essência, no discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. San Tiago Dantas, que chefiou a Delegação brasileira à VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores, que se realizou, a 24 de janeiro de 1962, em Punta Del Este, Uruguai, e na qual o nosso país, juntamente com o México, o Chile, a Argentina, a Bolívia e o Equador, se manteve fiel aos princípios tradicionais de sua política exterior de respeito à autodeterminação dos povos, à ordem jurídica inter-

---

(*) Vide Revista Brasileira de Política Internacional de dezembro de 1961, nº 16, pág. 121.

nacional e à solução, por vias pacíficas, de todos os litígios internacionais. Eis o texto do discurso pronunciado, naquela importante reunião interamericana, pelo Chanceler San Tiago Dantas:

"Desejo que minhas primeiras palavras sejam de saudação aos Senhores Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos e aos Governos e povos que representam nessa Consulta. O Brasil a ela comparece animado pelo espírito de fraternidade que o tem levado a participar de tôdas as reuniões interamericanas e pelo sincero desejo de contribuir para que a presente Consulta represente um passo adiante na elaboração e no fortalecimento do sistema regional a que pertencemos.

Três objetivos orientam o nosso comportamento na presente reunião: primeiro, o de preservar a unidade do sistema fortalecendo-o em benefício do Ocidente; segundo, o de defender os princípios jurídicos em que êle se baseia, contribuindo para que não se desfigurem no momento em que são chamados à aplicação; terceiro, o de robustecer a democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

Acredito que êsses objetivos são comuns aos Estados democráticos aqui representados, mas as declarações divulgadas antes mesmo de iniciar-se a consulta e as atitudes tomadas no Conselho da O.E.A. ao deliberar-se sôbre a sua convocação fazem crer que existam entre nós certas divergências, não quanto às finalidades que perseguimos, mas quanto aos meios que julgamos adequados para alcançá-las.

A unidade e o fortalecimento do sistema interamericano não resultam, como pode parecer a uma análise apressada e que se contente com a observação superficial de atitudes exteriores, do simples fato de chegarmos, em nossas reuniões, a declarações unânimes e de votarmos documentos que reafirmem nossos propósitos comuns. Muitas vêzes a unanimidade se alcança, nas decisões internacionais, ao preço da eliminação da essência de uma controvérsia; e, assim, as simples reafirmações de propósitos já declarados debilitam em vez de revigorarem o sentido afirmativo já vazado em anteriores declarações.

O que verdadeiramente demonstra que o sistema está vivo e que a união entre os Estados continua a produzir energias para o desenvolvimento de sua existência comum é a capacidade de resolver e superar problemas através de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunhão de idéias e de uma soma de fôrças para alcançar um objetivo visado por todos.

Temos tido em nossas reuniões interamericanas grandes momentos, em que se revelou a autenticidade de nossa união e se patenteou a efetividade de nossos esforços. Esperemos que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores se possa inscrever entre êles e que não nos tenhamos de desapontar dentro de alguns anos com o resultado de nossas deliberações. Os progressos do sistema interamericano, a sua capacidade da resposta a novas situações e novos problemas estão intimamente vinculados à preservação dos princípios jurídicos que nos permitiram construí-lo.

Nesses princípios se têm assentado nossos compromissos internacionais, dos quais resultam normas obrigatórias para todos os Estados adotadas, muitas vêzes depois de madura evolução, após passarem por estágios sucessivos de elaboração, em que primeiro se afirmam como simples anelos ou aspirações enunciadas em declarações sem efeitos vinculativos para um dia se transformarem em cláusulas de Tratados e Convenções.

Nosso sistema regional, olhado sob o ponto de vista jurídico, é, assim, um conjunto orgânico de normas obrigatórias e aspirações programáticas. Faz parte do método a que tem obedecido sua elaboração histórica aguardarmos o momento próprio de sua codificação precisamente para que mantenhamos definidas e ao abrigo de confusões de limites eventualmente perigosos a área da soberania de cada Estado e a área dos compromissos limitativos livremente negociados e consentidos.

Nada há, por isso, no sistema interamericano, que não seja obra da vontade dos Estados que nêle se associam. A base da organização regional tem sido e há de continuar a ser a independência política dos diferentes Estados de que nem sequer uma mínima parcela foi alienada ou transferida a outro Estado ou à própria Organização regional. Não há por isso exagêro em dizer que a base primordial do sistema jurídico interamericano é o princípio da não-intervenção de um Estado nos negócios internos do outro, princípio cuja obrigatoriedade se estende à própria Organização e que só encontra seus limites nos casos de aplicação de medidas para a manutenção da paz e da segurança expressamente autorizados em tratados internacionais.

Não constitui, como sabemos, o reconhecimento do princípio de não-intervenção, entre os Estados americanos, um pacífico ponto de partida, reconhecido e proclamado desde a era da Independência. Já éramos formalmente nações soberanas e lutávamos contra as ingerências estranhas na área de nossas respectivas soberanias, a princípio contra a intervenção de potências

européias e depois contra a de nações mais fortes do próprio Hemisfério, até que o reconhecimento do princípio de não-intervenção e o seu escrupuloso respeito pelos Estados em condições materiais de violá-los, vieram gerar novas bases de cooperação e de confiança sôbre as quais se pôde erguer o sistema de que nos envaidecemos. É lícito dizer-se que a Organização dos Estados Americanos floresceu, nas últimas décadas, como um instrumento por excelência da política de não-intervenção.

Numa era em que as tensões internacionais se tornaram extremas, e em que muitos países se viram obrigados, para fazerem respeitar sua independência política, a se colocarem numa posição de tenso equilíbrio entre os blocos político-militares que se disputam a primazia mundial, tiveram a fortuna de nos podermos colocar à sombra de uma Organização que assegurou através de princípios e normas a integridade de nossas soberanias, sem precisarmos recorrer a formas inferiores de transação.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca veio aperfeiçoar êsse sistema, dando bases absolutamente precisas à segurança coletiva no âmbito regional. Entre os vários aspectos que o distinguem e que dêle fazem, realmente, um instrumento de preservação da paz e da segurança, e não um ato constitutivo de uma aliança ou bloco militar, merece ser pôsto em relêvo neste instante o fato de basear-se o seu mecanismo de defesa comum na ocorrência de um caso concreto e específico de ataque armado ou, nos têrmos do Artigo 6º, de uma agressão equivalente que possa afetar a inviolabilidade ou a integridade do território, a soberania ou a independência política de qualquer Estado Americano, agressão a que se equipara "qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América". Sem que ocorra um fato específico, imputável a determinado agente e capaz de produzir o correspondente evento de dano ou de perigo, não há como invocar as normas do Tratado do Rio de Janeiro, que assim, ao mesmo tempo que tem circunscrita a sua área de aplicabilidade, deixa de constituir nas mãos dos Estados Americanos um instrumento que eventualmente poderia franquear as fronteiras do princípio de não-intervenção.

Além da preservação da unidade do sistema interamericano e da defesa dos princípios jurídicos em que êle se baseia, traz o Brasil à presente Consulta o firme propósito de contribuir com seus votos e atitudes para o robustecimento da democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

É a democracia uma aspiração comum dos povos americanos, expressa não apenas no Art. 5º da Carta de Bogotá, mas em inúmeros outros documentos do sistema interamericano e sobre-

tudo moldada nos episódios mais significativos da nossa história política e social. O sistema interamericano careceria de sentido e perderia mesmo o espírito criador que o vivifica e lhe condiciona a evolução, se o esvasiássemos dêsse traço fundamental e inalienável que é a aspiração comum dos povos americanos a viverem sob as normas de um regime político que é o único compatível com o respeito à condição humana e com a preservação das liberdades públicas.

Daí a dizer-se que já alcançamos a estabilidade na prática das instituições democráticas e representativas vai entretanto um grande caminho. Nossos povos aspiram à democracia mas ainda não conseguiram alcançá-la de forma permanente, ou mesmo estável pela interferência de causas sociais e econômicas que nos expõem freqüentemente a crises políticas, não raro geradoras de regimes de exceção. Entre essas causas avultam, como é sabido, o subdesenvolvimento econômico, que mantém em nossos países níveis de renda individual hoje apontados entre os mais baixos do mundo, e além disso desigualdades na distribuição social da riqueza inteiramente incompatíveis com o grau a que atingiram na consciência das classes populares a aspiração ao bem-estar e a noção ética da igualdade. A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença na economia de diversas nações do Hemisfério da interferência constante dos interêsses de grupos econômicos internacionais que alcançam no território dos paises onde operam uma soma de autoridade às vêzes maior que a dos próprios Governos.

Sem a erradicação dêsses males, que debilitam a democracia representativa, condenando-a a uma permanente instabilidade, não será possível a nenhum país americano lograr êxito na luta contra o comunismo internacional. De nada valerão os princípios morais e politicos, em que se inspira tradicionalmente a nossa civilização, como de nada valerá o amor pela liberdade em que se plasmou desde as lutas coloniais o caráter dos nossos povos. Para vencermos o comunismo e colocarmos sôbre bases inabaláveis as instituições democráticas e o respeito das liberdades públicas teremos de empreender, através de medidas internas, e também com a cooperação internacional, uma luta intensiva pelo desenvolvimento econômico, pela maior igualdade na distribuição social da riqueza e pela emancipação da economia de cada nação dos vínculos em que ainda perduram os resíduos de um sistema colonial.

É certo, porém, que não só internamente terá de ser travada a batalha pela defesa da democracia. No mundo moderno a

luta entre o Ocidente e o Oriente tornou-se expressão do antagonismo entre a democracia e o comunismo internacional, e nenhum Estado que deseje preservar suas instituições livres pode deixar de enfrentar, também neste terreno, o desafio. Para fazê-lo, de forma històricamente construtiva, é necessário, em primeiro lugar compreender que a chamada guerra fria não é, como a muitos ainda parece, talvez pela perseverança de hábitos mentais já desatualizados, um mero ponto de passagem ou etapa preparatória de uma guerra real. Era essa de fato a impressão formada no espírito dos nossos contemporâneos quando se restauraram, terminada a última guerra mundial, os desentendimentos que culminariam nas grandes tensões internacionais dos nossos dias.

A nova realidade, que precisamos encarar em tôda sua extensão e profundidade, é, entretanto, que a guerra fria em vez de uma simples etapa parece constituir uma forma permanente de convivência, da qual sairemos apenas quando a evolução dos acontecimentos houver superado as formas presentes de antagonismo que contrapõem o Ocidente e o Oriente. Se essa é uma forma de convivência que se estenderá por um período de tempo imprevisível, a conclusão imediata que se nos impõe é que para lutarmos dentro dela pelos ideais e princípios da *civilização ocidental e democrática temos de partir da convicção* da inutilidade de medidas de fôrça, que geram por uma reação inevitável, outras medidas congêneres e bem assim tempos de procurar em tôdas as circunstâncias, não o agravamento, mas a redução progressiva das tensões internacionais. Onde quer que as tensões aumentem coloca-se em perigo a causa da paz e a ruptura da paz representa para todos os povos, seja qual fôr o resultado eventual de um conflito militar em grande escala, a certeza do desaparecimento físico e moral, pois não serão menores as probabilidades de destruição maciça do que as de perda irreparável dos valores da civilização.

Lutar pela democracia, nos têrmos em que se coloca o antagonismo entre o Ocidente e o Oriente, é assim, em primeiro lugar, lutar pela preservação da paz, e dentro dela pôr condições competitivas que, onde quer que se tenham verificado sempre favoreceram a preservação, o robustecimento e até a recuperação das instituições livres com perda de predomínio ou de influência para o comunismo internacional.

É êsse um ponto sem o qual não poderíamos, a nosso ver, Senhores Chanceleres, abordar com objetividade nesta reunião o problema do estabelecimento de um Estado socialista ou, como êle próprio se declara, marxista-leninista, em nosso Hemisfério,

pois o caso de Cuba é inseparável em sua significação e em seu tratamento do grande problema do antagonismo entre o Ocidente e o Oriente e da luta pela democracia contra o comunismo internacional.

Numerosas vêzes nos últimos anos temos assistido à criação de condições favoráveis à interferência do comunismo internacional em Estados democráticos ou pelo menos solidários com as democracias ocidentais. Algumas vêzes essa interferência assumiu o caráter de uma simples preponderância de fôrças políticas internas dentro dos quadros de uma competição eleitoral; outras vêzes assumiu o caráter de uma associação entre fôrças revolucionárias nacionalistas e populares e movimentos de filiação comunista atuando conjugada ou paralelamente. Especialmente nesse último caso, com o qual se aparenta o de Cuba, a interferência soviética na área que ela procura fixar sob sua influência assume o caráter de verdadeira penetração cultural e econômica, além de ingerência política em seus negócios internos. Se, nesse momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde porém as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que através dela continuasse a processar-se o contacto político, econômico e cultural com o Ocidente, não houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. Se no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao Govêrno do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à *vis atractiva* do Bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada. Do mesmo modo, se a Inglaterra não tivesse, no caso do Iraque, mantido um canal aberto para o entendimento com o Ocidente, não seria hoje aquêle país árabe um baluarte ocidental no Oriente Médio.

Não acreditamos que o caso de Cuba possa ser examinado e discutido como se êle se situasse fora da História contemporânea nos limites de um território ideal, em que os acontecimentos se processassem sob a influência de causas e circunstâncias puramente americanas. Acreditamos, pelo contrário, que Cuba nos ofereça um exemplo típico de Estado onde uma revolução do tipo nacional e popular recebeu, a princípio a colaboração, e mais tarde a crescente influência de fôrças políticas caracteriza-

damente comunistas, cuja presença se vem acentuando dia a dia nos assuntos internos e na conduta internacional daquele Estado americano. No momento em que os Chanceleres do Hemisfério se reúnem para considerar, ainda que sob os têrmos de uma convocação genérica, especificamente o caso cubano, é impossível separar a política que adotamos em relação a êsse país da política geral de defesa da democracia contra o comunismo e é dentro dos exemplos e precedentes oferecidos pela História política recente que teremos de situá-lo se o quisermos abordar corretamente.

Senhores Chanceleres, são essas as premissas da posição brasileira na presente Reunião de Consulta. Desejamos preservar e robustecer a unidade do sistema americano e para isso consideramos indispensável, não uma decisão unânime e inoperante mas uma solução construtiva. Desejamos defender os princípios jurídicos em que se baseia o sistema regional e não queremos por isso adotar soluções perigosas que tornam indecisos os marcos divisórios do princípio de não-intervenção. Desejamos finalmente lutar pela democracia e para isso desejamos situar Cuba no panorama geral do antagonismo entre o mundo ocidental e o mundo soviético, assegurando condições que não propiciem seu definitivo alinhamento com o bloco totalitário, mas ensejem, pelo contrário, o seu retôrno, ainda que não imediato, à órbita dos povos livres.

As soluções até agora apresentadas a esta Reunião de Consulta ou anunciadas pelos governos que a ela concorrem, não parecem corresponder às preocupações da Delegação do Brasil. E' certo que vemos com prazer o abandono gradual e acreditamos que unânime, do apêlo às sanções militares como remédio eficaz para o caso de Cuba. Teríamos destruído o sistema interamericano no dia em que considerássemos a intervenção armada meio idôneo não para rechaçar uma agressão materializada em fatos determinados, mas para eliminarmos um regime politico por contrariar os princípios democráticos em que se baseia a Carta de Bogotá.

Embora as sanções militares estejam eliminadas das cogitações de todos, não será de mais lembrar que os princípios democráticos constituem aspiração comum dos povos americanos, mas que o seu abandono por um govêrno do Hemisfério não constitui caso previsto em qualquer Tratado para aplicação de medidas coercitivas ou sanções. Parece ficar excluída de forma definitiva a interpretação incorreta de que a Resolução 93 de Caracas reformou o Tratado do Rio de Janeiro. Um tratado não pode

ser reformado senão por outro, que obedeça aos mesmos trâmites de conclusão e ratificação. Além disso, se êsse argumento não bastasse, aí estariam os têrmos da Declaração de Santiago do Chile, oriunda de projeto cuja apresentação à V Reunião de Consulta constitui um galardão da diplomacia brasileira, e que reconhece expressamente, ao enunciar os oito princípios característicos da democracia americana, que a sua observância não tem caráter obrigatório, mas exprime uma aspiração comum, um pólo para que tende em sua evolução histórica a consciência política dos povos do nosso Hemisfério.

Nem poderia ser de outro modo, se considerarmos que os Estados americanos vão realizando, sob as dificuldades de ordem social e econômica que acima apontei, a sua marcha ascensional para a implantação permanente da democracia representativa, mas muitos ainda sofrem de tempos em tempos, a inevitável interrupção decorrente do estabelecimento de ditaduras pessoais ou de rebeliões com inclinação ideológica variável.

Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades, se conhecendo como conhecemos as circunstâncias sob que se processa a evolução política dos nossos países, e sabendo que é condição indispensável ao sucesso dessa mesma evolução a posse irrestrita dos atributos da soberania, viéssemos converter o organismo regional num instrumento de averiguação da índole dos regimes estabelecidos eventualmente num Estado americano e reconhecer-lhe o direito de intervir para erradicar os que se apresentassem como emanação do comunismo internacional.

Se não conceberíamos a aplicação de sanções militares, no que coincidimos felizmente com a opinião geral, também não somos favoráveis à imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas, em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no Art. 8 do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado.

Analisadas em seus efeitos políticos elas nos parecem, na melhor hipótese, infrutíferas, e na pior, contraproducentes, pois as sanções econômicas privariam Cuba de um comércio de proporções diminutas, que em nada contribui para a manutenção da economia cubana, muito mais arrimada a mercados de países membros da NATO e já agora aos que integram o bloco das nações socialistas. Quanto ao rompimento de relações diplomáticas, seria medida de caráter puramente simbólico para tratamento de um problema ao qual devemos dar solução efetiva dentro do quadro da competição entre o Ocidente e o Oriente. Rompidas as relações com os países do Hemisfério nem por

isso desapareceriam, antes se acentuariam, as razões que podem levar Cuba a uma integração total no bloco socialista. Estaríamos dando, com medidas dessa natureza ao caso cubano precisamente aquêle tratamento que há poucos momentos condenei, qual seja o de isolá-la, o de não lhe deixar alternativa, através da qual possa manter suas ligações com o Ocidente, o que fatalmente nos conduziria ao dilema de, ou transformarmos Cuba num país comunista, em caráter irreversível, ou têrmos de examinar amanhã em relação a ela estas mesmas medidas de caráter militar que hoje renegamos na presente Reunião.

Nem se compare o caso cubano ao da República Dominicana, objeto de sanções de efeitos bastantes discutíveis, decretados na Reunião de Costa Rica. A República Dominicana se encontrava sob uma ditadura tipicamente local, e suas condições de manutenção econômica e de sobrevivência política se achavam pràticamente circunscritas ao mundo americano. Se ali as sanções ainda tinham alguma possibilidade de produzir como efeito o retôrno do país às condições próprias do nosso Hemisfério, no caso cubano, em que justamente se acusa o regime de manter vínculos políticos e econômicos com um sistema extracontinental o isolamento só produziria como conseqüência o refôrço dêsses vínculos sem qualquer possibilidade evolutiva favorável ao Ocidente.

Assim como não votará sanções militares, econômicas ou diplomáticas para aplicação imediata, também não deseja o Brasil favorecer resoluções que importem na inevitável aplicação de sanções deferidas. Há resoluções que hoje assumem um caráter puramente cominatório, mas que não contêm em si mesmas outra conseqüência senão a de colocarem os Estados americanos, dentro de um prazo mais curto ou mais longo, diante de nova necessidade de deliberar sôbre a imposição de sanções pelos mesmos fundamentos.

Particularmente nos parece desaconselhável a fórmula de uma intimação a Cuba para que rompa, dentro de prazo determinado, vinculações que mantenha com o bloco sino-soviético, ficando, no correr do período, sob a fiscalização de um Comitê que apresentaria o relatório dos seus trabalhos a um órgão do sistema. Essa fórmula de sanções proteladas tem o grave inconveniente político de constituir um perigoso elemento de radicalização e exaltação da política interna em diversos Estados americanos. Teríamos aí, como conseqüência inevitável, uma luta em vários Estados entre correntes desejosas de influenciarem a segunda decisão, o que daria ao movimento fidelista uma

ressonância continental inteiramentemente em desproporção com a sua verdadeira significação no presente. Os Chanceleres americanos não podem deixar de considerar em primeira linha, nas soluções que adotarem nessa Reunião de Consulta, o efeito pacificador ou intranqüilizador que elas venham a ter sôbre os países do Hemisfério, e ao mesmo tempo o sentido evolutivo que ela assumirá na competição entre o Ocidente e o Oriente.

Outro caminho para o qual apontam várias manifestações de Chancelarias americanas é o da definição dos efeitos que teria o alinhamento de Cuba entre os Estados comunistas sôbre a sua filiação ao sistema interamericano. O Brasil compartilha a convicção de que existe incompatibilidade entre os princípios em que se baseia o sistema interamericano e o alinhamento de um Estado com o bloco sino-soviético, como Estado comunista. Enquanto a filiação à Organização das Nações Unidas depende exclusivamente de que um Estado preencha a condição genérica de ser *amante da paz*, a filiação à Organização dos Estados Americanos depende da comunhão nos princípios e objetivos enunciados na Carta de Bogotá. Entre êsses princípios se requer "a organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa". A perda momentânea dessa efetividade não envolve uma incompatibilidade definitiva com o sistema e o organismo em que êle se exprime, mas a aceitação deliberada e permanente de uma ideologia política que o contradiz e combate gera uma situação irrecusável de incompatibilidade, de que não podem deixar de ser extraídas conseqüências jurídicas.

Será certamente um dos mais delicados e profícuos labores dessa Conferência examinar a extenção dessas incompatibilidades e os meios legais de vertê-las para a ordem jurídica. Um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados Americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação.

Para executá-la, porém, faz-se necessário a criação de um órgão especial integrado pelas diversas correntes de opinião re-

presentadas na consulta, e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério e sôbre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o conselho da O.E.A.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba, pois recorre a entendimentos prévios com o seu Govêrno, e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O Govêrno do Brasil não alimenta dúvidas quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns, entre os quais se incluem os da democracia representativa, e em compromissos jurídicos entre os quais sobressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Tais são, Senhores Chanceleres, as linhas fundamentais da posição que o Brasil assume em face do problema cubano na VIII Reunião de Consulta. Quero expressar aos eminentes colegas representantes de Estados que romperam, no exercício de suas soberanias, relações diplomáticas e comerciais com Cuba, o respeito do Brasil pelos motivos que inspiraram essas decisões.

Quero ainda dirigir-me de maneira especial ao eminente representante dos Estados Unidos. Tem cabido à nobre nação norte-americana um papel de liderança mundial na luta pela defesa da democracia e pela preservação das liberdades públicas. O Brasil está integrado nos objetivos dessa luta e a atitude que assume na presente consulta corresponde, no seu entender, ao meio mais adequado de bem servir à causa comum.

Não considero que seja essa a melhor oportunidade de examinar, sob a fórmula de hipóteses, outras alternativas que se abrem às conclusões da presente consulta. Todo problema em que se acha em causa a soberania dos Estados oferece dificuldades e reclama soluções que muitas vêzes não satisfazem a espectadores ansiosos por lances sensacionais, mas que, na aparente modéstia de suas limitações, conseguem modificar a longo prazo o rumo dos acontecimentos e baixar, em benefício da paz, as tensões internacionais. E' o que o delegado do Brasil espera que venha a suceder, graças à experiência e à ponderação dos Chanceleres Americanos, ao fim da presente Reunião.

ATUAÇÃO NAS NAÇÕES UNIDAS *

O Brasil teve, durante o ano de 1961 e princípio do corrente ano, ampla e destacada atuação, no seio da Organização das Nações Unidas, caracterizando-se a sua ação pelo espírito de independência e conciliação que informam o caráter da Nação brasileira. Em duas circunstâncias históricas, sobressaiu-se, de maneira relevante, essa ação: quando da discussão na ONU, em janeiro do ano em curso, do problema de Angola — que o Brasil encarou do ponto de vista geral de sua vocação anticolonialista sem desprezar, no entanto, as suas vinculações históricas com Portugal e o sentimento de fraternidade que une as duas nações — e por ocasião do debate da questão das experiências nucleares em que a Delegação brasileira na ONU, chefiada pelo Embaixador Afonso Arinos de Mello Franco, pronunciou-se a favor da cessação das explosões atômicas e pela redução da tensão internacional, através de negociações entre os países interessados, para objetivação do desarmamento, sem o qual a humanidade dificilmente logrará concretizar todos os seus anseios de bem-estar e segurança. Na consideração de problemas de real interêsse para a paz e a convivência internacional, a posição brasileira adotou linha de marcante independência, não distinguindo a procedência dos projetos apresentados, do Leste ou do Oeste, e votou pela aprovação de algumas proposições apresentadas por países de tendências mais diversas. Assim, votou pela aprovação: 1) de um projeto de origem escandinava, que apelava, solenemente, para o Govêrno da U.R.S.S., no sentido de se abster de explodir a anunciada bomba de 50 megatons (1); 2) de um projeto de origem indiana, que expressava pesar pelo reinício das explosões nucleares, dirigia um apêlo às potências nucleares, no sentido de se absterem de novas explosões, pedia a tais Estados que concluíssem acordos sôbre o assunto e (emenda brasileira) que expressava a confiança que tais acordos fôssem celebrados quanto antes, sob contrôle internacional apropriado (2); 3) de um projeto de origem britânica, que salientava a necessidade urgente de um tratado geral para banir as experiências

(*) Vide "Revista Brasileira de Política Internacional" nº 1 de março de 1958, pág. 120; nº 5 de março de 1959, pág. 115; nº 9 de março de 1960, pág. 140.

(1) A União Soviética, não obstante, levou a efeito a explosão programada. O projeto teve oposição dos países comunistas e de Cuba.

(2) O projeto obteve a necessária maioria da Assembléia, apesar do voto em contrário dos países ocidentais e comunistas.

nucleares, sob contrôle internacional efetivo (3); 4) de um projeto de origem africana, no sentido de "desnuclearizar" o continente africano (4).

Com a autoridade moral que lhe concede o seu passado de Nação pacífica e anticolonialista, o Brasil instou as grandes potências a desarmarem-se e sugeriu para concretização objetiva a celebração de um tratado provido de tôdas as garantias necessárias e exigíveis pela atmosfera de desconfiança da guerra fria. Coerente com essa orientação, a que se impôs, sòmente em uma ocasião o Brasil se absteve e não votou favoràvelmente o projeto tendente a tornar sombria a crise das relações entre as grandes potências. Por julgar que a matéria estaria mais pertinente no item relativo ao desarmamento, do que no alusivo às experiências, não acompanhamos o bloco soviético e os neutralistas na aprovação do projeto que exigia a interdição do emprêgo das armas nucleares para fins de guerra (5). Votou o nosso país, porém, a favor de um projeto da delegação sueca, visando à criação de um *club* de nações que se comprometessem a não adquirir ou fabricar armas nucleares. (6)

Perante outros problemas igualmente importantes, a Delegação brasileira não se afastou dessa linha de independência e prosseguiu, ora apoiando as teses de países ocidentais, ora de países neutralistas ou da área socialista. Assim, criticou, na Comissão Política Especial, de maneira veemente, a política *apartheid* praticada pelo Govêrno da República Sul-Africana e votou pela aprovação de um projeto indiano condenando, de forma categórica, essa política discriminatória; absteve-se, com outros países latino-americanos, quando da votação de projeto de resolução apresentado por 33 países afro-asiáticos em favor da autodeterminação e independência para o povo argelino em luta com a França (7); votou a favor de um projeto de resolução, de caráter processual, que considerava importante, e portanto, sujeito à regra dos dois terços, qualquer resolução relativa à

(3) O projeto contou com aprovação geral, exceto dos países comunistas e de Cuba.

(4) O projeto foi adotado por 57 votos contra zero, com 42 abstenções. Grande parte dos países ocidentais e do grupo latino-americano se absteve.

(5) Votaram contra, as grandes potências ocidentais. O bloco soviético e os neutralistas foram favoráveis ao projeto.

(6) Foi aprovada por unanimidade uma resolução urgindo aos Estados Unidos e à U.R.S.S. a pôr-se de acôrdo sôbre a composição do órgão nas negociações sôbre desarmamento e iniciar imediatamente as conversações.

(7) Opuseram-se ao projeto algumas nações ocidentais. Votaram a favor soviéticos e neutralistas.

representação da China na ONU e contra o projeto soviético, que mandava substituir a representação da China Nacionalista pela da República Popular da China em todos os órgãos da ONU; no caso de Angola, embora levando em consideração os *tradicionais laços de amizade que unem Brasil e Portugal*, como já foi assinalado anteriormente, a delegação brasileira apelou para que o Govêrno português coloque Angola no caminho que leva à autodeterminação (8); continuando a participar do Comitê sôbre o Uso do Espaço Cósmico integrou o grupo de trabalho que redigiu o projeto de resolução sôbre o seu uso pacífico e, por sua iniciativa, foi introduzido no mesmo dispositivo, segundo o qual "a exploração do espaço cósmico deve ser feita em benefício de tôda a humanidade e os seus resultados devem ser distribuídos entre todos os países, independentemente do estágio de seu respectivo desenvolvimento econômico ou técnico" (9); copatrocinou o projeto de resolução, preconizando a difusão maciça e nas línguas indígenas dos territórios não autônomos da Declaração sôbre a Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais; preparou projeto de resolução pelo qual se declara o direito inalienável da população do Sudoeste Africano à independência; copatrocinou projetos de resolução terminando o sistema de tutela sôbre os antigos territórios da Samoa *Ocidental* e de *Tanganica, declarando-os independentes;* e votou pela Resolução que cria uma Comissão de 7 membros destinada a coligir informações sôbre a situação dos territórios sob administração portuguêsa, enquanto Portugal não prestar as informações a que aludem o Capítulo XI da Carta e a Resolução 1 542, *aprovada pela* XV *Assembléia* Geral.

VIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS

Realizou-se em Punta del Este, Uruguai, de 23 de janeiro a 2 de fevereiro a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, na qual o Brasil se fêz representar com a seguinte delegação: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas (Chefe); Embaixador Henrique Rodrigues Valle, Chefe da Secretaria-Geral Adjunta

---

(8) O discurso pronunciado sôbre a questão de Angola na ONU pelo Chefe da Delegação brasileira, Embaixador Afonso Arinos, está transcrito em nossa secção Documentos.

(9) O projeto foi aprovado por unanimidade.

para Assuntos Americanos; Embaixador Mário Gibson Barbosa, Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores; Ministro Aluysio Guedes Regis Bittencourt, Delegado, interino, do Brasil junto ao Conselho da OEA; Ministro Carlos F. Duarte G. da Rocha, Chefe da Divisão da América Central e da Divisão da Organização dos Estados Americanos; Conselheiro Armando Salgado Mascarenhas, Chefe da Divisão de Propaganda Comercial do Ministério das Relações Exteriores.

A Reunião, que foi convocada pela Colômbia para o fim especial de examinar a situação cubana, em face do pan-americanismo e as implicações políticas do regime castrista para o continente americano, caracterizou-se por intensa participação dos países representados, e pela existência de duas teses opostas sôbre o problema em exame: uma do conteúdo jurídico, que, embora reconhecendo a incompatibilidade do leninismo-marxismo naquele país da América Central com os ideais do pan-americanismo, opunha-se à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos por inexistir qualquer dispositivo na Carta da OEA que fundamentasse tal decisão e sustentada pelo Brasil ,México, Argentina, Equador, Chile e Bolívia e outra defendida pelos Estados Unidos e demais países integrantes da OEA, voltada para o aspecto político da questão, e favorável à expulsão de Cuba daquele organismo pan-americano.

A posição defendida pelo Brasil refletiu, claramente, o sentimento permanente de sua política exterior, de respeito à soberania de outros povos, de preferência pelos métodos pacíficos na solução dos conflitos internacionais e de evitar a radicalização de situações regionais que poderão ser futuramente contornadas por gestões diplomáticas. O Chanceler brasileiro, Sr. San Tiago Dantas, não foi menos categórico, contudo, ao proclamar o perigo que o regime cubano representa para o continente, mas que se poderia tornar maior se a sua separação completa do sistema interamericano, obrigasse aquela nação a gravitar no bloco soviético. As divergências interamericanas em Punta del Este situaram-se, por conseqüência, em terreno puramente formal e tático, mantendo-se o país plenamente de acôrdo quanto ao fundo da questão, que é o da incompatibilidade do regime comunista com os princípios que informam a solidariedade continental.

Discutidas as duas principais teses em tôrno das quais giraram as discussões interamericanas de Punta Del Este, e frustradas as tentativas de uma fórmula conciliatória que tivesse o apoio unânime dos países participantes, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos aprovou por quatorze votos contra um e seis abstenções, projeto de resolução recomendando

ao Conselho da OEA a exclusão de Cuba dêsse organismo. Foi a seguinte a posição dos países participantes: Cuba (voto contra); Brasil, México, Argentina, Chile, Bolívia e Equador (abstiveram-se); Estados Unidos, Guatemala, El Salvador, Uruguai, República Dominicana, Colômbia, Venezuela, Panamá, Nicarágua, Costa Rica, Peru, Paraguai e Haiti (votaram a favor); todos êsses países com exceção do Uruguai já não tinham relações com Cuba (1).

XIX SESSÃO DO GATT

Teve lugar em Genebra, Suíça, de 13 de novembro a 9 de dezembro de 1961, a XIX Sessão do GATT, que se destinou, desta vez, não ao debate de problemas tarifários mas principalmente à análise do comércio de produtos agrícolas, trocas internacionais em relação aos países subdesenvolvidos e ao exame do impasse criado para vários dêsses países, notadamente os da América Latina, pela política tarifária discriminatória do Mercado Comum Europeu (MCE).

Com a criação do MCE, alguns produtos primários como café, açúcar, castanha-do-pará, manteiga de cacau, cacau e outros passaram a gozar de isenção tarifária, se provenientes dos chamados Territórios Associados; caso contrário, terão de enfrentar tarifas comuns bastante elevadas fixadas pelos países participantes do Mercado Comum Europeu. Para se avaliar o impacto financeiro que o fato representará para a balança comercial das nações atingidas pela medida, é bastante saber-se que, sòmente o Brasil — um dos países mais duramente atingidos — sofrerá um decréscimo da ordem de 100 milhões de dólares em sua receita de exportação, e esta situação tornar-se-á ainda mais grave se novos países aderirem ao MCE.

A Delegação brasileira em Genebra, por outro lado, teve oportunidade de referir-se a possíveis providências que o Govêrno do nosso país poderá julgar convenientes tomar para enfrentar a realidade econômico-financeira representada pelo Mercado Comum Europeu para a economia nacional. Estas medidas se circunscreverão, também, naturalmente, ao âmbito tarifário e estará em perfeita conformidade com o art. 28 do GATT, segundo o qual qualquer país poderá, com a aquies-

---

(1) O texto integral da Resolução aprovada pela VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos consta da secção Documentos.

cência das Partes Contratantes, elevar, unilateralmente, suas tarifas sôbre os produtos provenientes dos países que discriminarem contra as suas exportações. Ou o Brasil poderá preferir aplicar as suas medidas tarifárias discriminatórias em defesa de sua economia, com base no art. 3 da Lei de Tarifas, hipótese em que não terá de pedir a anuência do GATT.

Três resultados bastante positivos da XIX Sessão do GATT foram: primeiro, o reconhecimento da existência de outros obstáculos que, além das barreiras tarifárias, que contribuem para dificultar o desenvolvimento do comércio internacional de produtos primários, que são: quotas de importação, subsídios, preferências, comércio estatal, colocação de excedentes agrícolas e legislação fiscal interna; segundo, deliberou-se que, em negociações futuras, o GATT leve em consideração o nível de desenvolvimento dos países; terceiro, a instituição de uma comissão para estudar o problema do comércio internacional dos produtos agrícolas, sobretudo os subtropicais, como o trigo e o algodão, produtos que tanto países subdesenvolvidos como desenvolvidos produzem, e cujos excedentes de produção serão colocados, de agora por diante, dentro de disciplinamento estabelecido pelo GATT.

Afora essas importantes deliberações, um país africano, a Nigéria, apresentou uma proposta, que logo obteve o apoio do Brasil, e que visa conseguir que os produtos tropicais passem a gozar de isenção tarifária nos países industrializados. De acôrdo com a orientação adotada pelo XIX Sessão do GATT, um grupo de trabalho estudará a proposta daquele país africano, que, se convertida em realidade, tornará sem efeito as discriminações tarifárias do Mercado Comum para os produtos tropicais da América Latina.

VISITA DO PRESIDENTE URUGUAIO

Estêve, em dezembro de 1961, no Brasil, o Presidente Victor Haedo, do Uruguai, para uma visita oficial de cinco dias durante os quais discutiu com altas autoridades brasileiras problemas de interêsse para os dois países, principalmente na esfera econômica. S. Excia. desembarcou em Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul, a 5 daquele mês, dirigindo-se logo após para o Palácio do Govêrno estadual a fim de cumprimentar o Governador, Sr. Leonel Brizola. Antes de viajar para Brasília, Capital da República, o Chefe do Govêrno uruguaio, visitou, no

dia seguinte, pela manhã, a Universidade do Rio Grande do Sul.

Em Brasília, no dia 6, o Presidente Victor Haedo foi homenageado com um jantar pelo Presidente da República, Sr. João Goulart; no dia 7, compareceu à solenidade de lançamento da pedra fundamental da Embaixada uruguaia, sendo-lhe, a seguir, oferecido um almôço pelo Primeiro Ministro Tancredo Neves, na Granja do Ipê. Constou ainda do programa em Brasília: Visita ao Supremo Tribunal, e sessão solene do Congresso. Finalmente, às 17 horas, o Presidente Haedo embarcou para o Rio de Janeiro, onde chegou às 20 horas.

Na Guanabara, o Chefe do Govêrno uruguaio visitou o Governador do Estado, Sr. Carlos Lacerda, prestou homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial, depositando flores no seu Monumento, concedeu entrevista à imprensa na ABI, e, bastante importante, os Ministros do Exterior do Brasil e do Brasil e do Uruguai assinaram uma declaração conjunta, prevendo o aproveitamento do potencial hidroelétrico de Salto Grande; sessão solene na Reitoria da Universidade do Brasil; jantar no Itamaraty oferecido pelo Presidente do Brasil seguido de recepção. Em retribuição às homenagens que lhe foram prestadas, o Chefe do Govêrno uruguaio ofereceu um almôço ao Presidente João Goulart, no Copacabana Palace. No dia 9, o Presidente Victor Haedo viajou para São Paulo, de onde embarcou para Assunção, no Paraguai.

O BRASIL NA COMISSÃO DO DESARMAMENTO

Após uma série de negociações e contactos, o Brasil e o México foram os únicos países latino-americanos escolhidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas para integrar a Comissão de Desarmamento. A Comissão está constituída de representantes de 18 países, sendo 5 membros da NATO, 5 membros do Pacto de Varsóvia e 8 países que não pertencem a qualquer um dêstes blocos. O Brasil e o México, representando respectivamente a América do Sul e Central, encontram-se entre êstes últimos e manterão uma posição de eqüidistância na divergência Leste—Oeste.

Com o fim de efetivar a participação brasileira nos debates sôbre o problema do desarmamento viajaram a 2 de março último, o Secretário-Geral e o Secretário Adjunto de Organismos

Internacionais onde mantiveram entendimentos preliminares com os membros da Comissão de Desarmamento sôbre a Reunião de Genebra. A esta que teve início a 14 de março o Brasil levou sua contribuição materializada nos esforços conciliatórios desenvolvidos pela Delegação Brasileira visando a encontrar um meio *têrmo entre as propostas de desarmamento dos Estados Unidos* e da União Soviética e de que se fêz porta-voz o Chefe da Delegação, Chanceler San Tiago Dantas e o seu sucessor na Chefia, Embaixador Afonso Arinos de Melo Franco (1).

VISITA DO PRÍNCIPE PHILIP

O Brasil recebeu em março do corrente ano a visita do Príncipe Philip, espôso da Rainha da Inglaterra, que desembarcou em Brasília, Capital da República, no dia 15 do mencionado mês. O Duque de Edimburgo foi recebido no aeroporto daquela cidade pelo Ministro Raul de Vicenzi, chefe do Cerimonial do Itamaraty, ao som dos hinos nacionais do Brasil e da Inglaterra. Após cumprimentar as autoridades presentes e passar em revista as tropas formadas em sua homenagem, o Príncipe Philip dirigiu-se ao Palácio da Alvorada, onde o Presidente João Goulart o recepcionou com as honras militares de estilo.

Realizadas as conversações, no Salão de Credenciais, do Palácio Presidencial o Chefe da Nação brasileira presenteou Sua Alteza Real com um livro contendo mais de cem gravuras nacionais, de autoria do artista francês J. P. Debret, intitulado Viagem Pitoresca e Histórica através do Brasil. O Príncipe Philip foi condecorado, a seguir com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Por sua vez, o ilustre visitante ofereceu, ao Presidente da República dois volumes da obra *Britain and Independence of Latin America* e um outro volume denominado *Selected British of the Independence*, além da Grã-Cruz do Império Britânico e de uma pintura de N. Pocock, representando uma ação naval da Inglaterra e a França em 1795. Às 21 horas, o Duque de Edimburgo, presente a comitiva real, foi homenageado com um banquete pelo Presidente João Goulart, ao qual compareceram além do Chefe da Nação e do Primeiro Ministro Tancredo Neves, altas autoridades da República e do corpo diplomático da Grã-Bretanha no Brasil.

---

(1) O Chanceler San Tiago Dantas teve de deixar Genebra para importante contacto diplomático com autoridades do Govêrno português.

No dia 16, o Príncipe Philip, acompanhado de sua comitiva, viajou para São Paulo, sendo recebido, no aeroporto da Capital paulista, pelo Governador Carvalho Pinto, autoridades governamentais e corpo consular, com as homenagens de estilo. Sua Alteza permaneceu naquele Estado até o dia 19, quando viajou para o Estado da Guanabara.

A chegada de Sua Alteza ao Rio de Janeiro verificou-se às 16,15 horas no Aeroporto Internacional do Galeão. Uma salva de 21 tiros saudou-o ao desembarcar. Compareceram ao aeroporto para recebê-lo o Ministro interino das Relações Exteriores, sr. Renato Archer, o Chefe do Cerimonial do Itamaraty, Comandante do 1º Distrito Naval, Comandante do 1º Exército e Comandante da 3ª Zona Aérea. Cumpridas as formalidades protocolares, seguiu-se a apresentação do Príncipe Philip aos membros do Corpo Diplomático, findo o que, o Duque de Edimburgo rumou para a sede da Embaixada Britânica nesta cidade. Do programa de homenagens cumprido no Rio de Janeiro constaram as seguintes solenidades: visita, no Palácio da Guanabara, ao Governador interino Lopo Coelho; colocação de uma coroa de flores no Monumento aos brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial; visita à Sociedade de Cultura Inglêsa; visita à Refinaria Duque de Caxias; recepção à imprensa na Embaixada Britânica; banquete oferecido pelo Itamaraty, seguido de recepção ao mundo oficial. A visita do Duque de Edimburgo ao nosso país terminou no dia 22 de março, data em que sua Alteza embarcou para Buenos Aires, Argentina, para dar continuidade ao seu programa de visitas a países da América Latina.

II CONCURSO DE ENSAIOS SÔBRE QUESTÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Julgadora do II Concurso de Ensaios sôbre Questões Internacionais integrada pelo Embaixador Ciro Freitas Valle, Embaixador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello e pelo Professor José Honório Rodrigues, decidiu não distribuir prêmios, em 1961, aos trabalhos apresentados, visando manter o alto nível do referido Concurso e o cumprimento adequado das normas do seu regulamento que são as seguintes:

1. Excetuados os funcionários do IBRI, qualquer pessoa poderá concorrer.

2. As monografias, originais, inéditas, e em dois exemplares, deverão ser recebidas até ao dia 15 de janeiro de 1962 na Secretaria do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Sòmente serão aceitos trabalhos redigidos em português com um mínimo de 50 (cinqüenta) páginas, dactilografadas ou mimeografadas em papel formato ofício, espaço duplo. Dêste número de páginas excluem-se os anexos, mapas, gráficos e quadros.

3. As monografias deverão ser apresentadas sob pseudônimo, sendo consideradas inaceitáveis as que contiverem qualquer menção identificadora de autoria. Serão acompanhadas de um envelope separado, opaco e fechado, ostentando no sobrescrito o pseudônimo do autor e contendo, no interior, além do pseudônimo, o nome completo, assinatura e enderêço do autor.

4. Os ensaios ou monografias deverão tratar de assunto que se enquadre em um dos seguintes grupos:

A) Problemas de política internacional contemporânea — (Exemplos: relações Este-Oeste, geopolítica, imperialismo e colonialismo, desarmamento, teoria das relações internacionais, sistemas regionais de segurança coletiva, regiões ou territórios de especial interêsse para o Brasil, etc.).

B) Problemas de política econômica internacional contemporânea — (Exemplos: os mercados comuns existentes ou projetados, a cooperação econômica internacional e a assistência técnica, problemas referentes a matérias-primas e materiais estratégicos, questões de comércio international Este-Oeste, etc.).

C) Problemas de organização internacional contemporânea — (Exemplos: substrato jurídico da organização internacional, instituições e organismos especializados internacionais, sistemas regionais e funcionais de cooperação internacional, contrôle da política externa, etc.).

5. Os exemplos acima são meramente ilustrativos da liberalidade do critério de julgamento e de modo nenhum devem ser considerados sugestivos ou indicativos de qualquer preferência dos promotores do concurso. Não obstante, recomenda-se aos candidatos que, sempre que possível, estudem o interêsse do Brasil nas questões de que tratem as monografias.

6. Os trabalhos deverão obrigatòriamente constar de cinco partes fundamentais, a saber: plano (com subdivisão dos capítulos e seções); introdução (sumariando o objetivo da pesquisa, o método adotado e os principais pontos a serem tocados); exposição; conclusão e bibliografia (sistemática e pormenorizada). As notas esclarecedoras ou complementares do texto poderão estar lançadas ao pé das páginas, reunidas ao fim de cada capí-

tulo, ou no final da obra. Em caso de citações deverão ser sempre mencionadas as fontes.

7. O concurso será julgado pelo Conselho Curador do IBRI, mediante parecer de uma comissão de três especialistas, a serem escolhidos, oportunamente, pelo mesmo Conselho. O veredito final será dado a conhecer dentro de seis semanas a contar do encerramento do prazo para o recebimento das monografias. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Julgadora. O julgamento do Conselho quanto ao mérito dos trabalhos depende do seu critério exclusivo, não cabendo recursos a qualquer outro órgão ou autoridade, para fins de classificação, outorga de prêmios ou quaisquer outros efeitos jurídicos.

8. Só serão classificadas as três melhores monografias, a cujos autores serão, a juízo da Comissão Julgadora, conferidos os seguintes prêmios:

1º prêmio — Cr$ 50.000,00 (Cinqüenta mil cruzeiros)

2º prêmio — Cr$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros)

3º prêmio — Cr$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros)

A Comissão Julgadora poderá deixar de conferir um prêmio ou dividir qualquer dêles entre dois ou mais candidatos que obtiverem a mesma classificação. Poderá, outrossim, conferir Menções Honrosas e outros prêmios além dos supracitados.

9. O recebimento do prêmio importa, da parte do autor, em *permissão ao Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* (IBRI) para publicar a primeira edição do trabalho, sob qualquer forma que não lhe prejudique a integridade, valendo também como cessão incondicional dos direitos autorais relativos a essa primeira edição. O IBRI não se compromete a devolver qualquer dos trabalhos enviados; a edição, pelo Instituto, de qualquer dos ensaios ou monografias não premiadas, dependerá de prévio acôrdo com o autor.

10. Tôda a correspondência sôbre o concurso deverá ser dirigida ao Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, à Av. Treze de Maio, 23 — sala 1219 (Edifício Darke), Rio de Janeiro, GB. — Brasil.

BRASIL—MÉXICO

Estêve no Brasil de 17 a 20 de fevereiro último, a convite do Govêrno brasileiro e poucos dias antes de viajar para Punta del

Este, onde representaria seu país na VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, o Doutor Manuel Tello, Secretário de Relações Exteriores do México. Durante a sua breve estada neste país, o Chanceler mexicano, que se fêz acompanhar do senador e sra. Rodolfo Torres e do Embaixador Vicente Sanchez Gavito manteve demorada palestra com o seu colega brasileiro, Chanceler San Tiago Dantas, sôbre os problemas políticos e econômicos de interêsse para os dois países, sôbre a situação continental e, mais especìficamente, sôbre a Conferência de Punta del Este, que se realizou, em Montevidéu, no Uruguai.

Dos entendimentos mantidos pelo Doutor Manuel Tello com o Ministro das Relações Exteriores e as altas autoridades brasileiras resultou um comunicado conjunto em que os dois países "reafirmaram o seu mais firme apoio aos princípios fundamentais da democracia representativa, da não intervenção e da autodeterminação dos povos e convieram na necessidade de não poupar esforços para o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos, mediante a fiel observância dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-membros".

ESTUDANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL

O Brasil tem recebido nestes últimos cinco anos grande número de estudantes latino-americanos, que vêm estudar nas Universidades brasileiras, através de convênios culturais assinados pelo nosso país com outros países da América Latina. Em 1962 mais de quatrocentos estudantes latino-americanos vieram ao Brasil, sendo encaminhados pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação que os distribuiu entre as diferentes Universidades e Faculdades do país. Engenharia, Medicina, Arquitetura e Odontologia foram os cursos preferidos por êsses estudantes se bem que muitos se destinassem também à Agronomia, Farmácia, Filosofia, Direito, Veterinária, Economia, Enfermagem e Assistência Social. O maior contingente de estudantes latino-americanos procede, êste ano, da Bolívia; os demais vêm do Paraguai, Nicarágua, Honduras, Panamá, Venezuela, Peru, Colômbia, Chile, Uruguai e Argentina.

Por outro lado, o Brasil começou a receber êste ano estudantes africanos que em número de quatorze já se encontram em Salvador, submetendo-se a três meses de curso intensivo de

língua portuguêsa e civilização brasileira, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia e preparando-se para cursar universidades brasileiras, dentro do novo plano de aproximação cultural estabelecido pelo Departamento Cultural e de Informações do Itamaraty.

Também os estudantes portuguêses afluíram ao Brasil êste ano em maior número e se destinaram principalmente à Medicina, Filosofia e Direito.

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS dará um curso de Introdução às Relações Internacionais, na Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra e atribuirá um certificado de freqüência aos alunos portadores de diploma de curso superior ou concluintes de cursos universitários que assistirem a dois terços do total das aulas.

O curso estará a cargo dos diplomatas, sociólogos e professôres Ministro Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Embaixador Oswaldo Trigueiro, Senador Affonso Arinos de Mello Franco, Padre Fernando Bastos d'Ávila, Ministro Ilmar Penna Marinho, Professôres José Honório Rodrigues, Otávio Dias Carneiro e Alceu Amoroso Lima, Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues e Dr. Cleantho de Paiva Leite, terá duração de três meses e abrangerá os seguintes temas: Objeto, Conceito e Método das Relações Internacionais, O Aspecto Sociológico das Relações Internacionais, O Aspecto Econômico das Relações Internacionais, o Direito e as Relações Internacionais, a Política e as Relações Internacionais, a Geografia e as Relações Internacionais, Aspectos Psicológicos das Relações Internacionais, o Aspecto Cultural das Relações Internacionais, as Relações Internacionais na Prática Diplomática, o Papel do Técnico na Diplomacia Contemporânea, o Contrôle Parlamentar na Política Externa e o Brasil nas Relações Internacionais — Atualidade e Perspectivas.

Melhores informações, na Secretaria Administrativa do I.B.R.I., Av. Treze de Maio 23 sala 1219, Tel: 52-4557, diàriamente das 10 às 12 e das 14 às 17 horas, exceto aos sábados.

As inscrições estarão abertas a partir do dia 1º de junho e encerrar-se-ão no dia 1º de julho.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Segundo dados fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, o valor das exportações brasileiras, no período de janeiro a setembro do ano passado, ascende a 9.127.478 toneladas no valor de Cr$ 167.170.601,00 equivalente a US$ 1.023.458. A comparação dêsses totais com os registrados em idêntico período do ano passado evidencia os acréscimos relativos a 20,3% no volume e a 56,6% e 7,7% respectivamente nos valores em cruzeiros e dólares.

Foram os seguintes os produtos brasileiros de exportação mais importantes no ano de 1961: o café, (que representou pouco mais de 50 por cento de nossas vendas externas), algodão em rama, açúcar em cana, hematita, cacau em amêndoas e tábuas de pinho, com quotas de participação que oscilaram entre 7,6% e 3% do total, seguindo-se mais oito produtos (minérios de manganês, sisal ou agave, fumo, óleo de mamona, petróleo bruto, castanha-do-pará, cêra de carnaúba e manteiga de cacau) com taxas apenas superiores a 1% e inferiores a 2%. As 14 mercadorias mencionadas representaram 6,4 do valor em dólares de nossa exportação, observando-se, de 1960 para 1961, uma ponderável alteração na composição dessa corrente comercial.

Dêste modo, verificou-se uma queda, tanto em números absolutos como relativos, na exportação do café, de cacau em amêndoas, minérios de manganês, cêra de carnaúba, manteiga de cacau, mas aumentou a exportação de algodão em rama, açúcar de cana, hematita, fumo em fôlhas, óleo de mamona, petróleo bruto e castanha-do-pará para alimentação.

Ainda poderiam ser acrescentados aos principais produtos já enumerados, a carne de boi enlatada, o mentol, a erva-mate, a carne de boi congelada, as laranjas, o farelo de amendoim, as favas de soja, os sais e outros compostos orgânicos e inorgânicos de tório, volfrâmio e de metais de terras raras, as bananas, as peles de gado caprino e o óleo de oiticica.

BRASIL—CANADÁ

O "Citizens's Commitee on Children" e o "City of Ottawa Public School Board" realizaram, sob o patrocínio da Embaixada

em Ottawa, uma exposição sôbre o Brasil em 10 escolas primárias daquela cidade. A referida exposição, inaugurada com grande êxito no dia 12 de fevereiro último, permaneceu uma semana em cada uma das seguintes escolas: "Vicent Massey", "Alta Vista School", "Hopewell Avenue School", "W. E. Gowling", "J. H. Putman", Broadview Avenue", "Gonnaught", "Glashan", "York Street" e o "Queen Elizabeth".

A mostra foi constituída por livros escolares brasileiros, livros infantis, bonecas, selos, trajes típicos do Brasil, desenhos feitos por crianças brasileiras, exibição do filme "Aquarela do Brasil", projeção de *slides* e palestras sôbre o nosso país.

DOCUMENTOS

O BRASIL E A QUESTÃO DE ANGOLA NA ONU

Abrindo o debate, no plenário das Nações Unidas, em Nova York, sôbre a questão de Angola, o Senador Afonso Arinos, Chefe da Delegação do Brasil, pronunciou o seguinte discurso:

"Ao definir a sua atitude, perante a Assembléia Geral, no debate da situação de Angola, a Delegação do Brasil o faz com plena consciência de suas especiais responsabilidades nesta questão.

Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatôres. O primeiro resulta da História do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.

O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, impôsto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interêsses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas dêste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.

O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal, que nos vem da História do passado; mas afirma nitidamente a sua posição anticolonialista, que lhe é imposta pelo que um grande escritor português do século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira, chamou a "História do Futuro".

A matéria em discussão tem sua origem na resolução 1603, da XV Assembléia Geral, de 20 de abril de 1961, a qual, por sua vez, proveio da solicitação apresentada no mês de março, por 40 delegações afro-asiáticas, pedindo a inclusão, na agenda da Assembléia, de um item referente à "situação em Angola".

As conclusões do relatório sôbre Angola

O Govêrno brasileiro estudou cuidadosamente o Relatório do Sub-Comitê sôbre a situação em Angola (A/4978), criado pela referida resolução 1603, relatório que constitui, a seu juizo, um documento indiscutivelmente útil, não obstante as limitações que se devem à impossibilidade de obtenção de dados colhidos *in loco*. A êsse respeito, o Govêrno brasileiro lamenta que o Govêrno português não tenha permitido a visita a Angola do Comitê em aprêço, o que lhe teria permitido reunir elementos diretos de informação e, talvez mesmo, contribuir, pela ação de sua própria presença, a um abrandamento das tensões existentes. Por outro lado, uma posição afirmativa, que ainda esperamos de Portugal, nesse sentido, testemunharia seu desejo de cooperar com as Nações Unidas na procura de soluções pacíficas e construtivas.

A análise do Relatório permite à Delegação do Brasil fixar os seguintes pontos, que lhe parecem de importância capital:

1) A situação em Angola oferece aspectos críticos e tende a se agravar cada dia; a prolonga-

ção da luta armada, por sua vez, torna cada vez mais difícil um entendimento entre as partes.

2) As tentativas de solução militar, além de serem contrárias às recomendações e decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, não resolveram até agora o problema angolano, e seguramente não o resolverão.

3) Os acontecimentos de Angola constituem, como o reconheceu o Conselho de Segurança (S/4835), uma causa atual e potencial de atritos internacionais, não sòmente no continente africano, mas ainda em outras partes do mundo, e são de natureza a pôr em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais.

4) Ainda é possível, entretanto, na opinião da Delegação do Brasil, encontrar uma solução pacífica, a única capaz de não destruir os elementos positivos que a presença portuguêsa trouxe ao país, e de salvaguardar relações proveitosas entre Portugal e Angola, análogas às que se verificam, hoje em dia, entre antigas metrópoles e territórios de além-mar recém-emancipados. Tal solução seria certamente a melhor, para os interêsses de Portugal e de Angola.

5) Em tal sentido, o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia.

Preservação da cultura portuguêsa na África e na Ásia

Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacìficamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interêsses de portuguêses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos que são característicos da presença portuguêsa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte dêsses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica.

Nisso tudo, tem o Brasil um grande interêsse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguêsa venham a desaparecer da África, e espera que os elementos positivos da cultura ocidental, transplantados para a Índia e a China pelos portuguêses, possam ser respeitados, da mesma forma porque respeitamos, no Brasil, os elementos culturais trazidos por chineses, japonêses, judeus, negros, italianos, alemães, árabes e tantos outros povos que contribuem na formação do nosso povo e no progresso do nosso país.

Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar tôda a cooperação e tôda assistência no encaminhanhamento da questão de Angola, e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apêlo a Portugal para que aceite a marcha natural da História, e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da História, as convivências internacionais profícuas à humanidade sòmente vingam

e prosperam entre povos livres e soberanos. Disso é exemplo vivo a Comunidade luso-brasileira.

O Brasil contra a anexação de territórios pela fôrça

Nossa isenção e objetividade foi demonstrada recentemente, quando da invasão das possessões portuguêsas na Índia. Nessa altura, fiel à Carta das Nações Unidas, o Brasil elevou um protesto solene contra a violação dos princípios de paz e de respeito ao Direito, que deveriam ser, para todos, sagrados. Continuamos a considerar gravíssima e de conseqüências perigosas a impotência do Conselho de Segurança no caso de Goa, decorrente de uma das maiores lacunas do mecanismo da Carta. Entretanto, movido pelas mesmas preocupações, o Brasil manifestou-se a favor da observância do capítulo XI da Carta, que Portugal declarou inaplicável às suas antigas colônias africanas. O próprio Presidente do Conselho dos Ministros de Porgal, Professor Oliveira Salazar, reconheceu a coerência da posição brasileira, ao observar em discurso recente que traduzo do texto inglês: "O anticolonialismo é uma constante da política brasileira, mas outra constante é também o não-reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela fôrça".

Gestões do Brasil para procurar uma fórmula conciliatória

Guiado por tal espírito, o Govêrno brasileiro tem tentado, desde a apresentação do Relatório do Subcomitê sôbre a situação em Angola, até o reinício da presente Sessão da Assembléia Geral, auscultar a posição das partes em conflito, assim como a dos membros das Nações Unidas, com o propósito de encontrar uma fórmula suscetível de ampla aceitação.

Para isso chegou a considerar a idéia de um projeto de resolução que, após fazer referência à Resolução 1603 da Assembléia Geral e ao Relatório do Subcomitê, considerasse que não havia ofensa para a soberania de um país em aceitar a presença de uma comissão de averiguação estabelecida pela Assembléia Geral, dentro dos limites impostos pela Carta. A parte dispositiva de tal projeto teria formulado um apêlo a Portugal, no sentido de que oferecesse tôdas as facilidades ao Subcomitê para cumprimento de sua missão, e teria expressado a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas e efetivas já adotadas por outros Estados Europeus na África, tomasse medidas para favorecer condições adequadas, em Angola, para o exercício da autodeterminação.

Evidenciou-se ràpidamente, entretanto, que tais sugestões não eram suscetíveis de reunir a aceitação de Estados cujas posições eram antagônicas. Alguns as julgaram extremadas. Outros — e dos menos suspeitos de nacionalismo africano — as acharam demasiadamente brandas.

Não descremos ainda, contudo, da evolução favorável de parte a parte e da possibilidade de ser apresentada alguma proposta que, sem condenações não sòmente inúteis, mas ainda prejudiciais por exacerbar ânimos já tão excitados, possa contribuir à cessação do derramamento de sangue e à solução pacífica da questão angolense. Qualquer que seja a sua origem, estamos dispostos a apoiar projetos nesse sentido.

Firmeza e moderação são os caminhos que devem conduzir as Nações Unidas na delicada tarefa de colaborar para a solução do problema de Angola. Firmeza nos propósitos e moderação nos processos.

O Brasil fiel à sua história e aos seus compromissos

Esta será a orientação do Brasil, que, neste caso, deve preservar a sua inalterável amizade para com o povo português. O Brasil, por outro lado, não pode fugir ao seu dever, indeclinável de dar todo o apoio à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo. Só assim o Brasil se manterá dentro da sua tradição de país soberano, pacifista, e desejoso, da paz e do progresso para todos os povos do mundo.

Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo.

RESOLUÇÕES DA VIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS

PUNTA DEL ESTE, URUGUAI, 22-31 DE JANEIRO DE 1962

I

1. Os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, congregados em sua Oitava Reunião de Consulta, declaram que a unidade continental e as instituições democráticas do Hemisfério acham-se em perigo, atualmente.

Tem-se verificado uma intensificação da ofensiva subversiva dos governos comunistas, seus agentes e organizações por êles controladas. A finalidade dessa ofensiva é a destruição das instituições democráticas e a instauração de ditaduras totalitárias a serviço de potências extracontinentais. As provas mais evidentes da intensificação dessa ofensiva são os objetivos expostos em documentos oficiais pelos organismos dirigentes internacionais do comunismo, indicando que uma das suas principais finalidades é a implantação de seu regime nos países subdesenvolvidos e na América Latina, e a presença de um govêrno marxista-leninista em Cuba, que abraça pùblicamente a doutrina e a política exterior das potências comunistas.

2. Para a consecução de seus propósitos subversivos, e a fim de ocultar suas verdadeiras intenções, os governos comunistas e seus agentes exploram as legítimas necessidades dos setores menos favorecidos da população e as justas aspirações nacionais dos povos. Sob o pretexto de defender os interêsses populares, suprime-se a liberdade, destróem-se as instituições democráticas, violam-se os direitos humanos e submete-se o indivíduo a formas materialistas de vida, impostas por uma ditadura partidária. Agitando-se o lema do "antiimperialismo", pretende-se estabelecer um imperialismo opressivo e agressor, o qual subordina as nações submetidas aos interêsses militaristas e agressivos de potências extracontinentais. Valendo-se maliciosamente dos próprios princípios do sistema interamericano, procura-se minar as instituições democráticas e consolidar e proteger a penetração e a agressão políticas. Os métodos subversivos de governos comunistas e seus agentes constituem uma das formas mais sutis e peri-

gosas de intervenção nos assuntos internos de outros países.

3. Os Ministros das Relações Exteriores alertam os povos do Continente quanto à intensificação da ofensiva subversiva de governos comunistas, seus agentes e as organizações por êles controladas, bem como acêrca das táticas e métodos usados, e os advertem do perigo que isso representa para a democracia representativa, o respeito pelos direitos humanos e a autodeterminação dos povos.

Os princípios do comunismo são incompatíveis com os do sistema interamericano.

4. Persuadidos de que se pode e deve preservar a integridade da revolução democrática dos Estados americanos ante a ofensiva subversiva comunista, os Ministros das Relações Exteriores proclamam os seguintes princípios políticos fundamentais:

a) a fé dos povos americanos nos direitos humanos, na liberdade e na independência nacional, como razão fundamental de sua existência, como a conceberam os próceres que destruiram o colonialismo e criaram as repúblicas americanas;

b) o princípio de não-intervenção e o direito dos povos de organizarem livremente os seus sistemas de vida no domínio político, econômico e cultural, por meio da expressão de sua vontade através de eleições livres e sem interferências estrangeiras. As falácias da propaganda comunista não podem nem devem confundir nem ocultar as diferenças da doutrina que êsses princípios representam quando expressos por um país americano democrático e quando pretendem utilizá-los em seu próprio benefício os governos comunistas e seus agentes;

c) o repúdio de medidas repressivas que, com o pretexto de isolar ou combater o comunismo, possam facilitar o aparecimento ou o fortalecimento de doutrinas e métodos reacionários que pretendam suprimir as idéias de progresso social e confundir com a subversão comunista as organizações sindicais e os movimentos políticos e culturais autênticamente progressistas e democráticos;

d) a afirmação de que o comunismo não é o caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América, e que, pelo contrário, o regime democrático comporta todos os esforços de superação econômica e tôdas as medidas de melhoramento e de progresso social, sem sacrifício dos valores fundamentais da pessoa humana. A missão dos povos e dos governos do Continente, na atual geração, é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos têrmos da Carta de Punta del Este;

e) a contribuição essencial de cada nação americana, para o esfôrço coletivo cujo objetivo é proteger o sistema interamericano contra o comunismo, é o respeito cada vez maior pelos direitos humanos, o aperfeiçoamento das instituições e práticas democráticas e a adoção de medidas que representem realmente o impulso no sentido de uma mudança revolucionária nas estruturas econômicas e sociais das repúblicas americanas.

II

COMISSÃO CONSULTIVA ESPECIAL DE SEGURANÇA CONTRA A AÇÃO SUBVERSIVA DO COMUNISMO INTERNACIONAL

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que o comunismo internacional põe em prática técnicas subversivas extremamente complexas, e que no combate a tais métodos alguns Estados podem beneficiar-se do assessoramento e do apoio mútuos;

Que os Estados americanos estão firmemente unidos em tôrno do objetivo comum de prevenir a ação subversiva do comunismo internacional e de preservar a democracia na América, como o afirma a Resolução XXXII da Nona Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá em 1948, e que, para êsse fim, devem ajudar-se mùtuamente, em especial mediante o uso dos recursos institucionais da Organização dos Estados Americanos; e

Que é aconselhável, por conseguinte, pôr à disposição do Conselho da Organização dos Estados Americanos os serviços de um organismo consultivo, constituído por peritos, com o fim primordial de assessorar os governos dos Estados membros que necessitarem, ou, conforme o caso, solicitarem tais serviços de assistência.

RESOLVE:

1. *Solicitar* ao *Conselho* da Organização dos Estados Americanos que mantenha tôda a vigilância necessária, a fim de prevenir qualquer ato de agressão, subversão ou outros perigos para a paz e a segurança, e a preparação de tais atos, resultantes da intervenção continuada das potências sino-soviéticas neste Hemisfério, e que faça a êsse respeito as recomendações *pertinentes* aos *governos* dos Estados membros.

2. Encarregar o Conselho da Organização de estabelecer uma Comissão Consultiva Especial de Segurança, composta por peritos na matéria, a fim de assessorar os Estados membros que desejarem e solicitarem tal assistência, pautando-se pelo seguinte:

a) o Conselho da Organização *constituirá* a *referida Comissão*, escolhendo seus membros de uma lista de candidatos apresentados pelos governos e determinará imediatamente os têrmos de referência para a Comissão, a fim de atingirem-se plenamente os propósitos desta resolução;

b) a Comissão submeterá relatórios aos Estados membros que solicitarem assessoramento; no entanto, êsses relatórios não serão divulgados sem autorização expressa do Estado nêle mencionado;

c) a Comissão apresentará ao Conselho da Organização, até 1º de maio de 1962, o mais tardar, um relatório geral inicial, juntamente com as recomendações pertinentes sôbre as medidas que devam ser tomadas a respeito;

d) a Comissão funcionará na União Pan-Americana, a qual lhe proporcionará todos os recursos técnicos, administrativos e financeiros exigidos por suas atividades;

e) a duração desta Comissão dependerá da decisão do Conselho da Organização.

3. Instar os Estados membros a adotar as medidas que julgarem convenientes, para efeitos de sua legítima defesa individual e coletiva, e a cooperar, conforme o julgarem necessário ou conveniente, a fim de fortalecer sua capacidade de opor-se às ameaças ou atos de agressão, subversão ou outros perigos para a paz e a segurança, resultantes da intervenção continuada, neste Continente, das potências sino-soviéticas, de acôrdo com os compromissos contidos em tratados e convênios, como a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

III

REITERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE NÃO-INTERVENÇÃO E AUTODETERMINAÇÃO

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

CONSIDERANDO:

Que foi convocada por meio de resolução do Conselho da Organização dos Estados Americanos, invocando-se o Artigo 6 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;

Que é necessário preservar os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, por constituírem êsses princípios parte fundamental do sistema jurídico em que se fundam as relações entre as Repúblicas do Hemisfério e tornam possível sua convivência pacífica;

Que, na Carta da Organização dos Estados Americanos e na Declaração de Santiago do Chile, firmada em agôsto de 1959, todos os governos dos Estados americanos convieram voluntàriamente em constituir-se mediante eleições livres;

Que a vontade popular, expressa através do sufrágio sem restrições, garante a formação de governos que traduzem, com maior fidelidade e sem subordinação a interêsses exclusivistas ou privilegiados, as aspirações essenciais de liberdade e de justiça social, a necessidade permanente de progresso econômico, e, no plano continental, a vocação fraterna que anima todos os povos;

Que, assim, a constituição, mediante eleições livres, dos governos que formam a Organização dos Estados Americanos, é a melhor garantia para a paz do Hemisfério e a segurança e a independência política de tôdas as nações que o compõem; e

Que a liberdade de contrair obrigações é parte indivisível do princípio de autodeterminação dos povos e que, conseqüentemente, a insistência de uma ou várias nações no sentido de que sejam cumpridas, não implica intromissão em seus assuntos internos,

RESOLVE:

1. Reiterar sua adesão aos princípios de autodeterminação e de não-intervenção como normas orientadoras da convivência entre as nações americanas.
2. Instar os governos que fazem parte da Organização dos Estados Americanos a que, considerando a atual situação, e em cumprimento dos princípios e propósitos consignados na Carta da Organização e na Declaração de Santiago, se constituam mediante eleições livres que expressem, sem restrições, a vontade popular.

IV

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES LIVRES

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que a Carta da Organização dos Estados Americanos enuncia em seu Preâmbulo que o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste Continente, dentro do

quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem;

Que a mesma Carta reafirma entre seus princípios a exigência de que a organização política dos Estados americanos se baseie no exercício efetivo da democracia representativa, bem como proclama os direitos fundamentais da pessoa humana;

Que a mesma Carta consagra o direito que cada Estado tem de desenvolver, livre e espontâneamente, a sua vida cultural, política e econômica, devendo respeitar neste livre desenvolvimento os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal;

Que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança; e

Que os princípios e atributos do sistema democrático neste Hemisfério, contidos na Declaração de Santiago do Chile, estipulam que os governos das Repúblicas americanas devem resultar de eleições livres e que a perpetuação no poder, ou o seu exercício sem prazo determinado e com o manifesto propósito de perpetuação, são incompatíveis com o exercício efetivo da democracia,

RESOLVE:

Recomendar aos governos dos Estados americanos, cuja organização ou funcionamento não sejam compatíveis com o exercício efetivo da democracia representativa, que realizem eleições livres em seus respectivos países como o meio mais eficaz de consulta da vontade soberana dos seus povos, a fim de garantir a restauração de um regime de direito fundado na autoridade da lei e no respeito dos direitos da pessoa humana.

V

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que os Estados americanos têm a capacidade de erradicar os males profundos do subdesenvolvimento econômico e social;

Que as Resoluções XI e V, respectivamente da Quinta e da Sétima Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores declaram que a cooperação econômica entre os Estados americanos é essencial para a estabilidade da democracia e a preservação dos direitos humanos e que essa cooperação é fundamental para o fortalecimento da solidariedade do Continente e para consolidação do sistema interamericano ante as ameaças que possam afetá-lo; e

Que, em vista de haverem todos os países da América reconhecido as necessidades urgentes de seu desenvolvimento econômico e social, é necessário que intensifiquem imediatamente seus esforços próprios e conjuntos, no quadro da Aliança para o Progresso e da Carta de Punta del Este, na base da adoção de enérgicas reformas e de esfor-

ços internos, em grande escala, pelos países interessados, e a mobilização de todos os recursos financeiros e técnicos pelas nações altamente desenvolvidas;

DECLARA:

1. Que a preservação e o fortalecimento das instituições livres e democráticas nas Repúblicas americanas exigem, como condição indispensável, que se envide prontamente um esfôrço acelerado para impulsionar o desenvolvimento econômico e social, utilizando-se os recursos financeiros públicos e privados, internos e externos, adequados para tais objetivos, a adoção de reformas econômicas e sociais e mobilização de todos os esforços internos necessários, conforme o estipula a Carta de Punta del Este;

2. Que é indispensável impulsionar, enérgica e vigorosamente as indústrias básicas dos países latino-americanos, liberar o intercâmbio de matérias-primas mediante a eliminação das restrições indevidas e procurar evitar as flutuações violentas dos seus preços, estimular a modernização e expansão dos serviços a fim de que a industrialização se funda em bases próprias e idôneas, mobilizar os recursos natuais inexplorados para incrementar a riqueza das nações, colocar esta maior riqueza ao alcance dos componentes de todos os grupos econômicos e sociais, e atender rápidamente, entre outras aspirações, à necessidade de trabalho, habitação, terra, saúde e educação.

VI

EXCLUSÃO DO ATUAL GOVÊRNO DE CUBA DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA INTERAMERICANO

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão da Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que o sistema interamericano se baseia na constante adesão, dos Estados que dêle fazem parte, a determinados propósitos e princípios de solidariedade, prescritos nos instrumentos que o regem;

Que entre êsses propósitos e princípios se contam o respeito pela liberdade da pessoa humana, a preservação de seus direitos e o exercício efetivo da democracia representativa, a não-intervenção de um Estado nos assuntos internos ou externos de outro e a repulsa a alianças ou acordos que motivem a intervenção de potências extracontinentais na América;

Que a Sétima Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em São José de Costa Rica, condenou a intervenção ou ameaça de intervenção, no Hemisfério, das potências comunistas extra-continentais, e reiterou a obrigação dos Estados americanos de respeitar fielmente os princípios do sistema regional;

Que o atual Govêrno de Cuba se identificou com os princípios da ideologia marxista-leninista, instaurou um regime político, econômico e social baseado nessa doutrina e aceita a ajuda militar das potências comunistas extracontinentais, inclusive a ameaça de intervenção armada da União Soviética na América;

Que o Relatório da Comissão Interamericana de Paz, submetido à Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, afirma que:

> "As atuais ligações do Govêrno de Cuba com os países do bloco sino-sovié-

> tico são visivelmente incompatíveis com os princípios e normas que regem o sistema regional, e particularmente, o da segurança coletiva, estabelecido na Carta da Organização dos Estados Americanos e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (página 48);

Que o mencionado Relatório da Comissão Interamericana de Paz também expõe o seguinte conceito:

> "É evidente que as ligações do Govêrno cubano com o bloco sino-soviético impossibilitam o mencionado Govêrno de cumprir as obrigações estipuladas na Carta da Organização e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (página 49);

Que semelhante atitude de um Estado americano constitui violação dos deveres inerentes à condição de membro do sistema regional, sendo portanto incompatível com êste;

Que a atitude assumida pelo atual Govêrno de Cuba e sua aceitação da ajuda militar proporcionada pelas potências comunistas estra-continentais destrói a eficácia defensiva do sistema interamericano; e

Que nenhum Estado membro do sistema interamericano pode reclamar os direitos e privilégios do mesmo, se acaso, negar ou desconhecer as obrigações correlativas,

DECLARA:

1. Que em conseqüência de seus atos reiterados, o Govêrno de Cuba se colocou, voluntàriamente, fora do sistema interamericano.

2. Que esta situação exige a mais constante vigilância por parte dos países membros da Organização dos Estados Americanos, os quais deverão informar o Conselho de todo fato ou situação suscetível de pôr em perigo a paz e a segurança do Continente.

3. Que existe interêsse coletivo dos Estados americanos em fortalecer o sistema interamericano e reconstituir sua unidade, com base no respeito dos direitos humanos e nos princípios e propósitos que a Carta da Organização prescreve para para o exercício da democracia.

Por conseguinte,

RESOLVE:

1. Que a adesão de qualquer membro da Organização dos Estados Americanos ao marxismo-leninismo é incompatível com o sistema interamericano e que a filiação dêsse govêrno ao bloco comunista destrói a unidade e a solidariedade do Hemisfério.

2. Que o atual Govêrno de Cuba, oficialmente identificado como govêrno marxista-leninista, é incompatível com os princípios e propósitos do sistema interamericano.

3. Que essa incompatibilidade exclui o atual Govêrno de Cuba da participação no sistema interamericano.

4. Que o Conselho da Organização dos Estados Americanos e os outros órgãos e organismos do sistema interamericano adotem, sem demora, as providências necessárias para o cumprimento desta resolução.

VII

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consultas nos têrmos do Tra-

tado Interamericano de Assistência Reciroca,

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Defesa foi criada pela Resolução XXXIX da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro em 1942, resolução na qual se recomendava a reunião imediata de uma comissão formada por técnicos militares ou navais nomeados por cada um dos governos, para estudar e sugerir as medidas necessárias à defesa do Continente;

Que, em 26 de abril de 1961, a Junta Interamericana de Defesa resolveu que era altamente prejudicial ao trabalho da Junta e à segurança do Hemisfério a participação do regime cubano na elaboração de planos para a defesa; e

Que o atual Govêrno de Cuba adota os objetivos e a política do bloco sino-soviético,

RESOLVE:

Excluir imediatamente o atual Govêrno de Cuba da Junta Interamericana de Defesa até que o Conselho da Organização dos Estados Americanos disponha, pelo voto de dois terços dos seus membros, que a presença de Cuba na Junta não prejudica os trabalhos desta nem a segurança do Hemisfério.

VIII

RELAÇÕES ECONÔMICAS

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que o Relatório da Comissão Interamericana de Paz, submetido à Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, declara, na parte referente à intensa atividade subversiva na América, desenvolvida pelos países do bloco sino-soviético e pelo Govêrno cubano, que essas atividades constituem "grave violação dos princípios fundamentais do sistema interamericano"; e

Que, no decurso dos últimos três anos, treze Estados americanos se viram na necessidade de romper relações diplomáticas com o atual Govêrno de Cuba,

RESOLVE:

1. Suspender imediatamente o comércio e o tráfico de armas e material de guerra de todo gênero com Cuba.

2. Encarregar o Conselho da Organização dos Estados Americanos de, segundo as circunstâncias, e com a devida consideração das limitações constitucionais ou legais de todos os Estados membros, estudar a possibilidade e conveniência de estender a outros artigos a suspensão do comércio e tráfico de armas, considerando especialmente os artigos de importância estratégica.

3. Dar ao Conselho da Organização dos Estados Americanos poderes para, mediante o voto afirmativo de dois terços, tornar sem efeito as medidas adotadas na conformidade do parágrafo anterior, a partir do momento em que o Govêrno de Cuba demonstrar sua compatibilidade com os objetivos e princípios do sistema.

IX

REFORMA DO ESTATUTO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

CONSIDERANDO:

Que a Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, mediante sua Resolução VIII, criou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, incumbida de promover o respeito dos direitos humanos nos Estados da América;

Que, não obstante os nobres e perseverantes esforços envidados pela referida Comissão, no exercício de sua incumbência, a insuficiência de suas faculdades e atribuições, consignadas em seu Estatuto, tem dificultado a missão que lhe foi confiada;

Que constitui necessidade imperiosa acelerar no Continente a evolução da defesa coletiva dos direitos da pessoa humana, a fim de que essa evolução culmine na proteção internacional e jurisdicional de tais direitos; e

Que existe relação evidente entre as violações dos direitos humanos e as tensões internacionais que conspiram contra a concórdia, a paz e a unidade do Hemisfério,

RESOLVE:

Recomendar ao Conselho da Organização dos Estados Americanos a reforma do Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a fim de ampliar e fortalecer as suas atribuições e faculdades no grau que lhe permita levar a efeito, eficazmente, a promoção do respeito a êsses direitos nos países continentais.

DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE HONDURAS

Honduras deseja fazer constar na Ata Final a explicação da posição que assumiu ao emitir seu voto favorável à Resolução VI (Exclusão do atual Govêrno de Cuba da participação no sistema interamericano).

Acêrca das observações de caráter jurídico, feitas por eminentes Chanceleres, Honduras sustenta que existem bases suficientes, na letra e no espírito dos tratados e convênios do sistema regional.

Em última instância, porém, ante a ameaça à paz e à segurança do Continente, ante a ameaça à dignidade e à liberdade do homem americano, e ante a presença política da União Soviética na América, a Delegação de Honduras não vacilou em dar à democracia americana o benefício da dúvida, em face da controvérsia jurídica que poderia surgir.

DECLARAÇÃO DA ARGENTINA

Em vista da declaração de Sua Excelência o Representante do Uruguai, na segunda sessão plenária, realizada em 31 de janeiro de 1962, a Delegação da República Argentina deseja fazer constar que reitera os fundamentos jurídicos expostos por Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto, Doutor Miguel Ángel Cárcano, na nona sessão da Comissão Geral, ao explicar seu voto sôbre a Resolução VI, contida nesta Ata Final.

DECLARAÇÃO DA COLÔMBIA

A posição da Colômbia foi definida nas duas declarações que fi-

guram na ata da segunda sessão plenária desta Oitava Reunião de Consulta, referentes à política geral e à Resolução VI.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO

A Delegação do México deseja fazer constar na Ata Final da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que ao seu ver, a exclusão de um Estado membro não é juridicamente possível sem a prévia modificação da Carta da Organização dos Estados Americanos, conforme o processo previsto no artigo 111 da mesma.

DECLARAÇÃO DO HAITI

Meu país orgulha-se de haver participado nestes debates, que tiveram lugar num ambiente de calma, de cortesia e de respeito mútuo.

Chegado a Punta del Este com a sólida convicção de defender os princípios da não-intervenção e da livre autodeterminação dos povos, com tôdas as suas implicações, o Haiti se conserva firmemente vinculado a êsses princípios intangíves, que garantem, dentro da ordem e do respeito mútuo, as relações de povos de línguas e culturas diferentes.

Mas aqui o Haiti se convenceu de que "as falsidades da propaganda comunista não podem nem devem prestar-se à confusão, muito menos mascarar a filosofia diferente encarnada nos princípios quando os expressa um país democrático americano, e que os governos comunistas e seus agentes pretendem utilizar em proveito próprio".

Esta é a única razão da mudança de posição e de atitude de meu país, que se honra de sua modesta contribuição à resolução de um problema que punha em xeque a paz, a solidariedade e a unidade do Continente.

DECLARAÇÃO DO EQUADOR

A Delegação do Equador faz constar expressamente que a exclusão de um Estado membro do sistema interamericano sòmente poderia ser efetuada mediante a reforma prévia da Carta da Organização dos Estados Americanos, que faculte a exclusão de um Estado.

A Carta é o estatuto jurídico constitucional que prevalece sôbre todos os outros instrumentos interamericanos.

DECLARAÇÃO DO EQUADOR SÔBRE A RESOLUÇÃO VIII

O Equador abstém-se de votar porquanto a aplicação de sanções se faz invocando-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sanções que começam sustando o comércio de armas, com a possibilidade de estender-se a outros artigos, especialmente os de importância estratégica, conceito no qual podem ser incluídos artigos de primeira necessidade, que não se deve privar o povo cubano, tornando assim mais crítica sua atual situação.

Evidentemente, como país amante da paz, o Equador reafirma sua fé nos métodos pacíficos para dirimir as controvérsias entre os Estados e condena o tráfico ilegal de armas.

DECLARAÇÃO DO BRASIL

À vista da declaração feita pelo Representante do Uruguai na sessão plenária do dia 31 de janeiro de 1962, a Delegação do Brasil reafirma a validade dos fundamentos jurídicos da posição assumida por seu país no que respeita à Resolução VI da Oitava Reunião de Consulta, posição essa extensamente exposta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil em declarações feitas nas sessões realizadas pela Comis-

são Geral nos dias 24 e 30 de janeiro de 1962.

DECLARAÇÃO DO URUGUAI

A Delegação do Uruguai deseja fazer constar que, ao adotar sua posição na Oitava Reunião de Consulta, longe de violar ou olvidar as normas jurídicas aplicáveis ao caso cubano, se cingiu estritamente às mesmas, o que se coaduna com sua velha e formosa tradição de defensor da legalidade. Os fundamentos desta posição foram expostos na sessão plenária do dia 31 de janeiro, conforme consta na ata correspondente.

31 de janeiro de 1962

EM FÉ DO QUE, os Membros da Reunião assinam a presente Ata Final.

FEITA na cidade de Punta del Este, Uruguai, nos quatro idiomas oficiais da Organização, no dia 31 de janeiro de 1962. O Secretário-Geral depositará o original da Ata Final nos arquivos da União Pan-Americana, a qual enviará cópias autenticadas aos governos das Repúblicas americanas.

CONFERÊNCIA DE BELGRADO

DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO OU DE GOVÊRNO DOS PAÍSES NÃO COMPROMISSADOS

A conferência dos chefes de Estado ou de govêrno dos países não compromissados cuja lista reproduzimos, a seguir:

1. Afeganistão, 2. Algéria, 3. Arábia Saudita, 4. Birmânia, 5. Cambodja, 6. Ceilão, 7. Chipre, 8. Congo, 9. Cuba, 10. Etiópia, 11. Gana, 12. Guiné, 13. Índia, 14. Indonésia, 15. Iraque, 16. Líbano, 17. Mali, 18. Marrocos, 19. Nepal, 20. República Árabe Unida, 21. Somália, 22, Sudão, 23. Tunísia, 24. Yemen, 25. Yugoslávia,

e os seguintes países representados por observadores:

1. Brasil, 2. Bolívia, 3. Equador,

conferência que se realizou em Belgrado, de 1 a 6 de setembro de 1961, com o fim de promover uma troca de opiniões sôbre os problemas internacionais, visando contribuir mais eficazmente para a paz, a segurança mundial e a cooperação pacífica entre os povos.

Os chefes de Estado ou de govêrno dos países supramencionados reuniram-se em um momento em que a paz mundial se encontrava sèriamente ameaçada. Profundamente preocupados com o futuro da paz, exprimindo as aspirações da imensa maioria dos povos do mundo e conscientes do fato de que, na época atual, nenhum povo e nenhum govêrno se poderia furtar ao encargo de suas responsabilidades com respeito à manutenção da paz mundial, os países participantes da Conferência, após terem examinado em detalhe, numa atmosfera de igualdade, de franqueza e de confiança recíproca, o estado atual das relações internacionais e as tendências que predominam no mundo contemporâneo, declaram o que se segue:

Os chefes de Estado ou de govêrno dos países não compromissados, observando que se produzem crises que levam a conflito mundial, na transição de uma ordem antiga que repousava sôbre a dominação, para uma ordem nova que

repousa sôbre a cooperação entre as nações, fundada sôbre a liberdade, a igualdade e a justiça social, para promover a prosperidade;

Considerando que os processos dinâmicos e as formas de mudança social terminam por conduzir ou correspondem, freqüentemente, a um conflito entre a antiga ordem estabelecida e as novas fôrças nacionalistas que surgem;

Considerando que uma paz durável não pode ser atingida, a não ser que êste confronto conduza a um mundo, em que a dominação do colonialismo-imperialismo e do néocolonialismo, em tôdas as suas manifestações, seja radicalmente eliminada;

E reconhecendo o fato, da existência de perigos prementes que ameaçam a paz do mundo, neste período de conflitos na África, na Europa e na América Latina, e que as rivalidades entre as grandes potências, rivalidades suscetíveis de provocar uma conflagração mundial não podem ser desprezadas;

Que eliminar, radicalmente, as fontes de conflitos equivale a eliminar o colonialismo em tôdas suas manifestações e a aceitar e a praticar uma política de coexistência pacífica no mundo;

Que se os países se orientarem por êsses princípios, o período de transição e de conflitos pode oferecer bases sólidas à cooperação e à fraternidade entre as nações;

Declaram o que se segue:

I

Jamais a guerra ameaçou a humanidade com conseqüências mais graves do que nos tempos atuais. Por outro lado, jamais a humanidade teve, à sua disposição, fôrças maiores para eliminar a guerra, como instrumentos de política nas relações internacionais.

O imperialismo se encontra em vias de desaparecer. Os impérios coloniais e as outras formas de oposição estrangeiras dos povos da Ásia, da África e da América Latina desaparecem, gradualmente, do cenário da História. Grandes conquistas foram levadas a efeito na luta de numerosos povos pela independência nacional e a igualdade. Do mesmo modo, os povos da América Latina continuam a oferecer uma contribuição cada vez mais eficaz ao melhoramento das relações internacionais. As grandes mudanças sociais que se operam no mundo continuam a estimular êssse desenvolvimento. Tudo isso apressa o fim da época da opressão dos povos pelo estrangeiro e torna igualmente a cooperação pacífica entre os povos, fundada sôbre os princípios da independência e da igualdade de direitos, uma condição indispensável de sua liberdade e do seu progresso.

Um imenso progresso foi levado a efeito no desenvolvimento das ciências, das técnicas e dos meios que servem ao desenvolvimento econômico.

Estimulada por esta evolução no mundo, a grande maioria dos homens se encontra cada vez mais consciente do fato de que a guerra entre os povos representa, não sòmente um anacronismo, mas também um crime contra a humanidade. Esta consciência dos homens transformou-se em uma grande fôrça moral, capaz de exercer uma influência essencial no desenvolvimento das relações internacionais.

Com apoio em todos êsses fatos e na vontade dos seus povos, os governos dos países participantes da Conferência rejeitam, categòricamente, a tese, segundo a qual, a guerra, e mesmo "a guerra fria" seria inevitável, dado que esta tese reflete sentimentos de impotência e de desespêro e que é contrária ao progresso do mundo. Reafirmam êles sua fé inquebrantável no direito da comunidade internacional de

organizar sua vida sem recorrer a meios que pertençam, na realidade, a períodos superados da história da humanidade.

Por conseqüência, os blocos militares existentes se transformam em organizações militares, econômicas e políticas cada vez mais poderosas, cujas relações mútuas devem, por sua lógica e por sua natureza, provocar agravamentos periódicos das relações internacionais.

A guerra fria e o perigo permanente e grave de vê-la degenerar numa verdadeira guerra passaram a ser parte integrante da situação das relações internacionais.

Por todos êsses motivos, os chefes de Estado ou de govêrno dos países não compromissados desejam dessa maneira atrair a atenção da opinião pública mundial para a situação atual e para a necessidade que existe para todos os povos de procurar encontrar um caminho seguro que leve à estabilização da paz.

II

O mundo em que vivemos se caracteriza pela existência de sistemas sociais diferentes. Os países participantes não consideram que estas diferenças constituam um obstáculo intransponível à estabilização da paz, se forem impedidas as tentativas de dominação e de ingerência nos assuntos internos dos outros povos e nações.

Todos os povos e tôdas as nações devem resolver os problemas relativos a seus sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais próprios, segundo suas próprias condições, necessidades e possibilidades. Ademais, tôda tentativa de impor aos povos tal ou qual sistema social ou político, pela fôrça e do exterior, põe diretamente em perigo a paz mundial.

Os países participantes consideram que, nestas condições, os princípios da coexistência pacífica constituem a única alternativa à "guerra fria" e a possibilidade de uma catástrofe nuclear. Esta é a razão pela qual êstes princípios — que compreendem o direito dos povos à autodeterminação, à independência e à possibilidade de escolher, com tôda liberdade, as formas e as vias de seu desenvolvimento econômico, social e cultural — devem constituir a base exclusiva de tôdas as relações internacionais. A colaboração internacional ativa nos domínios das trocas materiais e culturais entre os povos é um meio indispensável à afirmação da confiança na possibilidade da coexistência pacífica entre Estados de sistemas sociais diferentes.

Os participantes da Conferência destacam, a êste respeito, que a política de coexistência constitui um esfôrço positivo, visando a eliminar as injustiças históricas e a liquidar o servilismo nacional, garantindo, a cada povo, um desenvolvimento independente.

III

Os chefes de Estado ou de govêrno dos países não compromissados participantes da Conferência não fazem proposições concretas para a regulamentação de tôdas as diferenças internacionais, notadamente das diferenças entre os dois blocos. Êles desejam, antes, atrair a atenção para os problemas ameaçadores do presente que devem ser resolvidos, ràpidamente, para que não resultem em conseqüências irreparáveis.

A êste respeito, êles destacam, particularmente, a necessidade de um grande senso de responsabilidade e de um espírito bastante realista na procura de soluções para os diversos problemas que decorrem destas diferenças. Os países não compromissados representados na presente Conferência não pretendem criar um novo bloco e não podem constituir um bloco. Êles

desejam sinceramente colaborar com todo govêrno que procure contribuir para o prestigio da conferência e da paz no mundo.

Os paises não compromissados estão dispostos a agir assim, ainda mais porque estão conscientes de que a paz e a estabilidade no mundo dependem, em grande medida, das relações recíprocas entre os grandes poderes.

Conscientes do exposto, anteriormente, os participantes da Conferência julgam que, por princípio, as grandes potências devem tomar medidas mais positivas para solucionar os diversos problemas por meio de negociações e de dar prova, ao mesmo tempo, do espírito construtivo e da boa vontade necessárias, a fim de chegar a soluções, reciprocamente, aceitáveis e úteis para a paz mundial. Os participantes da Conferência consideram que, nestas circunstâncias, a existência e atividade pacífica dos paises não compromissados é um dos fatôres mais importantes para a salvaguarda da paz no mundo.

Os participantes da Conferência julgam essencial que os paises não compromissados participem da regulamentação dos problemas internacionais pendentes referentes à paz e à segurança no mundo, pois nenhum dêles pode permanecer indiferente a êsses problemas, que lhes dizem respeito, diretamente.

Consideram êles que a extensão da esfera de não engajamento no mundo representa a única possibilidade e a alternativa inevitável face à orientação da divisão do mundo em blocos e o agravamento da politica de guerra fria. Os paises não compromissados oferecem encorajamento e apoio a todos os povos que lutam pela sua independência e pela sua igualdade.

Os participantes da Conferência estão convencidos de que o aparecimento de paises recentemente libertados ajudará também a reduzir a área dos antagonismos de blocos e a estimular tôda tendência visando assegurar a paz e a promover uma cooperação pacifica entre nações independentes e iguais.

1. Os participantes da Conferência reafirmam solenemente seu apoio à "Declaração relativa à outorga de independência aos paises e aos povos coloniais", adotada na décima quinta sessão da Assembléia geral das Nações Unidas e recomendam a abolição imediata, incondicional, total e definitiva do colonialismo e decidiram fazer um esfôrço conjunto para pôr fim a tôdas as formas e manifestações do neocolonialismo e da dominação imperialista.

2. Os participantes da Conferência exigem que cessem imediatamente as intervenções armadas e tôdas as medidas de repressão tomadas contra o interêsse dos povos dependentes, a fim de que possam êstes povos exercer na paz e na liberdade seu direito à independência completa; exigem êles, além disso, que a integridade do território nacional dos povos seja respeitada. Tôda ajuda prestada a um pais por uma potência colonial para exercer pressão sôbre êle é contrária à Carta das Nações Unidas.

Os paises participantes que respeitam, escrupulosamente, a integridade territorial de todos os Estados se opõem, por todos os meios, a tôdas as tentativas de anexação por outras nações.

3. Os paises participantes consideram que a luta do povo argelino pela liberdade, a autodeterminação e a independência e pela integridade de seu território nacional, inclusive o Saara, é justa e necessária; êles estão dispostos, em conseqüência, a conceder ao povo argelino todo o apoio e tôda a ajuda possiveis. Os chefes de Estado ou de govêrno sentem-se, particularmente, satisfeitos em saber que a Argélia se encontra representada na Conferência por seu representante legitimo, o Primeiro

Ministro do Govêrno provisório da República argelina.

4. Os paises participantes chamaram, com bastante apreensão, a atenção da Conferência para os acontecimentos de Angola e as intoleráveis medidas de repressão tomadas pelas autoridades coloniais portuguêsas contra o povo angolês, e exigem que cesse imediatamente todo derramamento de sangue em Angola; todos os paises pacíficos, particularmente os Estados membros das Nações Unidas, deveriam ajudar o povo angolês a se constituir sem demora em Estado livre e independente.

5. Os participantes da Conferência exigem a cessação imediata de tôda ocupação colonial e o restabelecimento, em favor dos povos legítimos, da integridade territorial dos países, onde ela foi violada na Ásia, na África e na América Latina, assim como a retirada das fôrças estrangeiras do seu território nacional.

6. Os paises participantes exigem que as fôrças do exército francês evacuem, imediatamente, a totalidade do território tunisino, em razão do direito legítimo da Tunísia ao exercício de sua plena soberania nacional.

7. Os paises participantes exigem que os acontecimentos trágicos do Congo não voltem a se repetir e consideram ser um dever da comunidade mundial o continuar a fazer todo o possível para apagar as conseqüências da intervenção estrangeira nesse jovem Estado da África e para impedir que se produza outra intervenção qualquer e lhe permitir seguir livremente o caminho de seu desenvolvimento independente, na base do respeito à sua soberania, sua unidade e sua integridade territorial.

8. Os participantes da Conferência condenam, terminantemente, a política de segregação racial — *apartheid* — praticada pela União Sul-Africana e exigem que ela renuncie, imediatamente a esta política. Declaram, além disso, que a política de discriminação racial, em qualquer parte do mundo, constitui uma grave violação da Carta das Nações Unidas e da Declaração universal dos Direitos do Homem.

9. Os paises participantes afirmam, solenemente, que deve ser inteiramente respeitado o direito das minorias étnicas ou religiosas a serem protegidas, particularmente, contra o crime de genocídio ou qualquer outra violação dos direitos fundamentais do homem.

10. Os participantes da Conferência condenam as políticas imperialistas seguidas no Oriente Médio e proclamam seu apoio em favor do pleno restabelecimento da população árabe da Palestina em todos os seus direitos, de acôrdo com as disposições da Carta e as resolução da Organização das Nações Unidas.

1. Os paises participantes consideram que o estabelecimento e a manutenção de bases militares estrangeiras no território de outros Estados, particularmente contra a vontade expressa dêstes últimos, constitui uma violação flagrante da soberania dêsses Estados. E proclamam seu apoio irrestrito aos países desejosos de se desvencilharem de tais bases. Apelam êles aos paises que mantêm bases no estrangeiro para que encarem sèriamente, a possibilidade de suprimi-las, contribuindo, dêste modo, para a paz mundial.

12. Reconhecem êles, também, que a presença em Guantanamo (Cuba) de uma base militar dos Estados Unidos da América, à manutenção da qual o govêrno e o povo de Cuba manifestaram sua oposição, fere a soberania e a integridade territorial daquele país.

13. Os participantes da Conferência reafirmam sua convicção seguinte de que:

a) Tôdas nações têm direito à unidade, à autodeterminação e à independência. Em virtude dêste direito, devem elas determinar, li-

vremente, seu estatuto político e perseguir, livremente, seu desenvolvimento econômico, social e cultural, sem intimidação ou entrave.

b) Os povos têm direito, pelos seus fins pessoais, de dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais sem prejuízo das obrigações que decorrem da cooperação econômica internacional, que se fundamenta no princípio da vantagem mútua e do Direito Internacional. Em nenhum caso pode um povo ser privado dos seus meios de subsistência.

Os países participantes estão convencidos de que o direito de Cuba ou de qualquer outra nação a escolher, livremente, seu sistema político e social, de acôrdo com sua situação, necessidades e possibilidades deve ser respeitado.

14. Os países participantes exprimem a vontade de que qualquer intimidação, ingerência ou intervenção não venha a obstar o exercício do direito dos povos a dispor de suas próprias potencialidades, inclusive o direito de perseguir uma política construtiva e independente para adquirir e manter sua soberania.

15. Os participantes da Conferência consideram que o desarmamento é uma necessidade imperativa e uma tarefa demasiado urgente para a humanidade. Uma solução radical dêste problema fêz-se necessária, no estado atual dos armamentos, e não pode, com a opinião unânime dos países participantes, ser obtida, a não ser por um contrôle internacional rigoroso do desarmamento geral e completo.

16. Os Chefes de Estado ou govêrno chamam atenção para o fato de que um desarmamento geral e completo deve incluir a supressão das fôrças armadas, dos armamentos, das bases estrangeiras, da fabricação das armas, assim como a supressão das instituições e instalações necessárias para a instrução militar, com a exceção das que forem necessárias para a segurança interna; deve êle compreender a proibição absoluta de produzir, de possuir e de utilizar armas nucleares e termonucleares, armas bacteriológicas e químicas, assim como a supressão do material e das instalações necessárias ao lançamento, estoque e ao uso operacional de engenhos de destruição em massa, nos territórios nacionais.

17. Os países participantes convidam todos os Estados em geral, e em particular os que procedem atualmente à exploração do espaço a se limitar, exclusivamente, a fins pacíficos na utilização do espaço. Exprimiram êles a esperança de que a comunidade internacional criará por uma ação coletiva uma instituição internacional destinada a facilitar e a coordenar as emprêsas do homem, no domínio da cooperação internacional, no uso do espaço extra-atmosférico para fins pacíficos.

18. Os participantes da Conferência pedem, insistentemente, às grandes potências que assinem, sem demora, um tratado de desarmamento geral e completo, a fim de salvar a humanidade do flagelo da guerra e de tornar disponíveis a energia e os recursos atualmente dispendidos em armamentos para que sirvam ao desenvolvimento pacífico, econômico e social de tôda a humanidade. Os países participantes consideram também:

a) que as nações não compromissadas deveriam estar representadas em tôdas as conferências mundiais sôbre o desarmamento que tenham lugar no futuro;

b) que tôdas as discussões relativas ao desarmamento deveriam ter lugar sob os auspícios das Nações Unidas;

c) que o desarmamento geral e completo deveria ser garantido por um sistema eficaz de inspeção e de contrôle por equipes que deveriam incluir representantes das nações não compromissadas;

19. Os participantes da Conferência consideram essencial que

seja concluído um acôrdo urgente sôbre a proibição de tôdas as experiências nucleares e termonucleares. Com êste fim, é necessário que sejam reiniciadas, imediatamente, as negociações, separadamente ou no quadro das negociações sôbre o desarmamento geral. Entrementes, a suspensão das experiências de tôdas as armas nucleares deve ser restabelecida e respeitada por todos os países.

20. Os participantes da Conferência recomendam que, na próxima sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, seja adotada uma decisão tendente a convocar uma sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas consagrada à questão do desarmamento, seja uma conferência mundial do desarmamento organizada sob os auspícios das Nações Unidas, a fim de dar início ao processo do desarmamento geral.

21. Os participantes da Conferência consideram que há possibilidade de que, mediante esforços, seja suprimido o desequilíbrio econômico herdado do colonialismo e do imperialismo. Consideram êles necessário reduzir graças a uma aceleração do desenvolvimento econômico, industrial e agrícola, o desnível cada vez mais pronunciado dos níveis de vida entre alguns países altamente industrializados e os numerosos países econômicamente pouco desenvolvidos. Os participantes da Conferência recomendam a criação e a gestão imediatas, no quadro das Nações Unidas, de um fundo de equipamentos. Decidem êles, igualmente, exigir justos têrmos de troca para os países econômicamente pouco desenvolvidos, e notadamente que sejam feitos esforços construtivos para suprimir as flutuações excessivas do comércio dos produtos de base e as medidas práticas respectivas contrárias ao comércio e aos interêsses financeiros dos países em via de desenvolvimento. Exigem êles, de uma maneira geral, que os resultados da revolução científica e técnica sejam utilizados em todos os domínios do desenvolvimento econômico para apressar o advento da justiça social, no plano internacional.

22. Os países participantes convidam todos os países em via de desenvolvimento a cooperar, eficazmente, nos domínios econômico e comercial de maneira a se oporem às políticas de pressão, no domínio econômico, e a remediar as conseqüências danosas em que pode resultar a criação dos blocos econômicos constituídos pelos países industriais. Convidam todos os países interessados a considerar a possibilidade de reunir o mais cedo possível uma conferência internacional, a fim de estudar seus problemas econômicos comuns e realizar um acôrdo sôbre os métodos e meios adequados para suprimir todos os obstáculos a seu desenvolvimento, e visando examinar e tomar medidas que permitam realizar melhor seu desenvolvimento econômico e social.

23. Os países participantes da Conferência declaram que os países que recebem uma ajuda técnica e econômica devem ser livres para determinar o modo de utilização e de assistência recebida, de preparar seus próprios programas e de fixar uma ordem de prioridade, tendo em conta suas próprias necessidades.

24. Os países participantes consideram que é indispensável que a Assembléia Geral das Nações Unidas resolva, procedendo à revisão da Carta, o problema do aumento do número dos membros do Conselho de segurança e do Conselho Econômico e Social, a fim de que a composição e os trabalhos dêstes três importantes órgãos da Assembléia Geral correspondam às necessidades da Organização e ao número crescido de membros das Nações Unidas.

25. A unidade da Organização Mundial e a necessidade de tornar o seu funcionamento eficaz

fazem com que seja absolutamente necessária uma reforma da estrutura do Secretariado da Organização das Nações Unidas, com base em uma repartição regional equitativa.

26. Aquêles países participantes da Conferência que reconhecem o Govêrno da República Popular da China recomendam que em sua próxima missão, a Assembléia Geral considere os (problemas) representantes da República Popular da China como os únicos representantes legítimos dêsse país nas Nações Unidas.

27. Os países participantes, na Conferência consideram que o problema alemão não é somente um problema regional, mas que ameaça exercer uma influência decisiva na evolução futura das relações internacionais.

Alarmados pelos acontecimentos que provocaram o intenso agravamento da situação, no que concerne à Alemanha e Berlim, os países participantes pedem, insistentemente, a tôdas as partes interessadas para que não recorram à fôrça e não ameacem resolver pela fôrça o problema de Berlim, de acôrdo com o apêlo feito pelos Chefes de Estado ou de govêrno a 5 de setembro de 1961. Os Chefes de Estado ou de govêrno dos países não compromissados decidem que a presente Declaração será enviada às Nações Unidas e levada à consideração de todos os Estados membros da Organização mundial. A presente declaração será, igualmente, enviada a todos os outros Estados.

CARTA DA CONFERÊNCIA A KENNEDY E A KHROUCHTCHEV

As duas cartas são de teor idêntico, e, em sua tradução não oficial, estão redigidas, nestes têrmos:

"Excelência,

Nós, Chefes de Estado e de govêrno dos países participantes da Conferência dos países não compromissados, que se realizou, em Belgrado, de primeiro a cinco de setembro de 1961, tomamos a liberdade de nos dirigir a Vossa Excelência sôbre questão que é de importância vital imediata para todos nós e para o mundo inteiro. Não fazemos esta gestão ùnicamente em nosso nome e em razão do voto unânime da Conferência e de nossos povos.

Estamos consternados e profundamente apreensivos por motivo do agravamento da situação internacional e da eventualidade de uma guerra que ameaça a humanidade. Vossa Excelência chamou, muitas vêzes, atenção para os horrores de uma guerra moderna e o emprêgo das armas nucleares que podem aniquilar a humanidade e advogou a salvaguarda da paz mundial.

Sentimos que nos encontramos muito próximos a êsse perigo que paira sôbre o mundo e a humanidade. Estamos inteiramente conscientes de que Vossa Excelência deseja, como todos nós, que seja evitado um desenvolvimento tão terrível da situação, que pode, não sòmente destruir as esperanças que todos nós alimentamos em favor do progresso dos nossos povos, como também pôr em dúvida a sobrevivência da humanidade. Estamos certos de que Vossa Excelência fará todo o possível para que semelhante catástrofe seja evitada.

Entretanto, diante da gravidade da crise que põe o mundo em perigo e a imperiosa necessidade de impedir um tal desenvolvimento dos acontecimentos suscetíveis de intensificar esta crise, tomamos a liberdade de apelar às grandes potências para que retomem e continuem as negociações a fim de elidir o perigo de guerra mundial e de permitir à humanidade trilhar o caminho da paz.

Solicitamos, em particular, que sejam levadas a efeito negociações diretas entre Vossa Excelência e o presidente do Conselho de ministros da U.R.S.S.; (na carta dirigida a Krouchtchev: entre Vossa Excelência e o presidente dos Estados Unidos da América), na qualidade de representantes das duas nações mais poderosas, no mundo de hoje, em cujas mãos se encontra a chave da paz e da guerra. Estamos convencidos, partindo do pressuposto de que Vossas Excelências estejam, ambos, dedicados à paz mundial, que vossos esforços por meio de negociações constantes permitirão ao mundo e à humanidade sair do impasse atual e construir e viver na prosperidade e na paz.

Estamos certos de que Vossa Excelência compreenderá que esta carta foi escrita por amor à paz mundial e por temor à guerra, do mesmo modo que, no irresistível desejo de ver encontrar soluções, antes que a humanidade se defronte com a horrível catástrofe."

No fim da carta dirigida ao presidente Kennedy, anuncia-se que uma carta, do mesmo teor, foi dirigida ao presidente do Conselho de ministros da U.R.S.S.; Sr. Nikita Khrouchtchev e, inversamente, na carta a N. Khrouchtchev informa-se que uma carta idêntica foi dirigida ao presidente dos Estados Unidos, Sr. John Kennedy.

As duas cartas foram assinadas por:

Sardar Mohammad Daud, chefe do govêrno afegão,

Ben Youssef Benkhedda, presidente do Conselho de ministros do govêrno provisório argelino,

U Nu, chefe de govêrno da União birmanesa,

Principe Norodom Shihanouk, chefe do Estado cambodgiano.

Sirimavo R. Bandaranaike, chefe de govêrno, ministro da Defesa e ministro dos Negócios Exteriores do Ceilão.

Cyrille Adoula, chefe de govêrno e ministro da Defesa nacional do Congo,

Dr. Oswaldo Dorticós Torrado, presidente da República de Cuba,

Arcebispo Makarios, presidente da República de Chipre,

Hailé Sélassié, imperador da Etiópia,

Dr. Kvame N'krumah, presidente da República de Gana,

Beavogui Louis Lansana, ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné,

Jawaharlal Nehru, chefe do govêrno indiano,

Dr. Ahmed Sukarno, presidente da República da Indonésia,

Dr. Hashim Javad, representante pessoal do chefe de govêrno iraquiano e ministro dos Negócios Estrangeiros,

Saeb Salam, chefe da delegação do Libano e presidente do Conselho de Ministros,

Modibo Keita, presidente da República de Mali,

Hassan, rei de Marrocos,

Mahendra Bikram Shah Deva, rei de Nepal,

cheik Ibrahim Sowayel, ministro dos Negócios Estrangeiros e representante pessoal do rei Ihn Seoud,

Adan Abdullah Osman, presidente da República da Somália,

Ibrahim Abboud, presidente do Conselho supremo da Defesa e chefe de govêrno da República do Sudão,

Habib Bourguiba, presidente da República tunisiana,

Gamal Abd al-Nasser, presidente da República Árabe Unida,

Príncipe Seyful Islam e Hassan, representante pessoal de S. M. o rei do Yemen,

Josip Broz Tito, presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia.

POLÍTICA INTERNACIONAL DA ARGENTINA

Discurso pronunciado pelo Presidente Frondizi após a Reunião de Punta Del Este.

A seguir, o texto na íntegra:

"Mais uma vez devo dirigir-me ao povo da República para ratificar conceitos fundamentais da política externa do país. Êstes conceitos são conhecidos pelo povo. Mais ainda, o povo está plenamente identificado com êles, porque não foram improvisados nem inventados. Agora, êles se vêm gestando ao longo de tôda a nossa história, desde os primeiros dias de Maio e ainda desde antes, quando a população de Buenos Aires expulsou o invasor nas jornadas da Reconquista de 1806. Esta história aprendemo-la na escola, na universidade, nos institutos militares. Seus heróis não dormiram num leito de rosas. Combateram e morreram pela liberdade da sua pátria, pelo direito do povo de escolher o regime de govêrno que achasse mais conveniente para desenvolver sua personalidade no mundo daquela época.

Proclamaram e defenderam êsse direito contra tôda pretensão estranha de tutelar a jovem República, nascida entre as violentas sacudidelas da guerra contra a metrópole e das lutas intestinas. Assim desafiamos o bloqueio de Buenos Aires pelas grandes potências dirigentes da Europa, fustigamos compatriotas sinceros que queriam remediar a anarquia interna com a implantação de uma monarquia presidida pelo estrangeiro e preferimos a desordem da liberdade à ordem imposta de fora. Nas escolas da República, em nossos lares crioulos, pais e mestres nos ensinaram a reverenciar os heróis que conquistaram no campo de batalha e nas emprêsas revolucionárias a autodeterminação do povo argentino.

Êste direito revolucionário de independência e soberania frente ao direito divino que invocavam as grandes monarquias coloniais, é o fundamento da vida autônoma da comunidade americana, ao longo e ao largo do continente de Washington, de Bolívar e de San Martin. A comunidade americana articulou êste direito essencial em sucessivos tratados e constituições em tôda a longa e fecunda trajetória do direito internacional americano. A essência dêste direito americano e seu objetivo prático mais evidente, foi a preservação da autodeterminação nacional, da independência e soberania de nossos povos frente às potências européias que nos haviam colonizado e frente a tôda nova tentativa de dominação estrangeira. É, em síntese, o direito que resguarda a liberdade do fraco frente ao poderoso. Tanto os Estados da federação norte-americana como as novas Repúblicas da América espanhola consideraram indispensável consagrar e preservar o direito de autodeterminação e não intervenção, como a coluna indispensável da unidade do hemisfério e da liberdade dos seus integrantes.

O direito internacional americano elaborado em tôrno da autodeterminação, não é uma formulação abstrata que se possa deixar de lado por razões contingentes ou de urgência. Não é um meio, mas um fim. É a razão mesma da independência nacional, sua qualidade essencial e inseparável na qual descansa integralmente a noção de soberania. O Estado que abandona a norma jurídica internacional, que renuncia parcial ou totalmente, mesmo que seja de forma transitória, à vigência absoluta do direito, expõe-se para sempre à fraqueza da sua própria soberania.

Os Estados que não possuem suficientes cânones para opor-se à

superioridade material das grandes potências, não possuem outra arma que a fôrça ética do direito para reclamar a solidariedade internacional. Os Estados que se apressem a solapar ou vulnerar o direito em nome de necessidades políticas circunstanciais — por urgentes e justificadas que estas sejam — abandonam para sempre a única arma que possuem para resguardar sua própria integridade. Abrem um precedente funesto que justifica qualquer arbitrariedade ulterior fundamentada em razões semelhantes de conveniência política. Em outras palavras, implantam o discricionarismo da fôrça em lugar da verdade permanente da lei.

Não creio necessário insistir nestas verdades elementares para esclarecer a consciência do nosso povo. Nós, argentinos, levamos no sangue a noção da liberdade e a noção do respeito à norma jurídica, tanto na ordem interna como na ordem internacional. A nação argentina não se afastou jamais da norma jurídica nem sequer quando suas armas vitoriosas puderam impor ao vencido a lei do mais forte.

Frente à violência do comunismo internacional que ameaça a nossa própria existência na América, não se pode empregar qualquer expediente como o de violar a lei internacional que é a única couraça que nos protege.

Censuram aos governos das suas nações americanas que na recente conferência de Punta del Este se negaram a esquecer os preceitos categóricos dos estudos legais da Organização dos Estados Americanos e os princípios básicos da Autodeterminação e da Não Intervenção. A conduta internacional de qualquer País, grande ou pequeno é um atributo essencial de sua soberania e encerra conseqüências tão graves que não pode ser analisada senão em profundidade. A delegação argentina à reunião de Punta del Este não improvisou sua gestão nem atuou ao vaivém dos acontecimentos. Foi intérprete de uma doutrina argentina e americana que tinha sido elaborada ao longo de muitos anos e provada em árduas experiências.

Encarou a sua intervenção ajustando-se estritamente às instruções que dera por escrito o Presidente da Nação ao Ministro das Relações Exteriores numa carta em que está escrito: "Apesar de não ter ainda recebido o projeto do discurso que V. Excia. deverá pronunciar na Reunião de Punta del Este, desejo-vos adiantar que o mesmo deve corresponder às idéias políticas fundamentais acêrca das quais conversamos momentos antes de vossa partida para o Uruguai e, sobretudo, ajustar-se aos projetos de resolução que se encontram em seu poder o qual constitui em tôda a sua extensão o corpo inalterável das instruções com que conta a delegação argentina.

Como vos disse verbalmente e o reitero agora por escrito devemos ser absolutamente claros e precisos. Apesar da guerra fria e dos interêsses egoístas que por trás dela se escondem, apesar das reiteradas tentativas de penetração que realiza o comunismo internacional cabe a nós, os argentinos, deixar claramente estabelecido que o que se está discutindo na América não é a sorte de um caudilho extremista que se declara a favor de uma ordem política que nada tem que ver com a realidade de nossos povos senão o futuro de um grupo de nações subdesenvolvidas que se decidiram livremente a ascender a níveis mais altos de desenvolvimento econômico e social. Se essa soberana decisão não é respeitada; se se a pretende ocultar ou distorcer com o jôgo ideológico dos extremismos então sim, o mal será difícil de conjurar, um continente inteiro se convulsionará política e socialmente.

A Argentina está absolutamente segura de que êste é o único

ponto de vista válido do problema e ao qual se deverá retroceder irremediàvelmente se se comete agora algum êrro. Nós sabemos por experiência própria, pela experiência intrinseca de nosso povo a quem não confundiram nem as provocações da extrema esquerda nem as aventuras da extrema direita".

Esta foi uma carta naturalmente secreta como o são os documentos porém hoje a divulgo ao País e à América. E ao pé desta carta está o nome do Presidente da Argentina.

Um povo que, sendo nacionalista e cristão, sofreu e vem sofrendo as privações de um rigoroso programa de estabilização e desenvolvimento, encarando com indiferença as promessas das esquerdas, sabendo que está sendo resguardada a soberania nacional e afirmando reiteradamente a continuidade de um desenvolvimento econômico, com legalidade democrática e com paz social.

Dêste povo argentino, que é parte do povo latino-americano, somos devedores agora e sempre. Por êle queremos salvar a unidade do sistema interamericano e por êle nos absteremos de votar sanções que possam vulnerar o princípio de não intervenção e que irritarão mais ainda as condições políticas atuais e que se prestarão à continuação mais agressiva das atividades dos extremistas de esquerda ou de direita.

Na devida emergência, a Argentina apreciou o caso cubano como devem apreciar-se todos os fatos que colocam em jôgo o mecanismo jurídico da comunidade internacional, ou seja, como um fato que exige por um lado o condigno tratamento do fato em si, e por outro lado o fortalecimento da lei internacional e da solidariedade americana como ulterioridade permanente e construtiva.

O Direito não se satisfaz com a mera explicação de suas normas ao caso que está sendo submetido a juízo. É mister que a sentença seja apta para a ocasião, mas ao mesmo tempo é mister também que seja apta para confirmar e reforçar a virtude permanente da norma aplicada.

Estávamos dispostos, e assim o demonstramos durante os debates e na votação, a repudiar a intervenção ilegítima do comunismo na América e a declarar — como fizemos — que o govêrno de Cuba, na medida em que subordina seu comportamento nas relações hemisféricas ao bloco de nações comunistas, adota uma posição incompatível com o sistema americano, e que justifica nos fatos sua exclusão dos órgãos do mesmo, embora o povo de Cuba e Cuba como nação, que é e que permanece, não pode nem deve ser confundido com um govêrno que representa o transitório. Mas a reunião de Chanceleres convocada como órgão de consulta, não está autorizada a excluir o govêrno de um Estado membro, conforme os estatutos e tratados em vigor.

As delegações de seis Estados (Brasil, México, Chile, Equador, Bolivia e Argentina) fundamentaram sua abstenção nesta vital consideração de ordem jurídica. Quero assinalar que é êste um ponto legal absolutamente claro, tanto mais sólido quando o Direito Internacional, que resolve questões vinculadas à soberania dos Estados, só admite interpretações restritivas. Estas razões jurídicas são meramente formais. Tôda a tradição jurídica da humanidade civilizada descansa sôbre o principio de que não há pena sem lei e de que nada pode ser julgado sem estar conforme a uma lei anterior ao fato do processo. Afastar êste conceito fundamental, é incorrer na mais flagrante arbitrariedade. Renunciar a êste princípio equivale, nas relações humanas, a adotar a lei da selva. Equivale, nas relações internacionais, a um estremecimento da soberania.

Equivale a pôr a integridade das nações à mercê das decisões políticas e das conveniências circunstanciais de outra nação ou de um grupo de nações. O govêrno argentino atuou em Punta del Este com a mais estreita fidelidade aos princípios que regem sua conduta no plano nacional. Quando a ordem interna estêve ameaçada pela subversão, a sabotagem, o terrorismo e o atentado contra as pessoas e os bens, negamo-nos sistemàticamente a responder à violência, ao crime com o crime. Pusemos em movimento o mecanismo legal ordinário e os processos de execução que prevê a Constituição Nacional. Quando consideramos que havia lacunas dificientes nas leis vigentes, projetamos novas leis e as submetemos ao Congresso.

Procedemos de igual maneira no acêrto de antigas controvérsias do Estado argentino com cidadãos e emprêsas do exterior do país. Aplicamos a lei e respeitamos os compromissos contraídos inclusive quando sua aplicação contrariava os interêsses do fisco. Assim reconquistamos o respeito do mundo para nossa nação. Erigimos o reinado incondicional da lei ainda nos casos em que nos defrontamos com conspiração antinacional, intriga internacional do comunismo e dos monopólios e a criminosa atividade de perigosos desajustados sociais e políticos.

Sustentamos a intangível vigência do direito americano em Punta del Este. Com isso não quisemos aprovar a conduta do govêrno cubano, que qualificamos dura e categòricamente, e que representa de maneira exata a antípoda do processo democrático e cristão que nós argentinos estamos consolidando. Quisemos, sim, defender a tôda a América do perigoso precedente de vulnerar, ainda num caso isolado, os princípios permanentes do Direito Internacional para que a Argentina tem contribuído tão grandemente a elaborar. Consideramos que os princípios de não intervenção e de autodeterminação dos povos são os únicos capazes de resguardar a soberania dos Estados, especialmente das nações pequenas do Hemisfério.

A história demonstrará que as nações que se negaram a infringir êsses princípios salvaram a inviolabilidade da América frente a qualquer eventualidade futura de agressão franca ou encoberta. E quando se aplaquem as paixões e a impaciência dêstes dias, os mesmos que não escutaram a serena advertência que essa atitude significava, reconhecerão que ela respondeu aos mais altos e permanentes interêsses da liberdade e da soberania das nações americanas. Repito, com absoluta convicção, que a conduta internacional do govêrno corresponde exatamente à sua gestão na ordem interna. Presido um govêrno que faz respeitar a ordem, que proteje a propriedade e estimula a iniciativa privada, que garante as liberdades democráticas e acata a vontade popular, preserva a concepção cristã dos direitos humanos e não tolera diminuição alguma da soberania nacional.

Na defesa total dêsses princípios estão comprometidas minha honra e minha vida. A honra e a vida de um governante que não permitirá jamais um govêrno títere. Êste govêrno aspira a uma única recompensa: o respeito do seu povo. E aspira a ser digno dos sacrifícios que está realizando êsse povo para conquistar sua efetiva independência e assegurar o bem-estar moral e material de todos os habitantes do país.

Não seríamos dignos dêsse povo se negociássemos ou declinássemos a sua soberania.

O povo argentino está vencendo as sucessivas batalhas da sua libertação. Os frutos visíveis do seu esfôrço, unidos ao claro instinto nacional que o distingue, o determinam a apoiar — com crescente firmeza, demonstrada nas ci-

fras dos últimos comícios — a obra do govêrno e a sua insubordinável conduta internacional. Na medida em que o povo triunfa, os políticos que não confiam nêle se ofuscam e se lançam desesperadamente a provocar a quebra de uma legalidade democrática, na qual estão definitivamente derrotados. Qualquer pretexto resulta útil para provocar a derrocada do govêrno constitucional.

Eu assumo a responsabilidade de denunciar perante o povo êsses políticos que se apresentam como apóstolos da democracia no âmbito mundial, mas que estão empenhados em acabar com a democracia da sua própria pátria. Agitam o fantasma da suposta claudicação do govêrno ante o comunismo, com o único e oculto propósito de implantar uma ditadura no país.

Allá ellos nos seus planos liberticidas. Porém como argentino, tenho a obrigação de assinalar essa confabulação que tem por objeto criar o clima de mêdo e da tirania. O que não se atrevem a expôr no curso limpo e aberto do comício, êsses políticos o destilam na *trastienda* antidemocrática da conspiração. Sabem que se consultam o povo, o povo repudiará os políticos frustrados e os aventureiros ressentidos que conspiram contra os mais altos e dignos interêsses e ideais da sua pátria. Estão conspirando contra a legalidade constitucional precisamente quando essa legalidade se afiança na República e se faz respeitar no mundo.

Estão dispostos a lançar a nação no caos precisamente quando a nação está dando o salto definitivo para a sua grandeza.

As futuras gerações marcarão a fogo o nome dêsses políticos inimigos da união e da grandeza do seu próprio país. Porém não nos equivoquemos ao definir êsses agentes do caos. Êles não se movem sòmente na defesa das suas posições políticas ameaçadas ou das suas ambições pessoais. Respondem a um quadro mais amplo e sinistro: a conspiração mundial dos elementos reacionários que se opõem à libertação e ao desenvolvimento dos nossos povos, porque preferem mantê-los na sua condição colonial. Prova de que essa conspiração responde a um comando unificado é que repetem seus argumentos em diferentes latitudes: certos órgãos de opinião argentinos acusam o nosso govêrno de ser instrumento da diplomacia brasileira; alguns diários do Brasil acusam o seu govêrno de marchar ao vaivém da diplomacia argentina.

Nos próprios Estados Unidos certa imprensa acusa de apaziguamento ao presidente Kennedy, e também o acusa de considerações exageradas às posições da Argentina, Brasil e México. Em tôdas as partes a mesma dialética confusionista, a mesma ofuscação, as mesmas calúnias.

Não é o povo norte-americano o motor dessa conspiração internacional contra o desenvolvimento e a soberania da América Latina.

Os arquitetos dessa conspiração mundial são certos interêsses agressivos, os mesmos que combateram a Franklin Roosevelt até à sua morte, os mesmos que se burlam da concepção idealista e autenticamente democrática do jovem presidente dos Estados Unidos; os monopólios que o ex-presidente Eisenhower na sua mensagem de despedida, em janeiro do ano passado, denunciava como ameaças à liberdade e ao processo democrático do povo norte-americano.

Êsses setores reacionários conspiram para minar a confiança dos norte-americanos nas suas instituições e no seu govêrno, e conspiram com seus agentes diretos ou indiretos nos países da América Latina, para animar a insurreição contra os governos nacionais que lutam pela dignidade e a independência dos seus povos. Compreendo os

móveis dêsses grupos da reação internacional. E o povo argentino também os compreende, e sabe que aquêles que se prestam a secundá-los acreditando servir à causa da liberdade no mundo, enganam-se profundamente porque na realidade servem à destruição da liberdade de sua pátria.

Êsses políticos equivocados são, em nosso país, uma minoria, e estão ofuscados. Porém, se devo enfrentar uma situação de perigo, para a dignidade da República, hei de morrer na defesa dessa dignidade. Que não fique dúvida alguma dessa determinação.

Não sou apenas o presidente constitucional dos argentinos. Sou um homem do povo que tem o orgulho de pertencer a um povo que não quer ser traído nem entregue.

O povo argentino, guiado por Deus, prosseguirá a sua macha inelutável para sua felicidade e sua grandeza. Nessa marcha o acompanharei sempre, sem mêdo nem jactância. Sem renúncias nem impaciências. Dêle tenho recebido sempre inspiração e fé. Com o povo sinto-me amparado e seguro porque o povo argentino não renuncia nem retrocede jamais.

LIVROS

LAS NACIONES QUE SURGEN — SU DESARROLLO Y LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS — *F. M. Bator, D. L. M. Blackmer, R. S. Eckaus, E. E. Hagen, D. Lerner, M. F. Millikan, I. de Sola Pool, L. W. Pye, P. N. Rosenstein Rodan, W. W. Rostow* — Fondo de Cultura Económica — 1ª edição, México, 1961.

Eis um livro que nos mostra a importância que assumem, modernamente, as ciências sociais e o caminho que seguem em demanda de um estágio de perfectibilidade desejável, chegando a ultrapassar duas de suas etapas: a de coleta e a de análise dos dados. Em outros têrmos a pesquisa pròpriamente dita, para atingirem a 3ª etapa peculiar à sociologia e ciências afins, isto é, a síntese final e, o que é muito mais significativo, a síntese interpretativa aplicada a um dos temas atuais das relações internacionais: o desenvolvimento social, econômico, político e psicológico das nações consideradas subdesenvolvidas. Limita-se o seu conteúdo à parte de síntese, que engloba uma série de dados obtidos por pesquisas feitas desde alguns anos, por peritos em problemas e fenômenos humanos, nas várias perspectivas visuais que lhes podem abarcar a sociologia, a economia, a antropologia, a psicologia e a ciência política.

Sua finalidade é uma tentativa de compreensão das fôrças atuantes no processo de mudanças sociais, políticas, econômicas e psicológicas operadas nos países ditos subdesenvolvidos, sob o impacto da modernização que atravessam ou estão em vias de atravessar, para formulação da política ideal a ser seguida pelo Govêrno norte-americano. Assinale-se, como esclarecimento, que a unidade da obra sòmente foi conseguida pelo seminário que reuniu os onze cientistas sociais e lhes permitiu a troca e o ajuste de opiniões, o que teria sido totalmente impossível se, ocasionalmente, a cada um dêles tivessem cabido artigos específicos dentro de suas especialidades. Desta forma, o que fica acentuado numa "advertência prévia" dos editôres, sacrificaram-se ao todo os pensamentos particulares dos autores.

Vejamos, porém, quais as diversas e profundas dificuldades deparadas pelo grupo de autores, algumas por êles mesmos mencionadas, outras por nós apresentadas para, finalmente, con-

siderarmos os aspectos principais num resumo da obra, proporcionando aos nossos leitores a oportunidade de concluírem pelo seu próprio juízo crítico.

O livro pretende um ajuste entre os interêsses vitais norte-americanos e os dos países subdesenvolvidos, ajuste difícil, porquanto se terão de levar em consideração as transformações que sofrem êsses países, inclusive influenciados pela própria cultura norte-americana, e, também, as mudanças observadas nos Estados Unidos da América por seu turno sob o influxo da cultura das outras nações. Daí o desejo manifestado, na página 10, de que "... a influência dos E.U.A. se exerça para ajudar essas sociedades a moverem-se em direções compatíveis tanto com seus próprios interêsses a longo prazo, como com os nossos". Em suma, fornecer os métodos corretos para os E.U.A. conciliarem, através da persuasão e não da fôrça — que em passado não remoto êles utilizaram —, a sua política com a dos países que se elevam política, econômica e socialmente; a fim de conciliarem o seu conceito de democracia com o que julgam êsses países devam possuir. Evidentemente, há o perigo de não acertarem na análise dos interêsses que movem os outros países, uma das dificuldades que podemos apresentar, mas de que julgamos ficaram libertos, quase de todo, os cientistas sociais que constituíram a equipe do Centro de Estudos Internacionais do *Instituto Tecnológico de Massachusetts que, a pedido* da Comissão de Relações Exteriores do senado norte-americano, desenvolveu êsse importante estudo. Talvez, mesmo, sejam essas as razões que os levaram a desculparem-se no prefácio, usando do conhecido argumento da excessiva juventude das ciências sociais, um outro indiscutível obstáculo que tiveram de superar.

A sua 1ª parte preocupa-se com as linhas mestras do processo de mudanças, sublinhando-lhe as características diversificadas em face da semelhança de história, cultura, economia e posição geográfica de cada um dos Estados a serem focalizados. Por fim, procura isolar os traços comuns porventura existentes no processo de mudança e os pontos chaves, susceptíveis de influência exterior, a serem visados pela ação norte-americana. A 2ª parte é dedicada à política pròpriamente dita e liga-se intimamente à parte inicial, mas disso voltaremos a tratar mais adiante.

Era de se esperar que na 1ª parte, os autores fôssem mais *precisos, pois as ciências sociais do grande país do Norte* possuem cabedal científico suficiente para desvendar os meandros dos processos de transformação das sociedades em questão, conquanto explicáveis os equívocos da 2ª parte quando, no mo-

mento de conciliar os interêsses de seu país com o das outras nações, viessem a fazer uma análise forjada antes nos ideais da política *yankee* do que nas necessidades da comunidade dos povos subdesenvolvidos, o que se explicaria pelo patrocínio da Câmara Alta norte-americana. A sociologia moderna tem-se dedicado ao estudo da implicação do patrocínio de uma instituição qualquer nos resultados de determinada pesquisa.

Não raro, tal patrocínio é um fator limitativo quando não à constatação da realidade, pelo menos à sua manifestação.

Inicialmente, no 1º capítulo da 1ª parte, dão-nos os mencionados cientistas uma visão do que chamam de sociedades tradicionais nas quais apontam sociedades as mais díspares possíveis, desde as mais primitivas, formadas por nações tribais africanas, às mais adiantadas ou em franco processo de desenvolvimento, como o Brasil. Por isso, subdividem-nas em 3 tipos principais: oligarquias neotradicionais, oligarquias em transição e oligarquias ativamente modernizantes, ao tratarem especificamente das motivações políticas. As primeiras compreendem Estados como Arábia Saudita, Jordânia, Laos, Yemen que, eventualmente, podem vir a aceitar símbolos ocidentais mas que repousam fortemente numa estrutura autoritária da sociedade, faltando-lhes o adequado aparato burocrático com vista à modernização. As segundas, geralmente, foram antigas colônias e compreendem, paradoxalmente, reduzido número de líderes ou, então, uma superprodução de intelectuais ocidentalizados. Vivem, os seus líderes, o dilema da orientação para a modernização ou para a mantença dos costumes, *folkways* e *mores* tradicionais. Faltam meios políticos eficazes para a mudança de chefes e governantes. A fé cega nos seus destinos dos primeiros anos de independência tem sido substituída por uma maior consciência das suas próprias limitações. Abrangem os novos países da África de pequeno número de líderes e com instituições ocidentais muito frágeis e Estados como Paquistão, Birmânia, Tailândia e Vietnam em que o poder nacional é exercido predominantemente por uma minoria oligárquica a qual não dispõe de fôrças suficientes para substituir o restante das estruturas sociais. Afinal, as oligarquias ativamente modernizantes que contam em seus quadros com elementos integrados no espírito da mudança, estão representadas pelo Brasil, México, Índia, Turquia e Colômbia. A respeito das mesmas é importante manter-lhes o ritmo de desenvolvimento econômico, político e social e garantir-lhes que as limitações físicas e a escassês financeira não dificultem ou impeçam o seu desenvolvimento.

Como deixamos transparecer, o processo modernizante ora é causa ora efeito de transformações econômicas, políticas, psicológicas e sociais, muito embora nenhum dos elementos seja predominante, ou melhor, determinante, para o seu advento. Entretanto, é dada uma pequena ascendência aos câmbios econômicos o que, modernamente, para as ciências sociais, é ponto pacífico, apesar de isso não significar, em hipótese alguma, a vitória do Materialismo Histórico sôbre as concepções científicas, que atribuem à economia apenas o caráter condicionante e jamais determinante.

Elementos políticos vimos alguns acima na subdivisão das sociedades e portanto não mais nos preocuparemos dos mesmos. Os psicológicos mostram-nos a importância dos indivíduos insatisfeitos com a situação dos seus países principalmente quando são líderes e intelectuais formados e preparados nos países colonizadores. Tornando-se frustrados estão prontos, sempre que existam possibilidades adequadas, a mudarem o *statu quo*. Dos sociais e antropológicos citam o crescente nacionalismo, incidente, a princípio, nas elites, mais tarde nas populações urbanas e, finalmente, sôbre as populações campesinas; o contacto cultural mais assíduo em face das maiores disponibilidades de meios de comunicação e de transportes; a dicotomia disjuntiva entre os elementos conservadores do campo e as elites urbanizadas; os processos de urbanização, industrialização e burocratização e suas conseqüências sôbre a estrutura das sociedades. Entre os econômicos pontificam: a industrialização, a urbanização, a concentração dos govêrnos em programas de desenvolvimento econômico. Entretanto, de maior importância é o fato de que as mudanças econômicas são a garantia requerida na satisfação dos novos desejos, das novas necessidades, quer as primárias, quer as secundárias que aumentam, hodiernamente, em progressão geométrica em função do contacto sócio-cultural. Por serem os fatôres de maior proeminência na modernização, a elas é que mais se ligam as políticas recomendadas ao senado americano, as quais pretendem radicais reformas e *a ajuda das nações econômicamente mais sólidas quanto à* ampliação dos recursos humanos existentes, à criação de serviços básicos de transporte, de comunicações, irrigação e energia além de uma modificação profunda do setor agrário.

A fórmula encontrada para a consecução de um desenvolvimento mais rápido, justificável para a eliminação do atraso de umas sociedades com respeito a outras, inclui câmbios a serem processados num breve espaço de tempo a contrastarem

com os decênios e, por vêzes, séculos percorridos na consecução dêsse escopo pelos países desenvolvidos. Destarte, legitima-se, hoje, mais do que nunca, a ação governamental, através de um planejamento profícuo e a suplementação do capital estrangeiro em quantidade e sob condições estipuladas pelos países interessados, afora a necessária ajuda técnica internacional.

Na última parte do livro, a política indicada obedece ao que foi delineado anteriormente e à divisão estabelecida dos 3 tipos de "sociedades tradicionais". Como as "oligarquias neotradicionais" não possuem condições para uma programação ampla de desenvolvimento e para a aplicação de grandes quantidades de capital, a política recomendada será a de educação dos recursos humanos em larga escala, após o que as sociedades se habilitarão a atingir as outras fases do desenvolvimento. Os recursos estrangeiros postos à sua disposição deverão estabelecer quais as tarefas prioritárias no setor estatístico, em estudos e projetos de mão-de-obra, de ensino, de sanidade e, ainda, na determinação das condições agrícolas e das disponibilidades de recursos. A filosofia de ação será proporcionar--lhes um espírito de integração nacional pela supressão de antagonismos de classes, de grupos e de indivíduos para que a modernização não seja privilégio nem encargo de poucos, mas de todos. O perigo das mudanças modernizantes das estruturas da sociedade exigirá sacrifícios imensos dos cidadãos e o auxílio dos E.U.A. para que os problemas se resolvam satisfatória e democràticamente. Aos Estados Unidos da América caberão evitar que êsses Estados enveredem por aventuras exteriores de quaisquer classes mostrando-lhes "que perderão a sua simpatia e que arriscarão as suas próprias perspectivas de um desenvolvimento ordenado".

Nas sociedades em transição o progresso é maior porque é maior a disponibilidade de mão-de-obra e de capital social mas as mudanças econômico-sociais produzem-se desordenadamente. Há um setor urbano bem modernizado e um setor rural atrasado, sendo pequena a integração do primeiro com o segundo. Coexistem, em muitos dêles, várias estruturas político-sociais modernas mas não existem normas eficientes para pô-las em funcionamento. Uma das tarefas da política norte-americana será fazê-las compreender que é de interêsse fundamental exigir das suas burocracias uma melhor produtividade. Induzir, outrossim, os governantes a substituírem os ex-funcionários colonizadores na função de conselheiros e guias do povo, fornecendo-lhes os meios técnicos indispensáveis para tal. Caberia, também, aos E.U.A. auxiliar em programas de reforma agrária que compreenderiam.

não sòmente a redistribuição das terras, mas também a sua complementação com o crédito rural supervisionado e a assistência técnica à agricultura.

Na última fase encontram-se Estados como o Brasil, a Índia e o México, que já percorreram grande parte do caminho em demanda da modernização estrutural. Seus objetivos atuais consistem em suprir as suas crescentes necessidades de capital econômico e financeiro, manter a unidade funcional em tôrno de um programa nacional de modernização e simultâneamente descentralizá-lo, estendendo-o ao maior número possível de grupos sociais. O capital, obtido de acôrdo com as suas necessidades e prerrogativas nacionais, será empregado nos programas, tanto os públicos quanto os privados, de desenvolvimento econômico-social. Aos E.U.A. caberão dar-lhes o apoio financeiro e técnico indispensável até que as suas economias atinjam o ponto de crescimento automático e independente. Como nelas subsiste o perigo de os governantes utilizarem-se de meios excessivamente autocráticos e centralizantes, os E.U.A. deverão firme, mas amistosamente, comunicar-lhes as suas convicções na "fôrça e na potencialidade das sociedades verdadeiramente abertas e pluralistas".

Célio J. Alves

ORIGENS DA GUERRA FRIA — *J. F. Morray* — 357 págs. — Rio de Janeiro 1960.

O livro de J. F. Morray examina uma série de acontecimentos internacionais, através dos quais o autor pretende explicar a guerra fria, *tarefa extremamente difícil*, sem dúvida, porque os desentendimentos entre as nações nem sempre residem nas idéias gerais ou nas ideologias em conflito, mas numa cadeia de pequenos atritos, de interêsses contrariados, na esfera comercial, política e militar. O autor, apesar de considerar a guerra fria uma resultante do choque de ideologias, não desprezou a importância dêsses detalhes e, no curso de tôda sua obra, cita entrevistas, artigos e discursos de estadistas e intelectuais, na medida em que servem a sua interpretação dos fatos e o seu pressuposto de verdade, que não condizem, *aliás*, com a versão corrente dada a êsses fatos e a êsses acontecimentos, no hemisfério ocidental.

Os fatos enunciados constituem um vasto número de questões internacionais em pauta, tôdas muito importantes, distribuídos em três capítulos, e englobam problemas como o do desarmamento, do contrôle da energia nuclear e da organização dos Governos na Europa Centro-Oriental, à luz da Conferência de Ialta. Morray, como é próprio da objetividade, não examina,

evidentemente, a guerra fria *à la antique* e não se põe a insultar russos, americanos ou inglêses; apresenta os fatos, apenas ao apresentá-los, alinha-os de modo a favorecer os seus pontos de vista, o que embora não seja muito objetivo, é compreensível e natural. Em certo sentido, poderíamos, pois, dizer que o próprio autor não escapou aos efeitos da guerra fria...

O exame dos acontecimentos que culminaram na caracterização do fenômeno da guerra fria, começa a partir da formação do govêrno provisório da Polônia, em 1945. A esta época, já existia bastante divergência entre os ocidentais e os soviéticos sôbre a solução do problema polonês de após-guerra. O chamado espírito de Ialta principiava a não mais presidir o curso das negociações Leste—Oeste e Roosevelt chamou a atenção de Stálin para essa particularidade, enviando-lhe telegrama, no qual se opunha a que o Govêrno de Lublin-Varsóvia viesse a constituir a base do novo govêrno provisório. Mas Roosevelt faleceu antes que as negociações terminassem e o diálogo Ocidente—U.R.S.S. passou, então, a ser travado entre Churchill e Stálin.

Churchill, por seu feitio temperamental, era um homem com muito menos vocação para negociar e fazer acordos do que Roosevelt. Tendo sido o ídolo do seu país, numa emergência nacional, e havendo a Inglaterra, que êle simbolizava, vencido a guerra, nada mais natural que êle, primeiro, não esquecesse o fracasso de Munich e, segundo, que em conseqüência, se cingisse aos mesmos métodos rígidos e inapeláveis que haviam feito dêle um bom Primeiro Ministro durante a Segunda Guerra Mundial. Dentro dos princípios que considerava verdadeiros e das linhas de ação que julgava adequadas, Churchill era um obstinado. A obstinação de Joseph Stálin não era menos extraordinária. Subjacente ao clima da guerra fria, que despontava, havia, pois, o conflito de personalidades. Ambos vultos marcantes em seus respectivos países, em períodos cruciais da história, não cederiam, nem dariam a impressão de ceder. Em que pesem as ideologias, o autor não esqueceu, pois, o drama dos heróis do nosso tempo que, a despeito de tudo, sobreviveram ao combate ao culto da personalidade e presidiram ao desenrolar dos acontecimentos que intensificaram a tensão mundial existente.

Em linhas gerais, as queixas recíprocas britânico-russas, na maré montante da crise européia, sucederam-se. E, coroando êsses graves atropelos de convivência incômoda, veio o célebre discurso de Churchill, em Fulton, nos Estados Unidos, em que uma das partes passou das acusações às ameaças veladas de uso da fôrça e fêz uma alusão bastante infeliz à pretensa superiori-

dade das nações de língua inglêsa, alusão que Stálin, astuto, explorou convenientemente, em sua entrevista de 13 de março de 1946 ao "Pravda", quando observou: "as nações derramaram seu sangue no curso de uma sangrenta guerra de cinco anos pela liberdade e a independência de seus países, e não para trocar o domínio de Hitler pelo de Churchill. É muito provável, por isso, que as nações que não falam a língua inglêsa e que constituem a grande maioria da população mundial, não concordem em se submeter a uma nova escravidão..."

A partir daí, o diálogo Leste—Oeste assumiu um tom cada vez mais duro e mais áspero e ir-se-ia processar não mais dentro do espírito de Ialta, mas sob os auspícios da Doutrina Truman e da agressividade verbal russo-americana. Mas Morray parece-nos que se preocupou demasiado com o aspecto político da crise mundial e, isolando os dois ângulos, o militar e o político, não soube, depois coordená-los num capítulo geral e de conclusão, que desse ao leitor uma perspectiva mais ampla dos fatos expostos. Para efeito de exame, separou dois aspectos superpostos e não mais os uniu. De modo que, sòmente de passagem, e, numa citação de Churchill, transparece clara a influência do fator estratégico, na abordagem do problema da Europa Centro-Oriental quando o ex-Primeiro Ministro britânico lembra a Stálin, que não passam de corredores de comunicação e teatros de guerra, países como a Bélgica e a Polônia, acentuando que "todos devem reconhecer a fôrça dessas considerações sem as quais os grandes não podem operar". Ora, o reconhecimento dessas "considerações" interessava vivamente a Stálin, que se apressou em responder ao estadista inglês, refrescando-lhe a memória sôbre a importância dêsses "corredores" para a U.R.S.S., explicando textualmente que: "... É preciso não esquecer as circunstâncias seguintes: os alemães invadiram a U.R.S.S., através da Finlândia, Polônia, Rumânia, Bulgária e Hungria. Os alemães puderam invadir tais países porque, na época, nêles existiam governos hostis à União Soviética..."

Em outras palavras, ao resolverem os problemas políticos suscitados pelo conflito de interêsses Leste-Oeste, os dois velhos líderes não estavam, na realidade, senão agindo como prisioneiros de uma concepção estratégico-defensiva decorrente das experiências atrozes da *Blitzkrieg* germânica de 1938. Morray não realça, nas citações que faz, nem nos seus rápidos comentários, essa obsessão soviético-inglêsa — e também franco-americana, e dos países vizinhos da Alemanha — mas destaca apenas os penosos *entreveros*, na guerra fria, dos homens de govêrno, com as usuais acusações, de um lado, de tirania, domínio da Europa

Oriental, pelos comunistas, supressão da liberdade, pelo Ocidente, e do outro, de imperialismo, fascismo e provocação de guerra pela União Soviética.

Dos fatos apresentados pelo autor, observa-se que, em Ialta, não prevaleceram considerações de ordem humana, ou de natureza jurídica, geográfica ou histórica, nem os problemas mereceram, sequer, o mais leve tratamento ético, como depois, tardiamente, lamentava Churchill, em Fulton, quando procurava extrair vantagens políticas de um fato consumado para o qual contribuíra; em Ialta, prevaleceram, sim, considerações estratégicas e as grandes potências estavam plenamente conscientes disso. As fronteiras germano-polonesas, por exemplo, delimitadas em favor da Polônia, com anuência da U.R.S.S., Inglaterra e Estados Unidos, foram delimitadas, assim, porque a U.R.S.S. julgava essencial à defesa de suas próprias fronteiras a posse de uma parte da Polônia Oriental.

Morray esgota tôda a primeira parte do seu livro analisando as questões suscitadas pela controvérsia anglo-norte-americana--soviética sôbre a constituição dos governos dos países da Europa Centro-Oriental, à luz do acôrdo de Ialta e da Conferência da Criméia. Nas áreas de influência soviética era com visível esfôrço que os ocidentais conseguiam que os não comunistas participassem dos governos; do mesmo modo, nas áreas onde os Estados Unidos ou a Inglaterra podiam exercer pressão, dificilmente os comunistas teriam a mesma oportunidade. Na Polônia, a administração estabelecida pouco diferiu da que existia sob o regime Lublin—Varsóvia; personalidades do Govêrno no exílio muito a custo conseguiram transladar-se para o seu país de origem, e mesmo homens notáveis como Mikolajezy, que não havia concordado com as novas fronteiras orientais da Polônia, sòmente após muitas gestões do Govêrno de Londres, lograram regressar ao território polonês. Em compensação, na Grécia, e na Bélgica, os ocidentais tomaram as suas providências: a intervenção dos britânicos, a princípio, e, posteriormente, dos americanos, nos assuntos internos gregos, para salvar a democracia, contribuiu para instaurar uma tirania militar.

O mundo marchou, assim, para uma divisão inevitável. A partir daí, a imprensa, os discursos políticos, as agências telegráficas começaram a falsear os fatos em função da divergência Leste-Oeste, e, nos respectivos campos, a colorir a realidade com diferentes matizes ideológicos. Tornou-se, igualmente, impossível aos líderes nacionais, a esta altura, furtarem-se à pressão dos acontecimentos. O que afirma o autor sôbre a situação de Byrnes, nos Estados Unidos, parece típico dessa atmosfera: "Byrnes

começava a sentir o dente agudo da ingratidão, daqueles que desconfiavam, por tudo, das negociações realizadas com os soviéticos em têrmos da aliança de guerra. Embora êle, como Churchill, desejasse "um progresso sôbre Ialta", usava ainda expressões conciliatórias e media sua atuação em têrmos de acordos obtidos, um teste falso para os que receavam acima de tudo novas Ialtas. O contraste entre o relatório de Roosevelt ao Congresso sôbre Ialta e os discursos de Byrnes sôbre as relações com a U.R.S.S. é notável. Mesmo assim, não era bastante grande para satisfazer o grande número de congressistas e grande parte da imprensa, e atrás dêles, devemos supor, os muitos industriais influentes que emitem suas opiniões em particular, mas com eficiência. Sob a acusação devastadora de "apaziguamento", a política norte-americana foi pressionada por essas fôrças a ir mais longe, distanciando-se do Byrnes de janeiro de 1946, na mesma proporção em que êste já estava de Roosevelt. A política norte-americana aceitara a guerra fria como um fato".

Morray começa a segunda parte do seu livro com o exame do Plano Baruch, que não é senão a proposta contida no relatório Acheson Lilienthal sôbre o contrôle da energia nuclear apresentada às Nações Unidas pelo financista norte-americano Bernard Baruch. A 15 de novembro de 1945, os três países que haviam colaborado na bomba atômica emitiram uma declaração, em Washington, assinada pelo Presidente Truman, Primeiro Ministro Attlee e Primeiro Ministro Mackenzie-King do Canadá. Afirmava-se, nesse importante documento, entre outras coisas, que: a) a inexistência de defesa militar adequada contra as novas armas; b) a deliberação de só serem fornecidas aos demais países *informações científicas básicas;* c) a resolução de impor restrições à divulgação dos conhecimentos, no campo industrial, porque êstes levariam, necessàriamente, aos conhecimentos que possibilita sua aplicação, na esfera militar. Estas deliberações, evidentemente, visavam, primeiro, a garantir o monopólio da bomba atômica para as potências ocidentais e, segundo, obter resultados satisfatórios para o Ocidente nas futuras negociações com a União Soviética.

Essa superioridade ocidental não pareceu impressionar os russos que, em dezembro de 1945, concordaram com a criação de uma Comissão de Energia Atômica pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Esta Comissão trataria dos problemas atinentes à segurança mundial, perante o Conselho de Segurança, onde a U.R.S.S. dispunha do direito de veto. Com efeito, a 27 de dezembro daquele ano, era celebrado um acôrdo sôbre a matéria, tendo por signatários, em nome dos seus respectivos países

Byrnes, Bevin e Molotov. Seguiu-se, a 24 de janeiro do ano de 1946, uma resolução atribuindo à Comissão o exame: "... dos problemas suscitados pela energia atômica e outros assuntos correlatos..." Em particular, a Comissão fará propostas específicas: a) para a extensão, a tôdas as nações, do intercâmbio de informações científicas básicas para finalidades pacíficas; b) para contrôle da energia atômica na proporção necessária para assegurar sua utilização exclusiva com objetivos pacíficos; c) para proteção eficiente, pela inspeção e por outros meios, para salvaguardar os Estados signatários contra possíveis violações e subterfúgios.

Mas o Plano Baruch, como observa o autor, padecia de graves defeitos. Não levava em consideração a soberania dos países que pretendia controlar, e, conseqüentemente, não podia tolerar o direito de veto pela União Soviética, e, como isso não bastasse, o pessoal para a Autoridade que o Plano se propunha a criar seria *em bases internacionais*. Apresentava-se, assim, uma proposta, que pelo seu conteúdo faccioso, estava fadada ao fracasso, desde o início e não passava de uma peça a mais, no jôgo internacional da guerra fria. A União Soviética jamais faria concessões em pontos que ela vinha considerando há muito tempo fundamentais para a sua participação, não sòmente na Organização das Nações Unidas, como em qualquer discussão sôbre problemas internacionais. Os ocidentais sabiam perfeitamente disso e os líderes americanos e inglêses, quando apresentavam proposta semelhante não procuravam senão dar a impressão de que pretendiam acordos, por menores que fôssem, que pudessem dar a impressão de "apaziguamento". Para não "apaziguar", recorria-se à ameaça. O Dr. J. Robert Oppenheiner, no número de janeiro de 1948 da publicação americana *Foreign Affairs*, assim resumia os objetivos gerais do Plano Baruch: "O problema tal como existia, no verão de 1945, era usar nosso conhecimento da energia atômica e o desenvolvimento a que o havíamos levado, com a esperança e a ameaça que encerravam, implicitamente para ver se, nessa área, as barreiras internacionais poderiam ter derrubadas e estabelecido um novo padrão de cooperação que contribuísse para a paz do mundo..."

Mas essas ameaças — como a dos soviéticos quando desencadearam, recentemente, uma série de explosões atômicas — não tiveram o efeito psicológico esperado e os debates prosseguiram inflexíveis e sem qualquer vislumbre de espírito conciliatório, nem mesmo dos negociadores que representavam um país que não partilhava do segrêdo da bomba atômica. O próprio Stálin deu provas cabais de que não se deixara intimidar, quando, em en-

trevista de 24 de setembro de 1946, ao *Times* de Londres, declarava: "Não acredito que a bomba atômica seja uma fôrça tão séria como certos políticos estão inclinados a considerar. As bombas atômicas são destinadas a intimidar nervos fracos, mas não podem decidir o resultado da guerra, pois não bastam para tanto. É certo que a posse monopolista do segrêdo da bomba atômica seria uma ameaça, mas existem pelo menos dois remédios para ela: a) a posse da bomba não pode ser monopólio por muito tempo; b) o uso da bomba atômica será proibido".

Em outras palavras, com mêdo de repetir Chamberlain, procurava-se imitar Hitler, na ânsia de lograr resultados positivos, mesmo por métodos não democráticos. Andrey Gromiko imediatamente procurou tirar partido do monopólio atômico anglo-norte-americano e comentando o Plano Baruch observou: "As propostas dos Estados Unidos sôbre o contrôle partem da premissa errônea de que os outros Estados devem ficar relegados ao segundo plano durante o exercício, pelos órgãos de contrôle, de suas funções de contrôle e inspeção..." As acusações mútuas entre as grandes potências, nesse clima de suspeita e de irredutibilidade, não cessavam. A U.R.S.S. propôs uma emenda ao Plano nos seguintes têrmos: "O tratado ... determinará a destruição dos estoques de armas manufaturadas e a utilização do combustível nuclear nelas contido para fins pacíficos exclusivamente". O texto original falava em "que as bombas existentes serão dispostas de acôrdo com os têrmos do tratado". Sôbre êsse detalhe, pela primeira vez, teve a U.R.S.S. a seu favor a maioria mecânica que sempre concede a vitória aos ocidentais. Os soviéticos não resistiram ao impacto do êxito e procuraram explorá-lo até às suas últimas conseqüências. Resultado: a nuvem de suspeita, mais uma vez, desceu sôbre os negociadores e os Estados Unidos convenceram os seus aliados a manter a inflexibilidade anterior.

O plano apresentado pela União Soviética constituiu outra prova de que uma discussão entre grandes potências antagônicas não pode ter êxito, sem que terceiras nações, de política internacional independente, tomem parte nos debates. Se o Plano Baruch visava o monopólio da bomba atômica e fazia ameaças com ela, o Plano Soviético objetivava a destruição dessa formidável arma, da qual a U.R.S.S. não possuía ainda o segrêdo. Apresentada por Gromiko, na Comissão de Energia Atômica, a 19 de junho de 1940, a proposta russa queria nada menos que a Comissão "proibisse a produção e emprêgo de armas baseadas no uso de energia atômica". Os Estados signatários estariam obrigados a destruir seus estoques de bombas atômicas dentro de

três meses e, em caso de não cumprimento dêsse compromisso, seriam passíveis de "penalidades severas". A proposta seria bastante razoável se não visasse, apenas, à superioridade momentânea dos Estados Unidos. Como é praxe, porém, nas conferências internacionais, a objeção ocidental fingiu ignorar a verdadeira intenção Soviética, mas procurou demonstrar a impraticabilidade do plano apresentado sob o aspecto técnico. Evidentemente, os dois Planos não lograram êxito e apenas contribuíram para aumentar o número dos documentos de interêsse histórico, que, de vez em quando, atraem a atenção dos pesquisadores.

Na terceira e última parte do seu livro, Morray aborda os problemas do desarmamento e da segurança coletiva, às vêzes, surpreendentemente, com a visão curiosa de que o mundo que existe é o mundo que êle deseja e no qual já se podem perceber "políticas nacionais de desarmamento... em que o desarmamento é impôsto aos governos pela exigência popular..." em têrmos que lembram as *manchettes* ingênuas de alguns jornais extremistas retardatários. Não obstante, cedendo talvez a uma dialética própria, acrescenta mais tarde que "O receio popular das armas nucleares faz, portanto, do desarmamento um objetivo aparente, ao passo que, na realidade, o armamento nuclear continua crescendo." Forçoso convir, portanto, que o autor não consegue ser muito claro no que se refere à opinião pública mundial e que confunde, aqui, o real com o imaginário.

Tirante, porém certas *boutades* de otimismo de campanha pró-paz, o autor mantém-se fiel à realidade e os debates sôbre o desarmamento nas Nações Unidas, assinalando, amiúde, as intervenções nas discussões dos representantes das grandes potências — as únicas que se julgavam com direito a levantar a questão em 1946 — e examina as propostas anglo-soviético-americanas, favorecendo, pela exposição dos acontecimentos, opinião contrária à posição dos ocidentais. Após referir-se à inutilidade da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, comenta com discreta aprovação, o discurso proferido por Molotov, na Assembléia Geral da O.N.U. a 29 de outubro de 1946, em que o mesmo encaminhava à consideração dos seus colegas ocidentais um plano para "redução geral dos armamentos" e propunha "a adoção de uma resolução clara e simples". Em que consistia essa resolução? Ei-la, em síntese: "1. — No interêsse da consolidação da paz e segurança internacionais e de conformidade com os princípios e finalidades da Organização das Nações Unidas, a Assembléia Geral considera necessária uma redução geral dos armamentos; 2. — A execução da decisão sôbre a redução de armamentos incluirá, como objetivo principal, a proibição de produção e uso da energia atômica para fins militares;

3. — A Assembléia Geral recomenda ao Conselho de Segurança que tome medidas para a realização dos objetivos contidos nos parágrafos 1 e 2. A reação das potências ocidentais foi contrária à proposta soviética e o delegado britânico, Sir Hartley Shawcross, respondendo ao delegado russo insistiu sôbre a necessidade de um sistema eficiente de segurança coletiva. Os debates posteriores não se conseguiram libertar da controvérsia inicial: os soviéticos advogando um desarmamento geral e completo, anterior a qualquer plano de segurança coletiva; os Estados Unidos e a Inglaterra opondo-se a qualquer desarmamento antes da aprovação de um sistema de inspeção.

O comentário sôbre o desarmamento evolui, a seguir, para as discussões que se travaram no seio da Comissão Militar, comissão encarregada de dar cumprimento ao artigo 43 da Carta da O.N.U., pelo qual o Conselho de Segurança deveria dispor de um aparelho repressor de qualquer tentativa de perturbação da paz mundial e da segurança coletiva. Mais uma vez, as potências ocidentais e a União Soviética colocaram-se em posições opostas na execução da medida. O autor apresenta, então, em detalhe, as objeções russas de ordem técnica ao cumprimento do art. 43, que, como as justificações ocidentais, não passavam de racionalizações dos objetivos da estratégia geral da U.R.S.S. Morray assinala, ademais, em outra parte, os pressupostos das respectivas posições ocidentais e soviéticas: aos ocidentais interessava esmagar pela fôrça, se necessário, tôda e qualquer sublevação nacionalista violenta que irrompesse nos países subdesenvolvidos; à União Soviética, pelo contrário, interessava que essas revoluções se processassem e afastassem os países sublevados da esfera de influência ocidental.

Enfim, os chamados interêsses estratégicos gerais prevaleceram na consideração de todos os problemas suscitados pelo desarmamento: contribuições para o exército da O.N.U., localização de tropas, uso de bases no exterior, o prazo de retiradas das fôrças depois de completada uma operação, o fornecimento de equipamento militar e apoio logístico às fôrças de outros Estados, tudo debatido num clima de completo antagonismo, o que tornava impossível a viabilidade, e antes do que a viabilidade, a possibilidade de apresentação de uma fórmula conciliatória. E o desfecho dos acontecimentos, o autor caracteriza com estas palavras, sem dúvida, bastante exatas: "Êsse desacôrdo entre a União Soviética e as potências ocidentais sôbre os princípios que deveriam governar a arregimentação de fôrças para as Nações Unidas, dentro do artigo nº 43, não foi solucionado nunca. Continua a paralizar a Comissão Militar, hoje pràticamente morta e deixa o Conselho de Segurança sem fôrças próprias".

Nas discussões havidas na Comissão de Armamentos Convencionais, que começaram a 24 de março de 1947, as tentativas de acôrdo entre soviéticos e ocidentais não tiveram maior êxito. Mais uma vez, os ocidentais se ativeram às medidas de proteção, de fiscalização para garantir o desarmamento, enquanto os soviéticos insistiam sôbre a necessidade de uma redução de armamentos, fôrças armadas e produção bélica. Os representantes dos Estados Unidos e da Inglaterra sustentavam, além do mais, que "nenhuma medida para regulamentar e reduzir armamentos deveria ser adotada, enquanto as disposições para a segurança coletiva dentro do artigo 43 não tivessem sido concluídas". Em vão, em meio a êsse antagonismo inconciliável, a França, a Austrália e a Colômbia tentaram desempenhar um papel moderador, propondo a discussão simultânea dos problemas do dispositivo de segurança das Nações Unidas e do desarmamento. Os próprios planos de trabalhos ocidentais e soviéticos divergiam na ordem de discussão dos itens. E a ausência de um terceiro bloco de nações na O.N.U. mais uma vez, fazia-se sentir na hora da votação: o plano de trabalho ocidental foi aprovado com as abstenções apenas da U.R.S.S. e da Polônia. O mesmo jôgo de cartas marcadas ocorreu quando foram postos em votação os documentos apresentados pelos dois blocos consubstanciando sugestões sôbre "os princípios gerais para regulamentação e redução de armamentos e fôrças armadas". O projeto britânico foi aprovado por 9 a 2 pela Comissão e o Conselho de Segurança.

A par dos comentários sóbrios, mas não de todo neutros, o autor transcreve as propostas ocidentais e soviéticas sôbre o desarmamento na época e faz, igualmente, freqüentes citações dos discursos pronunciados nas Nações Unidas pelos representantes das grandes potências. O estudioso dos problemas internacionais encontrará nessas transcrições valiosos subsídios para a análise das causas e conseqüências da guerra fria e os leitores se beneficiarão, quando menos, em verem a interpretação do conflito Leste-Oeste sob novo ângulo. Ademais, sendo a democracia representativa, por natureza, um mosaico de ideologias, os leitores conservadores, sempre ciosos da "justiça da causa" das potências ocidentais, certamente não terão dificuldade em perdoar a Morray ter opinião contrária.

EL RETO DE AFRICA — *Ndabaning Sithole* — 228 páginas — Fondo de Cultura — Coleção TIEMPO PRESENTE — Primeira Edição em língua espanhola — México — 1961.

A atual fase histórica do continente africano tem-se constituído em fator de sérias preocupações das potências coloniza-

doras do Velho Mundo, por se tratar de uma região onde as suas populações vivem, no momento, a etapa mais aguda do seu processo de consciencialização nacional. Por outra parte, é um dos pontos focais da Política Internacional contemporânea, face à concorrência em que, de um lado, se situam os países europeus, em luta pela preservação dos seus domínios e de outro, as potências comunistas, tentando extraírem dividendos de uma situação que não pode perdurar, sem que disso decorram prejuízos morais e ideológicos para o mundo ocidental. El Reto de África é uma advertência.

Não raro, a minoria interessada em manter, ali, o estado atual de coisas apresenta a realidade daqueles povos na sua *forma mais simplista, forjando-lhes defeitos e lançando-os* à opinião pública mundial, numa tentativa de justificar uma dominação repelida pelas condições do mundo contemporâneo. El Reto de África é um libelo.

O livro torna-se tanto mais atraente quanto se sabe que o seu autor, apesar de nativo da África — Rodésia Meridional —, engrandeceu-o com a serenidade e profundidade da análise das *origens do nacionalismo dos povos africanos, cujas raízes* estão plantadas na História, na Economia, na Educação, na Política, na Psicologia e nos próprios ensinamentos europeus, que, naturalmente, exerceram uma função pedagógica, ao longo de sua dominação sôbre as populações negras. Não perdeu de vista as refutações aos conceitos emitidos sôbre os nativos da África, por parte dos que se limitam a superficialidades, quando encaram fenômenos da sociedade, cujas variáveis principais estão situadas fora do alcance do observador pouco integrado na realidade, pois lhe falta o mínimo de identificação ontológica com o grupo objeto de sua observação.

Sithole parte das condições internacionais da época dos preparativos para a Segunda Guerra Mundial, quando os europeus mostraram as intenções de Hitler como merecedoras de repúdio, pois o ditador alemão visava a dominação mundial, em prejuízo da Liberdade, da Justiça e da Democracia. Com isto, acrescenta Sithole: "deram-nos um instrumento de luta pela nossa emancipação".

O africano também viu a contradição entre as pregações democráticas, de liberdade e justiça dos europeus e a sua insistência em manterem os seus domínios sôbre os nativos colonizados. Os europeus, ao darem combate ao nazismo, puseram em

movimento poderosas fôrças que se voltaram contra os seus próprios desígnios de dominação na África.

O surgimento de países independentes como Israel, Líbano, Síria, Índia, Paquistão, Ceilão, Burma, Filipinas, Indonésia, também funcionou como exemplo digno de ser seguido pelos africanos em sua caminhada em demanda da sua libertação.

Outro testemunho do grau de consciência dos nativos está refletido na descoberta das sutilezas doutrinárias dos colonizadores. A violência, em parte, foi substituída por um processo mais ameno de subordinação, contido na solução ao problema da aceitação do negro pelo branco e inversamente. Para isso, os europeus lançaram mão de vários recursos, objetivando atacar pela base o nacionalismo, por êles considerado perigoso, visto como vêem nisso o fim da sua espoliação sôbre os negros.

Referindo-se a Portugal, o autor frisa que a política do assimilado ou civilizado visa tão-sòmente a levar o negro a considerar-se português de Portugal, quando êle quer ser, apenas, um africano de espírito integrado em sua comunidade nacional. O problema da independência política e econômica não está nas cogitações dos portuguêses.

A política da assimilação, posta em prática pelos franceses, difere, apenas, em forma, da portuguêsa, pôsto que os objetivos são os mesmos. A França apela para a concessão da cidadania sòmente aos pertencentes às camadas intelectualizadas das populações africanas, de onde os colonizadores recrutam uma parte dos homens do govêrno dos países dominados. O importante é a sua integração na cultura francesa.

Conquanto não se aceitem mais os métodos inglêses, Sithole considera-os os mais amenos, pois abre uma porta à independência de suas colônias, com a fixação de prazos para a sua libertação. A política do *apartheid* é considerada à parte, como o mais desumano colonialismo e como uma tentativa de retôrno da África do Sul ao tribalismo. Aqui, funcionam a segregação racial, política, econômica, social e mesmo geográfica, fator limitativo do surgimento de uma consciência nacional entre os sul-africanos. Quanto aos belgas, recorrem à concessão de certos direitos políticos àqueles que preenchem certos requisitos de ordem econômica, social, cultural e intelectual.

Para mostrar que tudo isto funciona em benefício de uma minoria, passa o autor a considerações de ordem econômica, tomando a economia como fator condicionante da mobilidade social geral. Mostra que o mecanismo de exploração foi montado para dificultar a mobilidade vertical e mesmo horizontal, em vários casos. A discriminação no pagamento por igual serviço aos ne-

gros e aos brancos na indústria e em vários setores das atividades econômicas, e a paga ínfima aos nativos impedem-nos de alcançarem um nível de vida que lhes permita a promoção social. Por outra parte, as limitações impostas ao cultivo da terra e à criação do gado, cujo número de cabeças não pode ultrapassar certo limite, reduzem as possibilidades de progresso econômico das populações negras. No que se refere à terra, aos nativos são reservadas as menores e piores áreas. O autor cita que apenas 13% das terras pertencem a 64% da população africana. Na Rodésia Meridional, para uma população de 2 milhões de habitantes, sòmente um têrço das terras pertence aos nativos. O restante é de propriedade de 180 mil brancos.

Tal injustiça na distribuição da terra gera o fenômeno da pressão demográfica nas áreas dos nativos, levando-os à imigração em massa para as áreas pertencentes aos brancos, onde trocam os seus serviços por ínfimos salários. A lei da oferta e da procura tem plena vigência no mercado de mão-de-obra das regiões de propriedade dos europeus e funciona contra as pretenções dos negros em obterem salários que, pelo menos, lhes atendam às necessidades de subsistência.

É evidente que a participação no poder político torna-se difícil ao nativo, impossível, até, a levar-se em consideração que os direitos políticos são atribuidos sòmente àqueles que atendem a certas exigências, de caráter econômico, etário, residencial e educacional. Estando a economia assentada em bases raciais, o atendimento a tais requisitos é difícil, quando não impossível, na maioria dos casos.

Ao citar exemplos, tomo a Federação da Rodésia e Niassalândia, onde, embora a representação política seja direta, o critério da proporcionalidade, entretanto, não é levado em linha de conta. Mesmo assim, segundo o autor, isto já representa um avanço, pelo menos relativamente à União Sul-Africana. O Parlamento da referida federação conta com 59 membros, dos quais 18 representam 7 milhões de africanos e 41, simplesmente 220 mil brancos. Em Uganda, Quênia e Tanganica, reconheceu-se o perigo de um govêrno exclusivamente de brancos e apelou-se para a representação multirracial, a fim de se dar oportunidade aos grupos étnicos que formam as populações dos ditos paises. A representação proporcional também ai não funciona. Em Tanganica, por exemplo, os europeus recorreram à paridade 10-10-10-, no Conselho Legislativo, isto é, dez europeus, representando 20 mil brancos, 10 africanos, representantes de 7 milhões de nativos e 10 asiáticos, representando 75 mil asiáticos. No Quênia, para uma população de 6 milhões de africanos e 44 mil brancos, exis-

tem, no Legislativo, de 60 membros, apenas 10 representantes negros.

O fator educação e a contribuição da Igreja, tornam os africanos, aos poucos, livres das crenças superticiosas. Os ensinamentos do Cristianismo, consubstanciados no amor a Deus e ao próximo e no sentimento de justiça e o seu universalismo suprimiram os cultos exclusivistas dos clãs, facilitando a identificação dos africanos entre si habitantes das mais longínquas regiões dentro de um mesmo país. O estudo da História européia, e, especialmente, das revoluções inglêsa (1688), francesa (1789), russa (1917) e norte-americana (1776), exerce um verdadeiro fascínio sôbre os estudantes africanos. Êstes têm verdadeira admiração pelos movimentos emancipacionistas europeus e, em aulas, segundo o autor, insistem junto aos professôres, para que falem sôbre Ghandi, Lutero, Churchill e demais figuras de projeção mundial conhecidas pela sua luta em busca da liberdade. A ajuda das línguas européias, especialmente a inglêsa e a francesa, ao processo de unificação é também levada à conta de um dos fatôres mais poderosos do nacionalismo dos povos africanos, dado que contribuíram para a eliminação das barreiras antepostas por 700 idiomas diferentes, apressando o entendimento entre os povos negros. Os idiomas inglês e francês, de modo particular, funcionaram como poderoso fator de entendimentos entre povos diversos e levaram os africanos a um sentimento comum em sua marcha para a independência.

Cumpre-nos salientar que Ndabaning Sithole viu, não sòmente a dominação política, a exploração econômica e a degradação social do negro, senão também o aspecto positivo, do colonialismo europeu. Entre outros fatôres que deram o seu contributo para a transformação da África, o autor assinala a liquidação da escravatura, a civilização de um povo primitivo, a onda de humanitarismo que invadiu o continente negro, o surgimento de condições de trabalho para os nativos, com a descoberta e exploração de minas de metais preciosos, ferro, manganês, material radioativo, etc. Isto propiciou também a introdução, no continente, de técnicas aperfeiçoadas estendidas ao cultivo da terra. O processo de urbanização e o surgimento de novos núcleos populacionais, a ocidentalização espiritual e material dos nativos, a instituição da moeda como instrumento para facilitar as trocas, a unificação das tribos, permitindo o trabalho lado a lado, de pessoas oriundas de diferentes núcleos, a instalação de indústrias e a intensificação do comércio, tudo isso contribuiu para uma nova consciência social e econômica dos nativos. A difusão das línguas européias deu lugar ao entendimento entre

as pessoas das diversas tribos e ao conhecimento da história dos países europeus situados na vanguarda da luta pela liberdade. pelo progresso econômico, pela justiça social, pela democracia e pela independência nacional.

Há escritores que se pretendem a qualificação de especialistas em assuntos africanos. embora façam mau uso dos instrumentos conceituais de análise fornecidos pelas ciências sociais. A êstes, precisamente, Sithole dá a resposta adequada, quando em foco a presença ou não da idéia de liberdade entre os africanos, antes do advento dos europeus. Recorre à lingüística, onde se encontram para a idéia de liberdade as palavras *inkululeko* (Zulu, Xhosa e Ndebule); *Rusunungako* (Shona); *Tokoloho* (Sotho); *afe* (Ibo); *Kenoyeli* (Ga); *vovome* (Ewe) e *fawohodie* (Twi). As expressões escravo e escravidão traduzem-se por *isiggili* e *ubuggili* (Zulu e Ndebele); *Isiggini* e *ubuggini* (Xhosa) *nhaphwa* e *nhaphwo* (Shona) *lekhoba* e *bokhoba* (Sotho) e *baria* e *barnet* (Amharico).

Com êstes dados extraídos da lingüística, evidencia-se que as idéias de liberdade e escravidão não eram estranhas aos africanos. O fato só de uma tribo conquistar a sua rival pela fôrça e a reação em busca da reconquista da sua liberdade, torna evidente que ambos os conceitos já existiam entre os africanos, antes de iniciar-se o colonialismo europeu.

A propósito do argumento segundo o qual o desejo de independência dos povos negros se circunscreve a uma minoria de intelectuais nativos, ávidos de poder, prova Sithole que várias tribos, desde o século passado, vêm lutando contra a dominação do branco. Destaca, seguidamente, as guerras dos Kaffir e da Cafraria, os levantes da Rodésia Meridional e, em 1952, o movimento do Kikuvu. Dá como fundamento da rebelião dos Mau-Mau o seu direito de participação nos comandos políticos.

A ação militar dos brancos, porém, não permitiu a independência dos países africanos, dada a desproporção de suas fôrças em relação aos contingentes mal armados de nativos. A luta, assim, deslocou-se para o plano político, quando se constituíram as organizações pan-africanas, resultantes de congressos, convenções e uniões, reunindo os países, nos quais o sentimento de independência vem ganhando vulto impressionante. Tais organizações, tiveram o seu funcionamento impedido pela legislação emanada dos países colonizadores.

Ao examinar a situação dos países africanos face ao comunismo, estabelece um paralelo entre a ação da U.R.S.S. sôbre os seus satélites e a atitude dos europeus no continente africano, lamentando que os responsáveis pela política dos países do Velho

Mundo queiram a democracia sòmente para si próprios e mantenham as suas colônias subordinadas a ferro e fogo.

No capítulo "O repto da África" o autor mostra que nenhum povo é isento de imperfeições e ressalta que na última guerra mundial morreram 42 milhões de sêres humanos, por culpa exclusiva dos brancos. Acusa as potências ocidentais e a U.R.S.S. de ameaças à Humanidade, demonstração de grosseria inominável que jamais poderia partir de homens civilizados. E acrescenta, dirigindo-se aos europeus: "Dêem-nos nossa independência. Nossa independência é a sua independência. Estamos lutando pela liberdade humana. Queremos ser um povo livre. Vocês não querem que a U.R.S.S. os conquiste, mas querem que nos conquiste a nós.

"Nossa independência garantirá a do resto da humanidade. As democracias ocidentais, ao negarem-nos a democracia não fazem jôgo limpo".

No repto à Igreja, assinala que não deve contentar-se com o passado pois a sua ação é indispensável no campo da fé, nas relações humanas e na educação.

No capítulo último comenta, em resumo, os acontecimentos na África, entre 1958 e 1960 e conclui pela inevitável emancipação dos povos africanos.

El Reto de África é uma obra que se aconselha aos estudiosos dos problemas internacionais contemporâneos e mesmo aos curiosos pelas coisas da África. Além de fornecer as origens do nacionalismo naquele continente, representa, por outro lado, uma advertência de sentido universal contra as potências que, em pleno século XX, ainda alimentam veleidades de dominação dos pequenos países. A autoridade moral de um povo, através de Sithole, lança, de fato, um repto aos que tanto falam em democracia, quando são os primeiros a violarem os direitos humanos, a liberdade, a justiça, pois seus atos fazem-nos responsáveis pela exploração, pela dominação e pela degredação dos povos fracos.

Alvaro G. de Queiroz

TRATADO SÔBRE A NACIONALIDADE — *Ilmar Penna Marinho*: volume, quarto, Rio de Janeiro, 1961, 564 páginas.

Com a publicação do quarto volume de seu monumental "Tratado sôbre a Nacionalidade" o Embaixador Ilmar Penna Marinho passa a figurar entre os maiores cultores do Direito Internacional no panorama latino-americano, coroando com êsse

trabalho um passado no qual pontilham diversas obras importantes.

O quarto volume do *Tratado* versa sôbre os conflitos de leis em matéria de nacionalidade e constitui para os estudiosos do Direito Internacional, o tomo mais interessante dessa obra. que dificilmente poderá ser superada. O volume em aprêço consta de cinco capítulos, mas a rigor os dois últimos podem ser considerados sobretudo como complementos, pois o 4º é constituído pelo exame de alguns casos famosos de conflitos de leis em matéria de nacionalidade (casos Canevaro, Carlier, Poley, Nottebohn *e outros) e o 5º se ocupa da legislação internacional sôbre* a polipatria e a apatria.

No capítulo 1º acham-se desenvolvidos os métodos e sistemas de atribuição da nacionalidade, ocupando os dois grandes sistemas do *jus soli* e do *jus sanguinis*, com as respectivas combinações, o devido destaque. Trata ainda do problema da opção e do domicílio e do trabalho (*jus domicilii* e *jus laboris*) como meios de aquisição da nacionalidade. O autor, contudo, faz questão de frisar a importância dada pelo direito internacional contemporâneo à vontade do homem, que pode incluir dentre os seus direitos fundamentais o de mudar de nacionalidade. É bem verdade que as legislações, não tendo o direito de recusar sistemàticamente a naturalização, têm a obrigação de regulamentar a aquisição da nacionalidade, mediante a fixação de normas rígidas. colocando-a acima dos caprichos individuais.

Da inexistência de um sistema uniforme dentre os Estados quanto aos modos de aquisição e de perda da nacionalidade, surgem, inevitàvelmente, conflitos positivos e negativos de leis, dos quais resultam os casos de dupla ou plurinacionalidade (objeto do capítulo 2º) e os de ausência de nacionalidade, estudados no capítulo 3º.

O capítulo 2º consta de duas partes. Na primeira, o autor enumera as onze principais causas de conflitos positivos de leis sôbre a nacionalidade, a começar com a divergência das legislações *inspiradas nos sistemas do jus soli e do jus sanguinis*. A seguir, são estudadas as teorias aventadas para resolver os citados conflitos, mas conforme observa Penna Marinho "é absolutamente errônea a terapêutica fundada em soluções de caráter genérico, dessas que, desprezando as particularidades de cada problema, pretendem, de um só golpe, estancar as diversas fontes de dupla nacionalidade" (pág. 186). Dentro de semelhante ponto de vista, são examinadas as principais causas de bi ou plurinacionalidade, sendo apresentadas as soluções mais indicadas para cada caso superveniente.

Se a binacionalidade é inconveniente na ordem jurídica internacional, a ausência de nacionalidade é fenômeno ainda mais sério. No capítulo 3º se nos deparam as causas fundamentais da apatria, problema que se agravou no panorama mundial depois da Primeira Guerra Mundial. Nesse particular, contudo, o trabalho que vem sendo levado a efeito pela Organização Internacional de Refugiados e a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas merece um destaque especial, em virtude dos resultados auspiciosos alcançados, sobretudo com a assinatura em Nova York, em 1954, da Convenção sôbre o Estatuto do Apátrida e a apresentação pela Comissão de Direito Internacional dos Projetos de Convenção para reduzir e suprimir a apatridia no futuro. Como observa o autor "do exposto conclui-se que a apatridia, apesar das variadíssimas causas que a predeterminam, deverá e poderá ser banida" (página 330). Para tal bastará que as legislações se esforcem por suprir as causas, adotando certas regras já lembradas pela doutrina e devidamente desenvolvidas por Penna Marinho.

Não há dúvida de que o têrmino desta obra constitui o coroamento dos valiosos estudos que o Embaixador Penna Marinho tem apresentado durante um longo período. Tamanho é o cabedal de conhecimentos que se nos deparam nos quatro grossos volumes do "Tratado sôbre a Nacionalidade" que seria o caso de dizer que o autor tem como que a obrigação de condensar a obra a fim de, por meio de traduções, torná-la acessível aos estudiosos de outros países.

G.E. do Nascimento e Silva

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICA ESTRANGEIRA:

1. POLÍTICA GERAL

UMA DEFINIÇÃO DA DEMOCRACIA — (O imenso futuro do homem) — *A. Powell Davies* — Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1956 49 p.

EL COMUNISMO EN LA AMERICA HISPANA — *J. F. C.* — Madrid, Instituto de Estudios Politicos, 1961 — 169 p.

L'ESTREMO ORIENTE FRA DUE MONDI — *Giorgio Borsa* — Bari, Laterza, 1961 — 469 p. L. 2800

M. LUMUMBA ET LE COMMUNISME — *Jules Chomé* — Brussels, Éditions de remarques congolaises, 1961 — 79 p.

THE AGREEABLE AUTOCRACIES — *Joseph P. Lyford, Stuart Chase Reinhold Niebuhr* (and others) — New York, Oceana, 1961 — (problemas contemporâneos)

ALEXANDER HERZEN AND THE BIRTH OF ˙ USSIAN SOCIALISM, 1812-1855 — *Martin Malia* — Cambridge, Harward Univ. press, 1961 — $10,00

AMERICAN COMMUNISM AND SOVIET RUSSIA: THE FORMATIVE PERIOD — *Theodore Draper* N.Y., Viking press, 1960 — 558 p., $8,50

AN APPROACH TO SANITY: A STUDY OF EAST-WEST RELATIONS — *Field-Marshal Montgomery* — Cleveland, World publishing co., 1960 — 94 p., $2.75

AN INTRODUCTION TO DEMOCRATIC THEORY — *H. B. Mayo* N.Y., Oxford Univ. press, 1960 — 316 p., $2.75

BEAR AND DRAGON: WHAT IS THE RELATION BETWEEN MOSCOW AND PEKING? — *James Burnham* (ed.) — New York, National review, 1960 — 46 p., $1.00

BERLIN — PIVOT OF GERMAN DESTIN — *Charles B. Robson* (ed.) — *Chapel Hill*, The Univ. of North Carolina press, 1960 — 233 p., $5.40s

BETWEEN PAST AND FUTURE: SIX EXERCISES IN POLITICAL THOUGHT — *Hannah Arendt* — N.Y., The Viking press, 1961 — 241 p., $5.00

THE BOLSHEVIK REVOLUTION, 1917-1918 (DOCUMENTS AND MATERIALS) — *James Bunyan and H. H. Fisher* — Stanford, University press, 1961 — $10.00

THE CAPTIVE NATIONS: NATIONALISM OF THE NON-RUSSIAN NATION IN THE SOVIET UNION — *Roman Smal-Stocki* N.Y., Bookmn associates, 1960 — 118 p., $3.50

THE CAPTURE OF ADOLF HITLER — *Moshe Pearlman* — Weindenfeld and Nicholson, 1960 — 16 s.

CHRISTIAN DEMOCRACY IN ITALY 1860-1960 — *Richard A. Webster* — London, Hollis & Carter, 1961 — 229 p., 30s

THE COMING TESTS WITH RUSSIA — *Walter Lippmann* — Boston, Little, Brown, 1961 — 37 p., $2.50 (entrevista com Nikita Krustchiov).

COMMUNISM — *Alfred Meyer* — N.Y., Randon House, 1960 — 217 p., $1.95

COMMUNISM AND BRITISH INTELLECTUALS — *Neal Wood* — N.Y., Columbia Univ. press, 1959 — 256 p., $4.00

COMMUNISM AND THE GENERAL STRIKE — *Wilfrid H. Crook* — Hamden, Shoe string press, 1960 — 483 p., $8.75

COMMUNISM IN AMERICAN POLITICS — *David J. Saposs* — Washington, Public affairs press, 1960 — 259 p., $5.00

COMMUNISM IN CZECHOSLOVAKIA, 1948-1960 — *Edward Taborsky* — Princeton, University press, 1961 — 592 p., $12.50

THE COMMUNIST MOVEMENT IN CHINA; AN ESSAY WRITTEN IN 1924 — *Ch'en Kung-po* — New York, *C.M.Wilbur* (East Asian Institute — Columbia University), 1960 — 148 p.

THE COMMUNIST PARTY OF BULGARIA: ORIGINS AND DEVELOPEMENT 1883-1936 — *Joseph Rothschild* — N.Y., Columbia Univ. press, 1959 — 354 p., $7.50

COMPARATIVE POLITICS: NOTES AND READINGS — *Roy C. Macridis and Bernard E. Brown* (eds.) — Illinois, the Dorsey press, 1961 — 557 p., $5.25

THE CONDUCT OF WAR, 1789-1961 — *Major General J.F.C. Fuller* — London, Eyre and Spottiswoode — 30s

THE CONSCIENCE OF THE REVOLUTION: COMMUNIST OPPOSITION IN SOVIET RUSSIA — *Robert Vincent Daniels* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960- — 526 p. $10

CONTEMPORARY ARAB POLITICS, A CONCISE HISTORY — *George E. Kirk* — N.Y., Praeger, 1961 — 231 p., $5.00

CONTEMPORARY INTERNATIONAL POLITICS — *Robert Rienow* — N.Y., Thomas Y. Crowell, 1961 — 431 p., $5.75

CONTEMPORARY POLITICAL IDEOLOGIES — *Joseph S. Roucek* (ed.) — N.Y., Philosophical library, 1961 — 470 p., $10.00

THE COSTS OF DEMOCRACY — *Alexander Heard* — Chapel Hill, Univ. of North Carolina press, 1960 — 493 p., $6.00

THE CRIMES OF THE STALIN ERA; Khrushchev's famous speech annotated Boris Nicolaevsky — N.Y., The New leader — 25c

THE CROSS AND THE FASCES; CHRISTIAN DEMOCRACY AND FASCISM IN ITALY — *Richard A. Webster* — Stanford, Univ. press, 1960 — $5.00

THE EDGE OF THE SWORD — *Lt. Colonel Netanel Lorch* — N.Y., Putnam, 1961 — 475 p., $7.95

THE EDGE OF WAR — *James David Atkinson* — Chicago, Regnery, 1960 — 318 p., $6.00

THE EGYPTIAN ARMY IN POLITICS; PATTERN FOR NEW NATIONS? — *P.J. Vatikiotis* — Bloomington, Indiana Univ. press, 1961 — 320 p., $7.95

EICHMAN, MINISTER OF DEATH — *Quentin Reynolds — E. Katz and Z. Aldouby* — Cassell — 18s

FALANGE: A STORY OF SPANISH FASCISM — *Stanley G. Payne* — Stanford, University press, 1961 — $6.00

FORCES FOR FREEDON — *Robert Stanton* — Washington, Public affairs press, 1961 — 111 p., $3.25

THE FOUNDATIONS OF JACQUES MARITAIN'S POLITICAL PHILOSOPHY — *Hwa Yol Jung* — Gainesville, Univ. of Florida press, 1960 — 65 p., $2.00

FRANCE AND ALGERIA, COMPLEMENTARY ENEMIES — *Germain Tillion* — N.Y., Alfred A. Knopf — 845 p., $10.75

THE FRENCH IN GERMANY, 1945-1949 — *F. Roy Willis* — Stanford, University press, 1961 — $6.00

GOVERNMENT AND POLITICS IN THE TWENTIETH CENTURY — *Gwendolen M. Carter and John H. Herz* — N.Y., Praeger, — 1961 — 218 p., $4.75

GOVERNMENT IN MODERN SOCIETY (WITH EMPHASIS ON AMERICAN INSTITUTIONS) — *Wallace Brewster* — N.Y., Houghton Mifflin co., 1958 — 619 p., $6.95

THE GREAT CONTEST: RUSSIA AND THE WEST — *Isaac Deutscher* — New York, Oxford Univ. press, 1960 — 86 p., $2.75

THE GROWTH OF PARTIES — *Sir Ivor Jennings* — N.Y., Cambridge Univ. press, 1961 — 404 p., $8.50 (Partidos politicos na Inglaterra).

HANDBOOK OF PRACTICAL POLITICS — *Paul P. Van Riper* — Evanston, Row, Peterson and co., 1960 — 356 p.

THE IDEA OF THE JEWISH STATES — *Ben Halpern* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 492 p., $10.00
IDEAS IN CONFLICT: THE POLITICAL THEORIES OF THE CONTEMPORARY WORLD — *Edward McNall Burns* — N.Y., W.W. Norton & Co., 1960 — 587 p., $6.95
IDEOLOGICAL DIFFERENCES AND WORLD ORDES — *F.S.C. Northrop* — New Haven, Yale Univ. press, 1949 — $5.00
THE INSIDERS — *Selden Rodman* — Louisiana, Univ. press — 77 p., $6.95
INTELLIGENCE AND DEMOCRATIC ACTION — *Frank H. Knight* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — $3.75
INTERNATIONAL COMMUNISM AND WORLD REVOLUTION: HISTORY AND METHODS — *Günther Nollau* — N.Y., Praeger, 1961 — 357 p., $7.50
THE INTERNATIONAL RELATIONS OF INTERNAL WAR — *George Modelski* — Princeton, Princeton University press — 50 cents.
THE INTRODUCTION OF WESTERN EUROPEAN INSTITUTIONS INTO THE MIDDLE EAST — *George B. Baldwin* (ed.) — Tehran, 1960 — 118 p.
INTRODUCTION TO THE PHILOSOPHY OF HISTORY — *Raymond Aron* — London, Weidenfeld and Nicolson — 36s.
KHRUSHCHEV: A POLITICAL PORTRAIT — *Konrad Kellen* — N.Y., Praeger, 1961 — 271 p., $5.00
KOREA AND THE FALL OF MAC ARTHUR: A PRECIS IN LIMITED WAR — *Trumbull Higgins* — N.Y., Oxford Univ. press, 1960 — 229 p., $5
KRIEG IN EUROPA — *Frido von Senger und Etterlin* — Cologne, Kiepenheuer, 1960 — 459 p., DM 24
LET A HUNDRED FLOWERS BLOOM — *Mao Tse-Tung* — N.Y., The New Leader — 20c
LOCKE ON WAR AND PEACE — *R.H. Cox* — N.Y., Oxford Univ. press, 1960 — $5.60
THE LONG REVOLUTION — *Raymond Willians* — N.Y., Columbia Univ. press, 1960 — $5.00
THE LONG WAY TO FREDOM — *James T. Shotwell* — Indianopolis, The Bobbs-Merrill co., inc., 1960 — 609 p.
LOYALTY AND SECURITY — *R.S. Brown Jr.* — New Haven, Yale Univ. press, — 1958 $6.00
MAN, THE STATE AND WAR — *Kenneth N. Waltz* — N.Y., Columbia Univ. press, *1959 — 263 p., $5.50*
MARXISM: AN HISTORICAL AND CRITICAL STUDY — *George Lichtheim* — N.Y., Praeger 1961 — 412 p., $8.50
MASKS OF MOSCOW: A HISTORY OF RUSSIAN BEHAVIOR PATTERNS — *John M. Radzinski* Chicago, Regent House, 1960 — 268 p., $4.50
MODERN POLITICAL THOUGHT — *Willian Ebenstein* — N.Y., Holt, Rinehart and Winston, 1960 — 896 p., $8.00
MUSSOLINI'S ENEMIES: THE ITALIAN ANTI-FASCIST RESISTANCE — *Charles F. Delzell* — Princeton, University press, 1961 — 640 p., $12.50
NATIONS AND EMPIRES, RECURRING PATTERNS IN THE POLITICAL ORDER? — *R. Niebuhr* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 25/
THE NECESSITY FOR CHOICE — *Henry A. Kissinger* — New York, Harper, 1961 — 370 p., $5.50

THE NEW COMMUNIST MANIFESTO AND RELATED DOCUMENTS — *Dan N. Jacobs* (ed.) — Evanston, Elmsford, 1961 — 218 p., $1.90

NO TRANSFER — *John A. Logan* — New Haven, Yale University press, 1961 — 430 p., $6.75

90 MILES FROM HOME — *Warren Miller* — Boston, Little, Brown, 1961 — 279 p., $3.95

OF MAN AND POLITICS: AN INTRODUCTION TO POLITICAL SCIENCE — *Otto Butz* — N.Y., Rinehart & co., 1960 — 296 p., $4.00

THE ORIGINS OF TOTALITARIAN DEMOCRACY — *J.L. Talmon* — N.Y., Praeger, 1961 — 366 p., $2.25

OLD AGE AND POLITICAL BEHAVIOR — *Frank A. Pinner, Paul Jacobs and Philip Selznick* — Berkeley, Univ. of California press, 1960 — $6.00

OLD WORLD REDISCOVERS THE NEW; NO FURTHER WEST — *Dan Jacobson* — London, Macmillan — 127 p., $3.50

THE ORIGINS OF THE SECOND WORLD WAR — *A.J.P. Taylor* — London, Hamish Hamilton, 1961 — 296 p., 25s

PEOPLE, POWER AND POLITICS; AN INTRODUCTORY READER — *Lyman J. Gould and* William Steele — N.Y., Randon House, 1960 — 730 p., $3.95

PLANNING FOR FREEDOM — *E.V. Rostow* — New Haven, Yale Univ. press, 1959 — $6.00

POLITICAL HANDBOOK OF THE WORLD, 1961 — *Walter H. Mallory* (ed.) New York, Harper, 1961 — 24 p., $4.50

POLITICAL IDEAS IN THE MODERN WORLD — *D.B. Heater* — London, Harrap, 1960 — 280 p. — 9s 6d

POLITICAL MAN: THE SOCIAL BASIS OF POLITICS — *Seymor Martin Lipset* — London, Heinemann, 1960 — 432 p., 30s

THE POLITICAL PHILOSOPHY OF JAWAHARLAL NEHRU — *M.N. Das Nehru* — Te Hague, M. Nyhoff, 1960 — About 240 p., about $3.50

POLITICAL SCIENCE. A PHILOSOPHICAL ANALYSIS — *Vernon Van Dyke* — London, Stevens & Sons, 1961 — 235 p., 30s

POLITICS AND CULTURE IN INTERNATIONAL HISTORY — *Adda B. Bozeman* — Princeton, Univ. press, 1960 — 376 p., $10.00

POLITICS AND TRADE POLICY — *Joe R. Wilkinson*, Public afairs press, 1960 — 151 p., $3.75

POWER AND SOCIETY — *H.D. Lasswell* — New Haven,, Yale Univ. press, 1950- — $5.00

THE PROMISE OF WORLD TENSIONS — *Harlan Cleveland* (ed.) — N.Y., Macmillan, 1960 — $3.50

THE PROTESTANT SEARCH FOR POLITICAL REALISM, 1919-1941 — *Donald B. Meyer* — Berkeley, Univ. of California press, 1960 — $6.75

THE ROOSEVELT REVOLUTION — *Mario Einaudi* — N.Y., Harcourt, 1960

THE SECRET SPEECH — *John Robinson Beal* — N.Y., Duell, Sloan and Pearce — 1961 — 158 p., $3.50

THE SEMISOVEREIGN PEOPLE — *E.E. Schattschneider* — N.Y., Holt, Rinehart and Winston, 1961 — 147 p., $1.75

THE SEVEN — *F.V. Meyer* — The Hague, M. Nyjhoff, 1960 — 140 p., $2.55
THE SOVIET BLOC: UNITY AND CONFLICT — *Zbigniew K. Brzezinski* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — $7.75
SOVIET MARXISM AND NATURAL SCIENCE — 1917-1932 — *David Joravsky* — N.Y., Oxford Univ. press, 1960 — $7.50
THE TESTAMENT OF ADOLF HITLER — *François Genoud* (ed.) — London, Cassell, 1961 — 115 p., 12s 6d
A THEORY OF STABLE DEMOCRACY — *Harry Eckstein* — Princeton, *Princeton University. Center of international studies* — $1.00
TOJO AND THE COMING OF THE WAR — *Robert J.C. Butow* — Princeton, Univ. press, 598 p., $10.00
TOYNBEE'S APPROACH TO WORLD POLITICS — *Henry L. Mason* New Orleans, Tulane Univ., 1958 — 153 p., $2.00
THE TRADITION OF FREEDOM — *Milton Mayer* (ed.) — New York, Oceana, 1960.
THE TRIUMPH OF TYRANNY: THE NAZI AND SOVIET CONQUEST OF CENTRAL EUROPE — *Stephan Borsody* — N.Y., The Macmillan co., 1960 — $4.50
THE TWILIGHT OF EUROPEAN COLONIALISM: A POLITICAL ANALYSIS — *Stewart C. Easton* N.Y., Holt, Rinehart and Winston, 1960 — 571 p., 7.50
YOU CAN TRUST THE COMMUNISTS — *Fred Schwarz* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1960 — 187 p., $2.95
DIE GESCHIECHTLICHEN GRUNDLAGEN DES OST-WEST-GEGENSATZES — *F. Thiess* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 61 p., 6/6
JAPANS RUSSLANDPOLITIK VON 1939-1941 — *H. Lupke* — Oxford, Blackwell's, 1961 256 p., 77/
OST MINUS WEST — *Werner Keller* — The Hague, M. Nyjhoff, 1960 — 500 p., 5.00

2. ASSUNTOS JURIDICOS E DIPLOMACIA

ASILO DIPLOMATICO. SU PRACTICA Y TEORIA — *Carlos Torres Gigena* — Buenos Aires, La Ley, 1960
ENSAYO DE UN DERECHO DE GUERRA — *Horacio L. Mainar* — Buenos Aires, Perrot — 1954.
ESTUDIOS DE DERECHO CONSTITUCIONAL AMERICANO COMPARADO — *Ricardo Gallardo* — Madrid, Cultura hispánica, 1961 — 291 p.
LA NO INTERVENCION. SUS NORMAS Y SU SIGNIFICADO EN LAS AMÉRICAS — *Ann Van Wynen Thomas* — Buenos Aires, La Ley, 1959.
POLÍTICA EXTERIOR DE PANAMA — *Ernesto Castillero Pimentel* — *Panamá*, 1961 — 84 p.
POLÍTICA EXTERIOR NACIONAL — *Carlos A. Florit* — Buenos Aires, Arayú, 1960 — 154 p.
EL PROBLEMA DE LA SOBERANIA EN LAS RELACIONES ENTRE PANAMA Y LOS E.U. DE AMERICA — *Telma King H.* — Panamá, Ministério de Educacion, 1961 — 274 p.
LA QUINTA REUNIÓN DE CONSULTA DE RELACIONES EXTERIORES DE LAS REPÚBLICAS AMERICANAS, DE SANTIAGO DE CHILE — *Porfirio Herrera Báez* — Ciudad Trujillo, 1960 — 218 p.

LA SOLUCIÓN PACIFICA DE CONTROVERSIAS INTERNACIONALES EN EL SISTEMA AMERICANO — *Raúl Luis Cardón* — Buenos Aires, Perrot, 1954.

TEORIA DEL DERECHO INTERPLANETARIO — *Aldo Armando Cocca* — Buenos Ares, Bibliográfica Argentina, 1957.

TEXTOS AÉREOS INTERNACIONALES — Instituto "Francisco de Vittoria" (Madrid) — Madrid, Virgen de Loreto.

LEZIONI DI STORIA DEI TRATTATI E POLITICA INTERNAZIONALE. I. — *Mario Toscano* — Turin, G. Giappichelli, 1958 — 518 p., 3.500 lire

AMERICAN DIPLOMACY IN A NEW ERA — *Stephen D. Kertesz* (ed.) — Notre Dame, University press, 1961 — 601 p., $10.00

AMERICAN FOREIGN POLICY IN THE NUCLEAR AGE: PRINCIPLES, PROBLEMS AND PROSPECTS — *Cecil V. Crabb, Jr.* — Evanston, Row, Peterson and co., 1960 — 532 p.

AMERICAN FOREIGN POLICY — *Robert A. Divine* (ed.) — N.Y., Meridian books, 1960 — 318 p., $1.45

AMERICAN FOREIGN POLICY REALISTS AND IDEALISTS: A CATHOLIC INTERPRETATION — Dorothy Jane Van Hoogstrate (Sister) — St. Louis, B. Herder Book co., 1960 — 332 p., $6.25

THE AMERICAN PEOPLE AND FOREIGN POLICY — *Gabriel A. Almond* — N.Y., Praeger, 1960 — 269 p., $3.65

THE ANGLO-AMERICAN RELATIONSHIP SINCE 1783 — *H.C. Allen* — London, Adam & Charles Black, 1960

THE BALFOUR DECLARATION — *Leonard Stein* — N.Y., Simon and Schuster, 1961 — 681 p. — $7.50

BRITAIN IN WORLD AFFAIRS — *Strang, Lord* — London, Faber and Faber, 1960 — 30s

BRITISH POLICY IN A CHANGING AFRICA — *Sir Andrew Cohen* — London, Routlegde & Kegan Paul, 1959.

BRITISH COMMONWEALTH IN INTERNATIONAL LAW — *P.J. Noel — Baker* and *J. E.S. Fawcett* — Oxford, Blackwell's / in preparation.

A CAREER DIPLOMAT. THE THIRD CHAPTER: THE THIRD REICH — *Hugh R. Wilson, Jr.* — N.Y., Vantage press, 1961 — 112, p., $2.75

CHINA'S ENTRANCE INTO THE FAMILY OF NATIONS; THE DIPLOMATIC PHASE, 1858-1880 — *Immanuel C.Y. Hsü* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — $5.50

CHRISTIAN ETHICS AND THE DILEMMAS OF FOREIGN POLICY — *Kenneth W. Thompson* — Durham, Duke Univ. press, 1959 — 148 p., $3.50

CONCEPT OF WAR IN CONTEMPORARY HISTORY AND INTERNATIONAL LAW (ÉTUDES D'HISTOIRE ÉCONOMIQUE, POLITIQUE ET SOCIALE, XVIII) — *L. Kotzsch* — Oxford, Blackwell's 1956 — 46/6

THE CONSTITUTION AND GOVERNMENT OF GHANA — *Rubin Pauli* — London, Leslie & Murray, 1961 — £2. 10s net

THE CONSTITUTIONAL HISTORY OF ENGLAND — *F.W. Maitland* — N.Y., Cambridge Univ. press, 1961 — 548 p., $2.45

THE CONSTITUTION OF INDIA: A COMPARATIVE STUDY — *S.C. Dash* — Allahabad, Chaitanya publishing house, 1960 — 504 p., Rs 15

CCNSULAR LAW AND PRACTICE — *L.T. Lee* — Oxford, Blackwell's, — £5/5

CONTEMPORARY INTERNATIONAL LAW: A BALANCE SHEET — *Quincy Wright* — N.Y., Randon House — 95c

THE DIPLOMACY OF APPEASEMENT: ANGLO-FRENCH RELATIONS AND THE PRELUDE TO WORLD WAR II, 1931-1938 — *Arthur H. Furnia* — Washington, Univ. press, 1960 — 454 p., $6.00

THE DIPLOMATIC HISTORY OF BRITISH HONDURAS 1638-1901 — *R.A. Humphreys* — London, Oxford Univ. press, 1961 — 196p., 35s

A DIPLOMACY HISTORY OF MODERN IRAQ — *ABID A. AL-MARAYATI* — N.Y., Robert Speller, 1961 — 222 p. $6.

DOCUMENTS ON AMERICAN FOREIGN RELATIONS — *Richard P. Stebbins* (ed.) — N.Y., Harper, 1961 — 583 p., $6.95

DOCUMENTS ON GERMAN FOREIGN POLICY 1918-1945 — (Vol. XI) — THE WAR YEARS — London, *H.M.S.O.*, 1961 — 1267 p., 45s

DUAL NATIONALITY — *Nissim Bar-Yaacov* — London, Stevens & Sons, 1961 — 50s

EARLY AMERICAN POLICY: SIX COLUMBIA CONTRIBUTORS — *Joseph Dorfman and R. G. Tugwell* — N.Y., Columbia Univ. press, 1960 — 356 p., $6.00

THE EMERGING NATIONS: THEIR GROWTS AND UNITED STATES POLICY — *Max F. Millikan* and *Donald L.M. Blackmer* (eds.) — Boston, Little, Brown, 1961 — 171 p., $4.50

FOREIGN POLICY: THE NEXT PHASE, THE 1960's — *Thomas K. Finletter* — N.Y., Harper and Brothers, 1960 — 235 p., $4.00

FOREIGN POLICY AND PARTY POLITICS: PEARL HARBOUR TO KOREA — *H.B. Westerfield* — New Haven, Yale Univ. press — 6.00

FOREIGN POLICY AND THE FREE SOCIETY — *Walter Mills* and *John Courtney Murray, S.J.* — N.Y., Oceana, 1960

FOREIGN POLICY OF INDIA — *Satyavrata Ramdas Patel* — Bombay, N.M. Tripathi private ltd., 1960 — 282 p., $4.50

FUNCTION OF LAW IN THE INTERNATIONAL COMMUNITY — *H. Lauterpacht* — Oxford, Blackwell's 1933 35/

FREEDOM OF SPEECH IN THE WEST: A COMPARATIVE STUDY OF PUBLIC LAW IN FRANCE, THE UNITED STATES AND GERMANY — *Frede Castberg* — N.Y., Oceana, 1960 — 475 p.

GERMANY AND JAPAN. A STUDY IN TOTALITARIAN DIPLOMACY (1933-1941) — *E.L. Presseisen* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 367 p., 59/6

INTERNATIONAL IMMUNITIES — *C.Wilfred Junks* — London, Stevens & Sons, 1961 — 35s.

INTERNATIONAL POLITICS AND FOREIGN POLICY — *James N. Rosenau* (ed.) — Glencoe, The Free press, 1961 — 508 p., $8.50

INTERVENTION AND THE WAR; VOLUME I OF "ANGLO-SOVIET RELATIONS, 1917-1921" — *Richard H. Ullman* — Princeton, Unversity press, 1961 — 364 p., $7.50

THE JUST WAR: A STUDY IN CONTEMPORARY AMERICAN DOCTRINE — *Robert W. Tucker* — Baltimore, Johns Hopkins press, 1960 — 207 p., $5.00

MODERN LAW OF NATIONS, U.S.A. — *P.C. Jessup* — Oxford, Blackwell's 1948 — 32/

MUSSOLINI E LA POLITICA ESTERA ITALIANA (1919-1933) — *Ennio Di Nolfo* — Padova, Cedam, 1960 — 315 p., 2500 lire

NATIONALIZATION OF FOREIGN PROPERTY — *Gilliam M. White* — Oxford, Blackwell's 1961 — 35/

NEW DIMENSIONS IN FOREIGN POLICY — *Max Beloff* — London, Allen & Unwin, 1961 — 202 p., 25/ net

THE ORIGINS OF INTERVENTIONISM — *Robert Sobel* —.Y., Bookman associates, 1961 — 204 p., $4.50

THE POLITICAL FOUNDATIONS OF INTERNATIONAL LAW — *Morton A. Kaplan* and *Nicholas de B. Katzenback* — N.Y., John Wileiy & Sons, 1961 — 372 p., $6.95

QUEST FOR SURVIVAL; THE ROLE OF LAW AND FOREIGN POLICY — *Julius Stone* — Harvard, University press, 1961 — $2.75

REPORTS OF INTERNATIONAL ARBITRAL AWARDS (VOL. IX) — N.Y., United Nations, 1960 — 551 p., $5. 36s

THE REVOLUTION IN AMERICAN FOREIGN POLICY — *William G. Carleton* — N.Y., Randon House — $1.75

SELF DEFENCE IN INTERNATIONAL LAW — *D.W. Bowett* — Oxford, Blackwell's, 1958 — 37/6

STUDIES IN DIPLOMATIC HISTORY AND HISTORIOGRAPHY IN HONOUR OF G.P. GOOCH — *A.O. Sarkissian* (ed.) — London, Longmans — £2 5s

TO THE FAREWELL ADDRESS: IDEAS OF EARLY AMERICAN FOREIGN POLICY — *Felix Gilbert* — Princeton, Univ. press, 1961 — 173 p., 3.75

THE STUDY OF INTERNATIONAL LAW — *Percy E. Corbett* — N.Y., Randon House — 95c.

TRAITE DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC — *P. Guggenheim* — Oxford, Blackwell's, 1953-54 — 2vs — 78/6 each

THE UNITED STATES AND CUBA: BUSINESS AND DIPLOMACY 1917-1960 — *Robert F. Smith* — N.Y., Bookman associates, 1960 — 256 p., $5.00

THE UNITED STATES IN THE WORLD ARENA — *W.W. Rostow* — N.Y., Harper, 1960 — 568 p., $8.75

THE UNITED STATES IN WORLD AFFAIRS, 1960 — *Richard P. Stebbins* — N.Y., Harper and brothers — 436 p., $6.00

THE YEAR BOOK OF WORLD AFFAIRS 1960 — *George W. Keeton* (ed.) — London, Stevens, 1961 — 496 p., 50s

3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

A INFLAÇÃO BRASILEIRA (1820-1958) — *Oliver Onody* — Rio de Janeiro, 1960

LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA Y EL DESARROLLO ECONÓMICO. Espanha. Ministério de trabajo. Instituto español de emigración, 1959 — 131 p.

MIGRACIONES INTERNACIONALES 1945-1957 — Ginebra, Oficina internacional del trabajo, 1959 — 414 p.

POLITICA E TECNICA DELL' EMIGRAZIONE ITALIANA — *Goffredo Pesci* — Roma, E.N. S.I.S.S., 1959 — 386 p.

L'APPROVISIONEMENT DE LA SUISSE EN MATIÈRES PREMIÈRES ET L'ORGANISATION DE L'EUROPE — *Charles Iffland* — Lausanne, Centre de recherches européennes, 1961, — 250 p., Frs. 18

ÉCONOMIE ET SOCIÉTÉ — *François Perroux* — Paris, Press, universitaires de France, 1960 — 186 p., NF 6

LE MARCHÉ FINANCIER ET LE NOUVELLES ENTREPRISES — *Adrien P. Timmermans* — Louvain, Centre de recherches en économie et gestion des entreprises, 1960 — 551 p., Belgian Fr. 480

AMERICA: TOO YOUNG TO DIE! — *Major Alexander P. de Severky* — N.Y., McGraw — Hill, 1961 — 237 p., $4.95

AMERICAN CHALLENGED — *William O. Douglas* — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960 — 76 p., $2.50

AMERICAN ECONOMIC HISTORY — *Harold Underwood Faulkner* — N.Y., Harper & Brothers, 1960 — 816 p., $7.00

AMERICAN ECONOMIC HISTORY — *Seymour E. Harris* (ed.) — N.Y., McGraw-Hill book co., 1961 — 560 p., $7.95

AMERICAN SOCIETY — *Don Martindale* — New Jersey, D. Van Nostrand co., — 1960 — 570 p., $6.75

AN ECONOMIC HISTORY OF ENGLAND, 1870-1939 — *William Ashworth* — London, Methuen — 36s.

THE ANTITRUST LAWS OF THE UNITED STATES OF AMERICA — *A.D. Neale* — Cambridge, Univ. press, 1960 — 516 p., 45s

ANTITRUST POLICY: AN ECONOMIC AND LEGAL ANALYSIS — *Carl Kaysen and Donald F. Turner* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1959 — 345 p., $7.50

ARAB NATIONALISM AND BRITISH IMPERIALISM — *John Marlowe* — N.Y., Praeger, 1961 — 236 p., $6.50

AUSTRIAN CATHOLICS AND THE FIRST REPUBLIC: DEMOCRACY, CAPITALISM AND THE SOCIAL ORDER, 1918-1934 — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960- — 325 p. $6.50

AUTOCRACY AND DEMOCRACY: AN EXPERIMENTAL INQUIRY — *Ralph K. White* and *Ronald Lippitt* — N.Y., Harper and Brothers, 1960 — 330 p., $6.00

THE BARGAINERS — *George Cyriax* & *Robert Oakeshott* — N.Y., Praeger, 1961 — 228p. — $5.00 (Grã-Bretanha)

CAPITAL MOVEMENTS AND ECONOMIC INTEGRATION — *H.O. Lundström* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 231 p., 36/6

CENTRAL PLANNING IN CZECHOSLOVAKIA — ORGANIZATION FOR GROWTH IN A MATURE ECONOMY — *Jan M. Michal* — Standort, Univ. press, 1960 — 274 p., $5.75

THE CHALLENGE OF ABUNDANCE — *Robert Theobald* — N.Y., Clarkson N. Potter, 1961 — 235 p., $4.50

THE CHALLENGE OF THE COMMON MARKET — *U.W. Kitzinger* — Oxford, Blackwell 1961 — 152 p., 10/6d net

CHRISTIAN ATTITUDES TOWARD WAR AND PEACE — *Roland H. Baiton* — Nashville, Abingdon press, 1960 — 304 p., $4.75

THE CHURCH AND ECONOMICS — *Christopher Hollis* — London, Burns & Oates, 1961 — 111 p., 8s 6d

CIVILIZATION AND CLIMATE — E. Huntington — *New Haven,* Yale Univ. press — 5.50

CMMUNISM AND THE CHURCHES — *Ralph Lord Roy* — N.Y., Harcourt, Brace and co., 1960 — 495 p., $7.50

CORRUPTION IN WASHINGTON OR MEN OF GOOD INTENTIONS — *Blair Bolles* — London Gollancz, 1960 — 234 p., 21s

THE COUNCIL OF EUROPE: ITS STRUCTURE, FUNCTIONS AND ACHIEVEMENTS — *A.H. Robertson* — London, Stevens, 1961 — 228 p., 45s

THE CROSSROADS OF LIBERALISM; CROLY, WEYL, LIPPMANN AND THE PROGRESSIVE ERA, 1900-1925 — *Charles Forcey* — N.Y., Oxford University press, 1961 — $7.00

THE DESTRUCTION OF THE EUROPEAN JEWS — *Raul Hilberg* — Chicago, Quadrangle books — 788 p., $17.50

ECONOMIC DEVELOPMENT FOR LATIN AMERICA — *Howard S. Ellis* — N.Y., St. Martin's press, 1961 — 478 p., $10.00

ECONOMIC DEVELOPMENT FOR LATIN AMERICA — (proceedings of a conference held by the International economic association) — *Henry C. Wallich* (ed.) — London, Macmillan, 1961 — 45s

THE ECONOMIC GROWTH OF HONG KONG — *Edward Szczepanigk* — London, Oxford Univ. press, 1958 — 186 p., $4.00

THE ECONOMIC HISTORY OF ETHIOPIA — *Richard Pankhurst* — London, Sidgwick & Jackson, 1961 — 25s.

ECONOMIC INTEGRATION. ASPECTS AND PROBLEMS — *P. Streeten* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 150 p., 25/

ECONOMIC ISSUES OF THE 1960 — *Alvin H. Hansen* — N.Y., McGraw-Hill, 1960 — 244 p., $7.50

ECONOMIC SURVEYS IN UNDER-DEVELOPED COUNTRIES — *P.K. Mukherjee* — N.Y., Asia publishing house, 1959 — 263 p., $5.50

ECONOMICS OF PAKISTAN — S.M. Akhtar (ed.) — Lahore, Publishers united, ltd., 1961 — 446 p., Rs. 12.00

THE ECONOMY OF BRITISH CENTRAL AFRICA — *William J. Barber* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 35/

THE EMERGENCE OF A WORLD CHRISTIAN COOMUNITY — *K.S. Latourette* — New Haven, Yale Univ. press, 1949 — 2.00

EMPLOYMENT AND CAPITAL FORMATION IN UNDERDEVELOPED ECONOMIES — *V.V. Bhatt* — Bombay, Orient Longmans, 1960 — 127 p., Rs 10.00

EXCELLENCE: CAN WE BE EQUAL AND EXCELLENT TOO? — *John W. Gardner* — N.Y., Harper, 1961 — 171 p., $3.95

FAMILY GROWTH IN METROPOLITAN AMERICA — *Charles F. Westhoff* /and others/ — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960 — 522 p., $10.00

FOOD PRICES AND THE COMMON MARKET — London, P.E.P., 1961 — 18 p., 2s 6d

FRANCE AND THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF EUROPE — *Rondo E. Cameron* — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960 — 604 p., $10.00

FREE TRADE PROTECTION AND CUSTOMS UNION — *L.H. Janssen* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 160 p., 41/6

THE FUTURE OF LATIN AMERICAN EXPORTS TO THE UNITED STATES: 1965 AND 1970 — *Louis O. Delwart* — Washington, National planning association, 1960 — 130 p., $2.00

THE FUTURE OF UNDERDEVELOPED COUNTRIES — *Eugene Stanley* — N.Y., Harper, 1961 — 483 p., $5.50

GOVERNMENT AND ECONOMY IN BRITISH WEST AFRICA — *David E. Carney* — N.Y., Bookman associates, 1961 — 207 p., $5.00

GROWTH AND STABILITY OF THE POSTWAR ECONOMY — *Bert G. Hickman* — Washington, Brookings institution, 1960 — 426 p., $6.00

THE GROWTH OF BRITISH INDUSTRIAL RELATIONS: A STUDY FROM THE STANDPOINT OF 1906-1914 — *E.H. Phelps Brown* — N.Y., St. Martin's press, 1959 — 414 p., $9.50

GUIDE TO JEWISH HISTORY UNDER NAZI IMPACT — (DOCUMENTS) — *Jacob Robinson* and *Philip Friedmen* — N.Y., Yivo Institute for Jewis research, 1960 — 425 p., $15

THE HISTORY OF APARTHEID: THE COLOUR WAR IN SOUTH AFRICA — *L.E. Neame* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 18/

THE HOE AND THE BOOK: AN ITALIAN EXPERIMENT IN COMMUNITY DEVELOPMENT — *F.G. Friedmann* — Ithaca, Cornell Univ. press, 179 p., $3.00

THE HURRICANE — *Chou Li-po* — Peking, Foreign languages press, 1961 — 410 p. (Reforma Agrária)

I SPEAK OF FREEDOM: A STATEMENT OF AFRICAN IDEOLOGY — *Kwame Nkrumah* — (president of Ghana) — London, Heinemann, 1961, 291 p., 25s

INDIAN ECONOMIC POLICY AND DEVELOPMENT — *P.T. Bauer* — N.Y., Praeger, 1961 — 152 p., $4.25

INVESTMENT AND DEVELOPMENT POSSIBILITIES IN TROPICAL AFRICA — *Edward Marcus and Mildred Rendl Marcus* — N.Y., Bookman associates, 1960 — 286 p., $7.50

THE JEWISH IMMIGRANT IN ENGLAND 1870-1914 — *Lloyd P. Gartner* — Detroit, Wayne State Univ. press, 1960 — $5.00

KARACHI THROUGH A HUNDRED YEARS: THE CENTENARY HISTORY OF THE KARACHI CHAMBER OF COMMERCE AND INDUSTRY, 1860-1960 — N.Y., Oxford Univ. press, 1961 — 258 p., $4.00

LEFTWING SOCIAL MOVEMENTS IN JAPAN: AN ANNOTATED BIBLIOGRAPHY — *Cecil H. Uyehara* — Tokyo, Charles E. Tuttle, 1960 — 444 p., $9.75

LIU HU-LAN; STORY OF A GIRL REVOLUTIONARY — *Liang Hsing* — Peking, Foreign languages press, 1961

THE MAKING OF THE PRESIDENT, 1960 — *Theodore H. White* — N.Y., Athenaeum, 1961 — 400 p., $6.95

THE MAY FOURTH MOVEMENT: INTELLECTUAL REVOLUTION IN MODERN CHINA — *Chow Tsetsung* — Cambridge, Harvard Univ. press, $10.00

MIDDLE EASTERN CAPITALISM: NINE ESSAYS — *A.J. Meyer* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1959 — 161 p., $.75

THE MIND OF GERMANY: THE EDUCATION OF A NATION — *Hans Kohn* — N.Y., Charles Scribner's Sons, 1960 — 370 p., $5.95

MODERN COLONIALISM: INSTITUTIONS AND POLICIES — *Thomas R. Adam* — N.Y., Random House — 95c

MR. GANDHI — *Ranjee Shahani* — N.Y., Macmillan, 1961 — 211 p., $4.95

THE NEGRO IN AMERICAN CIVILIZATION — *Nathaniel Weyl* — Washington, Public affairs press, 1960 — 360 p., $6.00

NEGRO POLITICS: THE SEARCH FOR LEADERSHIP — *James Q. Wilson* — Glencoe, Free press, 1960 — 342 p., $5.00

NEHRU: THE YEARS OF POWER — *Vincent Sheean* — N.Y., Randon house, 1960 — 360 p., $5.00

THE NEW NIGERIAN ELITE — *Hugh H.* and *Mabel M. Smythe* — California, Stanford Univ. press, 1960 — 196 p., $5.00

NIGERIAN PERSPECTIVES — *Thomas Hodgkin* — London, Oxford Univ. press, 1961

OVERSEAS CHINESE NATIONALISM. THE GENESIS OF THE PAN-CHINESE MOVEMENT IN INDONESIA, 1900-1916 — *Lea E. Williams* — Glencoe, The Free press, 1960 — 235 p., $4.50

PARTIES AND POLITICS IN AMERICA — *Clinton Rossiter* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1960 — 205 p., $1.65

THE PERMANENT FRONTIER: AN ILLUSTRATED HISTORY OF THE U.S. ECONOMY IN ACTION — *Haig Babien* — N.Y., Institute of economic affairs (N.Y. University), 1961 — 120 p., $3.95

THE PHILIPPINES: PUBLIC POLICY AND NATIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT — *Frank Golay* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1960 — 473 p., $6.75

POLITICAL AND ECONOMIC CONFERENCE OF THE SEVEN — UK COUNCIL OF THE EUROPEAN MOVEMENT — London, 1960 24 p.

POLITICAL CHANGE IN MOROCCO — *Douglas E. Ashford* — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960 — 444 p., $8.50

THE POLITICAL CONTEXT OF SOCIOLOGY — *Leon D. Bramson* — New Jersey, Princeton Univ. Press, 1960 — 176 p., $4.00

THE POLITICAL KINGDON IN UGANDA: A STUDY IN BUREAUCRATIC NATIONALISM — *David E. Apter* — Princeton, Univ. press — 550 p., $10.00

POLITICS AND RELIGION IN SEVENTEENTH-CENTURY FRANCE — *W.J. Stankiewicz* — Berkeley, Univ. of California press, 1961 — $6.00

THE POVERTY OF NATIONS: PRESENTING A NEW SYSTEM OF ECONOMIC THOUGHT — *Gilbert Goodman* — Ann Arbor, Ann Arbor press, 1960 — 122 p., $3.50

POWER AND POLICY IN THE USSR — *R. Conquest* — N.Y., St. Martin's press, 1961 — 485 p., $7.95

THE POWER STRUGGLE IN IRAQ — *Benjamin Shwadran* — N.Y., Council for Midle Eastern affairs press, 1960 — 90 p., $2.00

PRESENT TRENDS IN AMERICAN NATIONAL GOVERNMENT — *Alfred J. Junz* (ed.) — N.Y., Praeger, 961 — 232 p., $4.00

A PRESIDENT'S ODYSSEY — *Merriman Smith* — New York, Harper & Brothers, 1961 — 273 p., $3.95 (Estados Unidos)

PRINCIPLES OF STATE AND GOVERNMENT IN ISLAN — *Muhammad Asad* — Berkeley, Univ. of California press, 1960 — $3.00

PROFESSIONAL MANPOWER AND EDUCATION IN COMMUNIST CHINA — *Leo A. Orleans* — Washington, U.S. Government printing office, 1961 — 260 p., $2.00

THE PROFESSIONAL SOLDIER: A SOCIAL AND POLITICAL PORTRAIT — *Morris Janowitz* Glencoe, The Free press, 1960 — 464 p., $6.75

PROFILES OF AFRICAN LEADERS — *Thomas Patrick Melady* — New York, Macmillan, 1961 — 186 p., $4.95

PROFILE OF AMERICAN POLITICS; READINGS IN AMERICAN GOVERNMENT — *Ernest W. Lefever* and *Walter V. Hohenstein* (eds.) — N.Y., Houghton Mifflin co., 1960 — 376 p., $3.25

PUERTO RICAN POLITICS AND THE NEW DEAL — *Thomas Mathews* — Gainesville, Univ. of Florida press, 1960 — 345 p., $8

THE QUEST FOR EQUALITY — *Robert J. Harris* — Louisiana, Univ. press — $4.00

THE RIGHTS AND DUTIES OF STATES — *Ricardo J. Alfaro* — Leyden, A.W. Sythoff, 1958 — 202 p.

THE ROAD TO SELF-RULE: A STUDY IN COLONIAL EVOLUTION — *W.M. Macmillan,* N.Y., Praeger, 1960 — 296 p., $7.50

LE ROI SAUD OU L'ORIENT A L'HEURE DES RELÈVES — *Benoist-Méchin* — Paris, Michel, 1960 — 575 p., NF 18

RUSSIA AND THE WEST UNDER LENIN AND STALIN — *George F. Kennan — Boston, Little, Brown, 1961 — 411 p., $5.75*

RUSSIA'S CHILDREN: A FIRST REPORT ON CHILD WELFARE IN THE SOVIET UNION — *Herschel* and *Edith Alt* — N.Y., Bookman Associates, 1959 — 240 p., $3.75

THE RUSSIAN PROVISIONAL GOVERNMENT, 1917 — (DOCUMENTS) — *Robert Paul Browder and Alexander Kerensky (ed.)* — Stanford, University press, 1961 — $30.00

THE SEED OF FREEDOM — *Osmar White* and *J. Fitzpatrick* — Australia, Department of external affairs, 1961 — (Plano de Colombo)

THE SHAPING OF POST-WAR GERMANY — *Edgard Malnnis, Richard Hiscocks* and *Robert Spencer* — N.Y., Praeger, *1960* — 195 p., no price.

A SHORT INTRODUCTION TO THE ECONOMY OF LATIN AMERICA — *F. Benhan* and *H.A. Holley* — London, Oxford Univ. press, 1960 — 169 p., 18/

A SOCIAL AND RELIGIOUS HISTORY OF THE JEWS — *Salo Wittmayer Baron* — N.Y., Columbia Univ. press, 1960 — 163 p., $6.00

SOCIAL CLASS AND SOCIAL CHANGE IN PUERTO RICO — *Melvin M. Tumin* and *Arnold S. Feldman* — New Jersey, Princeton Univ. press, *1960 — 575* p., *$10.00*

SOCIAL FACTORS IN ECONOMIC DEVELOPMENT: THE ARGENTINE CASE — *Thomas Roberto Fillol* — Cambridge, The M. I.T press, 1961 — 118 p., $3.75

SOCIAL STRUCTURE IN SOUTHEAST ASIA — *George Peter Murdock* (ed.) — Chicago, Quadrangle books, *1960 — 182* p., *$5.00*

THE SOVIET CITIZEN: DAILY LIFE IN A TOTALITARIAN SOCIETY — *Alex Inkeles* and *Raymond A-Bauer* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1959 — 553 p. $10.00

SOVIET ECONOMIC POWER: ITS ORGANIZATION, GROWTH AND CHALLENGE — *Robert W. Campbell* — Boston, Houghton Mifflin co., 1960 — 209 p., $3.50

SOVIET ECONOMIC WARFARE — *Robert Loring Allen* — Washington, Public Affairs press, 1960 — 293 p., $5.00

SOVIET INDUSTRIALIZATION, 1928-1952 — *Naum Jasny* — Chicago, The Univ. of Chicago press, 1961 — 467 p., $10.00

THE SOVIET INDUSTRIALIZATION DEBATE, 1924-1928 — *Alexander Erlich* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — 214 p., $6.00

THE SOVIET SYSTEM OF GOVERNATION — *John N. Hazard* — Chicago, Univ. press, 1960 — 262 p., $4.00

RED CHINA: AN ASIAN VIEW — *Sripati Chandra-Sekhar* — N.Y., Praeger, 1961 — 230 p., $4.00

THE RED EXECUTIVE: A STUDY OF THE ORGANIZATON MAN IN RUSSIAN INDUSTRY — *David Granick* — London, Macmillan, 1960 — 334 p., 21s

RELIGION AND POLITICS IN PAKISTAN — *Leonard Binder* — Berkeley, Univ. of California press, 1961 — 440 p., $7.50

RELIGION IN THE SOVIET UNION — *Walter Kolarz* — London, Macmillan, 1961 — £2 10s.

REPORT FROM BERLIN — *Jörn Donner* — Bloomington, Indiana Univ. press, 1961 — 284 p., $6.50

A REPORT ON SOCIAL SECURITY PROGRAMS IN THE SOVIET UNION — U.S. Department of health, education and welfare — Washington, 1960 — 157 p.

RESOURCES FOR THE THIRD FIVE YEAR PLAN — A RESEARCH STUDY AND ANALYSIS — Bombay, Indian merchant's chamber, Economic research and training foundation, 1961 — 148 p., Rs. 7

THE STORY OF FABIAN SOCIALISM — *Margaret Cole* — Stanford, University press, 1961 — $6.50

STREET WITHOUT JOY: INDOCHINA AT WAR, 1946-1954 — *Bernard B. Fall* — Harrisburg, The Stackpole co., 1961 — 332 p., $4.95

THE STRUGGLE FOR DEMOCRACY IN LATIN AMERICA — *Charles O. Porter* and *Robert J. Alexander* — N.Y., Macmillan, — 1960 — $4.50

THEORIES OF ECONOMIC GROWTH — *Bert F. Hoselitz/and others/* — Glencoe, Free press, 1961 — 344 p., $7.50

THE THIRD SECTION; POLICE AND SOCIETY IN RUSSIA UNDER NICOLAS I — *Sidney Monas* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — $6.75

TOWARD A SCIENCE OF MAN IN SOCIETY. A POSITIVE APPROACH TO THE INTEGRATION OF SOCIAL KNOWLEDGE — *W. Kapp* — Oxford, Blackwell's. 1961 — 299 p., 43/

TOWARDS A UNITED STATES OF EUROPE — *R.W.G. Makay* — London, Hutchinson, 1961 — 147 p., 21/ net

TRAGEDY IN ALGERIA — *G. Mansell* — New York, Oxford University press, 1961 — $1.00

THE TRAGEDY OF THE CHINESE REVOLUTION — *Harold R. Isaacs* — Stanford, Univ. press, 1961 — 392 p., $7.50

THE VOICE OF LATIN AMERICA — *William Benton* — N.Y., Harper & Brothers, 1961 — $3.95

WAGES IN GERMANY, 1871-1945 — *Gerhard Bry* — Princeton, Univ. press, 1960 — 480 p., $10.00

WAR AND THE CHRISTIAN CONSCIENCE — *Paul Ransey* — Durham, Duke Univ. press, 1961 — 331 p., $6.00

A WEST AFRICAN TRADE UNION: A CASE STUDY OF THE CAMEROONS DEVELOPMENT CORPORATION WORKER'S UNION AND ITS RELATIONS WITH THE EMPLOYERS — *W. A. Warmington* — London, Oxford Univ. press, 1960 — 150 p., $3.40

THE WESTERN MIND IN TRANSITION: AN EYEWITNESS STORY — *Franz Alexander* — N.Y., Randon House, 1960 — 300 p., $5.00

WHITE MAN: A STUDY OF THE ATTITUDES OF AFRICANS TO EUROPEANS IN GHANA BEFORE INDEPENDENCE — *Gustav Jahoda* — London, Oxford Univ. press, 1961 — 144 p., 21s

THE WHITE RAJAHS: A HISTORY OF SARAWAK FROM 1841 TO 1946 — *Steven Runciman* Cambridge, Univ. press, 1960 — 319 p., $5.50

AMERIKA IM SPIEGEL DES DEUTSCHEN POLITISCHEN DENKENS — *Ernest Fraenkel* (ed.) Köln, Westceutscher Verlag, 1959 — 333 p., DM 20

4. ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

PROBLEMAS DEL DESARME. EL DILEMA ATÓMICO — *Zadit Baez Castro* — 1960

ALLIANCE POLICY IN THE COLD WAR — *Arnold Wolfers* (ed.) Baltimore, John Hopkins, 1959 — 314 p., $6.00

ARMS CONTROL, DISARMAMENT, AND NATIONAL SECURITY — *Donald G. Brennan* (ed.) — N.Y., Braziller, 1961 — 475, p. $6.00

ARMS CONTROL: ISSUES FOR THE PUBLIC — *Louis Henkin* (ed.) — Englewood Clifts, Prentice-Hall, 1961 — 207 p., $3.50

ASSAULT AT ARMS: A POLICY OF DISARMAMENT — *General Sir Ronald Adam* and *Charles Judd* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1960 — 80 p., 5s

THE CHALLENGE OF COEXISTENCE — *Milton Kovner* — Washington, Public affairs press, 130 p., $3.25

COEXISTENCE: ECONOMIC CHALLENGE AND RESPONSE — *Henry G. Aubrey* — Washington, National planing association, 1961 — 323 p., $5.00

THE COLD WAR AND ITS ORIGINS, 1917-1960 — *D.F. Fleming* — London, Allen & Unwin, 1961 — 2vs., 5gns.

COLD WAR AND LIBERATION; A CHALLENGE OF AID TO THE SUBJECT PEOPLES — *John F. O'Connor* — N.Y., Vanitage press, inc., 1961 — $7.50

THE CONFERENCE OF HEADS OF STATE OR GOVERNMENT OF NON-ALIGNED COUNTRIES — Beograd, Verlag, 1961 — 400 p., $5.00

THE CONTROL OF THE ARMS RACE — *Hedley Bull* — London, Weidenfeld & Nicolson — 1961 — 215 p., 12s 6d

DEFENCE: POLICY AND STRATEGY — *Air Vice Marshal E.J. Kingston-MacCloughry* — London, Stevens, 1960 — 272 p., 25s

DETERRENCE AND DEFENSE — *Glenn H. Snyder* — Princeton, University press, — 1961 — 308 p., $6.50
THE ECONOMICS OF DEFENSE IN THE NUCLEAR AGE — *Charles J. Hitch and Roland McKean* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — 422 p., 45s
FROM YALTA TO DISARMAMENT; COLD WAR DEBATE — *J. P. Morray* — N.Y., Monthly review press, 1961 — 384 p., $8.50
THE GRAND CAMOUFLAGE: THE COMMUNIST CONSPIRACY IN THE SPANISH CIVIL WAR — *Burnett Bolloten* — London, Hollis & Carter, 1961 — 350 p., 30s
THE GRAND TACTICIAN: KHRUSHCHEV'S RISE TO POWER — *Lazar Pistrak* — N.Y., — Praeger, 1961 — 296 p., $6.00
A HISTORY OF THE COLD WAR — *John Lukacs* — Garden City, Doubleday, 1961 — 228 p., $3.95
JAPAN SUBDUED: THE ATOMIC BOMB AND THE END OF THE WAR IN THE PACIFIC — *Herbert Feis* — New Jersey, Princeton Univ. press, 1960 — 205 p., $4.00
NATIONAL SECURITY IN THE NUCLEAR AGE — *Gordon B. Turne* and *Richard D. Challenger* — N.Y., Praeger, 1960 — 293 p., $1.85
NUCLEAR WEAPONS AND INTERNATIONAL LAW — *N. Singh* — Oxford, Blackwell's, 1959 — 36/
PEACEFUL COEXISTENCE: AN ANALYSIS OF SOVIET FOREIGN POLICY — *Wladyslaw W. Kulski* — Chicago, H. Regenery co., 1959 — 662 p., $12.50
PERSPECTIVES ON PEACE, 1910-1960 — N.Y., Praeger 1960 — 202 p., $3.00
POSTWAR NEGOTIATIONS FOR ARMS CONTROL — *Bernhard G. Bechhoefer* — Washington, Brookings institution, 1961 — 641 p., $8.75
PROBLEMS OF INDIAN DEFENCE — *K.M. Panikkar* — N.Y., Taplinger publishing co., 1960 — 138 p., $2.75
THE STRATEGIC AIR OFFENSIVE AGAINST GERMANY — *Sir Charles Webster* — N.Y., British information services, 1961 — 4v., $30.80
STRATEGY AND ARMS CONTROL — *Thomas C. Schelling* and *Morton H. Halpern* — N.Y., Twentieth century fund — 148 p., $2.50
STRATEGY IN THE MISSILE AGE — *Bernard Brodie* — New Jersey, Princeton Univ. press, 1959 — 423 p., $6.50
THE STRATEGY OF TRUTH — *Wilson P. Dizard* — Washington, Public affairs press, 1961 — 213 p., $4.50
THE WAR AGAINST JAPAN (V. III) — *Major General S. Woodburn Kirby* — N.Y., British information services, 1961 — $11.70
WAR IN THE MODERN WORLD — *Theodore Ropp* — Durham, Duke Univ. press, 1959 — 400 p., $10.00

5. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

UMA NOVA POLITICA PARA AS AMÉRICAS. DOUTRINA KUBITSCHEK E OPA — *Licurgo Costa* — S. Paulo, Martins, 1960.
EL CASO CUBANO Y LA O.E.A. — *Gastón Godoy* — Madrid, 1961 — 110 p.,

LA O.E.A. Y LAS NACIONES UNIDAS — *Lila Claret de Voogd* — Buenos Aires, Bibliografica Argentina, 1956

LA ORGANIZACIÓN DE LA COMUNIDAD INTERNACIONAL — *Blanco Villalta* — Buenos Aires, Nova, 1958

PANAMERICANISMO DEMOCRATICO. BASES PARA UNA TRANSFORMACIÓN DEL SISTEMA CONTINENTAL — *Diego Uribe Vargas* — Bogotá, Ediciones nuevo signo, 1958 — 347 p.

LA SEGURIDAD COLETIVA EN EL CONTINENTE AMERICANO — *Robledo Antonio Gomez* — Mexico, Escuela nacional de ciencias politicas y sociales, 1960 — 226 p.

L'AVENIR DE L'ALLIANCE ATLANTIQUE — *Claude Delmas* (et d'autres) — Paris, Berger — Levrault, 1961 — 350 p., 18 NF

THE ATLANTIC COMMUNITY: AN INTRODUCTORY BIBLIOGRAPHY — Leiden, Sythoff, 1961 — 2 vs., 37 1/2 florins

BETRAYAL AT THE UN — *De Witt Copp* and *Marshall Peck* — N.Y., Devin-Adair, 1961 — 335 p., $4.75

CHINA AND THE UNITED NATIONS (REPORTS OF A STUDY GROUP SET UP BY THE CHINA INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRES) — N.Y., Manhattan publishing co., 1959 — 285 p., $3.00

FIELD ADMINISTRATION IN THE UNITED NATIONS SYSTEM: THE CONDUCT OF INTERNATIONAL ECONOMIC AND SOCIAL PROGRAMMES — *Walter R. Sharp* — London, Stevens, 1961 — 570 p., 63 s

FREEDOM'S FRONTIER: ATLANTIC UNION NOW — *Clarence K. Streit* — N.Y., Harper, 1961 — 318 p., $3.95

THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS: A STUDY OF PROCEDURE AND PRACTICE — *Sydney D. Bailey* — N.Y., Praeger, 1960 — 337 p., $5.00

A HISTORY OF THE LEAGUE OF NATIONS — *Francis P. Walters* — N.Y., Oxford Univ. press, 1960 — $6.00

THE INTERNATIONAL STATUS OF THE UNITED NATIONS — *Guenter Weissberg* — London, Stevens & Sons, 1961 — £ 2 15s.

THE LAW OF INTERNATIONAL INSTITUTIONS IN EUROPE — *A.H. Robertson* — Manchester, Univ. press, 1961 — 140 p., 18/ net

PAKISTAN AND THE UNITED NATIONS — *K. Sarwar Hasan* — N.Y., Manhattan publishing co., 1961 — 328 p., $3.00

STUDIES IN WORLD PUBLIC ORDER — *Myres S. McDougal e outros* — New Haven, Yale Univ. press, 1960 — 1.058 p., $15.00

SWORDS INTO PLOWSHARES; THE PROBLEMS AND PROGRESS OF INTERNATIONAL ORGANIZATION — *Inis L. Claude, Jr.* — N.Y., Randon House, 1959 — 537 p., $6.50

TURKEY AND THE UNITED NATIONS — N.Y., Manhattan publishing co., 1961 — 228 p., $4.00

TURKEY IN THE UNITED NATIONS, A LEGAL AND POLITICAL APPRAISAL — *Mehmet Gönlübol and Türkkaya Ataöv* — Ankara, Ajans Türk press, 1960 — 46 p.

THE UNITED NATIONS — *Leland M. Goodrick* — London, Stevens & Sons, 1960 — £2 2s.

THE UNITED NATIONS AND U.S. FOREIGN POLICY — *Lincoln P. Bloomfield* — Boston, Little, Brown and co. — 276 p., $2.50

THE UNITED NATIONS; CONSTITUTIONAL DEVELOPMENT, GROWTH AND POSSIBILITIES — *Benjamin V. Cohen* — Harvard, University press, 1961 — $2.75

THE UNITED NATIONS: THE CONTINUING DEBATE — *Charles A. McClelland* — San Francisco, Howard Chandler, 1960 — 198 p., $1.50

6. ASSUNTOS REGIONAIS

LA HERIDA ROJA DE AMERICA — *Lautaro Silva* — Santiago de Chile, 1960 — 2vs.

L'ALGÉRIE EN PRISON (DOCUMENTS) — *J. Charly* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 112 p., 6/6

LE CONGO, TERRE D'AVENIR, EST-IL MENACÉ? — *PATRICE LUMUMBA* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 220 p., 25/9

LES ÉTATS-UNIS — *André Tunc* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1959 — 217 p.

EVA PERON — *Silvain Reiner* — Paris, Flammarion, 1960 — 282 p. (Panorama político-social da Argentina)

ISRAEL ET L'HUMANITÉ — *Elie Benamozegh Albin Michel* — 396 p., 15 NF

LUNE DE MUL CHEZ FIDEL CASTRO — *M.H. Camus* — Paris, A. Fayard, 1960 — 203 p., 9,50 NF

MARCH ARABESQUE — *Emile Bustani* — London, Hale, 1961 — 216 p., 21 s

LA PENETRATION COMMUNISTE AU CONGO — *Pierre Houart* — Brussels, Centre de documentation internationale, 1960 — 117 p., NF. 7.50

LE PLAN DE CONSTANTIN ET LA RÉPUBLIQUE ALGÉRIENNE DE DEMAIN AU COEUR DU PROBLÈME ACTUEL LE PLUS PRESSANT — *G. Vaucher* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 120 p., 13/

LE PROBLÈME POLITIQUE CAPITAL AU CONGO ET EN AFRIQUE NOIRE — *Georges Hostelet* — Brussels, Institut de sociologie Solvay, 1959 — 251 p., Bel. frs 240

SAHARA ET COMMUNAUTÉ — *Marc-Robert Thomas* — Paris, Presses universitaires de France — 1960 — 298 p., NF 15

LA SOCIÉTÉ DE 1960 ET L'AVENIR POLITIQUE DE LA FRANCE — *Roger Quilliot* — Paris, Gallimard, 1960 — 199 p., NF 8.50

L'U.R.S.S. — *Henry Peyret* — Paris, Presses universitaires de France, 1961 — 241 p., NF 18

THE AFRICAN REVOLUTION — *James Cameron* — N.Y., Randon house, 1961 — 279 p., $3.95

AGONY OF THE CONGO — *Ritchie Calder* — London, Gollancz, 1961 — 160 p., 16/

ALGERIA: REBELLION AND REVOLUTION — *Joan Gillespie* — N.Y., Praeger, 1960 — 208 p., $6.75

ALIYAH — THE PEOPLE OF ISRAEL — Cleveland, The World Publishing co., 1961 — $7.50

AMERICA IN BRITAIN'S PLACE: THE LEADERSHIP OF THE WEST AND ANGLO-AMERICAN UNITY — *Lionel Gelber* — N.Y., Praeger, 1961 — 356 p., $5.00

AN ATLAS AFRICAN AFFAIRS — *Andrew Boyd* and *Patrick van Rensburg* — Oxford Blackwell's 1961 — 12/6

THE ARABS IN ISRAEL — *Walter Schwartz* — London, Faber & Faber, 1959 — 172 p. — 21s.

ARGENTINA — *George Pendle* — London, Oxford Univ. press, 1961 — 208 p., 25s

ARMS AND POLITICS IN LATIN AMERICA — *Edwin Lieuwen* — N.Y., Praeger, 1960 — 296p

ATLAS OF THE ARAB WORLD AND THE MIDLLE EAST — London, Macmillan — 72p. 35s.

ATLAS OF WESTERN EUROPE — *Jean Dollfus* — Paris, Société européenne d'études et d'informations, 1961 — 48 p., 15 NF

BRAZIL THE INFINITE COUNTRY — *William Lytle Schurz* — N.Y., E.P. Dutton & co., 1961 — $6.00

A BRIEF STUDY OF THE MALAYAN CAMPAIGN 1941-42 — *Capt. S.G. Chaphekar* — London, Bailey Bros & Swinfen, 1960 — 121 p., Rs 6. 12s 6d

BRITAIN IN INDIA — *R.P. Hassani* — London, Oxford Univ. press, 1961

CANADA AND THE CANADIAIS — *Alistair Horne* — London, MacMillan, 1961-329 p., 30s.

CASTRO'S CUBA, A REVOLUTION BETRAYED? — *Theodore Draper* N.Y., The New Leadr — 25c

CEYLON GENERAL ELECTION 1956 — *I.D.S. Weeerawardana* — Colombo, M.D. Gunasena & co., 1960 — 262 p., Rs 15/

THE CHANGING MIDDLE EAST — *Emil Lengyel* — N.Y., John Day co., 1960 — 376 p., $5.75

THE CHANGING PATTERNS OF THE MIDDLE EAST — *Pierre Rondot* — N.Y., Praeger, 1961 — 224 p., $4.50

CHINA: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *Chang-tu Hu* — New Haven, Human relations area files press, *1960* — *610* p., $10.00

CHINA, JAPAN AND THE POWERS: A HISTORY OF MODERN FAR EAST — *Meiribeth E. Cameron and others* — N.Y., Ronald press, 1960 — 714 p., $8

CIVIL WAR IN RUSSIA — *David Footman* — London, Faber, 1961 — 16/

THE COMMONWEALTH ECONOMY OF SOUTHEAST ASIA — *T. H. Silcook* — Durham, Duke Univ. press, 1959 — 259 p., $4.00

THE CONDUCT OF THE CHACO WAR — *David H. Zook, Jr.* — N.Y., Bookman association, 1960 — 280 p., $6.00

CONGO DISASTER — *Colin Legum* — Baltimore, Penguin, 1961 — 174 p., 85 cents

CUBA AND THE UNITED STATES — *A.G. Mezerik* — N.Y., International review service, 1960 — 49 p., $2.50

THE DEATH OF AFRICA — *Peter Ritner* — N.Y., The Macmillan co., 1960 — 312 p., $4.95

THE DECLINE OF AMERICAN PLURALISM — *Henry S. Kariel* — California, Stanford univ. press, 1961 — $6.75

DILEMMAS OF PROGRESS IN TSARIST RUSSIA — *Arthur P. Mendel* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — $7.00

DIVIDE AND LOSE: THE ARAB REVOLT OF 1955-58 — *Michael Ionides* — London, Geoffrey Bles, 1960.

EASTERN GERMANY; A HANDBOOK — Wuerzburg, Holzner Verlag, 1961.

ELIZABET I AND THE UNITY OF ENGLAND — *Joel Hurstfield* — N.Y., Macmillan — 226 p., $2.50

THE EMERGENCE OF MODERN TURKEY — *Bernard Lewis* — New York, Oxford University press, 1961 — $7.70

THE EMERGING STATES OF FRENCH EQUATORIAL AFRICA — *Virginia Thompson* and *Richard Adloff* — California, Stanford Univ. press, 1960 — 595 p., $8.75

ENCYCLOPAEDIA OF SOUTHERN AFRICA — *Eric Rosenthal* (ed.) — Oxford, Blackwell's, 1961 — 42/

EERYMAN'S CONCISE ENCYCLOPAEDIA OF RUSSIA — *S.V. Utechin* — London, E.P. Dutton, 1961 — 623 p., 30s

THE FAILURE OF UNION: CENTRAL AMERICA — 1824-1960 — *Thomas L. Karnes* — Chapel Hill, University of North Carolina press, 1961 — 277 p., $6.00

THE FIFTH REPUBLIC — *Ferdinand A. Hermens* — Notre Dame, Univ. press, 1960 — 90 p., $1.95

THE FIRST RUSSIAN REVOLUTION, 1825: THE DECEMBRIST MOVEMENT — *Anatole G. Mazour* — Stanford, Univ. press, 1961 328 p., $6.75

THE FOUNDATION OF FREEDOM; LAW AND GOVERNMENT IN SOUTHERN AFRICA — *Denis Victor Cowen* — N.Y., Oxford University press, 1961 — $7.00

GLOBE AND EMISPHERE (LATIN AMERICA'A PLACE IN THE POSTWAR FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES) — *J. Fred Rippy* — Chicago, H. Regnery co., 1958 — 276 p.

GOA'S FREEDOM STRUGGLE — *T.B. Cunha* — Bombay, Dr. T.B. Cunha memorial committee, 1961 — 551, p., Rs 6

GOVERNING AMERICA: THE POLITICS OF A FREE PEOPLE — *Thomas H. Eliot* — Dodd, Mead Y co., 1960 — 742 p., $6.95

GOVERNMENT AND POLITICS IN THE UNITED STATES — *Guy B. Hathorn/and others/* New Jersey, D. Van Nostrand co., inc. 1961 — 790 p., $8.00

THE GOVERNMENT AND POLITICS OF CHINA — *Ch'en Tuan-sheng* — Harvard, University press, 1961 — $10.00

HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES Nº 22 — *Nathan A. Haverstock/and others/* Gainesville, University of Florida press, 1960 — 378 p., $12.50

A HISTORY OF EAST AFRICA — *Kenneth Ingham* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 25/

A HISTORY OF LATIN AMERICA — *Hubert Herring* — N.Y., Knopf, 1961 — 845 p.

A HISTORY OF MODERN JAPAN — *Richard Storry* — Baltimore, Penguin books, 1960 — 285 p., $1.25

HUANG HSING AND THE CHINESE REVOLUTION — *Chün-tu Hsüeh* — Stanford, Univ. press, 1960 — $6.50

HUSSEIN OF JORDAN — *Gerald Sparrow* — London, Harrap. 1960 — 160 p., 15s

IN SEARCH OF INDIA — *C. Ross Smith* — N.Y., Chilton, 1960 — 230 p., $6.50

INDEPENDENCE FOR AFRICA — *Gwendolen M. Carter* — N.Y., Praeger, 1960 — 172 p., $4.50

INDIA — *Grant S. McClellan* — N.Y., H.W. Wilson co., 1960 — 164 p., $2.50

INDIA TODAY — *Frank Moraes* — N.Y., The Macmillan, co., 1960 — $4.00

INDIA AND THE UNITED STATES — *Selig S. Harrison* (ed.) — N.Y., The Macmillan co., 1961 — 244 p., $5.95

INDIA — MIXED ENTERPRISE AND WESTERN BUSINESS — *Daniel L. Spencer* — The Hague, Martinus Nijhoff, 1959 — 252 p., guilders 15.75

INDIA'S POPULATION — *S.N. Agarwala* (ed.) — London, Asia publishing house, 1960 — 208 p., 38s

INDUSTRIAL GROWTH IN SOUTH INDIA — *George B. Baldwin* — Glencoe, The Free press, 1960 — 339 p., $6.00

THE INDUSTRIALIZATION OF IRAQ — *Kathleen M. Langley* — Cambridge, Harvard Univer. press, 1961 — 292 p., $5.00

INSIDE EUROPE TODAY — *John Gunther* — N.Y., Harper, 1961 — 376 p., $4.95

THE IRISH REPUBLIC — *P.W. O'Leary* — Notre Dame,, Univ. press, $1.95

ISRAEL: A BLESSING AND A CURSE — *Hedley V. Cooke* — London, Stevens and Sons, 1960 — 308 p., 25s

IT IS NOT TOO LATE IN LATIN AMERICA — *J. Peter Grace* — W.R. Grace and co.

JORDAN: A STATE OF TENSION — *Benjamin Shwadran* — N.Y., Council for Middle Eastern affairs press, 1959 — 436 p., $7.00

LABOUR SURVEY OF NORTH AFRICA — International labour office — Geneva, I.L.O., 1960 — 473 p., 24s

THE LAND AND PEOPLE OF INDONESIA — *Datus C. Smith* — Philadelphia, Lippincott, 1961 — 125 p., $2.95

LAOS: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *Frank M.Le Bar and Adrienne Suddar* (eds.) — New Haven, Human relations area files press, 1960 — 294 p., $6.50

LATIN AMERICA: A BIBLIOGRAPHICAL GUIDE TO ECONOMY, HISTORY, LAW, POLITICS AND SOCIETY — *S.A. Bayitch* — Coral Gables, Univ. of Miami ress, 1961 — 335 p., $12.50

LATIN AMERICA BETWEEN THE EAGLE AND THE BEAR — *Salvador de Madariaga* — Oxford, Blackwell's.

LATIN AMERICA: THE DEVELOPMENT OF ITS CIVILIZATION — *Helen Miller Bailey & Abraham P. Nasatir* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1960 — 818 p., $7.85

THE LEGAR FRAMENWORK FOR OIL CONCESSIONS IN THE ARAB WORLD — *Simon G. Siksek* — Beirut, Middle East research and publishing center, 1960 — 140 p., £ Leb. 19

MAJOR EUROPEAN GOVERNMENTS — *Alex N. Dragnich* — Illinois, The Dorsey press, 1961 — 454 p., $7.00

THE MEXICAN WAR — *Otis A. Singletary* — Chicago, Univ. of Chicago press, 1960 — 181 p., $3.75

THE MIDDLE EAST 1961 — London Europa publications, 1961 — 516 p., 70s

MIDDLE EASTERN AFFAIRS (Nº 2) — *Albert Hourani* (ed.) — London, Chatto & Windus, 1961 — 167 p., 18s

MODERN JORDAN — *Judge Gerald Sparrow* — London, Allen & Unwin, 1961 — 180 p., 25s

MODERN SUDAN — *Peter Kilner* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 27/

THE MODERNIZATION OF IRAN, 1921-1941 — *Amin Banani* — Stanford, Univ. press. — 159 p., $5.00

MOROCCO INDEPENDENT — *Rom Landau* — London, Allen & Unwin, 1961 — 35s.

MULTI-RACIAL SOUTH AFRICA — *Z.J. de Beer* — New York, Oxford Univ. press, 1961 — $1.50

NASSER'S NEW EGYPT: A CRITICAL ANALYSIS — *Keith Wheelock* — N.Y., Praeger, 1960 — 326 p., $6.00

THE NEW CLASS IN NORTH VIETNAM — *Hoang Van Chi* (ed.) Saigon, Cong Dan publishing co., 1958 — 165 p.

THE NEW FACE OF AFRICA SOUTH OF THE SAHARA — *John Hughes* — N.Y., Longmans Green, 1961 — 296 p., $5.00

NO ALTERNATIVE: ISRAEL OBSERVED — *D.R. Elston* — London, Hutchinson, 1960 — 207 p., 25/

NORTH AFRICA: NATIONALISM TO NATIONHOOD — *Lorna Hahn* — Washington, Public affairs press, 1960 — 264 p., $6.

OIL IN THE MIDDLE EAST — *S.H. Longrigg* — New York, Oxford Univ. press, 1961 — $5.60

ORDEAL IN ALGERIA — *Richard* and *John Brace* — Princeton, D. Van Nostrand co. inc., 1960 — 453 p., $6.75

PAKISTAN SEEKS SECURITY — *Aslam Siddiqi* — Lahore, Longmans, 1960 — 201 p., Rs. 9/8

PAN TURKISM AND ISLAN IN RUSSIA — *Serge A. Zenkovsky* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — 345 p., 6.75

RADICAL AND WORKING CLASS POLITICS: A STUDY OF EASTERN AUSTRALIA, 1850-1910 — *Robin Gollan* — N.Y., Cambridge Univ. press, 1960 — 226 p., $6.50

RED STAR OVER CUBA: THE RUSSIAN ASSAULT ON THE WESTERN HEMISPHERE — *Nathaniel Weyl* — N.Y., Devin-Adair, 1960 — 222 p., $4.50

THE REVIVAL OF ISRAEL — *L. Ellis Tavener* — London, Hodder & Stoughton, 1961

THE REVOLT IN TIBET — *Frank Moraes* — N.Y., The Macmillan co. 1960 — 3.95

ROAD TO CHINA — *Alfred Hutchinson* — N.Y., Day, 1960 — 190 p., $3.50

THE RUSSIAN PUSH TOWARDS JAPAN — *G.A. Lensen* — Princeton, Univ. press, 1959.

THE SAAR CONFLICTS, 1945-1955 — *Jacques Freymond* — N.Y., Praeger, 1960 — 395 p., no price.

SAUDI ARABIA: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *George A. Lipsky* — New Haven, Human relations area files press, 1959 — 366 p., $7.00

SELF-DEVELOPING AMERICA — *Harold J. Ruttenberg* — N.Y., Harper & Brothers, 1960 — 254 p., $4.50

THE SOVIET UNION: THE LAND AND ITS PEOPLE — *Georges Jorre* — N.Y., Longmans, 1961 — 372 p., $7.50

THE SPANISH CIVIL WAR — *Hugh Thomas* — N.Y., Harper, 1961 — 720 p., $8.50

STORM OVER LAOS — *Sisouk Na Champassak* — N.Y., Praeger, 1961 — 202 p., $5.00

TRADE UNION DEMOCRACY IN WESTERN EUROPE — Walter Galenson — Berkeley, Univ. of California press, 1960 — $2.25

TRADE UNION DEVELOPMENT AND INDUSTRIAL RELATIONS IN THE BRITISH WEST INDIES — *William H. Knowles* — Berkeley, Univ. of California press, 1959 — 214 p., $5.00

THE UNEXPECTED REVOLUTION — *Paul Kecskemetti* — Stanford, University press, 1961 — $4.75 (Hungria)

THE UNITED STATES AND CHINA — *John King Faibank* — Harvard, University press, 1961 — $5.50

THE UNITED STATES AND JAPAN — *Edwin O. Reischauer* — Harvard, University press, 1961 — $5.50

THE UNITED STATES AND THE SOUTHWEST PACIFIC — *Hartley Grattan* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 273 p., $5.00

THE U.S.: CUBA AND LATIN AMERICA — *Jaime Benitez* — Santa Barbara, Center for the study of democratic institutions, 1961

VENEZUELA — *Edwin Lieuwen* — Oxford, Blackwell's, 1961 — 25/

THE WAR IN ALGERIA — *Jules Roy* — N.Y., Grove press, 1961 — 128 p., 75 cents

WHERE THE LION TROD — *Gordon Shepherd* — N.Y., St. Martin's press, 1961 — 176 p., $4.50 (India)

YUGOSLAVIA — *Muriel Heppell* and *Frank B. Singleton* — N.Y., Praeger, 1961 — 236 p., $5.95

DIE ARABER — *Arnold Hottinger* — Zurich, Atlantis, 1960 — 406 p., Swiss Fr. 24.80

POLITIK IN SCHWARZEN AFRIKA — *Franz Ansprenger* — Cologne, Westdeutscher Verlag, 1961 — 156 p., DM 39

PROBLEME DER EINIGUNG EUROPAS (EUROP. WOCHEN IN HAMBURG) — *B. Snell* und *D.S.* Constantopoulos, 1960 — 221, p., $7.35

ÍNDICE DA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ÍNDICE DE AUTORES

ÍNDICE DE TÍTULOS

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 160,00
PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 80,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL